



1ª REVISÃO DO
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
DE VILA FLOR**

Relatório de Caracterização
PROPOSTA DE PLANO
agosto de 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	1
1.1 ÂMBITO	1
1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL	1
1.3 CONTEÚDO E ORGANIZAÇÃO DO PLANO	3
1.4 OBJETIVOS GERAIS	5
1.5 FASEAMENTO	7
2. VILA FLOR E O CONTEXTO REGIONAL	8
2.1 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SÓCIO-ECONÓMICO	10
2.2 MOBILIDADE E COMPLEMENTARIDADES ECONÓMICAS	19
2.3 ACESSIBILIDADE REGIONAL	23
3. PROGRAMAS TERRITORIAIS	25
3.1 PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	25
3.2 PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO	26
3.3 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO DOURO	28
3.4 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE	36
3.4.1 VISÃO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A REGIÃO	37
3.4.2 MODELO TERRITORIAL	38
3.4.3 NORMAS ORIENTADORAS	46
3.5 PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TURISMO (PENT)	48
4. PLANOS MUNICIPAIS, COMPROMISSOS E PRETENSÕES	51
4.1 PLANOS E ESTUDOS NO CONCELHO DE VILA FLOR	51
4.1.1 PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	51
4.1.2 OUTROS PLANOS E ESTUDOS DE ÂMBITO MUNICIPAL	51
4.2 COMPROMISSOS E INTENÇÕES	57
4.3 PRETENSÕES RESULTANTES DA PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA	59
5. ANÁLISE DEMOGRÁFICA	62
5.1 OBJETIVOS E ESTRUTURA DA ANÁLISE DEMOGRÁFICA EM PLANEAMENTO	62
5.2 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO	62
5.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	66
5.4 COMPONENTES DO CRESCIMENTO: SALDO NATURAL E SALDO MIGRATÓRIO	72
5.5 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO: GRUPOS FUNCIONAIS E ÍNDICES RESUMO	75
5.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	81
6. ESTRUTURA PRODUTIVA E BASE ECONÓMICA	83
6.1 CONDIÇÃO PERANTE A ATIVIDADE ECONÓMICA, OCUPAÇÃO DOS ATIVOS, EMPREGO E DESEMPREGO	84
6.2 NÍVEL DE INSTRUÇÃO E OFERTA DE FORMAÇÃO	89
6.3 ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL – TRAÇOS GERAIS	90
6.4 SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA	94
6.4.1 SETOR PRIMÁRIO	94
6.4.2 SETOR SECUNDÁRIO	96
6.4.3 SETOR TERCIÁRIO	97
6.5 EVOLUÇÃO RECENTE DO INVESTIMENTO PÚBLICO	105
6.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	107
7. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	109
7.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO	109
7.1.1 GEOLOGIA	109
7.1.2 CLIMATOLOGIA	112
7.1.3 FISIOGRAFIA	113
7.1.4 SOLOS	116
7.1.5 COBERTO VEGETAL	116
7.2 VALORES NATURAIS	118
7.3 UNIDADES DE PAISAGEM	122

7.4 POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS	124
8. USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	129
8.1 OCUPAÇÃO DO SOLO	129
8.1.1 OCUPAÇÃO AGRÍCOLA	130
8.1.2 OCUPAÇÃO FLORESTAL	133
8.2 POVOAMENTO E EVOLUÇÃO URBANÍSTICA	134
8.2.1 FORMAS DE POVOAMENTO E ESTRUTURA URBANA	134
8.2.2 DINÂMICA URBANÍSTICA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO	141
8.2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS	144
8.2.4 ANÁLISE URBANÍSTICA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	156
9. SISTEMA URBANO	163
9.1 INTEGRAÇÃO DE VILA FLOR NO SISTEMA URBANO REGIONAL	164
9.2 SISTEMA URBANO MUNICIPAL	167
9.2.1 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA	168
9.2.2 DIMENSÃO FUNCIONAL	170
9.2.3 DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS	178
10. VALORES CULTURAIS	181
10.1 PATRIMÔNIO CLASSIFICADO	183
10.2 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	187
10.3 OUTRO PATRIMÔNIO COM INTERESSE	190
10.3.1 ARQUITETURA RELIGIOSA	190
10.3.2 ARQUITETURA CIVIL PRIVADA	196
10.3.3 ARQUITETURA CIVIL PÚBLICA	197
10.3.4 ESTRUTURAS DE APOIO	198
10.4 CONJUNTOS COM INTERESSE	199
11. HABITAÇÃO	201
11.1 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO	202
11.1.1 POPULAÇÃO, ALOJAMENTOS, FAMÍLIAS, EDIFÍCIOS E INDICADORES MÉDIOS DE OCUPAÇÃO	202
11.1.2 ÉPOCAS DE CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE CRESCIMENTO	207
11.1.3 TIPO DE ALOJAMENTOS, FORMAS DE OCUPAÇÃO E EDIFÍCIOS SEGUNDO O NÚMERO DE ALOJAMENTOS	208
11.1.4 CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	212
11.1.5 PARQUE HABITACIONAL MUNICIPAL	214
11.1.6 ESTIMATIVAS DO PARQUE HABITACIONAL	215
11.2 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS	215
11.3 SÍNTESE CONCLUSIVA	216
12. EQUIPAMENTOS COLETIVOS	218
12.1.1 METODOLOGIA	218
12.1.2 CONSIDERAÇÕES DE DESTAQUE	219
12.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR	221
12.2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	221
12.2.2 ENSINO BÁSICO INTEGRADO	222
12.2.3 ENSINO SECUNDÁRIO	224
12.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL	224
12.3.1 CRECHES	225
12.3.2 ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES	225
12.3.3 LARES, CENTROS DE DIA E CENTROS DE CONVÍVIO	226
12.3.4 APOIO DOMICILIÁRIO	227
12.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE	228
12.4.1 CENTROS DE SAÚDE E EXTENSÕES	228
12.4.2 FARMÁCIAS	229
12.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO	229
12.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO	231

12.7 EQUIPAMENTO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA	232
12.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	233
13. REDE VIÁRIA, TRANSPORTES E MOBILIDADE	235
13.1 REDE RODOVIÁRIA	236
13.1.1 INSERÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	236
13.1.2 REDE RODOVIÁRIA CONCELHIA	239
13.1.3 PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	248
13.2 REDE FERROVIÁRIA	250
13.3 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS	250
13.3.1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	250
13.4 DIAGNÓSTICO DA MOBILIDADE NO CONCELHO DE VILA FLOR	252
14. INFRAESTRUTURAS URBANAS	255
14.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	256
14.2 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	260
14.3 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	261
14.4 OUTRAS INFRAESTRUTURAS	265
14.4.1 INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS	266
14.4.2 INFRAESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO	267
14.4.3 INFRAESTRUTURAS GASISTAS	268
15. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	269
16. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PDM EM VIGOR	271
16.1 ENQUADRAMENTO NO PDM EM VIGOR	271
16.1.1 OBJETIVOS GERAIS E OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	272
16.1.2 PROPOSTAS SECTORIAIS	273
16.1.3 PROPOSTA DE ORDENAMENTO	279
16.2 CONCRETIZAÇÃO DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS SECTORIAIS	290
16.2.1 PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO	290
16.2.2 PROPOSTAS SECTORIAIS DO PDM EM VIGOR	291
16.3 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	294
16.4 CONSTRANGIMENTOS DO PDM EM VIGOR	302
17. SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – ANÁLISE SWOT	303

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Esquema do faseamento do processo de elaboração da 1ª Revisão do PDM de Vila Flor	7
Figura 2: Sub-regiões da Região Norte e o concelho de Vila Flor	8
Figura 3: Distrito de Bragança	9
Figura 4: Freguesias do concelho de Vila Flor	9
Figura 5: Densidade Populacional por freguesia da Região Norte, em 2011	12
Figura 6: Setores de atividade económica na sub-região e no concelho de Vila Flor (em baixo), em 2011	16
Figura 7: População residente empregada segundo grupos de profissões na sub-região Douro, em 2001	17
Figura 8: Principais fluxos pendulares com origem no concelho de Vila Flor	20
Figura 9: Principais fluxos pendulares com destino ao concelho de Vila Flor	22
Figura 10: Movimentos pendulares de e para o concelho de Vila Flor, 2011	23
Figura 11: Vila Flor no contexto PRN2000	24
Figura 12: Sub-regiões do PROF do Douro no concelho de Vila Flor	30
Figura 13: Corredor Ecológico e Perímetro Florestal no concelho de Vila Flor	35
Figura 14: Perímetro Florestal no concelho de Vila Flor	35
Figura 15: Esquema Global do Modelo territorial para o Norte	39
Figura 16: Componentes da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental	43
Figura 17: Pretensões e sugestões apresentadas na consulta pública	60
Figura 18: Comportamento do peso demográfico das freguesias de Vila Flor, entre 2001 e 2011	66
Figura 19: Evolução da população residente no concelho de Vila Flor, entre 1940 e 2011	68
Figura 20: População Residente no concelho de Vila Flor (estimativa anual) 2012-2014	69
Figura 21: Evolução populacional da população residente, por freguesias, desde 1940 a 2011	71
Figura 22: Indicadores demográficos em Vila Flor, entre 2002 e 2014	75
Figura 23: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Vila Flor, entre 1981 e 2009 (%)	77
Figura 24: Comportamento da estrutura etária das freguesias do concelho de Vila Flor, em 2011	78
Figura 25: Evolução da população por setores de atividade económica, em Vila Flor e no Douro, entre 1991 e 2011	85
Figura 26: População Residente no concelho de Vila Flor, segundo o nível de ensino atingido, em 2011	90
Figura 27: Estabelecimentos por Setores de Atividade, segundo CAE-Rev.2, no concelho de Vila Flor, em 2002	92
Figura 28: Utilização das Terras	95
Figura 29: Principais destinos turísticos na Região Norte	101
Figura 30: Hipsometria e principais festos e talvegues	114
Figura 31: Unidades de paisagem: 1. Vale do rio Tua; 2. Planalto de Carrazeda; 3. Terra Quente Transmontana; 4. Vale da Vilarça,	123
Figura 32: Uso do solo na sub-região Douro	129
Figura 33: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho de Vila Flor	130
Figura 34: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho de Vila Flor	131
Figura 35: Aspectos relevantes da agricultura em Vila Flor	132
Figura 36: Áreas dos Povoamentos Florestais por espécie de árvore dominante, na sub-região do Douro	133
Figura 37: Orografia	135
Figura 38: Rede Urbana	135
Figura 39: Edifícios licenciados, entre 2004 e março de 2014	141
Figura 40: Pedidos de Licenciamento por freguesia, entre 2005 e março de 2010	142
Figura 41: Pedidos de licenciamento por tipo de intervenção, entre 2005 e março 2011	143
Figura 42: Áreas edificadas consolidadas e Áreas edificadas dispersas	160
Figura 43: Sistema Urbano Regional	166

Figura 44: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano (Dimensão demográfica dos Centros Urbanos do concelho de Vila Flor, em 2011) _	170
Figura 45: Funções Centrais do Setor Privado no concelho de Vila Flor, 2011 _____	174
Figura 46: Funções Centrais do Setor Público no concelho de Vila Flor, 2011 _____	177
Figura 47: Hierarquia Atual dos aglomerados do Concelho de Vila Flor (2011) _____	179
Figura 48: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 2001 e 2011 (%) _____	203
Figura 49: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Vila Flor, (em%) _____	207
Figura 50: Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Vila Flor, em 2001 e 2011 _____	209
Figura 51: Edifícios segundo o número de pisos, 2011 _____	211
Figura 52: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infraestruturas urbanas, em 2001 _____	212
Figura 53: Estimativas (revistas) do número de alojamentos familiares clássicos e edifícios de habitação familiar clássicos, entre 2004- 2009 _____	215
Figura 54: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2011 no concelho de Vila Flor _____	220
Figura 55: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia (%) _____	243
Figura 56: Estado de Conservação por Categoria Administrativa _____	245
Figura 57: Distâncias entre a sede de concelho e os Principais Pólos Geradores _____	247
Figura 58: Sistema de Abastecimento de Água _____	259
Figura 59: Solo Urbano do PDM em Vigor _____	281
Figura 60: Áreas edificadas consolidadas e em consolidação, tendo em conta os perímetros urbanos em vigor _____	300

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Afloramentos graníticos, Candoso _____	111
Fotografia 2: Zona planáltica da Terra Quente Transmontana, N. Sr.a da Assunção _____	111
Fotografia 3: Rio Tua _____	115
Fotografia 4: Ribeira da Vilarça _____	115
Fotografia 5: Estrada entre Santa Comba da Vilarça e Benlhevai _____	121
Fotografia 6: Vista de Gavião para o Vale da Vilarça _____	121
Fotografia 7: Fraga do Ovo (curiosidade geológica) _____	121
Fotografia 8: Rio Tua (local com potencialidades para a criação de da Praia Fluvial) _____	121
Fotografia 9: Pedreira da Curva da Nogueira, Vilas Boas _____	127
Fotografia 10: Depósito de entulho, Trindade _____	127
Fotografia 11: Vale da Vilarça _____	130
Fotografia 12: Vinha, Assares _____	131
Fotografia 13: Mosaico agrícola, Gavião _____	131
Fotografia 14: Vinhas inseridas na Região Demarcada do Douro, Ribeira do Caniço, Sampaio _____	133
Fotografia 15: Sobreiro (Quercus suber), Benlhevai _____	134
Fotografia 16: Pinheiro Bravo (Pinus pinaster), Folgares _____	134
Fotografia 17: Casas tradicionais do concelho de Vila Flor _____	138
Fotografia 18: Exemplos de moradias unifamiliares _____	139
Fotografia 19: Edifícios de habitação coletiva em Vila Flor _____	139
Fotografia 20: Casas brasonadas e solarengas (Freixiel, Santa Comba da Vilarça e Vila Flor) _____	140
Fotografia 21: Descaracterização do edificado em Folgares _____	143
Fotografia 22: Vista Geral – Vila Flor _____	145
Fotografia 23: Rua Pinto Manuel António _____	145
Fotografia 24: Rua do Saco _____	147

Fotografia 25: Rua da Residencial _____	147
Fotografia 26: Arco de D. Dinis _____	147
Fotografia 27: Construções ao longo da EN 215 _____	148
Fotografia 28: Construções novas na Rua Sr.ª da Lapa _____	148
Fotografia 29: Largo de S. Pedro _____	149
Fotografia 30: : Largo Manuel de Azevedo _____	149
Fotografia 31: Vista geral de Santa Comba de Vilarica _____	150
Fotografia 32: Vista geral de Seixo de Manhoses _____	151
Fotografia 33: Vista parcial de Seixo de Manhoses _____	151
Fotografia 34: Construções ao longo do CM 1148 _____	151
Fotografia 35: Antiga Forca de Freixiel _____	183
Fotografia 36: Pelourinho de Freixiel _____	185
Fotografia 37: Castelo de Vila Flor _____	185
Fotografia 38: Pelourinho de Vila Flor _____	185
Fotografia 39: Fonte de Vila Flor _____	185
Fotografia 40: Pelourinho de Vilas Boas _____	185
Fotografia 41: Casa Costa Morais _____	187
Fotografia 42: Capela do Santíssimo Sacramento, Assares _____	191
Fotografia 43: Igreja de S. Sebastião, Candoso _____	191
Fotografia 44: Igreja de Santa Catarina, Carvalho de Egas _____	191
Fotografia 45: Igreja de Santa Maria Madalena, Freixiel _____	192
Fotografia 46: Igreja de São Tiago, Lodões _____	192
Fotografia 47: Capela de N.S. do Carrasco, Nabo _____	192
Fotografia 48: Capela de N.S. das Graças, Róios _____	192
Fotografia 49: Igreja de S. Brás, Samões _____	192
Fotografia 50: Capela de N.S. da Conceição, Sampaio _____	193
Fotografia 51: Igreja de São Pedro, Santa Comba de Vilarica _____	193
Fotografia 52: Igreja de Santa Bárbara, Seixo de Manhoses _____	194
Fotografia 53: Igreja da Santíssima Trindade, Trindade _____	194
Fotografia 54: Igreja de São Lourenço, Vale Frechoso _____	194
Fotografia 55: Igreja – Capela do Santíssimo, Valtomo _____	194
Fotografia 56: Igreja Matriz de São Bartolomeu, Vila Flor _____	194
Fotografia 57: Igreja da Misericórdia, Vila Flor _____	194
Fotografia 58: Igreja Matriz de Santa Maria Madalena, Vilas Boas _____	195
Fotografia 59: Cruzeiro, Vilas Boas _____	195
Fotografia 60: Pelourinho de Santa Comba de Vilarica _____	195
Fotografia 61: Casa do Conde, Freixiel _____	196
Fotografia 62: Antigos Paços do Concelho, Vila Flor _____	196
Fotografia 63: Solar dos Condes de Sampaio , Vila Flor _____	196
Fotografia 64: Casa da Câmara, Vilas Boas _____	196

Fotografia 65: Casa tradicional, Viero _____	197
Fotografia 66: Casa tradicional, Nabo _____	197
Fotografia 67: Escola Primária, Vale Frechoso _____	198
Fotografia 68: Fonte e Fonte Velha, Freixiel _____	198
Fotografia 69: Fonte de Lodões, Lodões _____	198
Fotografia 70: Fonte das Bestas, Vila Flor _____	198
Fotografia 71: Núcleo antigo de Santa Comba de Vilariça _____	199
Fotografia 72: Núcleo antigo de Vila Flor _____	199
Fotografia 73: Conjunto com interesse em Vilas Boas _____	200
Fotografia 74: Contentor e Ecoporto em Valtorno _____	264
Fotografia 75: Econcentro em Vila Flor _____	264

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Organização do PDM _____	5
Quadro 2: Variação da população residente na região Norte e nas sub-regiões Alto de Trás-os-Montes e Douro e respetivos concelhos, entre 1981, 2001 e 2011 _____	10
Quadro 3: Índices (nº) de evolução da estrutura etária nos concelhos das sub-regiões do Alto de Trás-os-Montes e do Douro (2001 e 2011) _____	13
Quadro 4: Distribuição da população residente na região do Norte e nas sub-regiões do Alto de Trás-os-Montes e do Douro, em 2001 e 2011, por grupos etários _____	14
Quadro 5: Nível de escolaridade da população e da taxa de analfabetismo nos concelhos das sub-regiões Alto de Trás-os-Montes e Douro, em 2011 _____	18
Quadro 6: Movimentos pendulares originados em Vila Flor, por sub-região de destino _____	21
Quadro 7: Movimentos pendulares com destino a Vila Flor, por sub-região de origem _____	22
Quadro 8: Movimentos pendulares de e para o concelho de Vila Flor por motivos de trabalho e de estudo, em 2011 _____	23
Quadro 9: Funções principais das Sub-regiões do PROF do Douro que abrangem Vila Flor _____	31
Quadro 10: Composição dos espaços florestais arborizados nas sub-regiões homogéneas _____	33
Quadro 11: Região Norte – Principais Recursos, Fatores Distintivos e Objetivos _____	49
Quadro 12: Região Norte - Proposta de potenciais ações a aprofundar _____	50
Quadro 13: Agenda 21 Regional – Ações e projetos a desenvolver por grupo temático _____	55
Quadro 14: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Vila Flor, por freguesias, entre 1981 e 2011 _____	63
Quadro 15: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Vila Flor, entre 1991 e 2001 _____	64
Quadro 16: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Vila Flor _____	65
Quadro 17: Evolução da população residente em Vila Flor, entre 2001 e 2011 _____	69
Quadro 18: Evolução da população residente no concelho de Vila Flor, por freguesias, entre 1940 e 2011 _____	70
Quadro 19: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1991 e 2011 _____	72
Quadro 20: Indicadores demográficos no concelho de Vila Flor e no Douro _____	73
Quadro 21: Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001 _____	74
Quadro 22: Estrutura Etária da População do concelho de Vila Flor, por freguesia, em 2011 _____	78
Quadro 23: Índices de evolução da estrutura etária em Vila Flor e sub-região do Douro (1991, 2001 e 2011) _____	80
Quadro 24: Índices de evolução da estrutura etária em Vila Flor, por freguesias, em 2011 _____	80
Quadro 25: População segundo a Condição perante a Atividade Económica, 1991, 2001 e 2011 _____	84
Quadro 26: Evolução dos indicadores do mercado de trabalho, entre 1991 e 2011 _____	85
Quadro 27: População residente empregada segundo o setor de atividade económica (%), 2001 e 2011 _____	86
Quadro 28: Evolução do Emprego (Pessoas ao serviço), no concelho, no período 2004-2012 _____	87
Quadro 29: Características do Desemprego no concelho de Vila Flor, em 2011 _____	88

Quadro 30: Variação da Taxa de Analfabetismo entre 1991, 2001 e 2011	89
Quadro 31: Evolução do número de estabelecimentos no conc. de Vila Flor, no período 1995-2012	91
Quadro 32: Evolução do número de estabelecimentos no concelho de Vila Flor, no período 2004-2012, por Atividades (CAE-Rev.3)	91
Quadro 33: Número de Empresas, segundo CAE – Rev. 3, em 2012	93
Quadro 34: Empresas por escalão de pessoal ao serviço, em 2012	94
Quadro 35: Variação das Empresas por escalão de pessoal ao serviço, no período 2004-2012	94
Quadro 36: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, entre 2004 e 2012 – Setor Secundário	97
Quadro 37: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, segundo a CAE Rev.3, entre 04 e 2012 – Terciário	98
Quadro 38: Principais recursos turísticos por sub-marcas turístico-promocionais na Região Norte.	100
Quadro 39: Inventário de Recursos Turísticos em Vila Flor	102
Quadro 40: Empreendimentos turísticos existentes em Vila Flor, em 2015	104
Quadro 41: Projetos realizados e em execução no concelho de Vila Flor, no âmbito dos Apoios Financeiros da Administração Central e União Europeia (FEDER, PO NORTE)	106
Quadro 42: Projetos aprovados no âmbito do QREN	107
Quadro 43: Classificação decimal dos cursos de água	114
Quadro 44: Número de edifícios segundo o número de pisos, por Freguesia	137
Quadro 45: Número e área abrangida pelas áreas edificadas consolidadas e dispersas	157
Quadro 46: Áreas edificadas consolidadas e dispersas por aglomerado	158
Quadro 47: Evolução da População, por centro urbano, entre 1991 e 2001	169
Quadro 48: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com a sua Dimensão Demográfica, em 2001	169
Quadro 49: Número de Unidades Funcionais por Função Central do setor privado e por centro urbano, em 2011	172
Quadro 50: Número de ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Privado, em 2011	174
Quadro 51: Funções Centrais do Setor Público, por centro urbano, em 2011.	176
Quadro 52: Número de ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Público, em 2011	177
Quadro 53: População e Alojamentos por freguesia, em 1991, 2001 e 2011	203
Quadro 54: Variação da Dimensão Média das Famílias, por freguesia, no concelho de Vila Flor, 1991 a 2011	205
Quadro 55: Evolução dos Edifícios, por freguesia, no concelho de Vila Flor, entre 1991 a 2011	206
Quadro 56: Evolução dos Indicadores Médios de Ocupação, em 2011	206
Quadro 57: Edifícios segundo a época de construção, por freguesia, no concelho de Vila Flor (em %)	207
Quadro 58: Média de Edifícios por ano em Vila Flor e no Douro, entre 1919 e 2011	208
Quadro 59: Tipo de Alojamentos no concelho de Vila Flor, 2001 e 2011	209
Quadro 60: Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, 2001 e 2011 (em %)	210
Quadro 61: Edifícios segundo o número de pisos, 2011	211
Quadro 62: Alojamentos Familiares de Residência Habitual sem Infraestruturas Urbanas (%)	212
Quadro 63: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação em infraestruturas urbanas, por freguesia (%), em 2011	213
Quadro 64: Proporção de alojamentos sobrelotados, 2011	214
Quadro 65: População em 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino	221
Quadro 66: Ensino pré-escolar (Jardins de Infância) no ano letivo 2012/2013	222
Quadro 67: 1º Ciclo do Ensino Básico no ano letivo 2012/2013	223
Quadro 68: ATL em Vila Flor (ano letivo de 2013/2014)	226
Quadro 69: Lares, Centros de Dia e Centros de Convívio, no Concelho de Vila Flor, 2014	227
Quadro 70: Apoio domiciliário (idosos e integrado) no concelho de Vila Flor, em 2014	227
Quadro 71: Taxa de Cobertura das Freguesias servidas de equipamentos de apoio social à 3ª idade	228
Quadro 72: Número e área (m ²) das instalações desportivas, por freguesia, em 2011	230

Quadro 73: Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia, em 2010 _____	231
Quadro 74: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2011 _____	231
Quadro 75: Associações culturais, recreativas e desportivas, em 2011 _____	232
Quadro 76: Prevenção e Segurança no concelho de Vila Flor, em 2011 _____	232
Quadro 77: Principais ligações à rede exterior _____	237
Quadro 78: Distâncias da sede de concelho aos Principais Pólos Geradores _____	238
Quadro 79: Extensões Viárias por Categoria Administrativa _____	242
Quadro 80: N.º de contentores por localidade e freguesia _____	263
Quadro 81: Evolução do consumo de eletricidade e do número de consumidores no concelho de Vila Flor _____	266
Quadro 82: Estações base de radiocomunicações, no concelho de Vila Flor _____	267
Quadro 83: Classificação e Qualificação do solo do PDM em vigor _____	279
Quadro 84: Síntese das principais regras e parâmetros urbanísticos do PDM de Vila Flor _____	284
Quadro 85: Projetos e Intervenções definidos no âmbito das Propostas sectoriais do PDM de Vila Flor _____	292
Quadro 86: Quantificação das Subcategorias de Espaço Urbano do PDM em vigor _____	296
Quadro 87: Quantificação dos perímetros urbanos em vigor, das áreas edificadas e das áreas livres dos perímetros urbanos, por aglomerado urbano _____	296



1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

1.1 ÂMBITO

A Câmara Municipal de Vila Flor deliberou, em 21 de fevereiro de 2005, proceder à revisão do seu Plano Diretor Municipal (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/94, publicada no Diário da República n.º 260, I Série-B, de 10 de outubro de 1994, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 206/97, publicada no Diário da República n.º 283, I Série-B, de 9 de dezembro de 1997), em conformidade com a legislação relativa aos Instrumentos de Gestão Territorial e com o próprio regulamento do PDM, que através do seu artigo 5º estipula como período máximo de vigência do plano os 10 anos contados a partir da sua publicação em Diário da República.

Esta Autarquia desencadeou o processo de revisão por considerar necessária a adequação do Plano à realidade concelhia, que foi ao longo dos últimos anos objeto de significativas transformações, a identificação e definição de elementos estruturantes do território, a supressão de deficiências e omissões detetadas e o agilizar da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade atual do concelho. Um outro fator preponderante na decisão de rever o PDM prende-se com a atual necessidade de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território por forma a tornar a gestão do território mais eficiente e menos discricionária.

O presente relatório é elaborado no âmbito da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Flor e diz respeito aos Estudos de Caracterização, fase em que é efetuada uma recolha de informação, o mais completa e direcionada possível, por forma a assegurar uma compreensão aprofundada da realidade atual do território no que se refere às características físicas – ambientais e urbanísticas –, sociais e económicas e, ainda, às relações com a envolvente.

1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL

O procedimento de Revisão do PDM é enquadrado pelo disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT) estabelecido no Decreto-Lei n.º 80/15, de 24 de maio, enquadrado pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

Assim, e de acordo com a legislação referida que atualmente regulamenta os Planos Territoriais, o Plano Diretor Municipal “é o instrumento que *estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os*



municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.”

Em maio de 2009 foram publicados três diplomas essenciais que visam regulamentar e operacionalizar o RJIGT, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 380/99:

- **Decreto Regulamentar n.º 9/2009**, de 29 de maio, que define os conceitos técnicos a utilizar pelos instrumentos de gestão territorial nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo;
- **Decreto Regulamentar n.º 10/2009**, de 29 de maio, que define as características da cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de condicionantes;
- **Decreto Regulamentar n.º 11/2009**, de 29 de maio, que estabelece os critérios de classificação e requalificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano.
- Este último, foi entretanto revogado pelo **Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto**, visando a sua adequação à legislação atual.

A par da Revisão do PDM, e conforme referido acima, deverá decorrer o procedimento de Avaliação Ambiental. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, foram transpostas para a ordem jurídica nacional as diretivas europeias referentes à avaliação ambiental de planos e programas. Assim, e de acordo com o disposto no RJIGT constitui elemento de acompanhamento do PDM o “*Relatório Ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultante das aplicações do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos*”.

Importa também frisar a necessidade de integrar a temática do Ruído, em conformidade com o disposto no Regulamento Geral do Ruído (RGR, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro) que atribui às câmaras municipais a responsabilidade de elaborarem “*mapas de ruído para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos diretores municipais*”, competindo-lhes ainda “*estabelecer nos PMOT a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas*”. Os Mapas de Ruído constituem um dos elementos que acompanha o PDM, nos termos da Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro, alterada com a publicação do RGR.



1.3 CONTEÚDO E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

De acordo com o RJGT, o artigo 96º determina que o PDM, “define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial estabelecendo, nomeadamente:

- a) *A caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;*
- b) *Os objetivos de desenvolvimento económico local e as medidas de intervenção municipal no mercado de solos;*
- c) *Os critérios de sustentabilidade a adotarem, bem como os meios disponíveis e as ações propostas, que sejam necessários à proteção dos valores e dos recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais, e a identificação da estrutura ecológica municipal;*
- d) *A referenciação espacial dos usos e das atividades, nomeadamente através da definição das classes e das categorias de espaços;*
- e) *A definição de estratégias de localização, de distribuição e desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*
- f) *A identificação e a qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução dos programas e das políticas de desenvolvimento agrícola e florestal, bem como de recursos geológicos e energéticos;*
- g) *A identificação e a delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e das condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;*
- h) *A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;*
- i) *Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão, assim como a cedência média para efeitos de perequação;*
- j) *Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão;*



- k) *A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;*
- l) *A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano, identificando, cada uma destas, os respetivos objetivos e os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;*
- m) *A identificação de condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal;*
- n) *A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;*
- o) *As condições de atuação sobre áreas de reabilitação urbanas, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;*
- p) *A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;*
- q) *A proteção e a salvaguarda de recursos e de valores naturais que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo;*
- r) *O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão.”*

Em termos do conteúdo documental, o RJIGT estabelece, no seu artigo 97º, que:

1. *“O plano diretor municipal é constituído por:*
 - a) *Regulamento;*
 - b) *Planta de ordenamento, que representa que representa o modelo de organização espacial do território municipal;*
 - c) *Planta de condicionantes, que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor;*
2. *O plano diretor municipal é acompanhado por:*
 - a) *Relatório;*
 - b) *Relatório ambiental,*
 - c) *Programa de execução;*
 - d) *Plano de Financiamento.*



3. O plano diretor é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos complementares:
- Planta de enquadramento regional,
 - Planta da Situação Existente;
 - Planta e relatório com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos emitidos ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
 - Mapa de Ruído;
 - Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
 - Ficha de Dados Estatísticos.

Dando resposta ao conteúdo estabelecido na legislação em vigor para os PDM, os Estudos de Caracterização da Revisão do PDM de Vila Flor apresentam a seguinte organização:

Quadro 1: Organização do PDM

VOLUMES	PEÇAS ESCRITAS	PEÇAS DESENHADAS
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Estudos de Caracterização1. Introdução e Enquadramento2. Vila Flor e o Contexto Regional3. Programas Territoriais4. Planos Municipais, Compromissos e Pretensões5. Análise Demográfica6. Estrutura Produtiva e Base Económica7. Caracterização Biofísica8. Uso e Ocupação do Território9. Sistema Urbano10. Valores Culturais11. Habitação12. Equipamentos Coletivos13. Rede Viária e Transportes14. Infraestruturas Urbanas15. Riscos Naturais e Tecnológicos16. Avaliação da Execução do PDM em vigor17. Síntese de Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">1 – Planta de Enquadramento (1:500 000)2 - Análise Biofísica – Fisiografia/ Declives (1:25 000)3 - Análise Biofísica - Valores Naturais (1:25 000)4 – Planta da Situação Existente (1:25 000)5 - Valores Culturais (1:25 000)6 - Equipamentos Coletivos (1:25 000)7 – Rede Viária - Estrutura e Hierarquização Atuais (1:25 000)

1.4 OBJETIVOS GERAIS

A 1ª revisão do PDM de Vila Flor tem por objetivos gerais:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, através da atualização do seu conteúdo, do colmatar de deficiências e omissões detetadas e do enquadramento de novos investimentos programados;



- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial, as mudanças operadas nos últimos anos e a necessidade de rever os objetivos e vetores de desenvolvimento do concelho previstos no PDM em vigor;
- Estabelecer um ordenamento do território adequado e equilibrado, que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais;
- Proceder à articulação do PDM, nesta sua 1ª revisão, com os programas territoriais que abrangem o concelho, nomeadamente com o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte;
- Proceder à articulação do PDM com outros Planos Municipais em vigor ou em elaboração, nomeadamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Municipal de Emergência;
- Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, procurando incentivar o crescimento à custa do preenchimento de áreas intersticiais;
- Promover a reabilitação de alguns aglomerados, propondo, sempre que se justifique, a criação de espaços verdes e de novas áreas de equipamentos de utilização coletiva, inserida numa estratégia de regeneração do sistema urbano do território municipal;
- Rever os princípios e as regras de preservação do património cultural, e promover a proteção e valorização dos núcleos históricos e do espólio arquitetónico e arqueológico, procurando assegurar a defesa do património municipal;
- Rever os princípios e as regras de proteção do património natural, através da adequação das restrições impostas a intervenções em áreas rurais, por forma a preservar o ambiente e o património paisagístico do concelho;
- Proceder à reestruturação da rede viária adequando-a ao Plano Rodoviário Nacional em vigor e considerando o traçado de novas infraestruturas viárias;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Estudar e enquadrar alguns investimentos programados, articulando-os com a necessidade de providenciar áreas ou corredores para a sua implementação, especialmente nas zonas situadas fora dos perímetros urbanos;

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Flor deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo



de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes em matéria de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada num conhecimento fundamentado da realidade, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as *realidades-problema* do concelho.

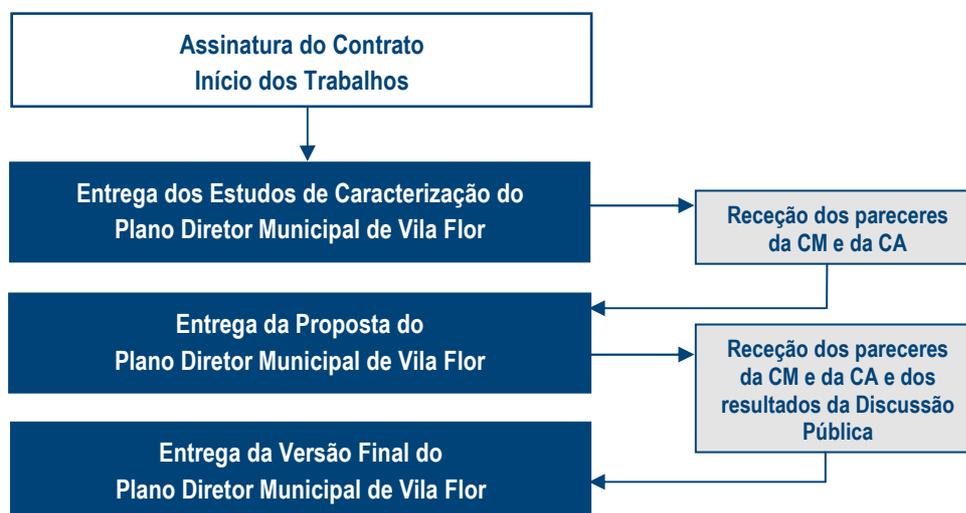
1.5 FASEAMENTO

A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Flor obedece ao seguinte faseamento geral:

- **1ª Fase – Estudos de Caracterização** – corresponde ao período de recolha da informação necessária à compreensão da situação atual do Concelho, no que se refere às condições físicas, urbanísticas, sociais e económicas. Com base na informação recolhida é, então, efetuado o diagnóstico da situação atual, identificando os principais constrangimentos e potencialidades do concelho.
- **2ª Fase – Proposta de Plano** – esta fase corresponde ao desenvolvimento da proposta de ordenamento, sendo elaboradas a Planta de Ordenamento, a Planta de Condicionantes assim como o regulamento do Plano. É também elaborado o Relatório de Fundamentação que acompanha o Plano, assim como o Programa de Execução.
- **3ª Fase – Versão Final do Plano** – Serão introduzidas as alterações e correções necessárias, e será preparado o processo para efeitos de publicação em Diário da República, após a aprovação pela Assembleia Municipal.

Assinala-se ainda a existência de períodos intercalares, em que são apreciados, pela Comissão Consultiva, Câmara Municipal e por outras entidades, os elementos do Plano entregues na respetiva fase.

Figura 1: Esquema do faseamento do processo de elaboração da 1ª Revisão do PDM de Vila Flor





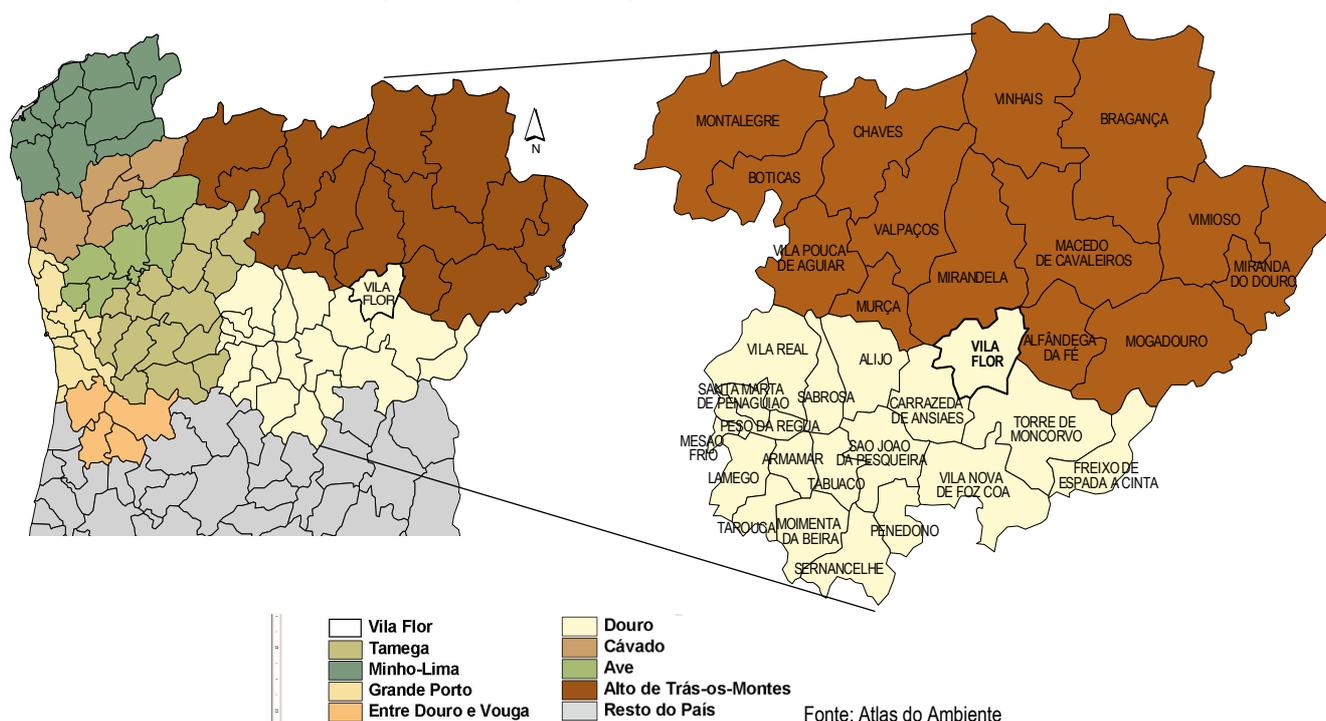
2. VILA FLOR E O CONTEXTO REGIONAL

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Com efeito, o conhecimento destes dois fatores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio.

Esta análise é essencial, também no caso do concelho de Vila Flor, que, além de constituir um território *periférico*, apresenta algumas debilidades que poderão condicionar o seu desenvolvimento, relacionadas, essencialmente, com o fator interioridade e com a tendência para o duplo envelhecimento da população (aumento da população idosa e diminuição da população jovem), que apesar de enquadrável na região em que insere, não deixa de assumir contornos preocupantes.

O concelho integra a região Norte (NUT II) e a sub-região Douro (NUT III), da qual também fazem parte os concelhos de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada-à-Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Vila Flor, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Coa e Vila Real. Com as alterações as NUTSIII em 2013 Vila Flor passou a integrar a NUTIII Terras de Trás-os-Montes.

Figura 2: Sub-regiões da Região Norte e o concelho de Vila Flor





Do ponto de vista administrativo, o município pertence ao distrito de Bragança, fazendo fronteira com os concelhos de Mirandela a Norte e Noroeste, Alfândega da Fé a Nordeste, Torre de Moncorvo a Sudeste e Carrazeda de Ansiães a Sudoeste.

Vila Flor integra ainda à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana da qual fazem também parte os municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, apresentando como missão “o desenvolvimento equilibrado dos municípios seus associados tendo em vista ganhos de eficiência, eficácia e economia, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, coordenando a sua atuação nos domínios do ambiente, cultura, turismo, acessibilidades e transportes, equipamentos de utilização coletiva, gestão estratégica, económica, social e territorial”.

Ocupando uma área de 265,82 km² equivalente a cerca de 6,5% da área total da sub-região do Douro e a apenas 1,2% da Região Norte, Vila Flor é um concelho relativamente pequeno quando comparado com alguns dos municípios vizinhos e é constituído por 19 freguesias: Assares, Benlhevai, Candoso, Carvalho de Egas, Freixiel, Lodões, Mourão, Nabo, Róios, Samões, Sampaio, Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, Trindade, Vale Frechoso, Valtorno, Vila Flor, Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas. A sede de concelho – Vila Flor – está situada na freguesia homónima.

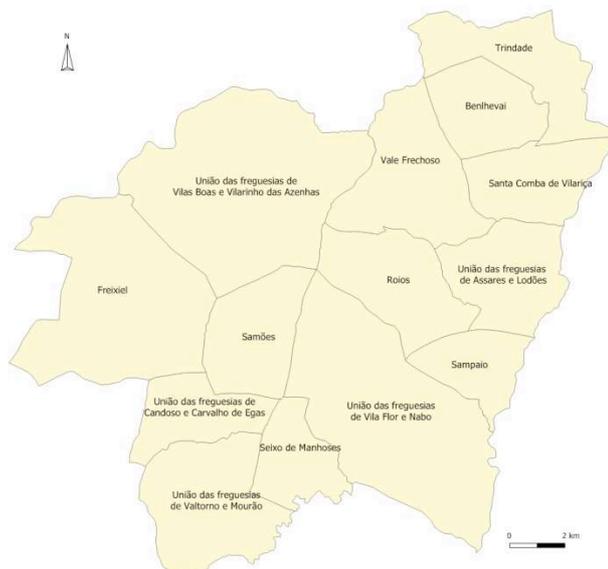
Com a recente (2013) reforma administrativa o concelho passou a integrar 14 freguesias, unindo-se Assares e Lodões, Candoso e Carvalho de Égas, Valtorno e Mourão, Vila Flor e Nabo, e Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas.

Figura 3: Distrito de Bragança



Fonte: Atlas do Ambiente

Figura 4: Freguesias do concelho de Vila Flor



Fonte: Atlas do Ambiente



2.1 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SÓCIO-ECONÓMICO

Esta análise será efetuada a dois níveis: sub-regional, em que pela proximidade, relação administrativa e afinidade cultural serão consideradas, simultaneamente, a sub-região Douro e a sub-região de Alto de Trás-os-Montes, e regional, ao nível da região Norte. Poderão, assim, ser estabelecidas comparações e identificados dinamismos e bloqueios, não só no domínio demográfico, mas também no plano sócio-económico.

De acordo com os resultados definitivos do XV Recenseamento Geral da População e da Habitação, quer a sub-região do Alto de Trás-os-Montes, quer a sub-região Douro representavam, em 2011, aproximadamente, 5,5% da população da região Norte. No mesmo ano, Vila Flor possuía, um total de 6697 habitantes, representativos de 3,3% da população da sub-região Douro e de cerca de 0,2% do total da região.

Os concelhos que mais contribuíam para o quantitativo populacional do Alto de Trás-os-Montes eram Chaves (20,2%, 41243 habitantes), Bragança (17,3%, 35341 habitantes) e Mirandela (11,7%, 23850 habitantes), e para o total de população da sub-região Douro eram os concelhos de Vila Real (25,2%, 51850 habitantes) e Lamego (13,0%, 26691 habitantes), já que são os municípios que têm como sede as principais cidades da região onde se concentra a maior parte da população. Os restantes concelhos apresentavam contribuições relativamente baixas de população residente, sendo que eram os concelhos de Penedono, Freixo de Espada à Cinta e Mesão Frio os que apresentavam os quantitativos populacionais mais baixos deste conjunto de municípios.

Quadro 2: Variação da população residente na região Norte e nas sub-regiões Alto de Trás-os-Montes e Douro e respetivos concelhos, entre 1981, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Área (km ²)	População Residente				Taxa de Variação (%)			Densidade Populacional (hab./km ²)			
		1981	1991	2001	2011	1981-91	1991-01	2001-11	1981	1991	2001	2011
Região Norte	21282,8	3410099	3472939	3687293	3689682	1,80	6,20	0,06	160,2	163,2	173,3	173,4
Sub-região Alto Trás-os-Montes	8167,9	272186	237232	225334	204381	-12,80	-5,00	-9,30	33,3	29	27,6	25,0
Alfândega da Fé	321,9	7925	6734	5963	5104	-15,00	-11,40	-14,41	24,6	20,9	18,5	15,9
Boticas	1173,6	8773	7936	6417	5750	-9,50	-19,10	-10,39	7,5	6,8	5,5	4,9
Bragança	699,2	35380	33055	34750	35341	-6,60	5,10	1,70	50,6	47,3	49,7	50,5
Chaves	488	45883	40940	43667	41243	-10,80	6,70	-5,55	94	83,9	89,5	84,5
Macedo de Cavaleiros	659	21608	18930	17449	15776	-12,40	-7,80	-9,59	32,8	28,7	26,5	23,9
Miranda do Douro	755,7	9948	8697	8048	7482	-12,60	-7,50	-7,03	13,2	11,5	10,7	9,9
Mirandela	481,5	28879	25209	25819	23850	-12,70	2,40	-7,63	60	52,4	53,6	49,5
Mogadouro	694,9	15340	12188	11235	9542	-20,50	-7,80	-15,07	22,1	17,5	16,2	13,7
Montalegre	322	19403	15464	12762	10537	-20,30	-17,50	-17,43	60,3	48	39,6	32,7
Murça	591,3	8218	7371	6752	5952	-10,30	-8,40	-11,85	13,9	12,5	11,4	10,1
Valpaços	805,8	26066	22586	19512	16882	-13,40	-13,60	-13,48	32,3	28	24,2	21,0
Vila Pouca de Aguiar	189,4	20121	17081	14998	13187	-15,10	-12,20	-12,07	106,2	90,2	79,2	69,6
Vimioso	548,8	8500	6323	5315	4669	-25,60	-15,90	-12,15	15,5	11,5	9,7	8,5



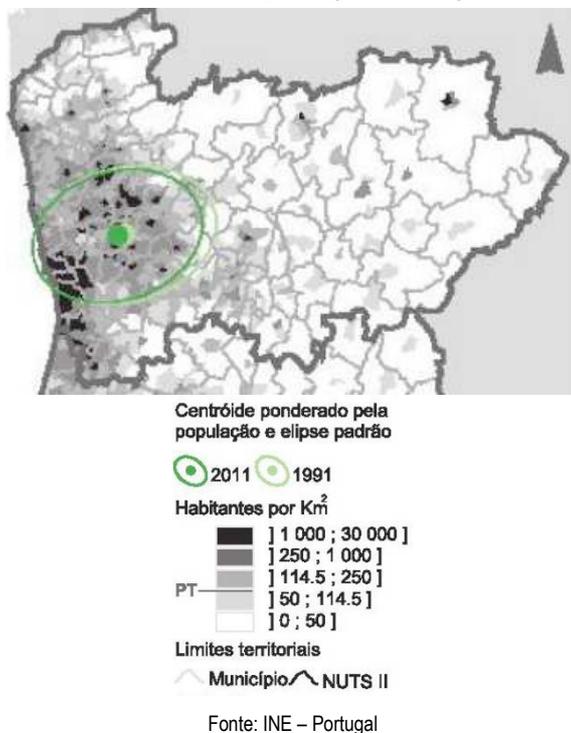
Unidade Geográfica	Área (km ²)	População Residente				Taxa de Variação (%)			Densidade Populacional (hab./km ²)			
		1981	1991	2001	2011	1981-91	1991-01	2001-11	1981	1991	2001	2011
Vinhais	437,1	16142	12727	10646	9066	-21,20	-16,40	-14,84	36,9	29,1	24,4	20,7
Sub-região Douro	4107,6	261562	238695	221853	205902	-8,70	-7,10	-7,19	63,7	58,1	54	50,1
Alijó	297,6	18846	16327	14320	11942	-13,40	-12,30	-16,61	63,3	54,9	48,1	40,1
Armamar	117,3	9426	8677	7492	6297	-7,90	-13,70	-15,95	80,4	74,0	63,9	53,7
Carrazeda de Ansiães	279,2	11420	9235	7642	6373	-19,10	-17,20	-16,61	40,9	33,1	27,4	22,8
Freixo de Espada à Cinta	245,1	5717	4914	4184	3780	-14,00	-14,90	-9,66	23,3	20,0	17,1	15,4
Lamego	164,1	32833	30164	28081	26691	-8,10	-6,90	-4,95	200,1	183,8	171,1	162,7
Mesão Frio	26,7	6335	5519	4926	4433	-12,90	-10,70	-10,01	237,3	206,7	184,5	166,0
Moimenta da Beira	220	12809	12317	11074	10212	-3,80	-10,10	-7,78	58,2	56,0	50,3	46,4
Penedono	133,7	4189	3731	3445	2952	-10,90	-7,70	-14,31	31,3	27,9	25,8	22,1
Peso da Régua	94,6	22472	21567	18832	17131	-4,00	-12,70	-9,03	237,5	228,0	199,1	181,1
Sabrosa	156,9	9050	7478	7032	6361	-17,40	-6,00	-9,54	57,7	47,7	44,8	40,5
Santa Marta de Penaguião	69,3	11194	9703	8569	7356	-13,30	-11,70	-14,16	161,5	140,0	123,7	106,1
São João da Pesqueira	266,1	10219	9581	8653	7874	-6,20	-9,70	-9,00	38,4	36,0	32,5	29,6
Semancelhe	228,6	7499	7020	6227	5671	-6,40	-11,30	-8,93	32,8	30,7	27,2	24,8
Tabuaço	133,9	8521	7901	6785	6350	-7,30	-14,10	-6,41	63,6	59,0	50,7	47,4
Tarouca	100,1	9368	9579	8308	8048	2,30	-13,30	-3,13	93,6	95,7	83,0	80,4
Torre de Moncorvo	531,6	13674	10969	9919	8572	-19,80	-9,60	-13,58	25,7	20,6	18,7	16,1
Vila Flor	265,8	9719	8828	7913	6697	-9,20	-10,40	-15,37	36,6	33,2	29,8	25,2
Vila Nova de Foz Coa	398,2	11251	8885	8494	7312	-21,00	-4,40	-13,92	28,3	22,3	21,3	18,4
Vila Real	378,8	47020	46300	49957	51850	-1,50	7,90	3,79	124,1	122,2	131,9	136,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011.

No que respeita à evolução da população, as sub-regiões do Alto de Trás-os-Montes e do Douro, que foram as que sofreram maiores decréscimos da população entre 1991 e 2001, tendo mantido a tendência de perda na última década, com um ritmo mais acentuado. Com efeito, entre 2001 e 2011 verificaram-se duas tendências na região Norte: **persistência da litoralização da população residente e reforço da importância demográfica dos pólos urbanos**, nas sub-regiões com menor dinamismo demográfico. Desta forma, desenha-se um padrão de urbanização crescente no “interior” Norte, em que aos processos de perda populacional nas áreas rurais, se alia o crescimento da população residente em algumas áreas urbanas, sendo já muito notório o desenvolvimento de cidades como Vila Real, Bragança, Chaves ou Mirandela, que tem tido implicações no redesenhar do limite do espaço urbano. Processos semelhantes têm vindo a ocorrer em concelhos e núcleos urbanos de menor dimensão, a que Vila Flor não é exceção – verificou-se uma tendência de perda populacional em todas as freguesias do concelho e por outro lado o reforço do peso da freguesia Vila Flor, que corresponde a 34% da população residente no concelho, ocupando apenas 12% da sua área (antes da reforma administrativa).



Figura 5: Densidade Populacional por freguesia da Região Norte, em 2011



É por demais evidente a disparidade existente entre o *litoral* e o *interior*, com uma grande concentração populacional nas sub-regiões do Grande Porto, de Entre Douro e Vouga, do Tâmega e do Ave. A sub-região do Alto Trás-os-Montes possui uma **densidade populacional** de 25 hab/km² e a sub-região do Douro uma densidade populacional de 50,1 hab/km², valores bastante inferiores à média regional (173,4 hab/km²), sendo isto válido não só para as sub-regiões na sua globalidade, mas também para todos os concelhos que as integram (2011).

No que respeita especificamente ao concelho de Vila Flor, os 6697 residentes no concelho em 2011, distribuídos pelos

seus 265,8 km² representavam uma densidade populacional de 25,2 hab/km², o que constitui um valor significativamente baixo.

A **taxa de natalidade** do concelho de Vila Flor de 5,4‰, em 2011 (3,9‰ em 2014), sem ser das mais baixas da sub-região, era, em 2011, inferior à média dos concelhos do Douro (7‰). No que diz respeito à **taxa de mortalidade**, o concelho de Vila Flor apresentava também, em 2011, uma das situações menos favoráveis, com 14,2‰ (14,4‰ em 2014), face aos 11,8‰ da sub-região Douro e 13‰ da Terras de Trás-os-Montes.

Da análise do Quadro 3 destaca-se o significativo aumento do **índice de envelhecimento** em todos os concelhos das sub-regiões do Alto de Trás-os-Montes e do Douro, que, em muitos casos, chega a duplicar. No caso específico de Vila Flor, este indicador situava-se, em 2001, nos 178,8, um valor extremamente elevado que indica a existência de sensivelmente 180 idosos por cada 100 jovens, agravando para 287,4 em 2011.

Em consequência do envelhecimento da população, o **índice de dependência de idosos** aumentou em todos os concelhos em análise, registando um valor de 47,7% em Vila Flor, superior à média sub-regional de 36%.



Por seu turno, a baixa taxa de natalidade, é um dos fatores que se reflete diretamente no decréscimo do **índice de dependência de jovens** da sub-região e do concelho, indiciando um peso menor das faixas etárias mais jovens na sua estrutura populacional. Esta situação verificou-se em todos os concelhos da sub-região, ainda que em Vila Flor se tenha registado uma diminuição muito significativa, na medida em que se passou dos 20 para os 17,8 dependentes por cada 100 ativos.

O **índice de dependência total** – que relaciona a população das faixas etárias dependentes (ou seja que não produzem riqueza, nomeadamente os idosos e as crianças e jovens não ativos) com a população ativa – manteve-se em resultado da evolução verificada nestes dois indicadores (diminuição do índice de dependência de jovens na mesma proporção do aumento do índice de dependência de idosos). Em 2011, em Vila Flor existiam cerca de 65 indivíduos dependentes por cada 100 indivíduos ativos.

Quadro 3: Índices (nº) de evolução da estrutura etária nos concelhos das sub-regiões do Alto de Trás-os-Montes e do Douro (2001 e 2011)

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento		Índice de Dependência de Idosos		Índice de Dependência de Jovens		Índice de Dependência Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Região Norte	79,8	113,3	20,3	25,3	25,5	22,3	45,9	47,5
Sub-região Alto Trás-os-Montes	165,3	249,2	35,8	45,7	21,6	18,4	57,5	64,1
Alfândega da Fé	222	334,7	46,4	56,3	20,9	16,8	67,3	73,1
Boticas	210,8	314,5	44,7	54,7	21,2	17,4	66	72,1
Bragança	140,1	187,5	29,3	36,1	20,9	19,2	50,3	55,3
Chaves	137,7	200,7	30	38,7	21,7	19,3	51,8	57,9
Macedo de Cavaleiros	155,7	240	35,4	46,7	22,7	19,5	58,3	66,2
Miranda do Douro	235,8	331,9	43,3	56	18,3	16,9	61,8	72,8
Mirandela	130,8	207,7	30,9	40,3	23,6	19,4	54,6	59,7
Mogadouro	207,9	347,6	42,1	55,3	20,2	15,9	62,4	71,3
Montalegre	209,3	347,1	45,8	57,5	21,8	16,6	67,7	74,1
Murça	165,7	251,3	37,1	46,2	22,4	18,4	59,6	64,6
Valpaços	182,6	313,3	40,3	54,9	22	17,5	62,5	72,4
Vila Pouca de Aguiar	136,3	225,5	32,2	42,3	23,6	18,7	55,9	61
Vimioso	278,6	447,2	53,5	73,8	19,2	16,5	72,7	90,3
Vinhais	281,6	492,8	50,3	69,1	17,8	14	68,2	83,1
Sub-Região Douro	128	175,5	30,9	36,4	24,1	20,7	55,2	57,1
Alijó	154,4	249,3	35,7	46,3	23,1	18,6	58,9	64,9
Armamar	133,5	192,5	33,6	41,2	25,1	21,4	58,8	62,6
Carrazeda de Ansiães	223,2	320,1	46,3	55	20,7	17,2	67,1	72,2
Freixo de Espada à Cinta	276,3	305,8	54,5	64,4	19,7	21	74,3	85,4
Lamego	105	145,3	26,3	30,7	25,1	21,2	51,5	51,9
Mesão Frio	104,8	160,5	26	31,8	24,8	19,8	51	51,6
Moimenta da Beira	117,6	165,8	32,6	38,1	27,7	23	60,5	61,2
Penedono	181,2	233,4	42,9	48,4	23,7	20,7	66,7	69,2



Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento		Índice de Dependência de Idosos		Índice de Dependência de Jovens		Índice de Dependência Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Peso da Régua	95,4	144,4	24,2	29,3	25,3	20,3	49,6	49,5
Sabrosa	146,8	214,2	34,9	43,6	23,8	20,4	58,8	64
Santa Marta de Penaguião	144,4	207,5	31,7	39,7	21,9	19,1	53,7	58,8
São João da Pesqueira	119,2	171,6	32,3	36,4	27,1	21,2	59,5	57,5
Semancelhe	134	212,4	34,4	44,4	25,6	20,9	60,1	65,3
Tabuaço	135,9	192,2	36,8	37,6	27	19,5	63,9	57,1
Tarouca	93,5	121,8	27	29,8	28,9	24,5	56,1	54,4
Torre de Moncorvo	229,7	394,8	48,8	60,3	21,2	15,3	70,1	75,6
Vila Flor	178,8	267,6	36,6	47,7	20,4	17,8	57,2	65,5
Vila Nova de Foz Coa	216,7	287,4	45,2	53,6	20,8	18,7	66,1	72,3
Vila Real	95,7	121,1	22,6	26,9	23,6	22,2	46,3	49

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001 e 2011

Relativamente à evolução da distribuição e à própria distribuição da população por **grupos etários**, o concelho de Vila Flor, à semelhança de tantos outros desta área geográfica, apresenta uma perda significativa de população jovem e um aumento sensível de população idosa, tendo mantido o peso de população ativa.

Em 2011, o concelho de Vila Flor apresentava 28,8% de população idosa, face aos 23,2% da sub-região. Paralelamente, era dos concelhos com menor peso de população jovem – 10,8% da população tinha menos de 14 anos, contra os 13,2% registados pela totalidade dos municípios do Douro.

Refira-se, então, que, de 2001 para 2011, houve um envelhecimento da população associado à perda de importância dos estratos da população jovem e ao crescimento da população idosa, sendo isto válido tanto para Vila Flor, como para a quase totalidade dos restantes concelhos.

Quadro 4: Distribuição da população residente na região do Norte e nas sub-regiões do Alto de Trás-os-Montes e do Douro, em 2001 e 2011, por grupos etários

Unidade Territorial	População 2001				População 2011			
	Total	Grupos Etários (% da população total)			Total	Grupos Etários (% da população total)		
		0-14	15-64	65 ou mais		0-14	15-64	65 ou mais
Região Norte	3687293	17,5	68,5	14,0	3689682	15,1	67,8	17,1
Sub-região Alto Trás-os-Montes	223333	13,8	63,5	22,7	204381	11,2	60,9	27,9
Alfândega da Fé	5963	12,5	59,8	27,7	5104	9,7	57,8	32,5
Boticas	6417	12,8	60,2	27,0	5750	10,1	58,1	31,8
Bragança	34750	13,9	66,5	19,5	35341	12,4	64,4	23,2
Chaves	43667	14,4	65,9	19,8	41243	12,2	63,3	24,5
Macedo de Cavaleiros	17449	14,4	63,2	22,4	15776	11,7	60,2	28,1
Miranda do Douro	8048	11,4	61,8	26,8	7482	9,8	57,9	32,4



Unidade Territorial	População 2001				População 2011			
	Total	Grupos Etários (% da população total)			Total	Grupos Etários (% da população total)		
		0-14	15-64	65 ou mais		0-14	15-64	65 ou mais
Mirandela	25819	15,3	64,7	20,0	23850	12,1	62,6	25,2
Mogadouro	11235	12,5	61,6	25,9	9542	9,3	58,4	32,3
Montalegre	12762	13,1	59,6	27,3	10537	9,5	57,4	33,0
Murça	6752	14,1	62,6	23,3	5952	11,2	60,8	28,1
Valpaços	19512	13,6	61,6	24,8	16882	10,2	58,0	31,8
Vila Pouca de Aguiar	14998	15,2	64,2	20,7	13187	11,6	62,1	26,2
Vimioso	5315	11,1	57,9	31,0	4669	8,7	52,5	38,8
Vinhais	10646	10,6	59,4	29,9	9066	7,7	54,6	37,7
Sub-Região Douro	221853	15,6	64,4	20,0	205902	13,2	63,6	23,2
Alijó	14320	14,6	62,9	22,5	11942	11,3	60,6	28,1
Armamar	7492	15,9	63,0	21,2	6297	13,2	61,5	25,3
Carraceda de Ansiães	7642	12,4	59,9	27,7	6373	10,0	58,1	31,9
Freixo de Espada à Cinta	4184	11,3	57,4	31,3	3780	11,3	53,9	34,7
Lamego	28081	16,6	66,0	17,4	26691	13,9	65,8	20,2
Mesão Frio	4926	16,5	66,2	17,3	4433	13,1	66,0	21,0
Moimenta da Beira	11074	17,3	62,3	20,4	10212	14,3	62,1	23,7
Vila Flor	3445	14,2	60,0	25,8	2952	12,3	59,1	28,6
Peso da Régua	18832	17,0	66,9	16,2	17131	13,6	66,9	19,6
Sabrosa	7032	15,0	63,0	22,0	6361	12,4	61,0	26,6
Santa Marta de Penaguião	8569	14,3	65,0	20,7	7356	12,0	63,0	25,0
São João da Pesqueira	8653	17,0	62,7	20,3	7874	13,4	63,5	23,1
Sernancelhe	6227	16,0	62,5	21,5	5671	12,6	60,5	26,9
Tabuaço	6785	16,5	61,0	22,5	6350	12,4	63,7	23,9
Tarouca	8308	18,6	64,1	17,4	8048	15,9	64,8	19,3
Torre de Moncorvo	9919	12,5	58,8	28,7	8572	8,7	56,9	34,4
Vila Flor	7913	13,0	63,6	23,3	6697	10,8	60,4	28,8
Vila Nova de Foz Coa	8494	12,6	60,2	27,2	7312	10,8	58,0	31,1
Vila Real	49957	16,2	68,4	15,5	51850	14,9	67,1	18,0

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001 e 2011

No que se refere à distribuição da população ativa do concelho de Vila Flor pelos três **setores de atividade** constata-se uma afetação maioritária ao setor terciário (56%), face aos setores secundário (24%) e primário (20%), sendo que este último, apesar de ter vindo a sofrer uma redução progressiva, continua a apresentar um peso considerável. Esta distribuição verifica-se de forma semelhante na NUTIII – Douro, ainda que o setor primário tenha um peso menor.

No setor secundário é no subsetor da “Construção” que se regista um maior número de população empregada. Em relação às atividades terciárias são as relacionadas com o “Comércio por grosso e a retalho” e “Alojamento, Restauração e Similares” as que assumem maior representatividade na estrutura económica do concelho.



É ainda de referir que das empresas existentes no concelho, apenas 19% labora numa lógica empresarial (com pessoas ao serviço), nomeadamente possuindo alguma dimensão ao nível dos recursos humanos que afeta (Quadros do Pessoal, DETEFP).

Comparando a distribuição da população empregada por **grupos de profissões** em Vila Flor com a restante sub-região, verifica-se que as profissões que exigem maior qualificação (nomeadamente os grupos 1, 2, 3 e 4) assumem, em termos absolutos e em termos relativos, um menor peso quer em Vila Flor, quer nos restantes concelhos do Douro, com exceção para Vila Real, onde a estrutura económica e empresarial é mais sólida e exigente. Destaque para o peso assumido pelo *Grupo 9, relativo aos trabalhadores não qualificados*, que em Vila Flor corresponde a 18% da população ativa (411 pessoas), constituindo uma debilidade séria e um entrave à evolução da estrutura produtiva, para o *Grupo 7 – Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (14%, 320 pessoas), para o *Grupo 6 – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta* (13%, 305 pessoas), evidenciando o peso deste setor na atividade económica do concelho, e, finalmente, para o *Grupo 5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, já num lugar de destaque com 19% (423 pessoas). Nos outros municípios da NUTIII Douro, a situação é similar, exceto, como se referiu, em Vila Real.

Figura 6: Setores de atividade económica na sub-região e no concelho de Vila Flor (em baixo), em 2011

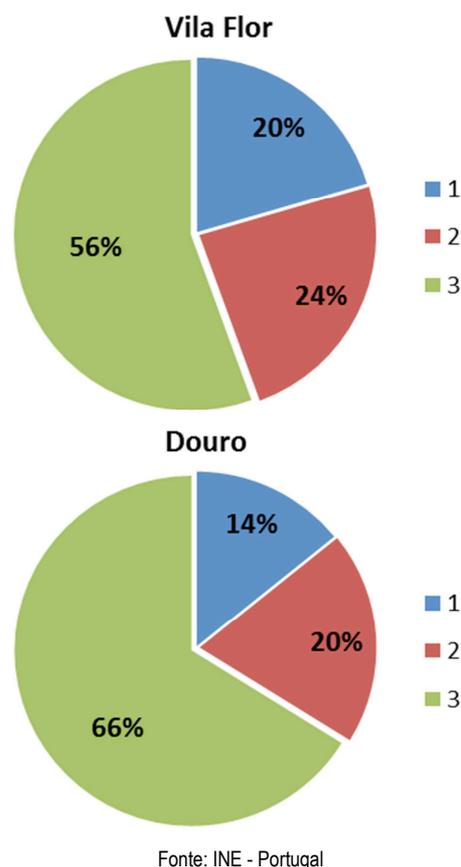
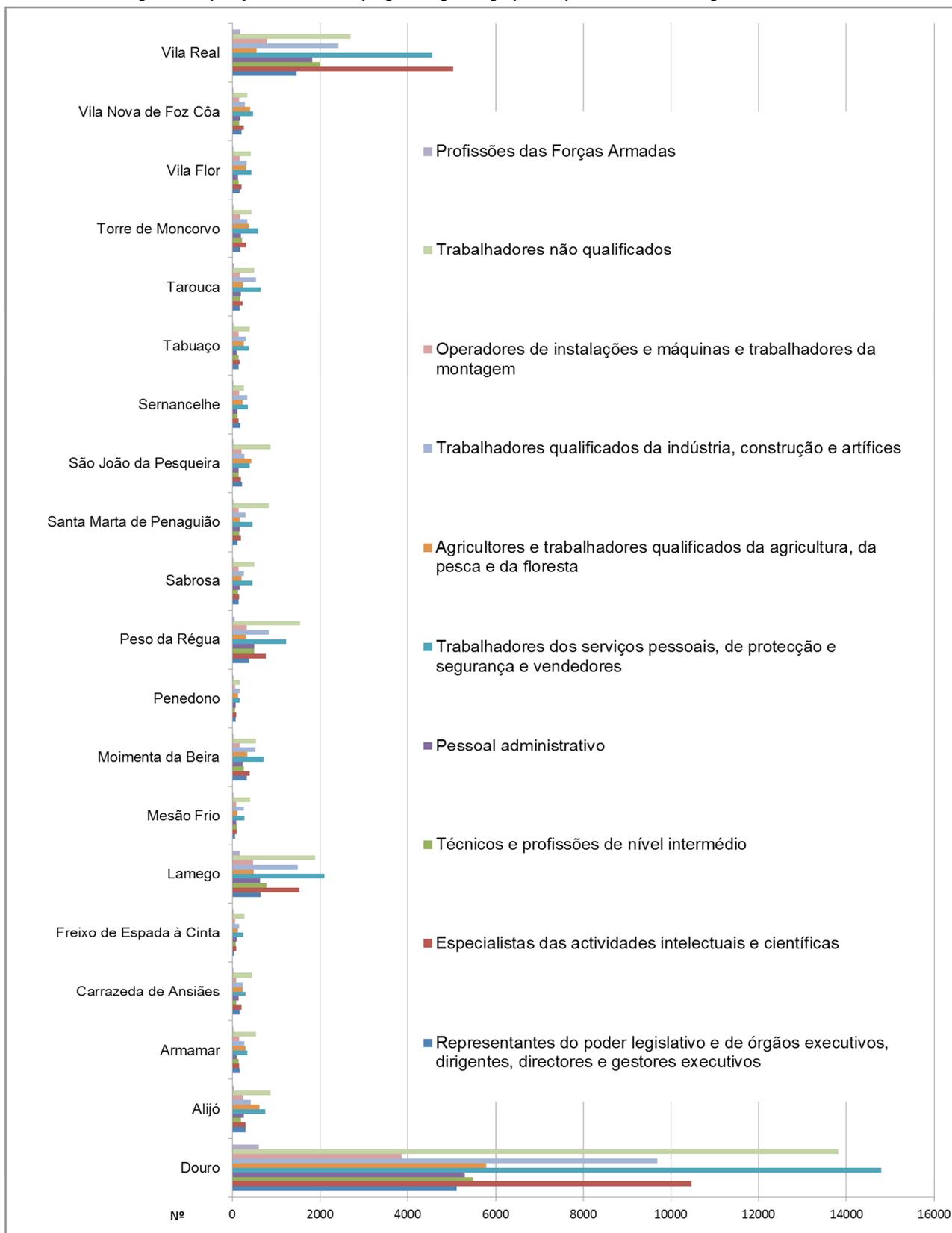




Figura 7: População residente empregada segundo grupos de profissões na sub-região Douro, em 2001



Fonte: INE – Portugal, Censos 2001.



Intimamente ligado à distribuição da população ativa pelos diferentes grupos de profissões, está o grau de **qualificação e as habilitações literárias** que constitui um fator primordial no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento. Entre 2001 e 2011, o concelho de Vila Flor assistiu a uma diminuição tímida da sua taxa de analfabetismo – que passou dos 16,7%, para os 10,8% - à semelhança do que aconteceu na quase globalidade dos concelhos em análise. Contudo, a taxa registada pelo Vila Flor continua no grupo das mais altas da sub-região, cuja média se situa nos 8,6%.

Quadro 5: Nível de escolaridade da população e da taxa de analfabetismo nos concelhos das sub-regiões Alto de Trás-os-Montes e Douro, em 2011

Zona Geográfica	Total (N)	Nível de Ensino Atingido (% da população)							Taxa de Analfabetismo	
		Nenhum	Básico			Secundário	Médio	Superior	Em 2001	Em 2011
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo					
Norte	3689682	18,7	27,6	15,3	15,7	11,9	0,7	10,2	8,3	5,0
Alto Trás-os-Montes	204381	22,6	31,4	12,0	13,1	10,9	0,6	9,3	15,8	10,2
Alfândega da Fé	5104	24,4	33,2	11,7	14,3	9,6	0,6	6,3	18	11,6
Boticas	5750	29,0	37,5	11,4	8,9	8,3	0,5	4,5	24	15,8
Bragança	35341	19,7	24,6	11,0	14,6	13,4	1,0	15,7	12,2	7,9
Chaves	41243	20,0	30,0	11,6	14,3	12,9	0,5	10,6	12,5	7,6
Macedo de Cavaleiros	15776	22,3	32,3	11,7	13,7	10,2	0,6	9,2	15,6	10,3
Miranda do Douro	7482	23,9	30,3	11,2	14,6	11,2	0,6	8,2	18,1	11,3
Mirandela	23850	21,6	28,6	13,2	13,7	12,0	0,6	10,3	14	8,9
Mogadouro	9542	25,2	32,0	11,4	13,3	9,6	0,8	7,8	17,8	11,8
Montalegre	10537	26,4	35,6	12,2	10,8	9,0	0,4	5,6	22,6	14,7
Murça	5952	25,1	33,1	13,5	12,8	8,7	0,5	6,2	16,1	10,9
Valpaços	16882	27,0	37,5	12,1	10,4	7,9	0,3	4,7	18,3	12,7
Vila Pouca de Aguiar	13187	22,9	36,0	12,8	12,8	9,1	0,3	6,2	14,3	9,6
Vimioso	4669	26,7	36,4	11,9	11,7	7,8	0,4	5,2	23,6	16,0
Vinhais	9066	24,4	38,2	14,6	9,7	8,1	0,5	4,6	21	14,6
Douro	205902	22,0	30,6	13,0	13,8	11,1	0,5	9,0	13,7	8,6
Alijó	11942	23,0	36,7	13,5	12,2	9,1	0,5	5,0	15,2	10,4
Armamar	6297	22,5	35,4	14,5	12,9	9,7	0,5	4,6	14,7	9,8
Carrazeda de Ansiães	6373	25,4	37,8	11,1	10,8	8,4	0,5	6,0	17,2	11,3
Freixo de Espada à Cinta	3780	27,9	35,3	12,5	12,0	7,4	0,6	4,4	23,4	14,9
Lamego	26691	21,4	27,2	14,6	14,8	11,5	0,5	10,0	12,4	7,5
Mesão Frio	4433	24,0	33,7	14,0	13,7	10,0	0,5	4,0	13,6	10,3
Moimenta da Beira	10212	22,7	32,2	13,3	13,5	10,6	0,6	7,0	14	8,3
Penedono	2952	24,4	33,9	14,7	10,7	9,6	0,5	6,2	17,7	10,9
Peso da Régua	17131	21,4	30,3	13,7	14,9	11,4	0,5	7,8	11,9	7,7
Sabrosa	6361	24,9	34,7	12,4	13,3	8,9	0,3	5,4	16,4	10,8
S.ta Marta de Penaguião	7356	26,9	33,7	13,1	11,9	8,6	0,4	5,4	17,3	12,5
São João da Pesqueira	7874	24,3	34,3	15,4	12,8	8,5	0,4	4,3	15,2	9,8
Sernancelhe	5671	23,2	34,6	13,1	13,1	10,9	0,6	4,5	14,7	9,5
Tabuaço	6350	23,2	33,4	14,2	14,6	9,6	0,4	4,6	14,5	8,6



Zona Geográfica	Total (N)	Nível de Ensino Atingido (% da população)							Taxa de Analfabetismo	
		Nenhum	Básico			Secundário	Médio	Superior	Em 2001	Em 2011
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo					
Tarouca	8048	22,7	32,3	15,3	14,2	9,7	0,4	5,4	15,1	8,7
Torre de Moncorvo	8572	24,7	35,1	10,8	11,7	10,3	0,7	6,7	17,8	12,6
Vila Flor	6697	23,0	34,5	12,8	13,2	9,7	0,5	6,4	16,7	10,8
Vila Nova de Foz Coa	7312	23,3	35,9	11,5	11,6	10,2	0,6	6,9	17	11,1
Vila Real	51850	18,5	23,8	11,5	15,1	14,3	0,6	16,2	9,1	5,5

Fonte: INE – Portugal, Censos 2011.

O nível de escolaridade do concelho de Vila Flor é, de facto, baixo, mesmo no contexto da sub-região, já que, em 2011, 23% da população residente não tinha qualquer nível de ensino (contra 22% da sub-região e 18,7% da Região Norte), 34,5% havia completado o 1º ciclo do Ensino Básico (face aos 30,6% registados pelo Douro e aos 27,6% da soma dos municípios do Norte), apenas 0,5% possuía um grau de escolaridade médio (a sub-região apresentava os mesmos valores) e só 6,4% tinha terminado com sucesso o ensino superior (face aos 9% apresentados pelo Douro e aos 10,2% verificados no Norte).

A situação mais favorável no que se refere ao nível de escolaridade da população era registada nos concelhos de Vila Real, Bragança, Lamego e Peso da Régua, municípios onde a estrutura económica é mais sólida e exigente e onde a população residente é mais jovem.

A baixa percentagem de população com cursos médios - que é válida para Vila Flor, mas também para a maior parte do país, sendo particularmente sentida nas regiões do interior -, faz sobressair a necessidade de que seja feito um investimento considerável, quer a nível municipal, quer sub-regional, em cursos médios e profissionalizantes, fundamentais ao desenvolvimento da estrutura produtiva.

2.2 MOBILIDADE E COMPLEMENTARIDADES ECONÓMICAS

A avaliação do grau de integração económica de um concelho no quadro regional, assim como as interdependências territoriais, passa pelo fluxo de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e todo o restante território regional e nacional. Apesar do sistema estatístico nacional não se encontrar vocacionado para a apreensão das dinâmicas económicas intermunicipais, é possível captar algumas tendências, nomeadamente a mobilidade, através da análise dos fluxos de pessoas, partindo dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

A título de enquadramento, refira-se que a análise da mobilidade (que mede as deslocações pendulares), é feita utilizando os dados estatísticos dos Recenseamentos Gerais da População (INE), nos quais a desagregação dos movimentos de entradas e saídas se faz em duas vertentes, nomeadamente "por motivo" e "espacialmente".

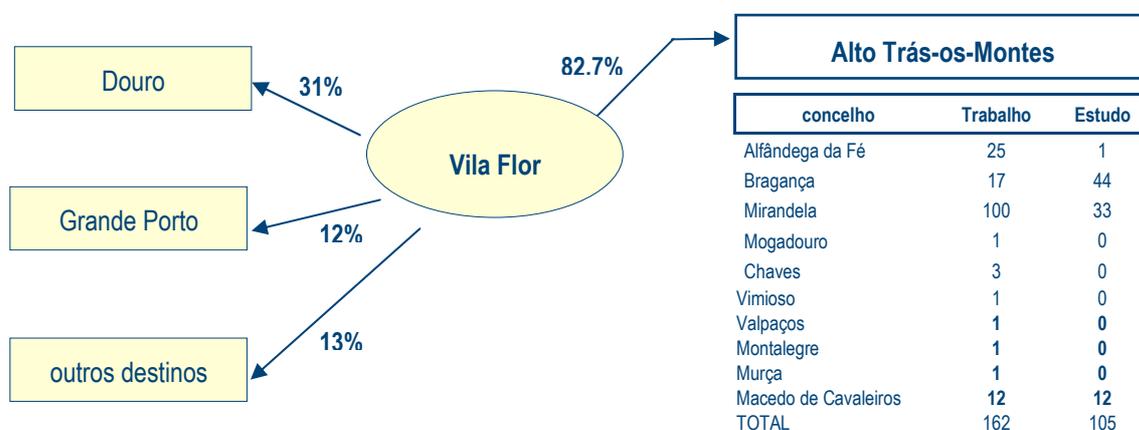


Assim, o motivo desagrega-se em estudo ou trabalho e, especialmente, as deslocações são para o interior e para o exterior do concelho.

Numa abordagem inicial e genérica, os dados estatísticos relativos aos fluxos pendulares de e para o concelho de Vila Flor, permitem constatar que, num concelho com 6697 indivíduos residentes, trabalham e estudam 3899 pessoas, das quais 69% residem no concelho e os restantes 30,8% são residentes de outros concelhos, maioritariamente de concelhos vizinhos.

Quanto à mobilidade, Vila Flor, segundo dados de 2011, gerou um total de 1486 deslocações intrafreguesias do concelho ou interconcelhos, sendo 32,5% relacionadas com estudo e 67,5% por motivos de trabalho. Refira-se que, do total de deslocações, 82,7% tiveram como destino a sub-região do Douro e destas 94,2% (77,9% das deslocações totais, correspondentes a 2940 deslocações internas) como origem e destino o concelho de Vila Flor (2032 – Trabalho, 908 – Estudo). O esquema abaixo é representativo das deslocações geradas pelo concelho de Vila Flor.

Figura 8: Principais fluxos pendulares com origem no concelho de Vila Flor



Fonte: INE

Além das deslocações no interior da sub-região, há que destacar Carrazeda de Ansiães (103) na NUT III Douro, evidenciam-se as deslocações para o Alto de Trás-os-Montes, designadamente para Mirandela (133), Bragança (61) e, ainda com algum peso, Macedo de Cavaleiros (24). Já a relação com os outros municípios é comparativamente menos importante.

Apresentam-se, de seguida, os dados relativos às deslocações efetuadas por NUTIII. Das deslocações efetuadas por motivos de estudo são de destacar as que têm por destino, quer o concelho Carrazeda de Ansiães



(30) no que diz respeito ao Ensino Básico e Secundário, quer as que têm por alvo estabelecimentos de ensino superior noutros concelhos [Bragança (44), Porto (41) e Mirandela (33);].

Quadro 6: Movimentos pendulares originados em Vila Flor, por sub-região de destino

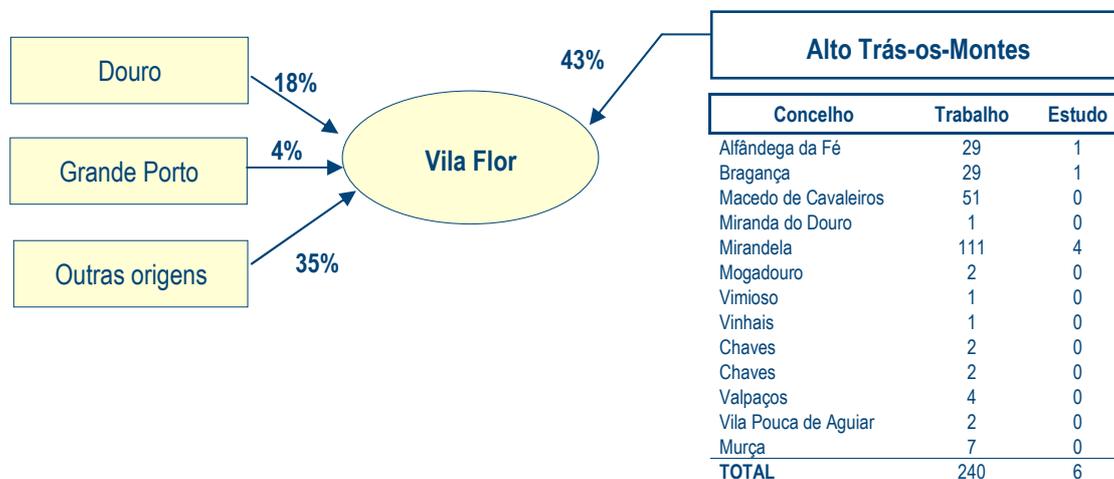
Sub-região	TOTAL
Alto Trás-os-Montes	262
Douro	183
Grande Porto	72
Outros	81
Entre Douro e Vouga	2
Baixo Vouga	1
Cávado	5
Tâmega	7
Baixo Mondego	19
Pinhal litoral	2
Dão-Lafões	1
Beira Interior Norte	5
Beira Interior Sul	2
Cova Da Beira	2
Grande Lisboa	24
Península de Setúbal	2
Médio Tejo	1
Lezíria do Tejo	1
Alentejo Litoral	2
Alentejo Central	1
Algarve	3
Região Autónoma dos Açores	1
Total	599

Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

No que diz respeito aos movimentos pendulares com **destino** ao concelho de Vila Flor, em 2011, foram contabilizadas um total de 578 deslocações: 96,5% por razões profissionais e as restantes 3,4% relacionadas com a atividade escolar. Do total, 43% tiveram como origem concelhos da sub-região o que corresponde a 240 deslocações internas na NUTIII do Alto Trás-os-Montes. Destaque também para as origens na NUTIII Tâmega, no conjunto das “Outras origens”. Veja-se o esquema representativo dos principais fluxos pendulares, com destino a Vila Flor:



Figura 9: Principais fluxos pendulares com destino ao concelho de Vila Flor



Fonte: INE

Os movimentos no interior do concelho são, de facto, muito expressivos, o que indicia alguma independência do concelho do ponto de vista económico e funcional, mas também alguma incapacidade em polarizar os concelhos vizinhos, fruto de uma estrutura económica relativamente débil face às de alguns dos concelhos envolventes. Uma vez mais é de destacar a relação estabelecida com os municípios do Alto de Trás-os-Montes, muito particularmente com Mirandela (111 trabalhadores), com Macedo de Cavaleiros (29 trabalhadores) e com Bragança e Alfândega da Fé (sendo que ambos fornecem a Vila Flor 29 trabalhadores).

Quadro 7: Movimentos pendulares com destino a Vila Flor, por sub-região de origem

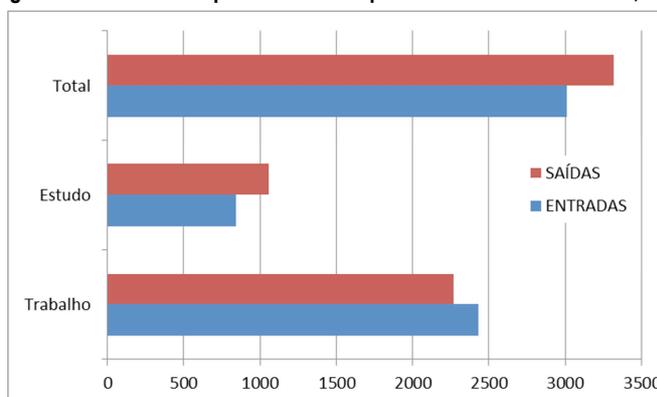
Sub-região	TOTAL
Minho-Lima	1
Cávado	5
Ave	19
Grande Porto	23
Tâmega	138
Douro	100
Alto Trás-os-Montes	246
Entre Douro e Vouga	3
Baixo Vouga	2
Baixo Mondego	8
Pinhal Interior Norte	2
Dão-Lafões	7
Beira Interior Norte	5
Beira Interior Sul	1
Oeste	3
Grande Lisboa	6
Península de Setúbal	4
Lezíria do Tejo	1
Região Autónoma dos Açores	1
Total	578

Fonte: INE – Portugal, Censos 2011



Concluindo, em 2011, com um volume diário, relativamente pouco significativo de entradas e saídas do concelho de Vila Flor, o saldo que resulta daqueles movimentos perfaz um total de 46 indivíduos a desfavor de Vila Flor. Ou seja, ao número de deslocações diárias a partir de outros concelhos, para Vila Flor (578 deslocações) é subtraído o número de deslocações dos residentes em Vila Flor para o exterior (incluindo estrangeiro) (624 deslocações).

Figura 10: Movimentos pendulares de e para o concelho de Vila Flor, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2001

Este saldo também revela alguma dependência de Vila Flor face à oferta de ensino (sobretudo) e de emprego, existente na envolvente, polarizados a nível regional pelos concelhos de Bragança e Mirandela.

Quadro 8: Movimentos pendulares de e para o concelho de Vila Flor por motivos de trabalho e de estudo, em 2011

Motivo	Movimentos Pendulares					
	ENTRADAS em Vila Flor			SAÍDAS de Vila Flor		
	De Vila Flor	De outros concelhos	Total	Para Vila Flor	Para outros Concelhos (e estrangeiro)	Total
Trabalho	1873	558	2431	1873	393	2266
Estudo	824	20	844	824	231	1055
Total	2697	578	3009	2697	624	3321

Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

2.3 ACESSIBILIDADE REGIONAL

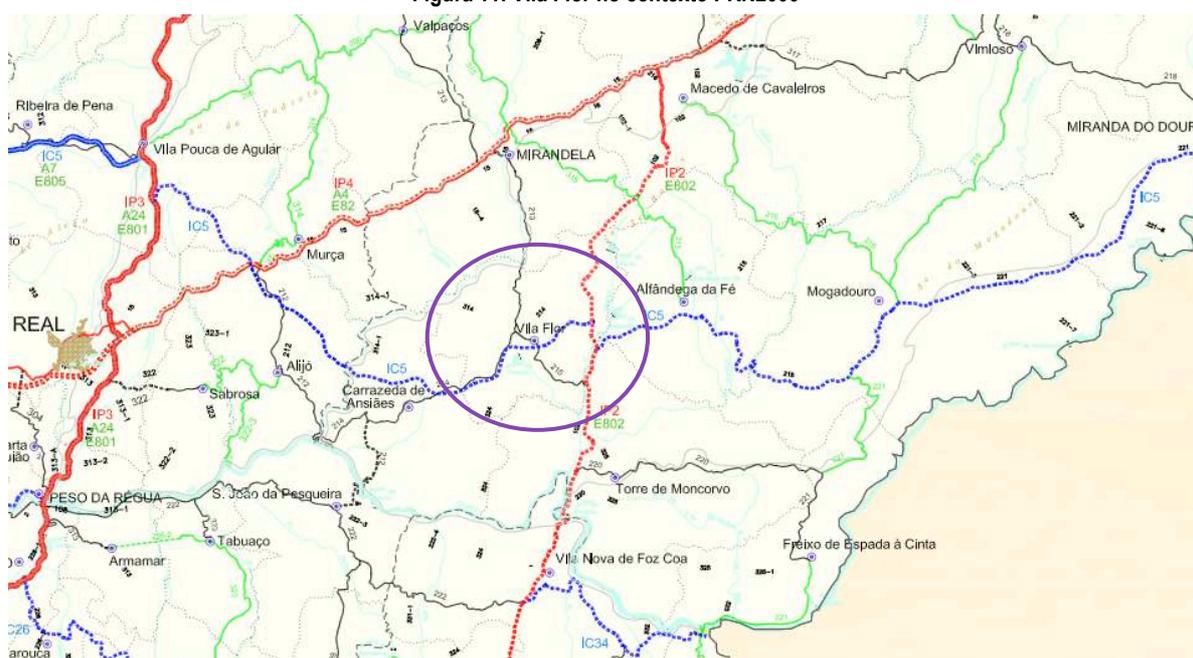
A questão das acessibilidades e dos transportes é fundamental para a avaliação do grau de integração de um qualquer concelho ao nível supra local, já que constitui um fator que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional e nacional.

O concelho de Vila Flor é servido por três eixos viários integrados na Rede Nacional no âmbito do PRN2000 em vigor, que, atendendo à estrutura da rede viária existente e à sua inserção territorial, asseguram as suas principais acessibilidades externas.

A implementação das acessibilidades externas, com destaque para o IP2, entre Vale Benfeito (Macedo de Cavaleiros) e Trancoso, beneficiando substancialmente as suas condições de articulação com o IP5/A25 e o IP4, e o IC5, que efetua a ligação Vila Pouca de Aguiar/ IP3/A24 - IP4 (Alto do Pópulo) - IP2 (Nozelos) - Miranda do Douro e constitui um elemento fundamental no âmbito da melhoria das ligações ao IP4 e à Região Norte, bem como à zona do “Planalto Mirandês” e a Espanha, através, das fronteiras de Vila Verde da Raia (IP3/A24) e Miranda do Douro, e ainda:

- a EN102 e o IP2 desenvolvem-se no sentido Norte/Sul ao longo do extremo Nascente do Concelho e assegura a complementaridade das ligações externas a Norte (através da articulação com o IP4) e a Sul (através da conexão ao IP5/A25), cruzando com o IC5, que liga ao IP4 e IP3, bem como com o limite Este do País.
- o eixo formado pelas EN213, EN214 e o IC5, que atravessa longitudinalmente toda a região central – servindo Vila Flor a reduzida distância – tendo a EN213 (ligação a Mirandela e ao IP4) sido objeto de intervenções de beneficiação que se traduziram numa melhoria substancial dos seus parâmetros de mobilidade e segurança; e
- a EN215, que se desenvolve a partir da EN102 imediatamente após o limite do Concelho (Junqueira), assegurando a ligação a Alfândega da Fé e à zona do “Planalto Mirandês” em alternativa ao IC5.

Figura 11: Vila Flor no contexto PRN2000



Fonte: www.estradasdeportugal.pt



3. PROGRAMAS TERRITORIAIS

Neste capítulo pretende-se fazer um enquadramento do concelho de Vila Flor nos Programas Territoriais, com incidência no seu território. Assim, será efetuada uma síntese dos planos que se encontram eficazes, focando os seus principais objetivos e opções, bem como uma breve referência àqueles que se encontram em elaboração, com o intuito de agilizar a articulação do PDM, na sua 1ª revisão, com os restantes Programas e Planos Territoriais.

No território concelhio existem três programas territoriais, que integram quer o âmbito nacional, quer o âmbito regional:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano de Bacia Hidrográfica do Douro;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro;

O PNPOT é um importante documento de índole estratégica e por isso merece uma breve análise no presente documento, uma vez que constitui o quadro de referência para os planos diretores municipais.

No que se refere a programas que ainda não se encontram eficazes há a referir o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, que se reveste de uma fulcral importância no atual panorama de planeamento e desenvolvimento regional, e que por isso, apesar de não ter sido ainda publicado, se encontra igualmente sistematizado.

No final do presente capítulo, e apesar de não constituir um plano vinculativo, é feita uma análise sintética do Plano Estratégico Nacional do Turismo no que diz respeito às orientações definidas para a região Norte. É de referir que este documento encontra-se em fase final de revisão.

3.1 PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No quadro vigente, o “*Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*”, aprovado pela Lei nº 58/2007 de 4 de setembro e retificado pela Declaração de Retificação nº 80-A/2007, constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional.

Deste modo, o PNPOT “*estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial (PROT e PDM) e constitui um instrumento de cooperação com os demais estados-membros para a organização do território da União Europeia*” e “*estabelece as opções e diretrizes relativas à conformação do sistema urbano,*



das redes, das infraestruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como a salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural”.

A linha de rumo que o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território pretende imprimir ao País, para o Portugal 2025, sistematiza-se em seis **Objetivos Estratégicos**, que se complementam e reforçam reciprocamente:

1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
5. Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Para cada objetivo estratégico, enunciaram-se diferentes linhas de intervenção polarizadas pelos respetivos Objetivos Específicos, sendo que cada um destes objetivos se corporiza num conjunto de Medidas.

O PNPOT, no capítulo das orientações estratégicas para as Regiões consubstancia, para as sub-regiões do **Norte** um vasto conjunto de opções para o desenvolvimento do território que deverão estar presentes aquando da definição do modelo de desenvolvimento para o concelho de Vila Flor.

3.2 PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

Os Planos de Bacia Hidrográfica integram os planos sectoriais de ordenamento do território e têm por principal objetivo a definição de uma política de planeamento adequada, visando a valorização, a proteção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos, assim como, a sua correta articulação com o desenvolvimento regional através da racionalização de usos. Estes Planos, que devem ser entendidos como um instrumento dinâmico, suscetível de ser atualizado, têm uma vigência de oito anos, devendo ser iniciado o processo de revisão no prazo máximo de seis anos.



Estes Planos assentam “numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais”, e pretendem “estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização” das bacias hidrográficas em questão, em consonância com os pressupostos de ordenamento do território e de proteção e conservação ambiental.

Dadas as especificidades técnicas e a exaustividade do documento faz-se apenas uma breve referência a alguns aspetos genéricos e que se consideram de maior pertinência, frisando-se, contudo, que as disposições constantes no Plano de Bacia deverão ser tidas em linha de conta ao longo de todo o processo de revisão do PDM.

O concelho de Vila Flor é abrangido na totalidade pelo Plano de Bacia Hidrográfica do Douro (PBH), ratificado pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2001, de 10 de dezembro. A área abrangida pelo PBH do Douro é de 18.854km² (território nacional), que correspondem a 19,1% da área total desta bacia (97.603 km²). Este Plano abrange um território que inclui total ou parcialmente 69 concelhos.

O PBH do Douro apresenta um diagnóstico da situação existente nesta bacia hidrográfica, define os objetivos ambientais de curto, médio e longo prazo, delinea propostas de medidas e ações e estabelece a programação física, financeira e institucional das medidas e ações selecionadas, tendo em vista a prossecução de uma política coerente, eficaz e consequente de recursos hídricos, bem como, define normas de orientação com vista ao cumprimento dos objetivos enunciados.

Um dos aspetos mais importantes da problemática do ordenamento do território no contexto da preparação do PBH do Douro, com especial destaque na sua aplicação, é o que respeita à compatibilização entre usos do solo e utilizações das águas dos cursos adjacentes.

O PBH do Douro caracteriza os Principais Problemas Identificados relativamente à articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico, que são os seguintes:

Principais Problemas Identificados
<ul style="list-style-type: none">• A presença de unidades industriais na envolvente dos cursos de água da bacia, que potencia a degradação da qualidade da água e da paisagem e põe em risco os usos de recreio e lazer a jusante;• A expansão urbana, atual e programada no âmbito dos PDM, que coloca diversos problemas ao equilíbrio dos recursos naturais e que se traduzem na artificialização das margens, no aumento dos pontos de conflito com os recursos hídricos e na impermeabilização e contaminação de áreas de recarga de aquíferos;• A existência de ambiguidade nas áreas de fronteira, na maioria dos concelhos, em torno da definição dos espaços naturais, agrícolas e florestais. Esta situação traduz-se num enfraquecimento das potencialidades globais de preservação do domínio hídrico, dado que a utilização de diferentes critérios origina diferentes graus de proteção às margens dos cursos de água e inconsistências na definição de usos em espaços contíguos com



Principais Problemas Identificados
características semelhantes; <ul style="list-style-type: none">• As áreas de maior valor florístico e faunístico encontram-se, em alguns troços, sujeitas a pressões de uso do solo e de utilizações do domínio hídrico incompatíveis com a sua conservação e reabilitação.

De acordo com os principais problemas identificados, e de forma a agir para solucionar esses problemas, foram delineados, no PBH do Douro, Objetivos Estratégicos, que se apresentam de seguida:

Objetivos Estratégicos
<ul style="list-style-type: none">• Definição de diretrizes de ordenamento conducentes a promover restrições a usos do solo e atividades potenciadoras de fenómenos de eutrofização na envolvente das albufeiras;• Definição de diretrizes para libertar a faixa ribeirinha das atividades industriais mais danosas para o meio;• Definição de diretrizes para a salvaguarda das áreas ribeirinhas e de recarga de aquíferos nas zonas de maior dinamismo territorial e expansão urbana;• Definição de diretrizes de proteção aos recursos hídricos a incorporar no sistema de planeamento territorial;• Proteção das áreas de elevada biodiversidade, através do estabelecimento de condicionantes ao uso do solo na sua envolvente;• Fomento de usos e atividades ribeirinhas que dependam da boa qualidade da água.

Diga-se que todas as situações problemáticas identificadas têm, no Plano Diretor Municipal, um importante meio de resolução, quer por via da qualificação do solo e de uma adequada regulamentação, quer pela implementação de medidas específicas. Não obstante, este instrumento não deve ser a única frente de combate às situações referenciadas nem de implementação dos objetivos do Plano.

3.3 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO DOURO

Atendendo às orientações da Lei de Bases da Política Florestal, o ordenamento e gestão florestal serão feitos através dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, que deverão explicitar as práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais. A adoção destes instrumentos constitui o contributo do setor florestal para os instrumentos de gestão territorial, em geral, e para os planos municipais de ordenamento do território, em particular, no que concerne à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, uma vez que, de acordo com a hierarquia destes instrumentos, as ações e medidas propostas nos PROF são integradas naqueles planos.

Constituem objetivos gerais dos PROF:

- *a avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;*



- *a definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;*
- *a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;*
- *a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.*

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (PROF D), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro, vigora por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, a efetuar de 5 em 5 anos, sempre que ocorra algum facto relevante que o justifique.

Este Plano propõe-se a definir um ordenamento dos espaços florestais numa perspetiva sustentável e multifuncional, enquadrado nos valores paisagísticos da região, garantindo a proteção dos solos e dos recursos, onde o turismo e o recreio de lazer são marcantes.

Os objetivos estratégicos do PROF do Douro são os seguintes:

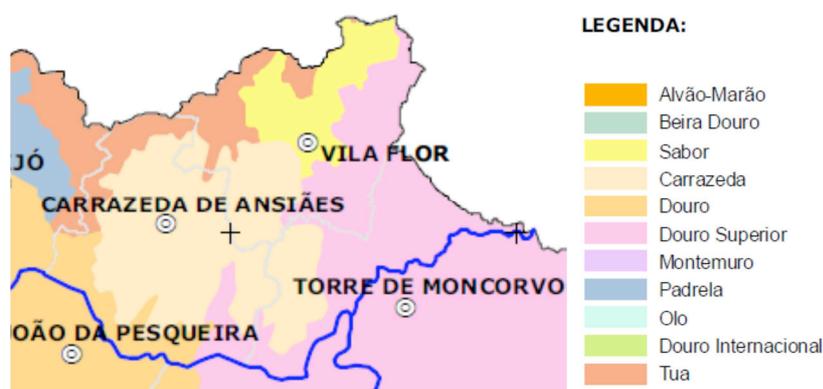
- Defender e prevenir as áreas florestais da região PROF das ameaças que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;
- Diminuição do risco de incêndio e conseqüentemente da área florestal ardida;
- Promover uma deteção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;
- Assegurar a planificação e a gestão florestal sustentável das áreas públicas e privadas com especial atenção para a planificação e gestão de Áreas Protegidas;
- Adequar as espécies e os modelos de silvicultura à estação;
- Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;
- Impulsionar um mosaico florestal diversificado e descontínuo;
- Beneficiar os espaços florestais da região PROF de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade;
- Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas;
- Intensificar e expandir a área de povoamento de sobreiro, com função de produção de cortiça, em simultâneo com a formação de técnicos e operadores para a melhoria das respetivas intervenções culturais;
- Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça;
- Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos silvestres e os cogumelos silvestres;



- Impulsionar o ordenamento silvopastoril e a gestão das áreas de pastagem;
- Promover a ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e lazer;
- Fomentar a adoção de modelos de silvicultura com vista à maior valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais;
- Restauração das áreas florestais ameaçadas, danificadas ou afetadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;
- Promoção da utilização do uso múltiplo da floresta;
- Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região PROF e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas.

O PROF do Douro define várias sub-regiões homogéneas, quatro das quais abrangem o concelho de Vila Flor, sendo de referir que cerca de 31% do território se insere na sub-região Sabor, que ocupa a área central e Norte do Concelho, e igual percentagem do território concelhio insere-se na sub-região Douro Superior, ocupando a faixa Este do Concelho. A restante área concelhia insere-se nas sub-regiões homogéneas Carrazeda, na zona Sul, e Tua, na zona Oeste, nas percentagens de 22% e 15% respetivamente.

Figura 12: Sub-regiões do PROF do Douro no concelho de Vila Flor



Fonte: PROF do Douro, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2007

Para cada sub-região o PROF estabelece uma **hierarquização de funções** de acordo com as potencialidades e os constrangimentos. No quadro seguinte efetua-se uma síntese das principais funções das sub-regiões referidas, e dos respetivos objetivos específicos.



Quadro 9: Funções principais das Sub-regiões do PROF do Douro que abrangem Vila Flor

Sub-Região Homogénea	Função		Objetivos específicos
Carrazeda	1ª - Proteção	O elevado risco de erosão das vertentes dos rios Douro e Tua, bem como, a presença de solos com elevado índice de suscetibilidade à desertificação, confere ao espaço florestal desta sub-região uma importantíssima função de proteção;	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro e azinheira, com função de proteção das encostas; Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça; Adaptar as práticas silvícolas e aumentar o rigor na escolha das espécies para aplicar em situações de elevado risco de erosão; Desenvolver o ordenamento cinegético; Controlar e amenizar os processos relacionados com a desertificação; Criar um mosaico paisagístico diversificado, conciliado com a atividade silvopastoril; Minimizar os ataques de processionária em pinheiro bravo; Criação da denominação da Cortiça do Nordeste; Certificar a gestão florestal sustentada do Sobreiro.
	2ª - Produção	Sub-região com elevado potencial para produção de produtos lenhosos (carvalhos, sobreiro e pinheiro bravo);	
	3ª - Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores	Predominância de matos e pastagens, aliada a presença de gado ovino e caprino, permite alocar com segurança a função de silvopastorícia. A caça apresenta também nesta sub-região um elevado potencial de expansão.	
Douro Superior	1ª - Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores	Predominância de matos e pastagens, aliada a presença de gado ovino, permite alocar a função de silvopastorícia. A caça apresenta igualmente nesta sub-região um elevado potencial de expansão;	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro e azinheira, com função de proteção das encostas; Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça; Adaptar as práticas silvícolas e maior rigor na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão; Desenvolver o ordenamento cinegético; Criação de zonas de pastagens permanentes; Aproveitar as áreas com elevado potencial de uso silvopastoril; Incentivar à produção de raças com Denominação de Origem Protegida, nomeadamente a Churra da Terra Quente e a Mirandesa; Controlar e amenizar os processos relacionados com a desertificação; Fomentar o potencial do turismo de natureza desta sub-região, aliada aos valores de conservação e a diversidade florística e faunística da sub-região; Expandir a produção de alguns produtos associados, nomeadamente o mel, castanha e cogumelos; Criação da denominação da Cortiça do Nordeste; Certificar a gestão florestal sustentada do Sobreiro.
	2ª - Proteção	O elevado índice de suscetibilidade à desertificação de alguns solos, confere ao espaço florestal desta sub-região uma importante função de proteção;	
	3ª - Recreio, Enquadramento e estética da paisagem	Funcionalidade conferida pela forte incidência turística ligada, essencialmente, ao Vale do Coa e pelo elevado potencial para turismo em espaço rural e turismo de natureza.	
Sabor	1ª - Produção	Esta sub-região apresenta áreas com elevado potencial para produção de cortiça, mel e cogumelos;	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, azinheira, carvalho negral com função de proteção das encostas; Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça; Adaptar as práticas silvícolas e ser mais rigorosos na
	2ª - Proteção	O elevado índice de suscetibilidade à desertificação de alguns solos, confere ao espaço florestal desta sub-região uma importante função de proteção;	



Sub-Região Homogénea	Função		Objetivos específicos
	3ª - Recreio, Enquadramento e estética da paisagem	Espaços florestais em galeria com características paisagísticas interessantes.	<ul style="list-style-type: none"> escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão; Desenvolver o ordenamento cinegético; Aproveitar as áreas com elevado potencial de uso silvopastoril; Incentivar à produção de raças com Denominação de Origem Protegida, nomeadamente a Churra da Terra Quente e a Mirandesa; Controlar e amenizar os processos relacionados com a desertificação; Fomentar o potencial do turismo de natureza desta sub-região, aliada aos valores de conservação e a diversidade florística e faunística da sub-região; Expandir a produção de alguns produtos associados, nomeadamente o mel e os cogumelos; Criação da denominação da Cortiça do Nordeste; Certificar a gestão florestal sustentada do Sobreiro.
Tua	1ª - Proteção	O elevado índice de suscetibilidade à desertificação de alguns solos, confere ao espaço florestal desta sub-região uma importante função de proteção;	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, azinheira, carvalho negral com função de proteção das encostas; Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça; Adaptar as práticas silvícolas e maior rigor na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão; Controlar e amenizar os processos relacionados com a desertificação; Expandir a atividade piscatória nas águas interiores; Fomentar o potencial do turismo de natureza desta sub-região, aliada aos valores de conservação e a diversidade florística e faunística da sub-região; Expandir a produção de alguns produtos associados, nomeadamente o mel e os cogumelos; Criação da denominação da Cortiça do Nordeste; Certificar a gestão florestal sustentada do Sobreiro.
	2ª - Produção	Esta sub-região apresenta áreas com elevado potencial para produção de cortiça;	
	3ª - Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores	A presença do Rio Tua e seus afluentes confere a esta sub-região um enorme potencial para desenvolvimento de pesca.	

Fonte: PROF do Douro, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2007

Entende-se como funcionalidade **produção** a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas. Engloba como sub-funções principais a produção de madeira, a produção de cortiça, a produção de biomassa para energia, a produção de frutos e sementes e a produção de outros materiais vegetais e orgânicos.

Entende-se como funcionalidade **proteção** a contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas. Engloba como sub-funções principais a proteção da rede hidrográfica, da erosão eólica, da erosão hídrica e cheias, micro climática e ambiental. Para esta funcionalidade, foi reconhecida a necessidade de alargamento do conteúdo, abrangendo, também, o conjunto das iniciativas de requalificação ou restauração de sistemas mais degradados, por forma a viabilizar objetivos indispensáveis de controlo e conservação do solo e água.



Entende-se como funcionalidade **recreio, enquadramento e estética da paisagem** a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos. Engloba como subfunções principais o enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, empreendimentos turísticos, empreendimentos turísticos no espaço rural e turismo de natureza, usos especiais e infraestruturas, e ainda o recreio e a conservação de paisagens notáveis. Quanto a esta funcionalidade, reconhece-se alguma dificuldade resultante da não inclusão na sua definição das atividades de caça e pesca, remetendo a prática do recreio para um entendimento demasiado limitado às denominadas atividades de natureza, ou de plena natureza.

Entende-se como funcionalidade **silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores** a contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores. Engloba como principais subfunções o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, o suporte à pastorícia, o suporte à apicultura e o suporte à pesca em águas interiores.

Da análise das funcionalidades de cada sub-região homogénea é de notar um equilíbrio na primeira funcionalidade entre a proteção, produção e a silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores.

Segundo o PROF Douro houve, até 1990, um aumento da área florestal em quase todos os concelhos, seguida de uma posterior diminuição, registada no inventário florestal de 1995. Mais especificamente, a azinheira tem vindo a aumentar a sua área total, o mesmo acontecendo com os carvalhos. Refere-se a presença maioritária de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*. Regista-se a presença do eucalipto, sendo o pinheiro bravo a espécie mais representada na área do PROF Douro. Relativamente à sua evolução, é notório o seu aumento de forma gradual até 90, seguido de uma diminuição muito acentuada. A área de sobreiro apresenta os valores mais elevados no concelho de Vila Flor em relação aos outros concelhos abrangidos pelo PROF Douro.

Quadro 10: Composição dos espaços florestais arborizados nas sub-regiões homogéneas

Sub-região homogénea	Espécie	Área atual (%)
Carrazeda	Azinheira	4
	Carvalhos	8
	Castanheiro	2
	Eucalipto	< 1
	Outras Folhosas	< 1
	Outras Resinosas	< 1
	Pinheiro Bravo	73
	Pinheiro Manso	0
Douro Superior	Sobreiro	12
	Azinheira	6
	Carvalhos	18
	Castanheiro	< 1
	Eucalipto	4
	Outras Folhosas	4
	Outras Resinosas	1



Sub-região homogénea	Espécie	Área atual (%)
	Pinheiro Bravo	50
	Pinheiro Manso	0
	Sobreiro	15
Sabor	Azinhiera	0
	Carvalhos	0
	Castanheiro	< 1
	Eucalipto	0
	Outras Folhosas	20
	Outras Resinosas	13
	Pinheiro Bravo	36
	Pinheiro Manso	0
	Sobreiro	30
	Tua	Azinhiera
Carvalhos		6
Castanheiro		< 1
Eucalipto		0
Outras Folhosas		< 1
Outras Resinosas		< 1
Pinheiro Bravo		69
Pinheiro Manso		0
Sobreiro		25

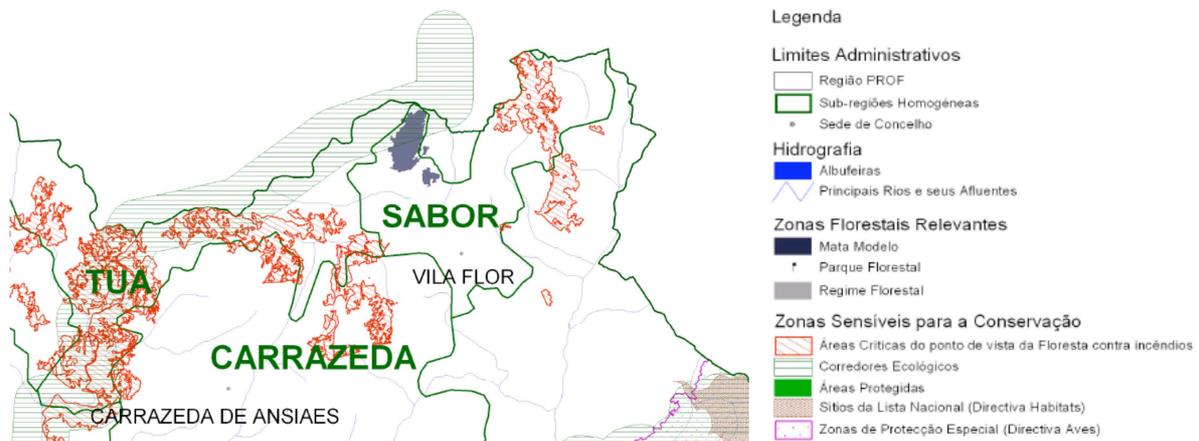
Fonte: PROF do Douro, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2007

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), figura criada pelo Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, correspondem a uma área contínua e delimitada, com um mínimo de 1.000 ha, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e gerida por uma única entidade. O PROF do Douro define sete zonas de intervenção prioritárias para a criação/implementação de ZIF, estando uma delas no concelho de Vila Flor – **ZIF Vila Flor**. Esta estende-se pelas freguesias de Candoso, Carvalho de Egas, Freixiel, Mourão, Samões e Vale de Torno. Os espaços florestais ocupam uma área de 3.400 ha.

O PROF sugere ainda a delimitação de Corredores Ecológicos, cujo principal objetivo é unir as áreas florestais que se encontram fracionadas. O processo contínuo de eliminação, fragmentação e isolamento de florestas pode resultar na extinção de espécies, principalmente aquelas que são endémicas de uma região. No concelho de Vila Flor foi delimitado um **corredor ecológico** ao longo do rio Tua, cujo objetivo é permitir, promover e proteger a circulação e expansão das espécies da fauna e flora com interesse do ponto de vista da conservação, bem como abranger áreas que, não estando sob a alçada de qualquer figura de proteção, lhes seja reconhecido particular interesse pela especificidade florística e faunística. É ainda de referir que, segundo o PROF do Douro, a definição da Estrutura Ecológica Municipal, no âmbito do Plano Diretor Municipal, deverá incorporar, como referência, o Corredor Ecológico aqui referenciado.



Figura 13: Corredor Ecológico e Perímetro Florestal no concelho de Vila Flor



Fonte: PROF do Douro, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2007

Ainda em termos de ordenamento e proteção florestais, dentro do concelho de Vila Flor, segundo informação da AFN, existe o **perímetro florestal da Serra de Faro**, que se situa a Este de Vilarinho das Azenhas e, segundo o PROF do Douro, tem definido como objetivos a proteção, a produção e a silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores, com grau de prioridade alto. A distribuição por níveis de ocupação do solo é a seguinte: agrícola, espaço florestal, improdutivo e inculto, sendo predominante o nível dos espaços florestais (56,8%).

Figura 14: Perímetro Florestal no concelho de Vila Flor



Fonte: AFN, 2011



3.4 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 23 de março, agradando-se a publicação, tendo-se assumido, para a presente análise, a versão do documento disponibilizada em dezembro de 2009 (versão pós-Discussão Pública).

Conforme refere esse documento “os PROT são instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, que desenvolvem os princípios, objetivos e orientações consagrados no PNPT e definem o quadro de ordenamento da Região, tendo como objetivos os consagrados no art.º 52º do RJGT. Fixam o modelo de organização do território regional, estabelecem a estrutura do sistema urbano, as redes de infraestruturas e equipamentos de interesse regional, definem os objetivos e princípios a considerar na localização das atividades e dos grandes investimentos públicos, delineiam a política regional em matéria ambiental e consagram as orientações e diretrizes para o ordenamento do território da Região, a cumprir, em particular, por via dos instrumentos de âmbito municipal.”

Apesar de constituir um instrumento de hierarquia superior, que pretende enquadrar a política de desenvolvimento territorial da região, o sucesso e a implementação do PROT encontra-se fortemente condicionado pela forma como se venham a desenvolver os PMOT, e em particular os PDM (e a gestão urbanística decorrente da sua aplicação). Do ponto de vista do PROT, este pretende servir de quadro de referência aos PMOT.

O PROT-N abrange a totalidade da Região Norte, incluindo as unidades territoriais do Minho-Lima, do Cávado, do Ave, do Grande Porto, do Tâmega, do Entre-Douro-e-Vouga, do Douro e do Alto Trás-os-Montes.

Embora este documento ainda não se encontre em vigor, foi já objeto de procedimento de Discussão Pública tendo sido disponibilizada, em dezembro de 2009, uma versão do documento que contempla já a ponderação das participações que ocorreram, sendo essa a considerada no âmbito do presente relatório, não se prevendo que venham a ocorrer alterações significativas no domínio das grandes opções e das orientações estratégicas para a região. Admite-se, no entanto, que o contexto normativo possa ainda vir a ser objeto de alteração; contudo esta é uma questão que assumirá relevância fundamentalmente na fase subsequente da Revisão do PDM, sendo esse um dos motivos porque não se analisa de forma detalhada essa informação no momento presente.



3.4.1 Visão e Orientações Estratégicas para a região

Este Plano beneficiou da existência e validação política do documento “Norte 2015 – Competitividade e Desenvolvimento: Uma Visão Estratégica”, assente em 4 domínios fundamentais: o Território, as Pessoas, as Instituições e as Atividades Económicas, que, juntamente com a síntese do diagnóstico da região, conduziu à definição da **Visão** proposta para o ordenamento territorial da **Região do Norte**.

VISÃO para a REGIÃO DO NORTE
Promover a estruturação territorial da região do norte configurada num sistema urbano policêntrico que projete, a nível nacional e internacional, a aglomeração metropolitana do porto e o sistema principal de infraestruturas de suporte e, simultaneamente, potencie uma rede de cidades e de outros centros urbanos estruturantes, em combinações de geometria variável e com vocações que melhor respondam aos objetivos de competitividade, coesão e equidade territorial, tendo como bússola a qualificação dos valores ambientais, naturais e culturais e as matrizes de ocupação do território e de gestão dos recursos produtivos compatíveis com a evolução regional, rumo a um território mais ordenado, dinâmico e sustentável

A visão proposta para o ordenamento territorial da Região do Norte assenta, por um lado, no papel central do sistema urbano como estrutura de suporte à apropriação humana do território e, por outro, na exigência de sustentabilidade na utilização do território, traduzindo-se em opções de desenvolvimento e ordenamento da Região, que se organizam em quatro componentes agregadoras:

EIXOS ESTRATÉGICOS DE BASE TERRITORIAL:
<p>1. CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO – pontos nodais da estrutura de apropriação do território:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estabelecimento de uma matriz policêntrica da rede urbana, com base numa combinação de elementos de hierarquia com elementos de complementaridade, explorando as virtualidades dos efeitos de rede;- Valorização e promoção, como componentes essenciais da sua atratividade e competitividade, dos elementos de excelência e dos vetores de qualificação tanto dos meios urbanos propriamente ditos como dos nós de especialização funcional (plataformas logísticas, pólos de ciência e tecnologia, infraestruturas de acolhimento empresarial), de sustentação e fomento das economias de aglomeração, da intensificação tecnológica e da competitividade da base económica e das atividades da Região.
<p>2. CONFORMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS REDES E SISTEMAS FUNDAMENTAIS DE CONECTIVIDADE – suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação – centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior, como elemento fundamental de fomento da competitividade, do reforço da mobilidade e da promoção de maior equidade territorial:</p> <ul style="list-style-type: none">- Grandes infraestruturas e interfaces de transporte (portuários e aeroportuários)- Rede rodoviária estruturante- Redes ferroviárias de alta velocidade e convencional (suburbana / interurbana / regional)- Redes telemáticas- Sistemas de transportes e de comunicações, tendo em vista garantir níveis adequados de articulação/conexão entre os centros



EIXOS ESTRATÉGICOS DE BASE TERRITORIAL:

urbanos e uma acessibilidade alargada a equipamentos e serviços básicos (serviços de proximidade).

3. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SUPORTE TERRITORIAL, encarando integradamente os seus elementos constitutivos enquanto valores intrínsecos (dever de preservação da memória e identidade coletiva), enquanto componentes de uma dinâmica de desenvolvimento sustentado, e enquanto fatores de melhoria da qualidade de vida:

- Proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais
- Controlo e gestão das situações de riscos naturais e tecnológicos (identificação, medidas de prevenção, monitorização), e atenuação/eliminação dos passivos ambientais (recuperação de situações degradadas, eliminação/desagravamento de fontes poluidoras).

4. GESTÃO SUSTENTADA DOS RECURSOS PRODUTIVOS de forte vinculação locacional, com exploração das potencialidades e atenuação das fragilidades:

- Aproveitamento do potencial hídrico numa ótica de sustentabilidade do recurso (reserva estratégica de água, produção de eletricidade, abastecimento, rega, desporto e lazer, valorização paisagística, elemento de atenuação e controle do risco, reequilíbrio ambiental)
- Sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos e de reforço da componente da produção energética a partir de fontes renováveis (eólica, hídrica, geotérmica, biomassa);
- Consideração das especificidades da Zona Costeira, em termos da necessária compatibilização das suas potencialidades com as fragilidades do seu suporte biofísico;
- Exploração da fileira dos recursos geológicos e hidrogeológicos;
- Exploração das fileiras vitivinícola, agropecuária e silvo-pastoril, com relevo especial para o desenvolvimento de "nichos de qualidade" (produtos certificados, DOC)
- Exploração sustentada dos recursos florestais e espaços associados, e ainda dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores, e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas;
- Exploração da fileira do turismo.

3.4.2 Modelo Territorial

A representação espacial dos principais elementos em que estas componentes se desdobram consubstancia o Modelo Territorial do PROT-N, que configura de forma articulada o sistema de estruturação funcional, o sistema biofísico e o sistema de recursos produtivos.

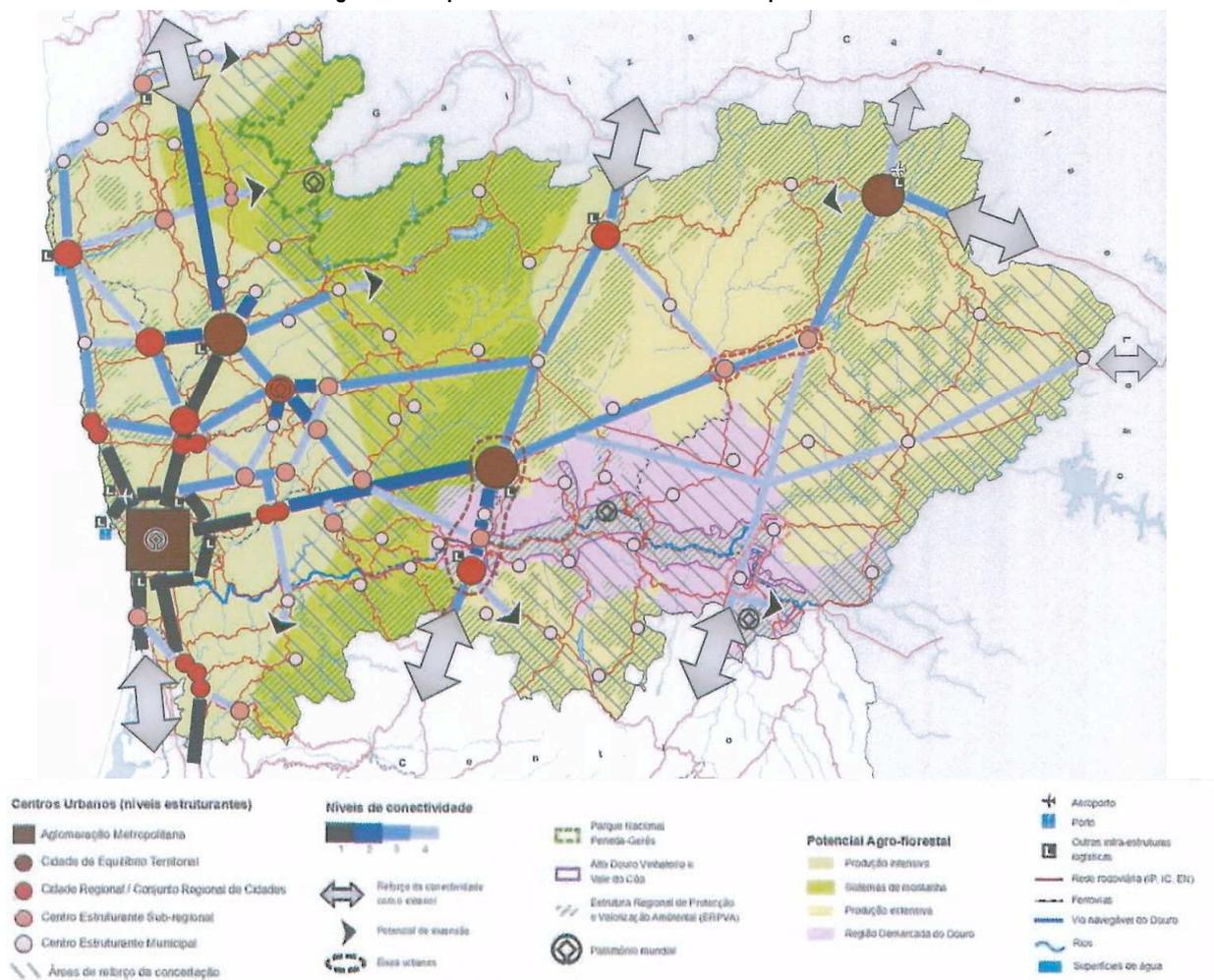
O **Modelo Territorial**, tratando-se de um esquema global de ordenamento, pretende conceber uma organização espacial destinada a alcançar uma melhor estruturação e um desenvolvimento mais harmonioso da Região, inspirando-se nos seguintes princípios orientadores do equilíbrio regional:

1. *Promoção do policentrismo assente nas vocações específicas e na intensificação dos relacionamentos entre centros urbanos, independentemente dos seus níveis funcionais, tendo em vista a promoção de complementaridades e sinergias entre estratégias urbanas, gerando densidade relacional, coesão e competitividade supramunicipal e regional;*



2. *Promoção da organização dos centros urbanos em redes de geometria variável, privilegiando tanto relacionamentos de proximidade/contiguidade como associações diversas para fins específicos;*
3. *Afirmção do papel das cidades e dos territórios no contexto da cooperação da Região do Norte com as regiões vizinhas;*
4. *Reforço de sinergias urbano-rurais, no contexto das mutações dos padrões culturais e dos quadros de vida nesses espaços;*
5. *Garantia de equidade territorial na provisão de equipamentos coletivos e no acesso de todos os cidadãos aos serviços de interesse geral, tanto os básicos como os mais diferenciados;*
6. *Intensificação da competitividade e da especialização no quadro de contextos territoriais alargados, aumentando a visibilidade da Região e reforçando a sua internacionalização.*

Figura 15: Esquema Global do Modelo territorial para o Norte



Fonte: CCDR N- PROT-N, versão dezembro de 2009



A configuração final do Modelo Territorial resulta da articulação dos **Sistemas Estruturantes** já referidos, cada um integrando um conjunto de domínios temáticos, sistematizados de seguida.

I. Sistema de Estruturação Funcional

SISTEMA URBANO

A estruturação do sistema urbano regional assenta, fundamentalmente, na articulação entre centros urbanos de diferentes níveis hierárquicos, atendendo às particularidades do território em que se inserem, ao seu papel polarizador e à sua relação com os aglomerados que lhe são funcionalmente mais próximos.

O tendencial decréscimo populacional a que a sub-região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem assistido ao longo das últimas décadas, aliado a padrões de ocupação tradicionalmente concentrada e de baixa densidade populacional *“requer uma atitude mais voluntarista na promoção do reforço dos nós do seu subsistema urbano, da sua articulação mútua e com outros espaços mais alargados”*.

Neste território destaca-se a cidade de Vila Real pelo seu posicionamento estratégico em termos de acessibilidade e de espaço de charneira e articulação com os restantes territórios da região e com a região Centro. Contudo esta nucleação possui uma relativa excentricidade face à sub-região, pelo que o PROT-N aposta na cidade de Bragança enquanto núcleo polarizador do território nascente e de articulação transfronteiriça. O papel equilibrador que se pretende que Bragança venha a desempenhar deverá ser complementado pelas funções a atribuir ao conjunto Mirandela/Macedo de Cavaleiros.

Em suma o sistema urbano regional estrutura-se da seguinte forma:

- Aglomeração Metropolitana do Porto
- Cidades de Equilíbrio Territorial
- Cidades Regionais / Conjuntos Regionais de Cidades
- Centros Estruturantes Sub-regionais
- Centros Estruturantes Municipais

A vila de Vila Flor surge neste contexto integrada nos Centros Estruturantes Municipais, não incluídos nos quatro níveis anteriores, que prestam o leque das funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade.

São assim objetivos do PROT-N neste domínio:



1. potenciar e estruturar o eixo Vila Real-Mirandela-Macedo de Cavaleiros-Bragança-Espanha “a partir de um impulso na concertação intermunicipal de infraestruturas, de equipamentos e de funções urbanas, consubstanciando uma polaridade estruturante para amarrar e qualificar o espaço rural e para consolidar especializações funcionais (nomeadamente no ambiente e bio-recursos), e reforçando o espaço de relacionamento transfronteiriço de Bragança com Zamora, Benavente e León”;
2. afirmar o eixo Mirandela-Macedo de Cavaleiros, no contexto dos centros urbanos do Alto Douro Vinhateiro, Douro Internacional e suas envolventes atendendo a:
 - aproveitamento das novas acessibilidades decorrentes da construção do IP2 e IC5, para o desenvolvimento turístico e para a prestação de serviços em zonas de baixa densidade;
 - o fortalecimento do espaço de inter-relacionamento dos centros urbanos do Vale do Douro Superior, Terra Quente Transmontana e parte do Vale do Douro Sul, a partir de uma maior concertação de funções urbanas e de um reforço da intermobilidade, de forma a amarrar e valorizar o espaço rural, os bio-recursos e as produções agropecuárias;
 - o reforço das sinergias entre Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Coa, aproveitando as suas vocações turístico-culturais e valorizando as respetivas características específicas (linha do Douro e Douro navegável).

SISTEMA DE CONECTIVIDADES

Este sistema materializa-se nas estruturas de suporte aos fluxos de pessoas, bens, serviços e informação.

Neste domínio um dos objetivos centrais do PROT-N é contribuir para um recentrar da atuação na promoção da diversidade de soluções e na articulação entre partes ou componentes dos sistemas que promovem a mobilidade.

Ao nível da rede rodoviária são considerados eixos estruturantes do território da região Norte e da sua articulação transfronteiriça: IP1/(AP9), IP1/IC5/IP3/(A52), IP4/(A11) e IP9/IP4/IP3/IP5/(A50). Vila Flor encontra-se sobre o eixo IP1/IC5/IP3/(A52), devendo por isso ser capaz de potenciar as sinergias geradas pela acessibilidade que esta via confere ao concelho.

Em termos de rede ferroviária verifica-se, como seria de esperar, uma maior concentração em torno do Arco Metropolitano do Porto, sendo a zona transmontana aquela que apresenta uma elevada debilidade a este nível, sobretudo desde o encerramento da Linha do Tua. O PROT-N aponta um conjunto de investimentos de longo prazo que contribuiriam para conferir à região maior competitividade e consolidar o modelo territorial, contudo nenhum deles para Trás-os-Montes, o que coloca maiores desafios à afirmação deste território.



Ao nível das redes de tecnologias de informação e comunicação também é notória a assimetria litoral/interior, recomendando-se um esforço para aumentar a coesão territorial também neste domínio.

SISTEMA ENERGÉTICO

É objetivo genérico para este domínio a harmonização dos seguintes princípios: garantir o abastecimento, em condições de adequação ambiental e contribuindo para a competitividade da atividade económica.

A concretização deste objetivo passará então pelas seguintes áreas de intervenção:

- *Caracterização dos recursos energéticos endógenos da região, essencialmente os de carácter renovável, e a promoção do seu aproveitamento;*
- *Caracterização da forma como a energia é utilizada e promoção de medidas de melhoria da eficiência energética;*
- *Adequação das infraestruturas de transporte e distribuição de energia à procura previsível e à integração da produção através de fontes renováveis*
- *Estabelecimento de parâmetros de monitorização energético-ambientais.*

II. Sistema Biofísico e Patrimonial

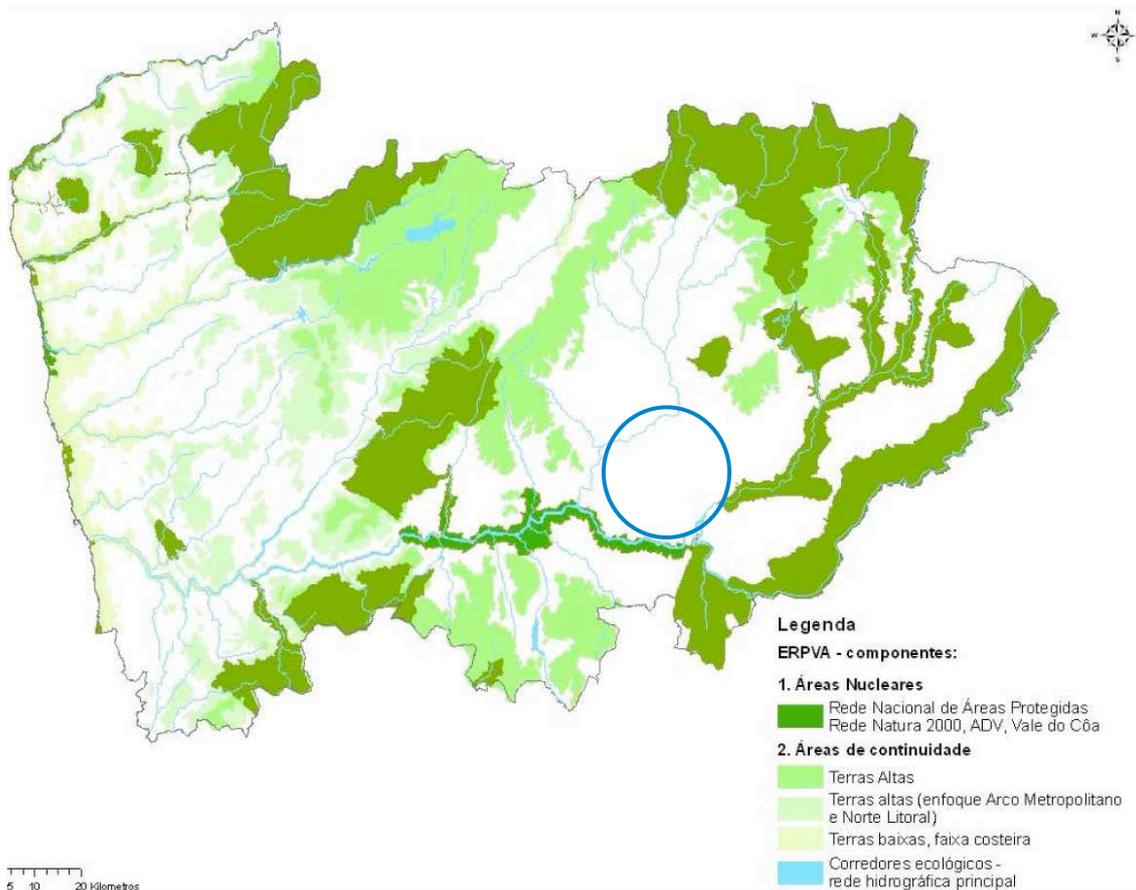
ESTRUTURA REGIONAL DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL (ERPVA)

A ERPVA compreende o conjunto de sistemas naturais e biofísicos que se subdivide em: áreas nucleares que integram as Áreas Protegidas, as áreas classificadas na Rede Natura 2000, a par das áreas inscritas na lista de Património Mundial da UNESCO (Parque Arqueológico do Coa e Alto Douro Vinhateiro); e áreas de continuidade, que integram os territórios de baixa e de alta altitude e os corredores ecológicos.

Trata-se de uma rede “*fundamental de suporte à proteção e valorização dos sistemas necessários à conservação da natureza e da diversidade biológica, à regulação dos ciclos da água e do carbono, à gestão das reservas estratégicas de água e à conservação do solo, num contexto de alterações climáticas, visando o cumprimento das metas ambientais e de sustentabilidade*”.



Figura 16: Componentes da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental



Fonte: CCDR N- PROT-N, versão dezembro de 2009

PATRIMÓNIO

O modelo territorial adotado pelo PROT-N confere um importante papel à valorização e salvaguarda dos bens culturais, devendo as áreas classificadas como Património Mundial, ou outras de valor cultural significativo, assumir particular relevância na polarização e incremento da visibilidade regionais, e na promoção de projetos e iniciativas de caráter diverso (percursos e rotas temáticas), diversificação da oferta cultural, preferencialmente articulados com o património natural em presença na região.

SISTEMA HÍDRICO

A região Norte possui uma elevada densidade hidrográfica revelando-se por isso fundamental o adequado planeamento do aproveitamento dos recursos hídricos.



O PROT-N identifica um conjunto de ações que será necessário promover neste domínio, a maioria delas de carácter supramunicipal e da responsabilidade da administração central, contudo destacam-se no presente contexto as seguintes:

- promover a valorização das zonas ribeirinhas, nomeadamente através de atividades associadas ao turismo, recreio e lazer;
- salvaguardar a quantidade e qualidade dos recursos hídricos subterrâneos;
- concluir, na sub-região de Trás-os-Montes os aproveitamentos para abastecimento de água às populações, previstos no Plano Nacional de Barragens;
- proceder à proteção de zonas inundáveis , condicionando a ocupação se áreas que apresentem riscos de cheia.

RISCOS

A análise desta componente foi elaborada atendendo aos diferentes graus de suscetibilidade ao risco que cada unidade territorial possui. Foram estabelecidas cinco classes de risco – níveis de interação – que aliam o grau de expansão territorial e a dinâmica natural inerente aos diferentes riscos naturais. Esta interação tem, naturalmente, implicações distintas em função das várias formas de uso e ocupação do território, pelo que é fundamental atender a esta questão quando se planeia a ocupação do território.

O PROT-N considera ainda neste domínio a Zona Costeira, sem relevância no contexto do PDM de Vila Flor.

III. Sistema de Recursos Produtivos

BASE PRODUTIVA REGIONAL

Pretende-se neste âmbito apostar:

1. no sistema científico e tecnológico, sobretudo no sistema de ensino superior;
2. nos mecanismos de apoio à intensificação tecnológica das empresas;
3. na valorização dos principais pólos de competitividade e tecnologia e outros clusters regionais;
4. na atração de capital estrangeiro para o exercício de áreas de atividade mais intensivas do ponto de vista tecnológico;
5. no empreendedorismo de base tecnológica e nas suas diversas formas de financiamento;
6. numa rede de parques de ciência e tecnologia, incluindo incubadoras de base tecnológica;
7. na consolidação da rede de centros tecnológicos da região.



RECURSOS GEOLÓGICOS E HIDROLÓGICOS

É fundamental equacionar a definição de novas normas de exploração, uso e aproveitamento dos recursos naturais, numa ótica de sustentabilidade económica, social e ambiental. Entre outras ações, deverá ser feita uma *“avaliação, inventariação e seleção dos recursos geológicos com potencial económico do ponto de vista extrativo e com qualidade”*, uma vez que um adequado conhecimento geológico e hidrogeológico do território é essencial, por um lado, para a correta planificação da intervenção neste domínio, e por outro para um consistente ordenamento do território, proteção ambiental e regulamentação de usos e ocupações do solo.

Por fim, refere o PROT-N o papel que o setor extrativo poderá desempenhar no combate ao despovoamento do interior do país, contribuindo para a criação de emprego e para a dinamização, direta ou indireta, da generalidade da economia regional.

A sub-região transmontana tem conhecido ao longo dos séculos uma relativa dinâmica em termos de exploração mineira, destacando-se as minas de Freixeda, que embora não se encontrem atualmente ativas poderão apresentar algum potencial de exploração.

AGRICULTURA, FLORESTA E DESENVOLVIMENTO RURAL;

O modelo de ordenamento do solo rural a prosseguir nos PMOT deverá, primeiramente, procurar compatibilizar as *“políticas municipais com as estratégias nacional e regional estabelecidas para o desenvolvimento e competitividade do setor primário”*, assegurando:

- a proteção da dimensão produtiva e a continuidade das áreas agrícolas e florestais relevantes;
- as condições para a plena exploração dos recursos endógenos através da disciplina de uso e transformação do solo;
- a defesa dos solos férteis e da SAU, evitando a alteração do uso do solo e definido regulamentação que proteja as áreas agrícolas de desenvolvimento de fileiras estratégicas e os espaços florestais contínuos;
- a compatibilização do ordenamento e da disciplina do uso do solo com as disposições dos planos e programas para o setor.

Neste contexto o PROT-N identifica como áreas relevantes: as áreas florestais naturais e seminaturais integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000, as áreas submetidas a Regime Florestal, as Matas Modelo definidas nos PROF, as áreas florestais contínuas (com mais de 100ha), os povoamentos de sobreiro e azinheira, os povoamentos de folhosas autóctones, as superfícies forrageiras de regadio integradas na Bacia Leiteira Primária de Entre Douro e Minho, as culturas permanentes integradas em



áreas DOP e IGP e ainda sistemas agrossilvo-pastoris, áreas de secadal, prados permanentes e lameiros de montanha integrados em regiões DOP/IGP.

Em termos de ordenamento florestal, a zona transmontana assume-se como uma área preferencial de silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores. Relativamente ao potencial agroflorestal, o Nordeste da região Norte constitui um território preferencial de desenvolvimento modelos multifuncionais de caráter extensivo, onde surgem aliadas a produção agrícola, pecuária e florestal (em regime extensivo) e as produções de excelência, registando-se limitações à intensificação produtiva (resultado das características dos solos e do défice hídrico), elevada suscetibilidade à desertificação e sensibilidade ecológica dos sistemas em presença.

Ao nível do ordenamento do solo rural o PROT-N distingue, na região, diferentes unidades territoriais em função das vocações e funcionalidades dominantes, especificidades, recursos e valores relevantes. A sub-região de Trás-os-Montes e Alto Douro, e conseqüentemente o concelho de Vila Flor, surgem integrados na unidade “*C-Produção Extensiva/Uso Multifuncional- sistemas agrossilvo-pastoris*”, na qual se pretende promover a multifuncionalidade, desenvolvendo diversas áreas de potencialidade produtiva e promoção de fileiras estratégicas agrícolas (setores vitivinícola, olivícola, frutícola e agropecuário), onde se afirma a vocação essencialmente agrícola deste território, também com elevada potencialidade de desenvolvimento da fileira florestal.

TURISMO

O PROT-N pretende almejar um modelo de desenvolvimento turístico de âmbito regional que ocorra se forma global e integrada, reconhecendo porém a existência de quatro destinos turísticos distintos, mas que se pretendem complementares: Porto, Minho, Trás-os-Montes e Douro (este constitui um dos pólos turísticos prioritários identificados pelo PENT).

Pretende-se promover a implementação de um modelo de desenvolvimento assente na Qualificação, Excelência, Competitividade e Inovação da oferta, “*transformando o turismo num fator de desenvolvimento e diversificação da economia regional*”.

3.4.3 Normas Orientadoras

Uma vez estabelecidos os pressupostos e orientações estratégicas e definido o modelo de intervenção territorial, o PROT-N estabelece um conjunto normativo que se encontra dividido em Normas Gerais, que dizem respeito aos domínios da “Governança”, “Competitividade e Inovação” e “Articulações Transfronteiriças e Inter-regionais” que, atendendo à sua natureza e objetivos estratégicos, apresentam um caráter eminentemente transversal, e



em Normas Específicas, que respeitam a cada um dos domínios temáticos ou territoriais, sendo aquelas que assumem maior relevo no contexto dos PMOT.

Por sua vez, quer as Normas Gerais, quer as Normas Específicas, subdividem-se em Orientações Estratégicas, que materializam princípios de atuação e critérios de apoio à decisão relativa às opções, e em Diretrizes, que têm um carácter eminentemente operativo, sendo formuladas de modo a estabelecer claramente o comando normativo, indicando a quem se dirigem e a quem compete a sua execução.

Conforme sistematizado no preâmbulo do Plano, o sistema normativo adotado determina que os IGT, e em particular os PMOT respeitem:

- 1. O carácter excecional da reclassificação do solo rural em solo urbano, só admissível quando criteriosa e tecnicamente justificada, com vista a obstar à atual prática de aumento indiscriminado dos perímetros urbanos, com o conseqüente comprometimento de espaços agrícolas, florestais ou verdes lúdicos.*
- 2. A compatibilidade da classificação e da qualificação do solo com a salvaguarda das áreas de interesse biológico, agroflorestal e cultural, bem como com a presença de áreas de risco natural ou tecnológico;*
- 3. A consolidação das polaridades urbanas, promovendo a concentração de atividades e serviços nos centros urbanos dos diversos níveis, reforçando a sua urbanidade e estruturando a relação urbano-rural;*
- 4. A contenção da expansão do solo urbano com critérios de economia de recursos territoriais e de infraestruturas, equipamentos e serviços, em articulação com as redes de acessibilidades e transportes coletivos;*
- 5. O estabelecimento de modelos de uso e ocupação do solo e de disciplina de edificabilidade identificados e delimitados para o efeito, de forma a contrariar padrões de povoamento disperso ou linear;*
- 6. O condicionamento da edificabilidade em solo rural não destinada a usos complementares dos dominantes, quando admissível, ao cumprimento de parâmetros estritos de contenção, garantindo a sua excecionalidade e o seu carácter residual que promovam a concentração da edificação em aglomerados urbanos ou rurais devidamente.*

De referir que o normativo do PROT-N, em particular o veiculado nas Diretrizes, assumirá particular relevância no contexto da Proposta de Plano pelo que a análise destas se remete para fases subsequentes da Revisão do PDM de Vila Flor, até porque, não sendo a versão em análise a versão final deste documento, admite-se que



possam ainda vir a ocorrer alterações em algumas destas normas. Destaca-se contudo desde já a relevância que assumirão para o PDM as diretrizes relativas: à Qualificação do Sistema Urbanos, ao Uso do Solo, à Proteção e Valorização Ambiental e aos Riscos Naturais e Tecnológicos.

3.5 PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TURISMO (PENT)

O setor do turismo em Portugal tem vindo a crescer de forma muito significativa, quer em termos de oferta de alojamento e entretenimento, de número de viagens, e de número de visitas e turistas. Esta realidade tem a ver com o facto de Portugal possuir uma envolvente privilegiada para a consolidação da atividade turística, nomeadamente em função dos seus recursos naturais, culturais e humanos.

O turismo é hoje, considerado um setor estratégico prioritário para Portugal não só pelas receitas externas que proporciona, como também pelo potencial que encerra para o combate ao desemprego, para a valorização do património natural e cultural do país, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a atenuação das assimetrias regionais.

A atual visão para o turismo nacional, patente no Plano Estratégico Nacional de Turismo, aponta para que **“Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o setor num dos motores de crescimento da economia nacional.”**

Esta ambição é fortemente legitimada quando se dá a conhecer que *“Portugal é o 17º destino turístico mais competitivo do mundo”*, segundo o Foro Económico Mundial (in DN digital de 4 de março de 2009).

O PENT tem como horizonte temporal o ano de 2015 e surge da necessidade de uma visão e estratégia nacionais capazes de integrar de forma coerente as diversidades e diferenças associadas à complexidade da atividade turística.

A implementação do PENT é materializada em cinco Eixos Estratégicos, os quais requerem a implementação de 11 projetos. No **Eixo I – Território, Destinos e Produtos** foram identificados 10 produtos que, em conjunto, contribuem para a coesão da estratégia para o setor, na medida em que contribuem para a geração de emprego, a atração de investimentos, a diferenciação de Portugal como destino, a diversificação da oferta e a rapidez da operacionalidade. Os 10 produtos turísticos estratégicos selecionados são:

- | | |
|---|---|
| 1 – Sol e Mar | 6 – Turismo Náutico |
| 2 – Circuito turístico (<i>Touring</i>) Cultural e Paisagístico | 7 – Saúde e Bem-estar |
| 3 – Estadias de Curta duração em cidade (<i>City Break</i>) | 8 – Golfe |
| 4 – Turismo de Negócios | 9 – Conjuntos turísticos integrados e turismo residencial |
| 5 – Turismo de Natureza | 10 – Gastronomia e Vinhos |



As características e infraestruturas de cada região refletem-se, à luz do PENT, num conjunto específico de produtos a potenciar, permitindo a capitalização da sua vocação natural. Dada a forte concentração da atividade turística nos pólos Algarve, Lisboa e Madeira, considera-se fulcral para a diversificação da oferta turística o desenvolvimento desta atividade em todo o país, dando-se prioridade aos seguintes pólos turísticos: Açores, Douro, Serra da Estrela, Oeste, Leiria-Fátima, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo.

De acordo com o PENT, a região do Porto e Norte deverá ser o destino do país com um dos melhores desempenhos em termos de crescimento, prevendo-se que cresça anualmente a uma taxa de 8,5% atingindo mais 1,7 milhões de dormidas de estrangeiros em 2015. O **City Break**, o **Touring** e o **Turismo de Natureza** são considerados produtos potenciadores de crescimento a curto prazo na região, apresentando também potencial para os produtos Turismo de Negócios, Saúde e Bem-Estar e Gastronomia e Vinhos.

Quadro 11: Região Norte – Principais Recursos, Fatores Distintivos e Objetivos

Principais recursos	Fatores distintivos
<ul style="list-style-type: none"> . Cidade do Porto; . Caves de Gaia – Vinho do Porto; . Cidades Históricas (Guimarães, Braga e Viana); . Rio Douro; . Alto Douro Vinhateiro; . Parques Naturais (ex. Parque Nacional da Peneda – Gerês) . Património Arqueológico (Vale do Coa); . Gastronomia e vinhos (ex. Vinho do Porto) 	<ul style="list-style-type: none"> . Vinhas do Douro, Vinho do Porto; . Centro Histórico do Porto; . Oferta diversificada para Touring (história e natureza); . Gastronomia e Vinhos;
Conceito de desenvolvimento/Objetivo	
<ul style="list-style-type: none"> . Crescimento em quantidade (cidade do Porto) e valor da região (Douro) – crescimento do Turismo Nacional e Internacional; . Potenciar o crescimento do Turismo na cidade do Porto - aposta em diversos produtos par aumentar as taxas de ocupação; . Desenvolver, protegendo, a região do Douro – crescimento em valor; . Apostar no Turismo de Negócios para reduzir a sazonalidade. 	

Fonte: PENT

Para melhorar o desempenho da região é necessário criar um conjunto de iniciativas ao nível do desenvolvimento de produtos, assim como ações transversais a todos os produtos, que complementem e diversifiquem a oferta turística. Muitas das ações são direcionadas para a região Douro, onde Vila Flor também se insere, considerada como o grande ativo de valor da região Norte.



Quadro 12: Região Norte - Proposta de potenciais ações a aprofundar

	City Break	Touring e Turismo de Natureza	Turismo de Negócios	Saúde e Bem-Estar
				Gastronomia e Vinhos
Fatores distintivos	Cidades com escala humana e autênticas. Vinho do Porto (caves). Arquitetura contemporânea.	Património cultural e paisagístico. Quintas e vinhas do Porto. Rio Douro. Cruzeiros no Douro. Parques Naturais. Património Arqueológico do Vale do Coa.	Oferta hoteleira de referência centrada na Boavista (Porto). Interesse cultural e enogastronómico na cidade.	Qualidade gastronómica. Notoriedade do vinho do Porto. Qualidade e diversidade das águas termais.
Principais ações a desenvolver	Desenvolver ZTIs no Porto (Ribeira, centro histórico e Foz) Enriquecer a oferta de conteúdos nos museus e monumentos <i>Marketizar</i> as caves do vinho do Porto	Desenvolver rotas temáticas	Desenvolver infraestrutura para congressos de grande dimensão (+ 1000 pessoas) na cidade do Porto. Coordenar a captação com outras regiões.	Promover o desenvolvimento do cluster gastronomia e vinhos. Desenvolver o pólo turístico do Douro. Desenvolver conceitos distintivos de spas para o pólo Douro, usando os recursos específicos da região. Requalificar e dinamizar as estâncias termais.
Ações transversais	Aumentar a oferta hoteleira de qualidade. Potenciar a oferta hoteleira de charme no pólo Douro (hotéis rurais e quintas) Melhorar a acessibilidade aérea. Melhorar os acessos rodoviários (estradas secundárias).			

Fonte: PENT



4. PLANOS MUNICIPAIS, COMPROMISSOS E PRETENSÕES

Neste capítulo pretende-se fazer uma síntese dos planos municipais eficazes, focando os seus principais objetivos e opções, procurando, desta forma, agilizar a articulação do PDM (na sua 1ª revisão) com os restantes Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal.

As pretensões resultantes da prévia consulta pública e os compromissos e intenções para o Concelho são também objeto de análise.

4.1 PLANOS E ESTUDOS NO CONCELHO DE VILA FLOR

Neste âmbito são analisados os planos e estudos de abrangência concelhia ou infraconcelhia, nomeadamente PMOT e outros Planos, que embora não se configurem como planos territoriais (ao abrigo do RJIGT), são de elaboração obrigatória ou recomendada, por via de legislação referente a domínios específicos, possuindo, inevitavelmente influência ao nível da definição do modelo de desenvolvimento concelhio. São disso exemplo o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.

4.1.1 Planos Municipais de Ordenamento do Território

No concelho de Vila Flor, para além do PDM, foi iniciada a elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Vila Flor. Apesar deste trabalho se encontrar atualmente parado, foi elaborado um Regulamento, que estabelece regras e orientações a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo, assim como uma Planta Síntese, que sistematiza o desenvolvimento de propostas variadas, nomeadamente na definição de graus de intervenção no edificado, volumetria a manter e alterar, zonas de construção propostas, zona de proteção arqueológica, etc..

4.1.2 Outros Planos e Estudos de âmbito municipal

Conforme referido anteriormente, para além dos planos territoriais, existe um conjunto de outros documentos, de âmbito municipal, que se revestem de crucial importância no âmbito da revisão do PDM, nomeadamente por abordarem com um elevado grau de detalhe temáticas relevantes e diretamente relacionadas com o ordenamento do território, como sejam a questão dos riscos naturais e tecnológicos, a proteção da floresta contra incêndios ou a definição de orientações de carácter estratégico para o desenvolvimento concelhio. Seguidamente descrevem-se de forma sucinta os planos e estudos elaborados para o concelho e atualmente em vigor.



4.1.2.1 Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) são de elaboração obrigatória, e de acordo com o definido no Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro, “*contêm as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios*”. Estes instrumentos têm de ser elaborados de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios e com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal, devendo obedecer à estrutura estabelecida na Portaria n.º 1139/2006, de 25 de outubro.

A elaboração do PMDFCI prevê, através de atividades concretas, melhorar os meios de prevenção, deteção e combate a incêndios florestais, assim como estabelecer propostas de planeamento e ordenamento das áreas florestais. Desta forma, pretende-se com o Plano de Defesa da Floresta conjuntamente com o Gabinete Técnico Florestal intervir no território em 4 áreas distintas: prevenção; pré supressão; supressão e reabilitação. O nível Municipal é um dos patamares de excelência para o diagnóstico do risco de incêndio, das zonas que potenciam a sua progressão/propagação e das infraestruturas de combate existentes, bem como o seu estado de conservação.

Em suma, pretende-se com este documento dotar o município de um levantamento dos fatores mais relevantes para a prevenção e combate de fogos florestais assim, como lançar as bases para uma política municipal florestal, concertada com a realidade local preservando as pessoas e bens do flagelo que são os incêndios florestais sem adiar a defesa dos recursos florestais.

O PMDFCI de Vila Flor foi elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Incêndios em conjunto com o Gabinete Técnico Florestal, tendo entrado em vigor a 1 de janeiro de 2008.

O PMDFCI implementa, ao nível municipal, as linhas orientadoras do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que assentam em cinco eixos de atuação:

- *Eixo 1 - Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;*
- *Eixo 2 - Reduzir a incidência dos incêndios;*
- *Eixo 3 - Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;*
- *Eixo 4 - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;*
- *Eixo 5 – Adaptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz*



O PMDFCI de Vila Flor inclui cartografia de risco, expressa através da Carta de Perigosidade, que foi elaborada segundo a metodologia CRIF (Cartografia de Risco de Incêndio Florestal), recorrendo a um modelo de variáveis fisiográficas que podem explicar de forma mais relevante a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal.

A análise geográfica da Carta de Perigo de Incêndio Florestal permite ter uma ideia da classe de perigo de incêndio a que cada zona do concelho pertence. As zonas Norte e Oeste do Concelho são as que apresentam maior área associada às classes Alta e Muito Alta de perigo de incêndio. Estas zonas coincidem com as áreas que foram durante anos anteriores percorridas por incêndio, correspondendo também a zonas de matos e espécies florestais altamente combustíveis. Verifica-se ainda que as classes de perigo Alta e Muito Alta, ocorrem em zonas com declives mais acentuados.

O PMDFCI define os seguintes Eixos Estratégicos para o concelho de Vila Flor:

- *Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais;*
- *Redução da Incidência dos Incêndios;*
- *Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios.*

Tendo em conta que o primeiro Eixo Estratégico é o que está mais ligado à prevenção territorial da ocorrência de incêndios, destaca-se o Objetivo Estratégico deste eixo que consiste em “*Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas*”. Por sua vez, o seu Objetivo Operacional é “*Proteger as zonas de interface Urbano/Floresta e implementar um programa de redução de combustíveis*”. Por forma a conseguir a implementação destes objetivos, estão previstas as seguintes Ações:

- *“Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios;*
- *Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível;*
- *Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI;*
- *Promover ações de gestão de pastagens;*
- *Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água);*
- *Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais”.*

4.1.2.2 Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil

Em virtude do atual quadro legislativo em matéria de proteção civil, foi promovida a elaboração do Plano Municipal de Emergência de Vila Flor, de forma a dotar o concelho de um instrumento adequado às exigências atuais em matéria de intervenção de emergência.



No âmbito da Revisão do PDM de Vila Flor afigura-se essencial o adequado enquadramento das orientações deste Plano, nomeadamente no que respeita à identificação dos riscos presentes no território, uma vez que se deverá procurar debelá-los e mitigá-los sempre que possível. A análise desta temática é aprofundada no Capítulo 15.

4.1.2.3 Agenda 21 Regional

A Agenda 21 (A21) é um processo participativo em que as Câmaras Municipais, os cidadãos, os técnicos, os empresários, as associações e outros grupos de relevo numa comunidade trabalham em conjunto e definem as prioridades para o desenvolvimento sustentável do seu concelho na trínomia economia, social e ambiental.

Em Vila Flor a A21 é consubstanciada através do projeto Nordeste 21, pioneiro e inovador na Região Norte por ser a primeira A21 com carácter regional, integrando também os municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro e Vimioso.

O projeto Nordeste 21 obedece a 3 fases na sua elaboração: Fase 1 – Sensibilização e criação do fórum; Fase 2 – Diagnóstico e preparação do Plano de Ação e Fase 3 – Implementação e monitorização.

Foram desenvolvidas etapas de inquéritos à população e fóruns participativos, a partir dos quais foi possível definir um conjunto de eixos estratégicos que balizaram o diagnóstico sintético e o plano de sustentabilidade. Assim os eixos estratégicos resultantes das duas primeiras reuniões dos fóruns participativos e dos inquéritos direccionaram-se para as seguintes temáticas:

1. Acrescentar valor aos produtos locais;
2. Agricultura e Floresta;
3. Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais da Região
4. Economia, Emprego, Formação e Qualificação;
5. Empreendedorismo;
6. Energia;
7. Gestão de Águas e Resíduos;
8. Sociedade do Conhecimento e Novas Tecnologias;
9. Turismo Sustentável;
10. Acessibilidades e Mobilidade.

Por temática foram identificadas algumas ações, como as que constam no quadro seguinte:



Quadro 13: Agenda 21 Regional – Ações e projetos a desenvolver por grupo temático

Grupos Temáticos	Ações e Projetos
Sociedade do Conhecimento e Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> .Promover a divulgação e uso de novas tecnologias através de campanhas de sensibilização e ações de formação em meios urbanos e rurais. .Implementar a teleconferência para a 3ª idade e a tele-escola. .Apoiar a aquisição de equipamento informático e apoiar a formação para jovens e/ou adultos para a utilização dos computadores e tecnologias. .Produzir conteúdos adaptados às necessidades dos habitantes do mundo rural. .Criar uma rede de mini-lojas do cidadão em algumas freguesias da região. .Equipar alguns edifícios com importância patrimonial com sistema de vídeo-vigilância. .Criar zonas de acesso livre a internet nos edifícios de acesso público.
Ecoeficiência, Energia e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> .Criar uma entidade que preste apoio técnico especializado e aconselhamento para aquisição de equipamentos e soluções que permitam proporcionar eficiência e poupanças energéticas. .Apostar numa visão integrada dos recursos endógenos – biomassa e energia solar. .Implementar o conceito de Eco-Aldeia onde a aldeia seria energeticamente autónoma aproveitando todas as formas de energia disponíveis. .Criar um plano de formação especializada para os agentes do setor energético. .Organizar formações para decisores e técnicos envolvidos no ordenamento do território.
Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região	<ul style="list-style-type: none"> .Apostar no associativismo e na formação como medidas capazes de ganhar competitividade, garantir escoamento e acréscimo de escala. .Reconversão das “culturas tradicionais” e modernização tecnológica das explorações. .Promover serviços de aconselhamento agrícola e ações de formação. .Incremento da agricultura, baseada em técnicas direcionadas para a produção de alimentos de alta qualidade. .Promoção de um desenvolvimento rural assente numa abordagem horizontal com forte participação dos atores locais. .Estabelecimento de parcerias com as universidades por forma a garantir soluções mais inovadoras em termos produtivos. .Diversificar estratégias de venda, por exemplo através da constituição de uma rede de lojas rurais estrategicamente localizadas. .Impor em alguns casos o ordenamento da floresta, noutras uma florestação correta e ordenada, nomeadamente nas grandes áreas ardidas.
Gestão de resíduos e água	<ul style="list-style-type: none"> .Solucionar os problemas dos efluentes agrícolas e a falta de tratamento destes. .Promover o abastecimento de água sustentado realizando uma avaliação das perdas de água. .Reduzir a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro. .Criar pontos de água para apoio à agricultura e combate aos incêndios. .Desenvolver um sistema de rega dos jardins e espaços públicos com água não tratada. .Reordenar os jardins, de modo a que estes reduzam as necessidades de água. .Implementar um tarifário adequado para a água. .Implementar projetos de educação ambiental centrados nos rios e ribeiras. .Desenvolver um projeto regional de reabilitação e valorização das ribeiras e rios. .Aplicar soluções de mitigação do impacto associado aos efluentes dos lagares de azeite e reforço da monitorização da qualidade da água nos rios e ribeiras da região.
Dinamização da Economia Local	<ul style="list-style-type: none"> .Estimular a fixação e criação de pequenas e médias empresas na região. .Promover a divulgação de informação relativa às oportunidades de financiamento, entre elas, o microcrédito. .Promover a criação de centros de formação supramunicipais especializados em áreas específicas e consideradas prioritárias. .Fomentar um projeto supramunicipal que possa constituir um berçário da empresa e



Grupos Temáticos	Ações e Projetos
	que simultaneamente possa fornecer apoio às empresas que já operam no mercado.
Empreendedorismo	<p>.Fomentar o associativismo e valorização do potencial endógeno através da criação de associações empresariais, e promoção e incentivo de produtos regionais.</p> <p>.Criação de um “gabinete de apoio ao empreendedor”.</p> <p>.Criação em cada sede de concelho de um “ninho de empresas”.</p> <p>.Criar uma base de dados sobre emigrantes/imigrantes de cada concelho, com vista à recolha de dados sobre a área de trabalho e negócios.</p> <p>.Fomentar a descentralização de entidades de apoio nestas matérias.</p> <p>.Internacionalizar a Região como opção associada ao reforço da sua capacidade competitiva nas vertentes de captação de investimento direto estrangeiro.</p> <p>.Fomentar a formação profissional à procura de mercado, incentivando o ensino profissional.</p> <p>.Criar instrumentos e mecanismos financeiros complementares ou alternativos aos oferecidos pela banca às micro, pequenas e médias empresas.</p>
Turismo Sustentável	<p>.Implementar um modelo turístico para a região do nordeste transmontano, utilizando por exemplo rotas pré-definidas, de caráter demonstrativo do que de melhor há na região, ao nível da gastronomia, percursos pedestres e animação.</p> <p>.Melhorar a gestão de marketing, por exemplo, criando uma imagem de marca.</p> <p>.Concertar com outros concelhos da região uma estratégia regional de turismo.</p> <p>.Reforçar junto dos operadores turísticos a importância deste setor para o desenvolvimento regional.</p> <p>.Aposta na excelência e na diferenciação da oferta.</p> <p>.Incentivar a necessidade de criação de sinergias de trabalho em rede entre os setores do turismo, da agricultura, do artesanato, do desporto de aventura.</p>
Acrescentar Valor aos Produtos Locais	<p>.Apostar no marketing e na certificação dos produtos locais, criando uma imagem de marca e uma empresa para promoção dos produtos locais.</p> <p>.Potenciar as fileiras estratégicas da região, identificando os principais produtos de menção de qualidade, incluindo agricultura biológica, criando circuitos próprios de canalização desses produtos através de uma cadeia de lojas.</p> <p>.Melhorar o escoamento dos produtos locais, através da transmissão de informação para os mais jovens acerca do saber-fazer tradicional.</p> <p>.Criar uma marca chapéu do Nordeste Transmontano que permita uma rápida identificação do consumidor, associando-a a uma imagem de qualidade e de autenticidade.</p> <p>.Fomentar um processo/estratégia para que os pequenos produtores possam vender legalmente os seus produtos.</p> <p>.Organizar visita a empresas que possam constituir um bom exemplo em termos de certificação.</p>

Fonte: Diagnóstico Estratégico para o Plano de Ação do Nordeste 21. novembro 2007



4.2 COMPROMISSOS E INTENÇÕES

Existem ainda uma série de outros projetos (alguns de escala regional ou nacional) ou intenções, em execução ou previstos que, pelos seus impactes em termos da gestão e desenvolvimento do território concelhio interessa destacar e atender.

Equipamentos de utilização coletiva

A Câmara Municipal tem uma série de intervenções previstas a este nível essencialmente relacionadas com equipamentos de ensino e culturais. Estas intervenções, na maior parte dos casos, correspondem a intervenções pontuais de requalificação das estruturas existentes. Todavia, também são previstas novas construções. Como exemplo apresentam-se as seguintes intenções:

- Implementação do Parque Urbano de Vila Flor;
- Criação do Arquivo Municipal, em Vila Flor;
- Construção do Centro Cívico de Seixo de Manhoses;
- Implementação de uma zona de recreio e lazer na Fonte do Olmo;
- Criação do Centro de Arte Graça Morais, no aglomerado de Vila Flor;
- Criação do Centro de Artes, no aglomerado de Vila Flor;
- Beneficiação dos Paços do Concelho;

Turismo

- Aproveitamento turístico da aldeia de Gavião;
- Requalificação do parque de campismo - intenção de elaboração de projeto com novos equipamentos de apoio, nomeadamente piscinas, restaurante, parque biológico, etc.;
- Remodelação do Posto de Turismo, em Vila Flor;
- Remodelação do Museu Dr.^a Berta Cabral, em Vila Flor.

Regeneração urbana

Os espaços públicos de diversos aglomerados urbanos têm vindo a ser alvo de projetos de requalificação. No entanto, existem ainda projetos por implementar e outros que deverão ser elaborados. A Autarquia tem a intenção de investir na requalificação dos espaços públicos, bem como em edifícios pontuais dos aglomerados mais importantes. No âmbito do processo de urbanização das áreas de expansão dos núcleos urbanos a



Câmara Municipal pretende adquirir terrenos onde, no futuro, possa promover a sua urbanização de forma regrada. Como exemplo de algumas das intervenções previstas apresentam-se os seguintes pontos:

- Execução do loteamento da Quinta dos Lagares (já infraestruturado), no aglomerado de Vila Flor;
- Remodelação da Praça da República, no aglomerado de Vila Flor

Ainda ao nível do urbanismo, há que atender a alguns loteamentos aprovados que constituem compromissos que terão de ser tidos em conta em momentos subsequentes da revisão do Plano.

Manifestou a Autarquia a constituição de uma Área de Reabilitação Urbana, para o aglomerado urbano de Vila Flor, que irá constituir numa intervenção integrada de reabilitação urbana da área previamente delimitada, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.

Património Natural e Construído

O concelho de Vila Flor é muito rico, tanto ao nível de património natural, como arquitetónico, pelo que é necessário manter e requalificar estes espaços e imóveis com interesse. A Câmara Municipal tem desenvolvido alguns trabalhos de requalificação, no âmbito de candidaturas a diversos apoios financeiros, nomeadamente a reabilitação da Fonte do Sangrinho e envolvente, a valorização paisagística da Sr.^a do Rosário e da Ribeira da Cabreira, o ordenamento paisagístico da N.^a Sr.^a da Lapa, etc.. No entanto, este trabalho tem de ser continuado e a Autarquia tem a intenção de promover a conservação e recuperação de fontanários e a valorização paisagística de algumas áreas naturalizadas ou construídas.

Atividades Económicas

- Futura Zona Industrial de Vila Flor (já se encontrava prevista no PDM em vigor, no entanto ainda não foi possível à Câmara Municipal adquirir os terrenos);
- Construção de infraestruturas na área prevista para ampliação do Núcleo de Acolhimento de Empresas, em Santa Comba da Vilariça;

Referência ainda para algumas iniciativas particulares que se encontram previstas: lagar de azeite, na Quinta do Prado; centro de inspeção automóvel, em Samões; e posto de abastecimento de combustíveis.

Infraestruturas viárias e transportes

A Câmara Municipal tem a intenção de continuar a construir e melhorar alguns arruamentos urbanos por todo o concelho, bem como de intervir ao nível do estacionamento público. Tem intenção também de beneficiar



caminhos municipais e estradas municipais por forma a facilitar a ligação entre as aldeias do concelho. Destacam-se os seguintes projetos:

- Beneficiação da EN314 (Vila Flor – Vieiro/ Seixo) e EN324 (Valtorno - Carrazedo), resultante de protocolo entre a Autarquia e a E.P., S.A.;
- Ligação viária entre Folgares e Pombal (concelho de Carrazeda de Ansiães);

Infraestruturas Urbanas

Prevê-se ainda a instalação de uma Central de Resíduos de Construção e Demolição na pedreira que se encontra atualmente a ser explorada pela empresa Mota Engil perto da EN314.

Uma última referência para a Barragem de Foz Tua, que se situa no troço inferior do rio Tua, próximo da sua confluência com o rio Douro, e cuja albufeira abrange os concelhos de Alijó, Murça, Mirandela, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor. Esta barragem destina-se à produção de energia elétrica e encontra-se na sua fase final de construção.

4.3 PRETENSÕES RESULTANTES DA PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA

O RJIGT consagra a participação pública dos cidadãos no processo de planeamento, devendo para tal a Câmara Municipal facilitar o acesso de todos os interessados aos elementos relevantes para que possam conhecer o estado dos trabalhos e formular sugestões. Dentro desta filosofia, a revisão do PDM tem que ser também precedida de uma consulta pública. Neste contexto foram apresentadas à Câmara Municipal diversas sugestões e pretensões, que se agruparam nas seguintes categorias:

- Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço;
- Pretensões para desafetação da RAN;
- Pretensões para exclusão da REN;
- Outras sugestões/ pretensões.

Deve-se salientar que a participação foi muito pouco significativa nesta consulta pública inicial, tendo sido apresentadas apenas nove pretensões, duas das quais são da responsabilidade da empresa Resíduos do Nordeste. Deve ainda ser referido que não foram entregues sugestões da Administração Local – Juntas de Freguesia, não sendo possível nesta fase dos trabalhos ter noção da perspetiva destas entidades relativamente



à possível evolução espacial e estratégica de alguns dos aglomerados, nem da sua perspectiva relativamente às lacunas que possam existir a outros níveis.

Figura 17: Pretensões e sugestões apresentadas na consulta pública

N.º	Requerente	Freguesia	Localidade	Objetivo		Tipo de Pretensão	Justificação
				De	Para		
1	Alberto Jorge Gonçalves da Silva	Samões	Samões	Solo rural (agrícola)	Solo urbano	Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço	O traçado proposta para o IC5 vai cortar a propriedade, que vai deixar de ter área apropriada para práticas agrícolas
2	Altino José Moreira Duarte	Vila Flor	Vila Flor	RAN e Espaço Natural de Utilização Múltipla	Solo a urbanizar	Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço	A propriedade integra uma habitação e confina com uma estrada municipal
3	Resíduos do Nordeste	Vilas Boas	Vilas Boas	REN	Aterro Sanitário	Pretensões para exclusão da REN	Projeto que abrange também o concelho de Mirandela
4	José Joaquim Pinto	Vila Flor	Vila Flor	Solo Rural	Solo a urbanizar	Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço	Propriedade com Oliveiras, confinante com o loteamento da Amendoeira
5	Alexandre Duarte Mendonça de Abreu e Lima	Róios	Róios	Solo Rural (Espaço Natural de Utilização Múltipla)	Solo urbano/a urbanizar	Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço	
6	José Cordeiro	Vila Flor	Vila Flor	RAN	Solo urbano	Pretensões para desafetação da RAN	Quinta das Enricas - 6000m ² ; pretende afetar uma parcela de 150m ² a solo urbano para poder construir uma habitação sobre uma construção que já existe
7	Hernâni José Evaristo Bernardo e Celeste de Jesus Correia de Morais	Vila Flor	Vila Flor	RAN	Solo Urbano	Pretensões para desafetação da RAN	Parcela junto à Quinta dos Lagares, pretende construir moradia; nova delimitação do Perímetro Urbano de Vila Flor
8	Adelino Augusto Martins	Vilas Boas	Meireles	REN	Solo Urbano	Pretensões para exclusão da REN	---
9	Resíduos do Nordeste	---	---	---	---	Outras sugestões/pretenções	Sugere que deverá ser equacionada a definição de local para construção de Aterro de Inertes

Note-se que praticamente todas as pretensões apresentadas têm como objetivo a inclusão de terrenos em perímetro urbano, à exceção das que foram apresentadas pela Resíduos do Nordeste. Destaca-se que, no que



diz respeito à classificação do tipo de pretensão, podem ocorrer casos em que uma pretensão se enquadra em mais do que um tipo (por exemplo, uma pretensão apresentada como exclusão da REN, estando o terreno em causa sob este regime, podia ser incorporada no grupo das pretensões para mudança de classe/ categoria de espaço).

Apesar de serem em número muito reduzido, foram assinaladas na Planta de Planos, Compromissos e Intenções. Assim sendo, a incidência destas pretensões é nas freguesias de Vila Flor (4), Vilas Boas (2), Samões (1) e Róios (1). Como seria de esperar, estas ocorrem nas áreas próximas aos perímetros urbanos existentes, o que é facilmente explicável pelo facto das pessoas considerarem que, os seus terrenos, estando próximos de zonas urbanas, e muitas vezes próximos de zonas infraestruturadas, são, legitimamente, propensos à edificação.

Todas as pretensões/sugestões recebidas serão ponderadas e tomadas em consideração, tanto ao nível individual, como ao nível de uma abordagem global. Contudo, isto não significa que venham a ser atendidos todos os intentos dos requerentes, já que a análise técnica a elaborar incidirá, essencialmente, sobre perspetivas de ordem estratégica e de viabilidade física, económica, social e ambiental.



5. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

5.1 OBJETIVOS E ESTRUTURA DA ANÁLISE DEMOGRÁFICA EM PLANEAMENTO

A caracterização demográfica no âmbito de um Plano Municipal de Ordenamento do Território é um contributo indispensável para o desenvolvimento de estratégias orientadas para uma melhor e mais ajustada intervenção territorial.

Mais do que conhecer os quantitativos demográficos ou as densidades populacionais ou, ainda, efetuar retrospectivas históricas recuadas, interessa sublinhar a qualidade da estrutura do conjunto dos indivíduos residentes no concelho, a respetiva distribuição por grupos etários e pelos índices resumo, bem como a construção de cenários possíveis para estimar a população e as suas características para o horizonte de vigência do Plano Diretor Municipal.

A presente revisão do PDM de Vila Flor integra os Resultados Definitivos do XV Recenseamento Geral da População e V da Habitação, uma vez que são estes os últimos dados de que se dispõe, recorrendo quando necessário ao Anuário Estatístico da Região Norte (2013) disponíveis apenas para a totalidade do município.

A metodologia adotada privilegiou as componentes comparativas, quantitativa e qualitativa. Sempre que se justificou, as comparações foram feitas com a sub-região Douro (NUT III), a qual é composta por dezanove municípios que, no seu conjunto, apresentam uma certa homogeneidade e identidade, ao contrário da Região Norte que já apresenta, no seu interior, concelhos com traços e comportamentos bastante distintos.

5.2 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO

Com uma superfície de 265,8 km² (cerca de 7% do total da superfície da NUT III – Douro) e 6697 habitantes, o concelho de Vila Flor apresenta, como se teve oportunidade de referir, uma densidade populacional de 25,2 hab/km², valor que se encontra muito abaixo do verificado na sub-região em que se insere, que era, em 2011, de 50 hab/km².

Internamente, existem algumas assimetrias na ocupação do espaço, destacando-se, segundo os Censos 2011, como as freguesias mais densamente povoadas Vila Flor (71,2 hab/km²), Seixo de Manhoses (51,9 hab/km²), e Assares (41,6 hab/km²), por oposição às freguesias de Vilarinho das Azenhas (7,7 hab/km²), Lodões (9,2 hab/km²), e Róios e Vale Frechoso (9,8 hab/km²), que apresentam os valores mais baixos de densidade populacional.

As alterações mais significativas, ocorridas a este nível, nos anos mais recentes, estão relacionadas com a diminuição generalizada das densidades populacionais em todas as freguesias (em 2011 só Benlhevai



aumentou o valor da sua densidade populacional), sendo as mais afetadas por este fenómeno, as freguesias de Nabo, Assares e surpreendentemente Vila Flor, freguesia esta que até 2001 tinha vindo a registar aumentos consecutivos no valor da densidade populacional, conforme consta no quadro seguinte.

Quadro 14: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Vila Flor, por freguesias, entre 1981 e 2011

Freguesias	Área (km ²)	Densidade Populacional (hab/km ²)			
		1981	1991	2001	2011
Assares	3,4	50,6	62,1	50,1	41,6
Benlhevai	11,4	22,0	21,4	18,9	20,6
Candoso	7,1	47,0	36,8	29,0	22,2
Carvalho de Egas	2,9	55,2	48,6	46,4	39,4
Freixiel	34,7	33,9	27,8	23,6	18,4
Lodões	10,9	21,6	17,2	13,1	9,2
Mourão	5,5	53,3	37,3	25,4	19,0
Nabo	8,4	38,9	32,9	26,0	17,2
Róios	15,3	16,9	14,2	11,5	9,8
Samões	13,5	34,8	34,6	30,6	25,1
Sampaio	8,6	31,3	30,2	22,3	18,4
Santa Comba de Vilarça	12,2	45,1	43,9	38,8	33,4
Seixo de Manhoses	9,0	70,2	64,9	55,5	51,9
Trindade	15,0	14,1	13,0	11,8	10,8
Vale Frechoso	19,3	15,1	14,4	12,5	9,8
Valtorno	13,8	34,6	30,3	22,3	18,8
Vila Flor	31,9	75,0	75,0	79,4	71,2
Vilarinho de Azenhas	14,2	16,2	13,9	9,9	7,7
Vilas Boas	28,8	34,2	27,7	24,8	19,1
Concelho de Vila Flor	265,8	36,6	33,2	29,8	25,2
Sub-região do Douro	4107,6	63,7	58,1	54,0	50,1

Fonte: IGP – CAOP, 2004; INE – Censos 91, 2001 e 2011; PDM em vigor

A análise da estrutura do povoamento do concelho revela uma população concentrada em pequenas aldeias dispersas no território concelhio. Em 2001, e como já acontecia em 1991, a maior parte da população (cerca de 63%) residia em lugares de dimensão inferior a 500 habitantes (Quadro 15), existindo, por outro lado, o aglomerado de Vila Flor que representava 28,8% da população residente concelhia.

Em apenas dez anos (1991/2001) emergiram duas tendências: uma no sentido da disseminação da ocupação humana com o aumento do número de lugares de pequena dimensão (com menos de 199 habitantes), e, outra, no sentido do reforço da concentração populacional em torno do centro urbano de Vila Flor.

De 1991 para 2001, destacam-se como principais alterações na estrutura do povoamento:



- manutenção do número total de lugares do concelho (27 lugares), em paralelo com a diminuição da população isolada (de 227 pessoas, em 1991, passam a 165 pessoas, em 2001);
- aumento dos lugares com menos de 100 pessoas e com entre 100 a 199 habitantes. O incremento registado foi não só em termos do número de lugares, como também em termos do peso populacional que estes lugares detêm a nível concelhio (no seu conjunto, em 1991, estes lugares representavam 14%, enquanto que, em 2001, passaram a representar 21,3%);
- diminuição do número de lugares com entre 200 e 499 habitantes e com entre 500 a 999 habitantes (em 1991, no seu conjunto, existiam 16 lugares com um total de 5243 residentes e, em 2001, os lugares passam a 12, com 3792 indivíduos - menos 28%);
- Aumento da importância demográfica da vila de Vila Flor, nos quantitativos populacionais do concelho, representando, em 2001, cerca de 28,8% do total de residentes concelhios (em 1991, representava 24%).

Em 2011, a tendência verificada na década censitária anterior mantém-se, contudo a fenómeno esbate-se, destacando-se a nova diminuição da população isolada, o ligeiro aumento dos residentes nos lugares mais pequenos e diminuição ligeira da população residente em lugares com mais de 2000 habitantes.

Quadro 15: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Vila Flor, entre 1991 e 2001

Escalões de Dimensão	1991			2001		
	N.º de lugares	População Residente	%	N.º de lugares	População Residente	%
Menos de 100 hab.	4	293	3,3	5	338	4,3
De 100 a 199 hab.	6	943	10,7	9	1342	17,0
De 200 a 499 hab.	12	3102	35,1	11	3291	41,6
De 500 a 999 hab.	4	2141	24,3	1	501	6,3
De 1000 a 4999 hab	1	2122	24,0	1	2276	28,8
Pop. Isolada/Residual	-	227	2,6	-	165	2,1
Total Concelho	27	8828	100,0	27	7913	100,0

Fonte: INE-Portugal, Censos 1991 e 2001

A contribuição de cada uma das 19 freguesias do concelho é a que se apresenta no quadro seguinte, em que a freguesia de Vila Flor representa 33,9% do total do concelho, sendo seguida, mas já a uma grande distância, pelas freguesias de Freixiel (9,6%) e Vilas Boas (8,2%). Nas restantes freguesias os contributos oscilam entre os valores de 7% na freguesia de Seixo de Manhoses, e de 1,6% na freguesia de Mourão.



Quadro 16: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Vila Flor

Freguesias	1991		2001		2011	
	Total	%	Total	%	Total	%
Assares	211	2,4	170	2,1	141	2,1
Benlhevai	244	2,8	214	2,7	234	3,5
Candoso	261	3	207	2,6	158	2,4
Carvalho de Egas	141	1,6	134	1,7	114	1,7
Freixiel	964	10,9	821	10,4	640	9,6
Lodões	187	2,1	142	1,8	100	1,5
Mourão	205	2,3	139	1,8	104	1,6
Nabo	276	3,1	218	2,8	144	2,2
Róios	217	2,5	176	2,2	150	2,2
Samões	467	5,3	413	5,2	338	5,0
Sampaio	260	2,9	192	2,4	159	2,4
Santa Comba de Vilarça	535	6,1	473	6	407	6,1
Seixo de Manhoses	584	6,6	501	6,3	469	7,0
Trindade	195	2,2	177	2,2	162	2,4
Vale Frechoso	277	3,1	241	3	189	2,8
Valtorno	418	4,7	309	3,9	260	3,9
Vila Flor	2392	27,1	2531	32	2269	33,9
Vilarinho de Azenhas	197	2,2	140	1,8	109	1,6
Vilas Boas	797	9	715	9	550	8,2
Concelho de Vila Flor	8828	100	7913	100	6697	100

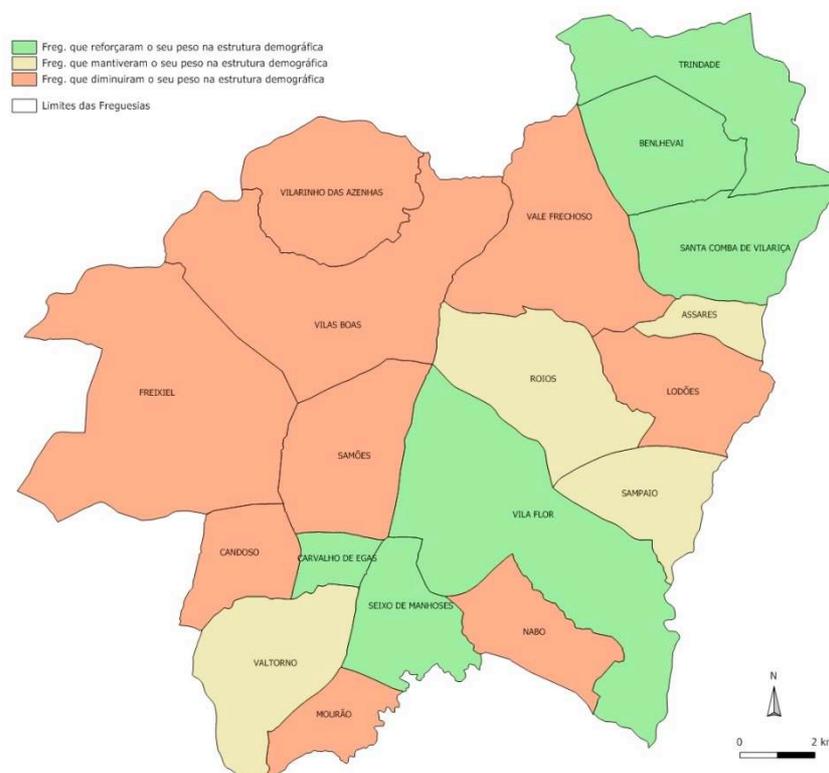
Fonte: INE- Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

De um modo geral, entre 1991 e 2011, e em termos de volume demográfico, evidenciam-se os seguintes comportamentos:

- a) freguesias que perderam peso na estrutura demográfica concelhia: Assares, Candoso, Freixiel, Lodões, Mourão, Nabo, Róios, Sampaio, Valtorno, Vale Frechoso, Vilarinho de Azenhas e Vilas Boas;
- b) freguesias que mantiveram ou aumentaram o peso populacional no total concelhio: Benlhevai, Carvalho de Egas, Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses, Trindade e Vila Flor.

Se atendermos unicamente ao último período censitário, as freguesias são distribuídas da forma que segue:

Figura 18: Comportamento do peso demográfico das freguesias de Vila Flor, entre 2001 e 2011



Fonte: INE – Censos 2001 e 2011;

5.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

O concelho de Vila Flor, à semelhança da maioria dos concelhos do Douro, tem vindo a perder progressivamente população, segundo informação posterior a 1940.

Efetivamente, Vila Flor, entre 1940 e 2011, perdeu aproximadamente 4656 pessoas (de 11353 habitantes, em 1940, passou para 6697, em 2011), o que, em termos relativos, corresponde a uma perda superior a um terço da população residente (-41%). Contudo, esta evolução não se processou uniformemente ao longo do período temporal considerado, tendo-se, inclusive, registado uma inflexão a esta curva de decréscimo demográfico, na década de setenta (Figura 19).

Depois de um máximo populacional atingido em 1950, a culminar um processo de crescimento populacional, o concelho de Vila de Flor entrou numa fase de progressivo declínio demográfico. Com efeito, nas décadas de 50 e 60, o concelho de Vila Flor registou quebras demográficas na ordem dos 5,4% e 23,7%, respetivamente, que encontram justificação no contexto sócio-económico da época, nomeadamente o conflito colonial e os



sucessivos ciclos de emigração para os países do centro da Europa, fenómenos particularmente relevantes na década de 60.

A conjugação destes fenómenos levou a uma grande mobilização de emigrantes, incidindo, particularmente, sobre os concelhos rurais, do interior.

A década de 70 é uma década de recuperação demográfica concelhia, já que se registou um aumento de 7,6% do número de efetivos de Vila Flor, e que pode ser justificada pelo retorno do contingente populacional das ex-colónias e pela travagem do processo emigratório, fruto da crise económica que afetou os principais países recetores de mão de obra portuguesa.

Contudo, essa recuperação demográfica da década de 70 não teve continuidade nas décadas seguintes, onde se retomou a dinâmica de perda populacional. A migração interna da população jovem para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como uma mortalidade elevada, inerente a uma população envelhecida¹, explicam o decréscimo que se verificou na década de 80, tendo o concelho de Vila Flor perdido 9,2% da população residente.

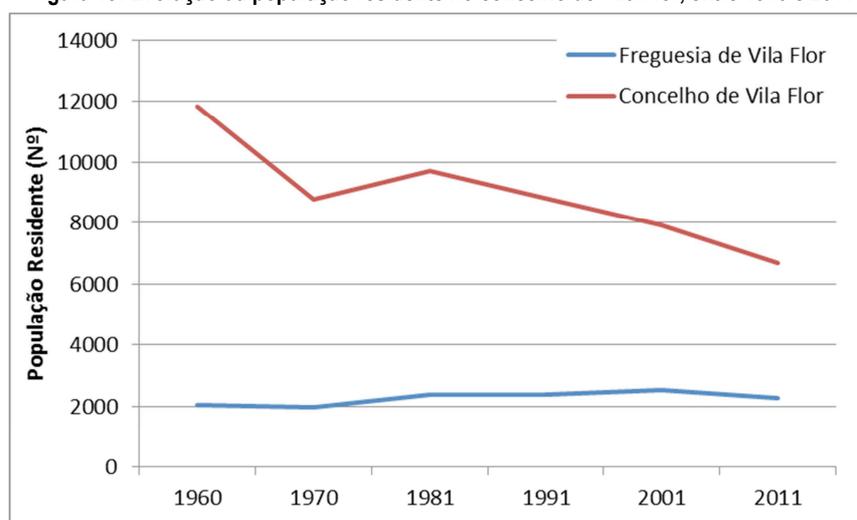
Na década de 90, o município vê aumentar ligeiramente o ritmo de perda de efetivos, tendo registado uma variação populacional negativa de 10,4%, o que põe em evidência a falta de capacidade regenerativa do concelho de Vila Flor.

Na última década esse fenómeno manteve-se, com as perdas populacionais a chegarem aos 15%, resultando também na perda de população para outros centros regionais, nacionais ou mesmo para o estrangeiro, aliado a fenómenos nacionais como a diminuição geral da taxa de natalidade.

¹ Fonte: PDM em vigor.



Figura 19: Evolução da população residente no concelho de Vila Flor, entre 1940 e 2011



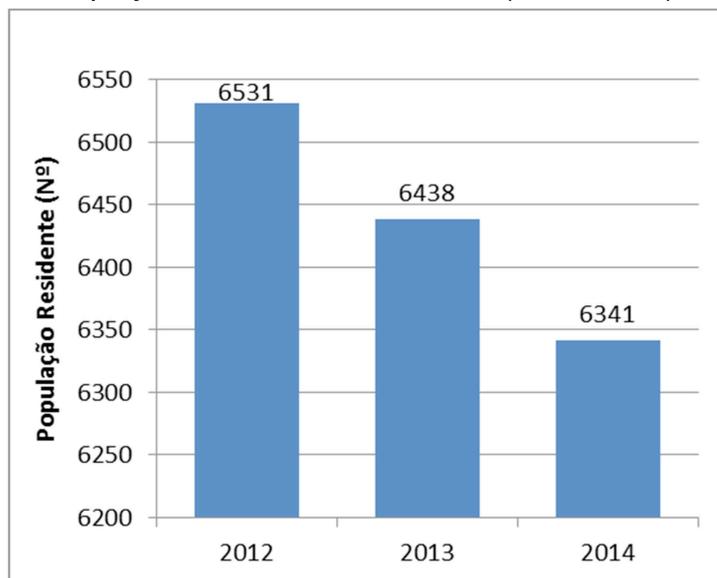
Fonte: PDM em vigor; INE-Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Os dados mais recentes disponibilizados pelo INE dão conta da tendência de esvaziamento populacional, não obstante basearem-se em estimativas. Assim, de acordo com o INE, em 2014, o concelho de Vila Flor teria uma população na ordem dos 6341, o que comparativamente a 2011, representa menos 356 residentes, traduzindo-se numa taxa de crescimento médio anual de cerca de -1,8%.

Comparando esta taxa de crescimento médio anual estimada com a taxa observada na última década censitária, observa-se um ligeiro abrandamento do ritmo de esvaziamento demográfico, já que entre 1991 e 2001, o ritmo anual de decréscimo populacional cifrou-se nos 1,4%.



Figura 20: População Residente no concelho de Vila Flor (estimativa anual) 2012-2014



Fonte: INE-Portugal.

A evolução na última década, no conjunto regional, demonstra o mesmo sentido de evolução quer em Vila Flor, como na restante sub-região do Douro. Com efeito, na década de 2001 o Douro perdeu 7,2% da sua população, e Vila Flor registou um valor ainda mais elevado, na ordem dos 15,4%. Contudo, em termos relativos, esse decréscimo populacional não se reflete no peso do concelho de Vila Flor no total da sub-região do Douro, que apenas conheceu uma irrelevante diminuição de 0,3%, no espaço de uma década.

Quadro 17: Evolução da população residente em Vila Flor , entre 2001 e 2011

Unidade Territorial	População residente		Taxa de Variação	Peso	
	2001	2011	01/2011	2001	2011
Sub-região do Douro	221853	205902	-7,2	-	-
Vila Flor	7913	6697	-15,4	3,6	3,3

Fonte: INE - Portugal, Censos 2001 e 2011

A análise da escala intraconcelhia permite identificar os grandes traços da evolução demográfica, por freguesias (quadro e figuras seguintes).

O decréscimo populacional registado entre 1950 e 1960, ao nível concelhio, foi extensível a grande parte das freguesias, com exceção das freguesias de Róios, Mourão, Assares, Valtorno, Lodões, Carvalho de Egas e Santa Comba que apresentaram valores positivos. Na década seguinte, período em que o concelho de Vila Flor registou o maior refluxo demográfico (-23,7%), todas as freguesias apresentaram valores negativos, à exceção de Seixo de Manhoses, sendo que as mais afetadas por este fenómeno foram as freguesias de Trindade (-52,8%), Assares (-45,1%), Lodões (-44,2%), Sampaio (-44,1%) e Carvalho de Egas (-42%).



A recuperação demográfica concelhia da década de 70, teve expressão na maioria das freguesias, sendo que as freguesias de Lodões e Assares foram as que mais cresceram, em termos relativos. Neste período, só as freguesias de Valtorno, Carvalho de Egas, Candoso, Benlhevai, Samões e Trindade registaram valores negativos.

Na década de 80, assiste-se a uma nova perda do efetivo populacional de Vila Flor. Só a freguesia de Assares conseguiu contrariar a tendência concelhia, ainda que as freguesias de Samões e Vila Flor tenham mantido a população residente. Neste período, a grande afetada pelo esvaziamento populacional foi a freguesia de Mourão, que perdeu cerca de 30% da sua população.

Em 2001, verifica-se o reforço da tendência de decréscimo populacional generalizado em todas as freguesias, com exceção da freguesia de Vila Flor, que aumentou o seu número de efetivos em cerca de 5,8%. Entre 1991 e 2001, as freguesias que sofreram as maiores perdas populacionais foram Mourão (-32,2%), Vilarinho de Azenhas (-28,9%), Sampaio (-26,2%), Valtorno (-26,1%), e Lodões (-24,1%).

Na última década também a freguesia sede de concelho entrou no ciclo de decréscimo populacional, com maiores perdas sobretudo em Nabo e Lodões com valores próximos ou superiores a 30%, escapando Benlhevai, com ganhos populacionais.

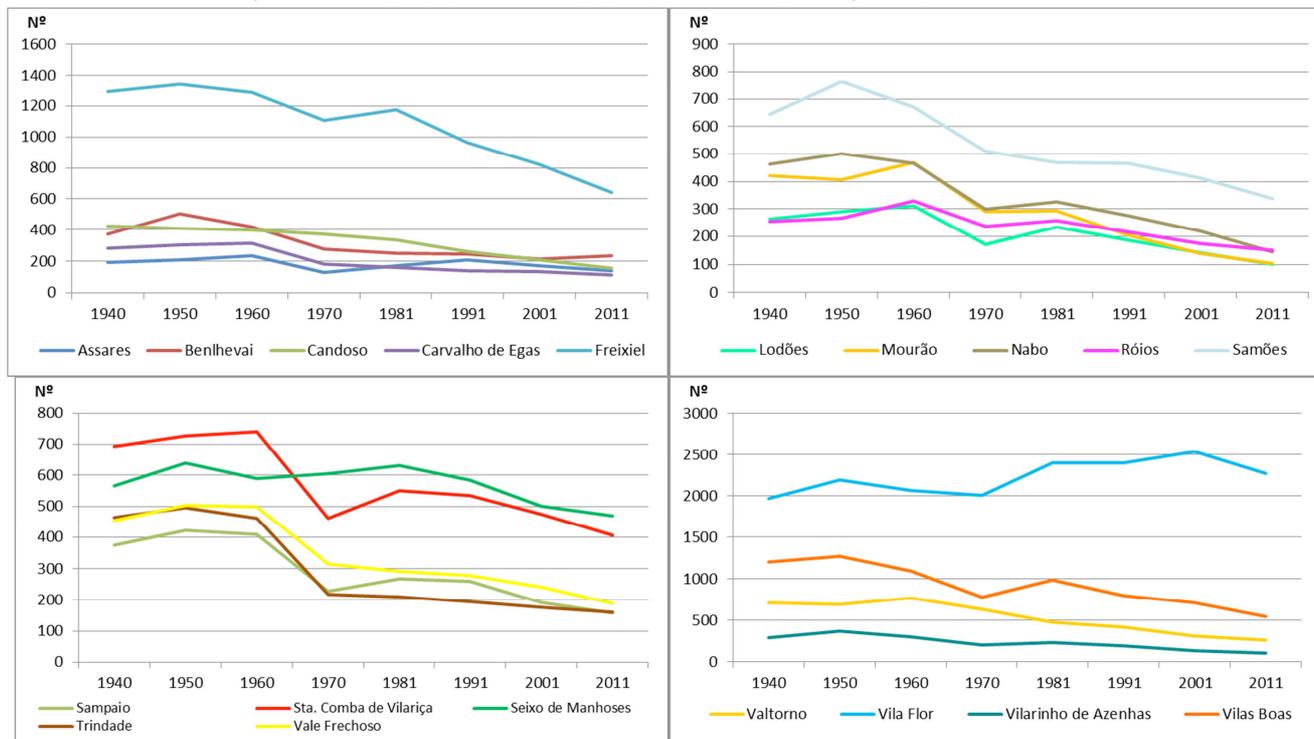
Quadro 18: Evolução da população residente no concelho de Vila Flor, por freguesias, entre 1940 e 2011

Freguesias	População Residente								Taxa de Variação (%)						
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01	01/11
Assares	192	208	237	130	172	211	170	141	8,3	13,9	-45,1	32,3	22,7	-19,4	-17,1
Benlhevai	373	507	420	275	251	244	214	234	35,9	-17,2	-34,5	-8,7	-2,8	-12,3	9,3
Candoso	427	408	400	370	334	261	207	158	-4,4	-2,0	-7,5	-9,7	-21,9	-20,7	-23,7
Carvalho de Egas	282	302	312	181	160	141	134	114	7,1	3,3	-42,0	-11,6	-11,9	-5,0	-14,9
Freixiel	1291	1341	1286	1109	1176	964	821	640	3,9	-4,1	-13,8	6,0	-18,0	-14,8	-22,0
Lodões	265	290	310	173	235	187	142	100	9,4	6,9	-44,2	35,8	-20,4	-24,1	-29,6
Mourão	421	407	469	290	293	205	139	104	-3,3	15,2	-38,2	1,0	-30,0	-32,2	-25,2
Nabo	464	502	465	301	327	276	218	144	8,2	-7,4	-35,3	8,6	-15,6	-21,0	-33,9
Róios	255	266	328	236	259	217	176	150	4,3	23,3	-28,0	9,7	-16,2	-18,9	-14,8
Samões	645	764	671	511	470	467	413	338	18,4	-12,2	-23,8	-8,0	-0,6	-11,6	-18,2
Sampaio	374	423	410	229	269	260	192	159	13,1	-3,1	-44,1	17,5	-3,3	-26,2	-17,2
Sta. Comba de Vilarça	695	727	741	462	550	535	473	407	4,6	1,9	-37,7	19,0	-2,7	-11,6	-14,0
Seixo de Manhoses	567	640	590	606	632	584	501	469	12,9	-7,8	2,7	4,3	-7,6	-14,2	-6,4
Trindade	465	496	460	217	211	195	177	162	6,7	-7,3	-52,8	-2,8	-7,6	-9,2	-8,5
Vale Frechoso	454	503	498	316	292	277	241	189	10,8	-1,0	-36,5	-7,6	-5,1	-13,0	-21,6
Valtorno	716	689	771	637	478	418	309	260	-3,8	11,9	-17,4	-25,0	-12,6	-26,1	-15,9
Vila Flor	1963	2187	2062	2007	2394	2392	2531	2269	11,4	-5,7	-2,7	19,3	-0,1	5,8	-10,4
Vilarinho de Azenhas	297	374	306	202	230	197	140	109	25,9	-18,2	-34,0	13,9	-14,3	-28,9	-22,1
Vilas Boas	1207	1271	1098	779	986	797	715	550	5,3	-13,6	-29,1	26,6	-19,2	-10,3	-23,1
Concelho de Vila Flor	11353	12505	11834	9031	9719	8828	7913	6697	10,1	-5,4	-23,7	7,6	-9,2	-10,4	-15,4



Fonte: PDM em vigor; INE-Portugal, Censos 1940 a 2011

Figura 21: Evolução populacional da população residente, por freguesias, desde 1940 a 2011



Fonte: PDM em vigor; INE - Censos 1940-2011

Apesar da diminuição populacional verificada em Vila Flor, nos últimos anos, o número de famílias residentes manteve-se entre 1991 e 2001 (variação negativa de apenas 0,5%), situação diferente da registada na sub-região do Douro, onde, para o mesmo período, se verificou um aumento do número de famílias residentes (+2,4%).

Esta manutenção do número de famílias em Vila Flor, num contexto de progressivo esvaziamento populacional concelhio, resulta, naturalmente, das alterações verificadas na estrutura familiar, que se traduzem numa diminuição da dimensão média das famílias. Com efeito, em Vila Flor, passou-se de uma dimensão média de 3 pessoas/família, em 1991, para 2,7 pessoas/família, em 2001 e 2,5 em 2011 (Quadro 19).

Através de uma análise global das freguesias do concelho, encontram-se ligeiras discrepâncias na dimensão média das famílias, sendo que a freguesia que apresenta uma maior dimensão média é S. Comba da Vilarça com uma dimensão média de 2,8 pessoas/família, e a que apresenta uma menor dimensão média é Mourão e Nabo, com 1,9 pessoas /família.



Quadro 19: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1991 e 2011

Freguesias	Número de Famílias (*)			Taxa de Variação (%)		Pessoas/Família		
	1991	2001	2011	91/01	2001/2011	1991	2001	2011
Assares	65	65	55	0,0	-15,4	3,2	2,6	2,6
Benlhevai	91	82	95	-9,9	15,9	2,7	2,6	2,5
Candoso	96	86	73	-10,4	-15,1	2,7	2,4	2,2
Carvalho de Egas	57	59	49	3,5	-16,9	2,5	2,3	2,3
Freixiel	330	316	271	-4,2	-14,2	2,9	2,6	2,4
Lodões	64	65	50	1,6	-23,1	2,9	2,2	2,0
Mourão	82	66	55	-19,5	-16,7	2,5	2,1	1,9
Nabo	102	89	74	-12,7	-16,9	2,7	2,4	1,9
Róios	79	73	66	-7,6	-9,6	2,7	2,4	2,3
Samões	157	148	139	-5,7	-6,1	3,0	2,8	2,4
Sampaio	83	74	66	-10,8	-10,8	3,1	2,6	2,4
Sta. Comba de Vilarça	176	168	146	-4,5	-13,1	3,0	2,8	2,8
Seixo de Manhoses	191	189	189	-1,0	0,0	3,1	2,7	2,5
Trindade	75	78	71	4,0	-9,0	2,6	2,3	2,3
Vale Frechoso	96	97	83	1,0	-14,4	2,9	2,5	2,3
Valtorno	150	130	123	-13,3	-5,4	2,8	2,4	2,1
Vila Flor	760	860	843	13,2	-2,0	3,1	2,9	2,7
Vilarinho de Azenhas	64	51	49	-20,3	-3,9	3,1	2,7	2,2
Vilas Boas	258	265	232	2,7	-12,5	3,1	2,7	2,4
Concelho de Vila Flor	2976	2961	2729	-0,5	-7,8	3,0	2,7	2,5
Sub-região do Douro	75979	77781	78712	2,4	1,2	3,1	2,9	2,6

(*) Famílias Clássicas + Famílias Institucionais

Fonte: INE-Portugal, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

A referência à evolução do número de famílias é muito importante, não só do ponto de vista do seu significado puramente demográfico, mas também no âmbito da programação do parque habitacional, na medida em que esta evolução, no sentido da diminuição da dimensão das famílias, produzirá, ou não, uma importante pressão na produção habitacional e, conseqüentemente, na própria definição dos perímetros urbanos. Naturalmente que, no caso concreto de S. Comba da Vilarça, aquela evolução não produzirá uma significativa pressão sobre a produção habitacional concelhia.

5.4 COMPONENTES DO CRESCIMENTO: SALDO NATURAL E SALDO MIGRATÓRIO

O modo como se processam os movimentos naturais e migratórios determina a evolução de uma população (crescimento efetivo) e provoca modificações nas respetivas estruturas etárias.

Se o saldo natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o saldo migratório mede a diferença entre o número de entradas e o número de saídas e indica até que ponto determinado concelho é atrativo ou repulsivo do ponto de vista demográfico.



O tendencial declínio da taxa de natalidade (passou de 14,5‰, em 1981, para 5,4‰, em 2011), associado a uma taxa de mortalidade que tem vindo a aumentar (passou de 10,2‰, em 1981, para 14,2‰, em 2011) tem tido repercussões no crescimento natural, que, desde a década de 80, se apresenta negativo.

Contudo, em relação à taxa de natalidade é de salientar dois aspetos: (i) após uma diminuição brusca entre 1981 e 1989, nos valores desta taxa, a década de 90 foi marcada por um abrandamento do ritmo a que se processava o decréscimo da taxa de natalidade; (ii) entre 1999 e 2002 verificou-se um aumento da taxa de natalidade, retomando valores idênticos aos registados na primeira metade da década de noventa (8,3‰), para nos últimos anos registar uma quebra da taxa de natalidade, situando-se em valores muito baixos, apesar da recuperação registada com os censos 2011.

Enquadrando a realidade do concelho de Vila Flor na restante sub-região, verifica-se que acompanha a tendência do Douro, porém os indicadores são mais desfavoráveis no concelho, já que a sub-região detém uma maior taxa de natalidade e uma menor taxa de mortalidade.

Quadro 20: Indicadores demográficos no concelho de Vila Flor e no Douro

Taxas (‰)	1981	1989	1996	1999	2002	2005	2009	2011
Taxa de Natalidade								
Vila Flor	14,5	8,4	8,3	6,3	8,3	6,1	4,3	5,4
Douro	-	-	9,4	9,0	9,0	7,7	6,9	7,0
Taxa de Mortalidade								
Vila Flor	10,2	11,4	12,2	12,0	16,9	13,4	14,1	14,2
Douro	-	-	11,7	12,0	15,5	12,9	11,8	11,8

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, 1996, 2000 e 2009, Estatísticas Demográficas 1981 e 1989; Estimativas Definitivas da População Residente Intercensitária 1981-1982 e 1989-1990 e Censos 2011

A emigração, constituindo o principal fator de evolução demográfica nos anos sessenta e princípios dos 70, contribuiu, inicialmente, para o declínio da população e, posteriormente, para a redução do saldo natural, através de efeitos indiretos sobre a natalidade e a mortalidade. Os efeitos sobre a natalidade derivaram da ausência dos escalões etários potencialmente procriadores (os estratos populacionais emigrados). Os efeitos sobre a mortalidade traduziram-se em termos relativos, na medida em que aumentou a proporção de idosos no total (população que ficou) e, por inerência, os óbitos.

A regressão do fator migratório que se sentiu em vários concelhos do país, nos finais da década de 70, motivada pela conjugação de vários fatores como a alteração das condições de atração exercidas pelo principal país de destino, em paralelo com o desenvolvimento de fatores de atração local, e com o retorno de residentes das ex-colónias, foi particularmente relevante no concelho de Vila Flor, onde, recorde-se, a população aumentou 7,6%.

Contudo, a posterior onda migratória, desta vez interna, para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, que se sentiu na década de 80, condicionou bastante a evolução demográfica de Vila Flor.



Efetivamente, o saldo migratório foi a principal componente na variação demográfica negativa de Vila Flor na década de 80. Entre 1981 e 1991, o crescimento migratório apresentou um saldo negativo de cerca de -9,8% (o diferencial entre entradas e saídas foi de menos 953 pessoas), enquanto o crescimento natural foi positivo (0,6%). O crescimento efetivo foi então de -9,2%.

Na década seguinte (1991/2001), verifica-se uma alteração no comportamento que cada uma das componentes assumiu na evolução demográfica de Vila Flor, na medida em que o saldo natural passou a negativo também, ainda que o saldo migratório tenha sido a componente que mais influenciou o decréscimo demográfico observado no concelho. Com efeito, enquanto o crescimento migratório foi de -6,8%, o crescimento natural foi de -3,7%, traduzindo-se num crescimento efetivo de -10,5%.

Quadro 21: Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001

	1981/1991	1991/2001
Saldo Natural		
Vila Flor	0,6	-3,7
Douro	2,5	-1,7
Saldo Migratório		
Vila Flor	-9,8	-6,8
Douro	-11,2	-5,5
Crescimento Efetivo		
Vila Flor	-9,2	-10,5
Douro	-8,7	-7,2

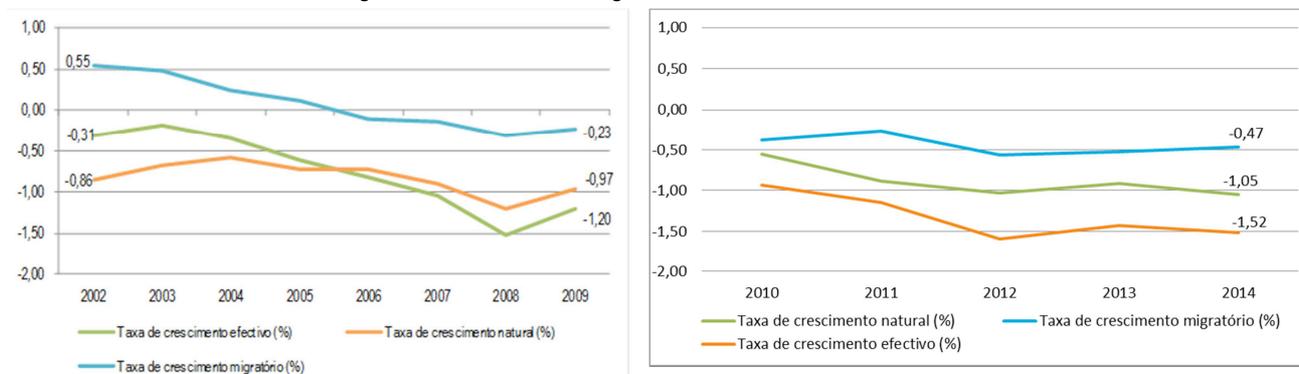
Fonte: Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 e 1991, INE, 1993; Censos 2001

Dados mais recentes evidenciam uma manutenção destas tendências, na medida em que o efetivo permanece negativo, fruto do efeito combinado entre o crescimento natural e migratório. Com efeito, os dados para 2014 indicam que a taxa de crescimento natural foi de -1,05%, num contexto em que o crescimento efetivo foi de -1,52%, traduzindo-se num crescimento migratório de -0,47%.

De referir, contudo, que no início dos anos 2000, o crescimento migratório registou valores positivos, e houve uma diminuição do crescimento natural negativo. Entre 2002-2005, o crescimento migratório foi positivo, passando, a partir desta data a ficar negativo, bem como as restantes variáveis, acentuando as dinâmicas demográficas recessivas do município.



Figura 22: Indicadores demográficos em Vila Flor, entre 2002 e 2014



Fonte: INE, retratos territoriais, disponíveis em www.ine.pt

5.5 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO: GRUPOS FUNCIONAIS E ÍNDICES RESUMO

O estudo da população de qualquer território não pode ficar só pelo conhecimento dos quantitativos populacionais, evolução e distribuição no território. Importante é, também, conhecer as características dessa população e analisar os problemas demográficos inerentes. Neste contexto, a análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, é muito relevante, na medida em que permite conhecer a história de cada concelho (região ou país), já que diferentes saliências ou reentrâncias, refletem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população jovem); 15-64 anos (população em idade ativa); e 65 e mais anos (população idosa). Esta repartição prende-se, sobretudo, com os limites mais habituais de entrada e saída na vida ativa.

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição do peso de população jovem e aumento da importância dos idosos. Estas tendências são diretamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida.

A queda da fecundidade está, cada vez mais, associada ao contexto sócio-económico da sociedade portuguesa e menos relacionada a fatores puramente demográficos. Está, pois, em causa, uma crescente aceitação de novos parâmetros de qualidade de vida. Por outro lado, o aumento da esperança de vida é uma consequência inevitável da evolução da ciência e da tecnologia.

Estas tendências começam lentamente a repercutir-se no concelho de Vila Flor. Efetivamente, começam a manifestar-se sinais de envelhecimento estrutural da população, nomeadamente com a diminuição da proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos) e com o aumento dos idosos (idades superiores a 65 anos), refletindo-se numa estrutura etária em fase de envelhecimento.



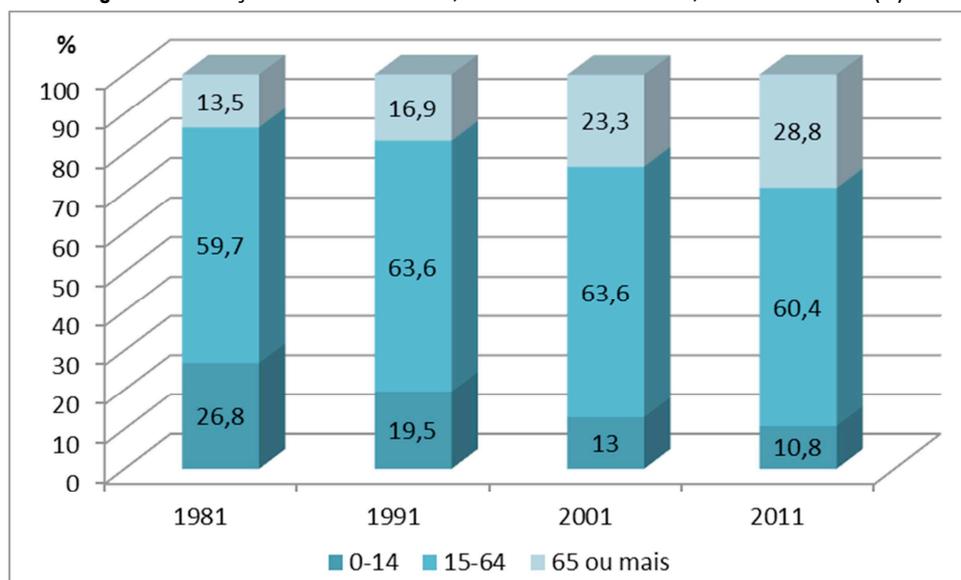
Sendo uma tendência generalizada, a nível nacional, o fenómeno do envelhecimento demográfico, nomeadamente, no que diz respeito ao aumento do número de idosos, importa salientar algumas conclusões do estudo realizado pelo INE: “As Gerações mais Idosas”, Série de Estudos n.º 83, 1999, onde se conclui que:

- *“o número de pessoas idosas residente em Portugal mais que duplicou, nos últimos quarenta anos, provocando o alargamento do topo da pirâmide etária. A população idosa é predominantemente feminina;*
- *o ritmo de crescimento da população idosa é mais acelerado do que o da população total, sobretudo nas idades mais avançadas;*
- *a estrutura etária continuará a sofrer alterações nos próximos anos, prevendo-se que o fenómeno do envelhecimento demográfico se acentue e a população idosa ultrapasse em número a população jovem, entre 2010 e 2015;*
- *a população idosa reforçará assim a sua importância relativa e a sua tendência de envelhecimento no futuro próximo;*
- *as famílias unipessoais de idosos têm crescido nos últimos anos, principalmente as famílias unipessoais de mulheres; (...)*”

Em Vila Flor, à semelhança do que se passa a nível regional e nacional, verifica-se um processo de envelhecimento da população, materializada pelo aumento da representatividade dos escalões etários mais idosos e por um decréscimo do peso dos grupos mais jovens. A figura seguinte permite visualizar com clareza essa evolução, que é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de proteção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos “não produtivos” ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.



Figura 23: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Vila Flor, entre 1981 e 2009 (%)



Fonte: PDM em vigor INE, Censos 2001 e 2011

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Vila Flor, acompanha estruturalmente a região em que o concelho se insere, embora, em termos gerais, o concelho seja substancialmente mais velho do que a sub-região do Douro, que em 2011 apresentava a seguinte estrutura etária: 10,8% de população jovem, 60,4% de população potencialmente ativa e 28,8% de população idosa.

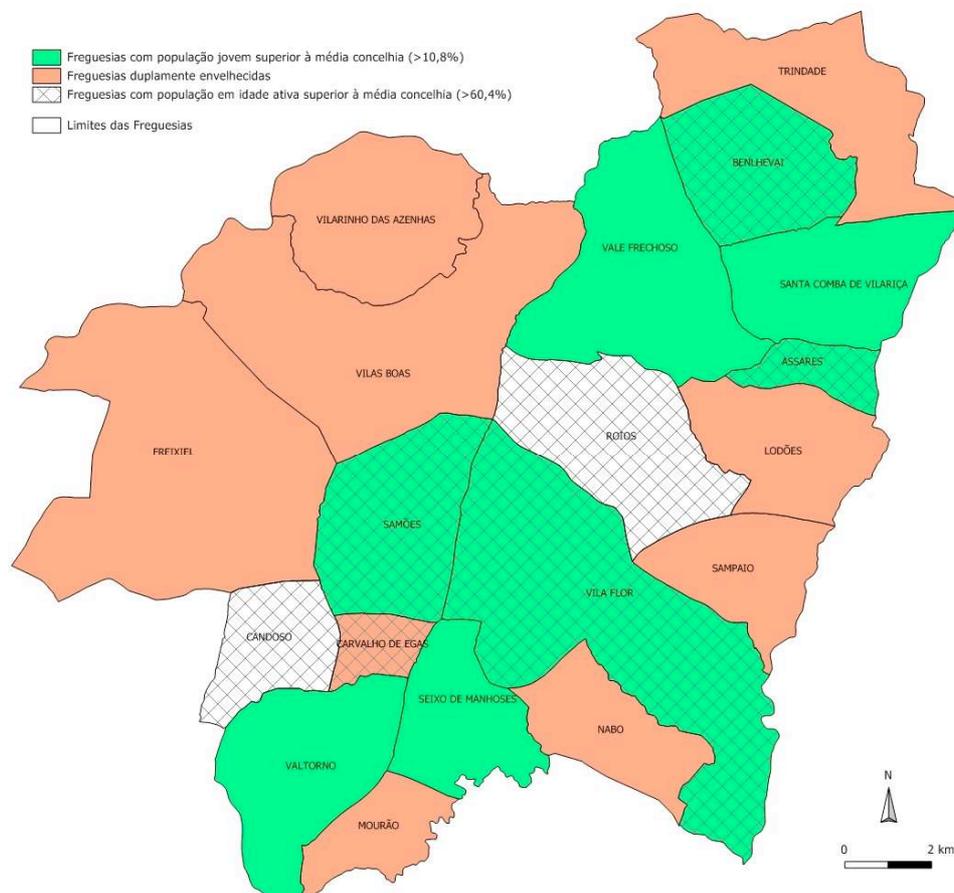
A observação destas variáveis numa perspetiva dinâmica permite ajustar equipamentos e serviços às necessidades atuais e previstas.

Internamente, numa análise ao conjunto das freguesias do concelho, destacam-se os seguintes comportamentos:

- freguesias duplamente mais envelhecidas (com menores proporções de jovens e maiores proporções de idosos): Mourão, Nabo, Valtorno, Lodões, Freixiel, Trindade, Carvalho de Egas, Vilarinho de Azenhas e Róios;
- freguesias com peso de população jovem superior à média concelhia: Vila Flor, Candoso, Vale Frechoso, Vilas Boas, Samões e Sampaio;
- freguesias com importante peso de população em idade ativa (superior à média concelhia): Assares, Samões, Vila Flor, Benlhevai, Seixo de Manhoses, Santa Comba de Vilariça, Róios e Vale Frechoso.



Figura 24: Comportamento da estrutura etária das freguesias do concelho de Vila Flor, em 2011



Fonte: INE – Censos 2011

Quadro 22: Estrutura Etária da População do concelho de Vila Flor, por freguesia, em 2011

Freguesias	0 –14 anos	15-64 anos	> 65 anos
Assares	14,2	63,8	22,0
Benlhevai	13,2	64,1	22,6
Candoso	8,2	64,6	27,2
Carvalho de Egas	7,0	62,3	30,7
Freixiel	7,3	55,9	36,7
Lodões	9,0	52,0	39,0
Mourão	3,8	40,4	55,8
Nabo	5,6	53,5	41,0
Róios	10,0	64,0	26,0
Samões	11,5	67,2	21,3
Sampaio	10,7	58,5	30,8
Sta. Comba de Vilarica	13,3	61,7	25,1
Seixo de Manhoses	12,4	50,5	37,1
Trindade	7,4	56,8	35,8
Vale Frechoso	11,1	60,3	28,6
Valtorno	12,7	51,9	35,4



Freguesias	0 –14 anos	15-64 anos	> 65 anos
Vila Flor	12,3	65,3	22,4
Vilarinho de Azenhas	4,6	47,7	47,7
Vilas Boas	8,7	59,5	31,8
Concelho de Vila Flor	10,8	60,4	28,8

Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa em índices resumo das estruturas populacionais. Estes índices são normalmente apresentados para medir a dependência e o envelhecimento da população, como aliás já se teve oportunidade de analisar, ainda que de forma mais leve.

Os índices de dependência são utilizados para medir a relação existente entre a população nas idades não ativas e a população em idade ativa. O índice de dependência de jovens mede os efetivos dos 0 aos 14 anos a cargo de cada 100 indivíduos dos 15 aos 64 anos; da mesma forma, o índice de dependência de idosos mede o número de pessoas com 65 e mais anos cujo encargo recai em cada 100 indivíduos em idade ativa. O índice de dependência total é a soma dos dois anteriores, ou seja, cada 100 indivíduos em idade ativa tem a cargo determinado número de jovens e de idosos.

O índice de envelhecimento é um dos indicadores mais utilizados para medir o estado de envelhecimento ou rejuvenescimento da população em determinado momento, e representa o número de idosos (65 e mais anos) por cada 100 jovens (0 aos 14 anos).

Em Vila Flor, entre 2001 e 2011, a evolução pode traduzir-se, genericamente, da seguinte forma:

- significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 ativos (passa de 20, em 2001, para 18, em 2011);
- aumento do número de idosos a cargo de cada 100 ativos (passa de 37 para 48);
- em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 179, em 2001 para 268, em 2011.

No contexto sub-regional, Vila Flor destaca-se do total conjunto do Douro por possuir um maior índice de envelhecimento (Douro tinha 175 em 2011), bem como por registar um maior índice de dependência de idosos (36 no Douro em 2011).



Quadro 23: Índices de evolução da estrutura etária em Vila Flor e sub-região do Douro (1991, 2001 e 2011)

Unidade Territorial	Dependência de Jovens			Dependência de Idosos			Dependência Total			Índice de Envelhecimento		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Sub-região do Douro	33,9	24,2	20,7	24,8	31,0	36,4	58,6	55,2	51,1	73,1	128,2	175,5
Vila Flor	30,7	20,5	17,8	26,5	36,7	47,7	57,2	57,2	65,5	86,4	178,9	267,6

Fonte: INE, Censos 91, 2001 e 2011.

O envelhecimento da população é igualmente expresso pelo índice de longevidade, que expressa a relação entre a população com 75 ou mais anos e a população com 65-74 anos. Reportando aos últimos dados disponibilizados pelo INE, para os anos 2001-2009, verificamos que este índice tem vindo a aumentar, fruto de um maior envelhecimento populacional, não só pela maior representatividade do grupo de idosos, como também pelo facto das pessoas viverem mais anos.

Em 2011, o índice de longevidade no concelho de Vila Flor era de 51,5%, tendo subido mais 9 pontos percentuais comparativamente a 2001. Ao comparar os valores do concelho de Vila Flor com a sub-região do Douro, verifica-se que detém um menor índice de longevidade, já que nesta data este índice estava nos 52,8%, e em 2001 cifrava-se nos 43,9%.

A distribuição dos índices-resumo por freguesia evidencia Mourão e Vilarinho das Azenhas, Vale Frechoso, Freixiel e Benlhevai com maiores índices de dependência de idosos e de envelhecimento. Por sua vez, a freguesia com menor índice de envelhecimento é Trindade.

Quadro 24: Índices de evolução da estrutura etária em Vila Flor, por freguesias, em 2011

Freguesias	Dependência de Jovens	Dependência de Idosos	Dependência Total	Índice de Envelhecimento
Assares	22,2	34,4	56,7	262,5
Benlhevai	20,7	35,3	56	333,3
Candoso	12,8	42,2	54,9	266,7
Carvalho de Egas	11,3	49,3	60,6	285,7
Freixiel	13,1	65,6	78,8	469,2
Lodões	17,3	75	92,3	180
Mourão	9,5	138,1	147,6	276,5
Nabo	10,4	76,6	87	288,2
Róios	15,6	40,6	56,3	281,3
Samões	17,2	31,7	48,9	181,8
Sampaio	18,3	52,7	71	200
Sta. Comba de Vilarça	21,5	40,6	62,2	135,6
Seixo de Manhoses	24,5	73,4	97,9	159,1
Trindade	13	63	76,1	29,2
Vale Frechoso	18,4	47,4	65,8	640
Valtorno	24,4	68,2	92,6	251,7



Freguesias	Dependência de Jovens	Dependência de Idosos	Dependência Total	Índice de Envelhecimento
Vila Flor	18,8	34,4	53,2	136,6
Vilarinho de Azenhas	9,6	100	109,6	46,7
Vilas Boas	14,7	53,5	68,2	248,2
Concelho de Vila Flor	17,8	47,7	65,5	267,6

Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

O envelhecimento tendencial da população faz prever a degradação contínua destes índices e, de modo mais significativo, do índice de envelhecimento.

5.6 SÍNTESE CONCLUSIVA

Como a maioria dos concelhos do interior rural de Portugal, o concelho de Vila Flor tem vindo a perder população sucessivamente. Desde 1940 até 2011, viu diminuir os seus efetivos em aproximadamente 4656 indivíduos, contando no último recenseamento publicado, em 2011, com 6697 habitantes. Em 2013, estima-se que a população residente esteja nos 6436 habitantes.

Depois de um máximo populacional de 12505 habitantes, atingido em 1950, a culminar um processo de crescimento populacional, o concelho de Vila Flor entrou numa fase de progressivo decréscimo demográfico, que se mantém até hoje, não obstante na década de 70, ter registado uma inflexão nesta curva de decréscimo demográfico.

Nas décadas mais recentes (80/90 e 2000), a componente de crescimento demográfico mais significativa na variação populacional de Vila Flor tem sido o saldo migratório. Efetivamente, na década de 80 o único responsável pelo decréscimo verificado foi o crescimento migratório, já que o saldo natural foi positivo, na década de 90, essa preponderância do saldo migratório mantém-se, ainda que o crescimento natural tenha passado a negativo também. Os dados destas componentes, para o período de 2002-2014 atestam uma ligeira inversão ao descrito, na medida em que os valores de crescimento natural apresentam um valor mais negativo que o crescimento migratório, que inclusive entre 2002-2005 tinha registado valores positivos.

Em termos de distribuição territorial, é possível verificar que o decréscimo populacional concelhio é generalizável a todas as freguesias. Nas duas décadas mais recentes, todas as freguesias, perderam população. As mais afetadas pelo fenómeno de despovoamento foram as freguesias de Nabo (-33,9%) e Lodões (-29,6%).

Um facto que merece atenção é a alteração da estrutura familiar concelhia, que, à semelhança do que se passa a nível nacional, traduz-se numa tendencial diminuição da dimensão média das famílias. De uma dimensão média de 2,7 em 2001, passa-se para 2,5 pessoas/família, em 2011.



O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências, diretamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida, têm uma expressão cada vez mais vincada no concelho de Vila Flor. São visíveis os sinais de envelhecimento estrutural da população, com a diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos) passando de 13% do total da população, em 2001, para 10,8% em 2011, e com um aumento muito acentuado da população idosa (65 e mais anos) que, de 23,3% em 2001, passa para 28,8%, em 2011.

Os índices resumo, sintetizam o “estado” da população de determinado território, medindo os níveis de dependência e envelhecimento, e podem traduzir-se genericamente, entre 2001 e 2011, da seguinte forma: significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 ativos (passa de 20, em 2001 para 18, em 2011); aumento do número de idosos a cargo de cada 100 ativos (passa de 37 para 48); em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 179, em 2001 para 268, em 2011.



6. ESTRUTURA PRODUTIVA E BASE ECONÓMICA

A abordagem deste sub-capítulo assenta, basicamente, na atualização possível dos elementos estatísticos que permitem identificar os aspetos mais relevantes da evolução recente, posterior à abordagem realizada no PDM em vigor (1994), da estrutura sócio-económica do concelho de Vila Flor, sendo certo que estruturalmente não se verificaram alterações significativas relativamente ao cenário então traçado. Para tal, identificam-se, de forma sucinta, os aspetos mais relevantes da estrutura sócio-económica concelhia.

As fontes de informação utilizadas foram várias, tendo em conta que não existe um sistema estatístico que agregue toda a informação necessária a uma abordagem como esta. Deste facto decorre a utilização e referência a datas distintas, o que nem sempre permite análises comparativas ou de causa-efeito, precisamente pela existência de hiatos temporais entre a vária informação.

Assim, as fontes de informação utilizadas foram:

- PDM em vigor;
- Recenseamentos Gerais da População, INE-Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011;
- Recenseamento Geral da Agricultura, INE-Portugal, 1999 e 2009;
- Quadros do Pessoal do Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, 1995 e 2002;
- Anuário Estatístico da Região Norte, INE-Portugal, 2014;
- Dados da Câmara Municipal.

Refira-se que os dados provenientes dos Quadros de Pessoal do MTSS, consideram o emprego no setor formal da economia, ou seja, aquele que tem lugar em unidades empresariais com pessoas ao serviço, excluindo, por isso, as empresas em nome individual e o emprego na função pública, o que resulta numa subavaliação, quer do total dos estabelecimentos, quer do total de pessoas ao serviço e, sobretudo, no âmbito dos setores primário e terciário, onde as empresas em nome individual, sem pessoal, e a função pública (no caso de setor terciário) apresentam um peso elevado.

Para uma análise que incorporasse os dados sobre emprego informal (estabelecimentos por conta própria), embora com muito menor informação, recorreu-se ao Ficheiro Central das Empresas do INE, cuja publicação consta do Anuário Estatístico da Região Norte, também do INE, editado no ano 2013.

Estas duas fontes de informação, permitem traçar um perfil indicativo da dinâmica empresarial e do emprego no concelho de Vila Flor.



6.1 CONDIÇÃO PERANTE A ATIVIDADE ECONÓMICA, OCUPAÇÃO DOS ATIVOS, EMPREGO E DESEMPREGO

Fazendo jus à sua localização interior e periférica, Vila Flor é um concelho de tradição agrícola, tendo sido alvo de uma histórica marginalização face às opções de investimento público e privado, com reflexos óbvios no crescimento demográfico e económico.

O concelho de Vila Flor é, no contexto geográfico em que se insere, um concelho com um fraco dinamismo empresarial.

Em 2011, os 6697 residentes no concelho, agrupavam-se da seguinte forma, quando analisados em função da sua condição perante a atividade económica:

- população até 14 anos → 10,8% (em 2001, era de 13%);
- população com atividade económica (população ativa - empregada e desempregada) → 38,3%; (em 2001, era de 37,2%) ;
- população sem atividade económica, na qual se integram os estudantes, domésticas, reformados, incapacitados para o trabalho, e outros casos → 38,3% (em 1991, era de 49,8%).

Quadro 25: População segundo a Condição perante a Atividade Económica, 1991, 2001 e 2011

Condição perante a Atividade Económica		1991		2001		2011	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
População com Atividade Económica (População Ativa)	Empregada	3053	92,7	2548	86,6	2262	88,2
	Desempregada	240	7,3	394	13,4	304	11,8
	Total	3293	100	2942	100	2566	100
População sem Atividade Económica	Estudante	905	21,2	585	14,9	404	11,9
	Doméstica	1390	32,6	842	21,4	546	16,0
	Reformada	1566	36,8	2041	51,8	2039	59,9
	Incapacitados p/ o trabalho	130	3,1	170	4,3	126	3,7
	Outras	270	6,3	301	7,6	291	8,5
	Total	4261	100	3939	100	3406	100

Fonte: INE-Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Analisando os dados de 2011, verifica-se que a população ativa em Vila Flor totalizava os 2566 indivíduos, sendo a taxa de atividade (38,4%) inferior à da sub-região do Douro (41,4%). Por outro lado, a taxa de desemprego (11,8%), no mesmo momento, era inferior à do Douro (12%), traduzindo uma evolução na posição mais desfavorável do mercado de emprego local relativamente a contextos geográficos mais vastos (Douro e Região Norte), destacando-se em quase todos os aspetos, o concelho de Vila Real (com 11,3%).



O fenómeno do envelhecimento demográfico (28,8% da população tem mais de 65 anos), justifica, por si só, a referida taxa de atividade concelhia. No entanto, entre 1991 e 2001, o peso da população ativa manteve-se, aumentando em 2011, enquanto o peso da população sem atividade económica (reformados, domésticas, etc.), diminui significativamente.

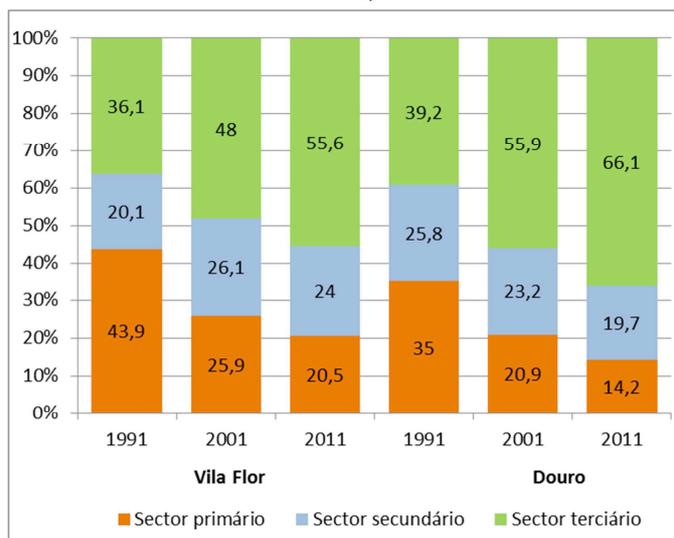
Quadro 26: Evolução dos indicadores do mercado de trabalho, entre 1991 e 2011

Indicadores	Vila Flor		
	1991	2001	2011
População Total	8828	7913	6697
População Empregada	3053	2548	2262
População Desempregada	240	394	304
População Ativa (%)	37,3	37,2	38,4
Taxa de Desemprego (%)	7,3	13,4	11,8
Taxa de Desemprego Feminina (%)	18,1	25,0	17,9

Fonte: INE-Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Na distribuição sectorial dos ativos observa-se hoje uma preponderante afetação ao setor terciário (56%), face aos setores secundário (24%) e primário (20%), que detêm praticamente o mesmo peso, estando, no entanto, em consonância, em termos estruturais, com a repartição sectorial do Douro, na medida em que este possui uma distribuição sectorial dos ativos de acordo com a estrutura mais corrente dos sistemas económicos, onde é preponderante o terciário, seguido do secundário e, por fim, pelo primário.

Figura 25: Evolução da população por setores de atividade económica, em Vila Flor e no Douro, entre 1991 e 2011



Fonte: PDM em vigor; INE-Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Nos últimos 20 anos, a estrutura económica do concelho de Vila Flor tem sofrido algumas alterações, verificando-se uma clara diminuição de ativos afetos ao setor primário e um contínuo reforço do setor terciário. Com efeito, em 1981 e em 1991 o setor primário era dominante na economia concelhia, representando cerca de 44% (50% em 1981) da população ativa, enquanto, em 2011, esse valor decresceu para os 20,5%. Em contrapartida, o setor terciário que, há vinte anos atrás afetava 26% da população ativa, representa, hoje, 55,6% da população ativa, e é o setor predominante na estrutura económica

concelhia. O setor secundário apresentou duas dinâmicas distintas neste período: em 1981, representava 23%



da população ativa, em 1991, esse valor decresce para os 20%, em 2001, volta a subir, atingindo os 26%, e em 2011 volta a perder peso detendo, na atualidade, o segundo lugar na repartição da população por setor de atividade, ultrapassando assim o setor primário.

Quadro 27: População residente empregada segundo o setor de atividade económica (%), 2001 e 2011

Unidade Territorial	Setores de atividade económica (%) em 2001			Setores de atividade económica (%) em 2011		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Assares	46,2	30,8	23,1	21,6	35,3	43,1
Benlhevai	54,3	12,9	32,9	54,3	9,5	36,2
Candoso	27,9	31,1	41,0	10,2	26,5	63,3
Carvalho de Egas	20,6	55,9	23,5	17,2	48,3	34,5
Freixiel	50,7	22,2	27,1	44,1	22,0	33,9
Lodões	55,3	19,1	25,5	36,0	20,0	44,0
Mourão	63,2	10,5	26,3	57,1	35,7	7,1
Nabo	56,9	13,8	29,3	31,6	13,2	55,3
Róios	28,8	23,7	47,5	16,1	22,6	61,3
Samões	17,0	44,9	38,1	13,0	29,6	57,4
Sampaio	22,6	41,9	35,5	41,8	30,9	27,3
Sta. Comba de Vilarça	35,4	32,3	32,3	29,9	28,6	41,6
Seixo de Manhoses	38,4	21,4	40,3	18,9	34,8	46,2
Trindade	59,2	20,4	20,4	37,0	21,7	41,3
Vale Frechoso	30,9	38,2	30,9	30,0	34,0	36,0
Valtorno	35,6	37,3	27,1	27,0	25,7	47,3
Vila Flor	9,0	21,2	69,9	7,6	19,3	73,1
Vilarinho de Azenhas	22,9	45,7	31,4	26,1	39,1	34,8
Vilas Boas	30,9	32,8	36,3	21,6	31,8	46,6
Concelho de Vila Flor	25,9	26,1	48,0	20,5	24,0	55,6

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

Dados mais recentes, disponibilizados pelo Anuário Estatístico da Região Norte 2013, para dados de 2012, mostram um acentuar da tendência descrita, já que 58,7% dos trabalhadores das empresas sediadas no município estão ligados a atividades do setor terciário, 23% ao setor secundário e os restantes 16,4% ao setor primário.

Ao nível das freguesias, e com dados apenas disponíveis para 2011, os grandes grupos a salientar relativamente à afetação da população aos setores de atividade económica, são:

- i) freguesias com peso superior ao do concelho em termos de ativos no setor primário (>20,5%):
Assares, Benlhevai, Freixiel, Lodões, Mourão, Nabo, Sampaio, Santa Comba de Vilarça, Trindade, Vale Frechoso, Valtorno, Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas;



- ii) freguesias com um peso significativo de ativos no setor secundário (>24%): Candoso, Carvalho de Egas, Mourão, Samões, Sampaio, Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, Vale Frechoso, Valtorno, Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas;
- iii) freguesias com um número de ativos no setor terciário superior à média concelhia (>55,6%): Candoso, Roios, Samões e Vila Flor.

O emprego formal (pessoal ao serviço das empresas), aumentou no espaço de oito anos (2004 a 2012), cerca de 13,6%, ou seja, neste período, mais 157 pessoas passaram a trabalhar em empresas por conta de outrem. Este acréscimo de trabalhadores por conta de outrem foi repartido pela maioria das atividades, à exceção das atividades ligadas aos setores da “Indústrias Transformadoras”, “Construção”, “Comércio por Grosso e a Retalho”, “Atividades Imobiliárias” e “Outras Atividades de Serviços” que, no mesmo período, apresentaram uma variação negativa.

Por sua vez, as atividades que mais cresceram, ao nível do emprego, foram as atividades relacionadas com os setores da “Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca”, das “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” e sobretudo das “Atividades de Saúde Humana e Apoio Social”, todos com taxas de crescimento superiores a 85%.

Esta evolução, confirma e reforça a tendência para a terciarização da economia do concelho, sendo certo que grande parte das atividades ditas terciárias, registaram incrementos ao nível do emprego, denotando-se uma recuperação de algumas atividades do setor primário.

Quadro 28: Evolução do Emprego (Pessoas ao serviço), no concelho, no período 2004-2012

Atividades (CAE Rev.3)	N.º Pessoas		Peso da Atividade		Taxa Var. (%)
	2004	2012	2004	2012	
Agri., P.animal, Caça, Silvicultura e Pesca.	214	414	18,6	31,7	93,5
Indústrias Extrativas	55	...	4,8
Indústrias Transformadoras	138	124	12,0	9,5	-10,1
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	0,0	0,0	0
Captação, tratam. distrib. água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
Construção	146	109	12,7	8,3	-25,3
Comércio grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	284	280	24,7	21,4	-1,4
Transportes, Armazenagem	...	46	...	3,5	...
Alojamento, Restauração e similares	90	91	7,8	7,0	1,1
Atividades de informação e de comunicação
Atividades Imobiliárias	18	13	1,6	1,0	-27,8
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	34	63	3,0	4,8	85,3
Ativ. administrativas e dos serviços de apoio	27	41	2,3	3,1	51,9



Atividades (CAE Rev.3)	N.º Pessoas		Peso da Atividade		Taxa Var. (%)
	2004	2012	2004	2012	
Educação	13	21	1,1	1,6	61,5
Ativ. Saúde Humana e Apoio Social	13	27	1,1	2,1	107,7
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	...	0,3
Outras atividades de serviços	42	27	3,6	2,1	-35,7
TOTAL	1151	1308	100,0	100,0	13,6

Fonte: INE

O desemprego, à imagem de outros indicadores, também tem penalizado o concelho de Vila Flor. A taxa de desemprego (13,4%) em 2001 era superior, tanto à registada em 1991 (7,3%), como à registada pela sub-região do Douro, em 2001 (8,2%), correspondente a 394 indivíduos. A análise dos dados disponibilizados pelo INE, relativamente ao desemprego, permite conhecer as suas características mais recentes em Vila Flor, que, em 2011, totalizavam os 304 indivíduos (Censos 2011), uma diminuição de 90 desempregados relativamente aos censos anteriores, num sentido inverso à NUT Douro que registou taxas superiores. Assim, o perfil do desemprego em Vila Flor, acompanhando, de perto, o do Douro, apresenta as seguintes características:

- mais de 3/5 dos desempregados são mulheres (65%);
- a maioria dos desempregados possui mais de 25 anos (70%);
- grande parte dos desempregados procuram Novo Emprego (70%);
- cerca de 4/ 5 dos desempregados possui escolaridade inferior à mínima obrigatória.

Quadro 29: Características do Desemprego no concelho de Vila Flor, em 2011

Características	Descrição	Vila Flor		Douro	
		N.º	%	N.º	%
Sexo	Homens	106	34,9	4790	46,7
	Mulheres	198	65,1	5476	53,3
Categoria	1º Emprego	89	29,3	2542	24,8
	Novo Emprego	215	70,7	7724	75,2
Taxa de Desemprego		-	11,83	-	12,05
Total desempregados		304	-	10266	-

Fonte: INE, Censos 2011

Os dados ainda mais recentes disponibilizados no Anuário Estatístico de 2013, indicam que os beneficiários de subsídio de desemprego em Vila Flor totalizavam 285 (eram 193 em 2011), enquanto os dados referentes aos desempregados inscritos no centro de emprego e formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos, correspondia a 10,7% em 2013, contra os 8,9% em 2011 (PORDATA), o que denota um agravamento recente (pós censos 2011) do número de desempregados no concelho, não escapando a tendência nacional de agravamento deste indicador.



6.2 NÍVEL DE INSTRUÇÃO E OFERTA DE FORMAÇÃO

A instrução (qualificação dos recursos humanos no plano escolar) e a qualificação profissional (nível de competências) são condições essenciais para a qualificação do tecido económico, para sustentar processos de desenvolvimento e proporcionar a melhoria da qualidade de vida das populações. A avaliação da disponibilidade de estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão de obra potencial em mão de obra qualificada é um aspeto que deve ser considerado em abordagens como esta.

A oferta de recursos de competências sustenta-se no sistema formal de ensino e no sistema de formação que exerce uma função de complemento do primeiro, compensando a desadequação existente entre a oferta do sistema de ensino e a procura do sistema produtivo, sendo esta a maior causa dos desajustamentos entre oferta e procura no mercado de trabalho. No concelho de Vila Flor é só o sistema formal de ensino que intervém na oferta de recursos de competências.

Os níveis de instrução e de qualificação do emprego têm níveis ainda muito baixos, facto, contudo, que não é alheio à estrutura etária fortemente envelhecida da população residente.

Com efeito, em 2001, 11 pessoas (com 10 ou + anos) em cada 100 (com 10 ou + anos) não sabiam ler nem escrever no concelho de Vila Flor (taxa de analfabetismo de 10,8%). Esta taxa, é inferior à registada em 1991 (18%) e 2001 (16,7%), e alta para se distanciar do Douro (8,6%), já muito elevada, quando comparada com a Região Norte e com o País.

Quadro 30: Variação da Taxa de Analfabetismo entre 1991, 2001 e 2011

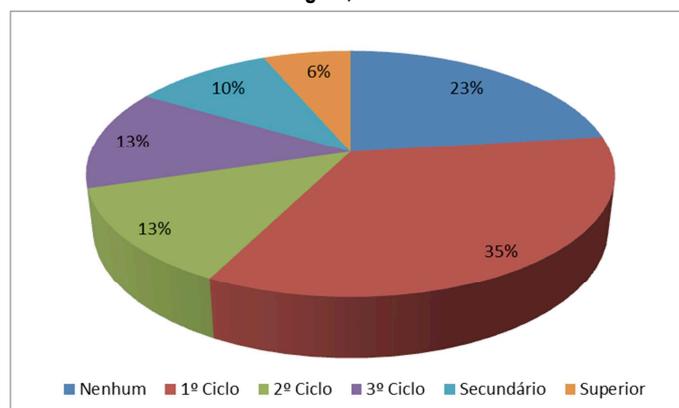
Unidade Territorial	1991	2001	2011
Portugal	11,0	9,0	5,2
Norte	9,9	8,3	5,0
Douro	15,5	13,7	8,6
Vila Flor	18,0	16,7	10,8

Fonte: INE-Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Em 2011, 58% da população residente não possuía mais do que o 1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário), sendo que destes, 23% não possuía qualquer nível de ensino.



Figura 26: População Residente no concelho de Vila Flor, segundo o nível de ensino atingido, em 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

A qualificação e instrução dos recursos humanos é uma condição essencial para a qualificação do tecido económico de qualquer território. No concelho de Vila Flor, o desenvolvimento económico tem estado comprometido, em parte porque as atividades económicas do concelho têm sido pouco exigentes em qualificações e pela manifesta incapacidade de gerar oportunidades de emprego aos seus ativos, razão pela qual a emigração continua a desempenhar um papel importante no processo de regulação do mercado de trabalho concelhio. Saliente-se, contudo, que o saldo migratório das últimas décadas já foi bastante menor que na década de 80 (entre 1981 e 1991, o saldo migratório foi de -953 pessoas).

As dinâmicas demográficas mais recentes têm ditado a redução da população escolar. Não obstante, a oferta de formação escolar abrange a quase totalidade dos níveis de ensino, à exceção do ensino superior e profissional.

Este concelho conta com oito estabelecimentos com a valência de educação pré-escolar, cinco Escolas Básicas com 1º Ciclo e uma Escola Básica de 2º e 3º Ciclos e Secundária.

Neste concelho é sobretudo a idade avançada da sua população que funciona como o grande constrangimento ao desenvolvimento. Existem, no entanto, no ensino formal, as infraestruturas escolares necessárias para que, pelo menos, se dê o arranque da inversão dos atuais níveis de instrução e qualificação dos recursos, ainda que se aponte a necessidade da oferta de competências no ensino profissional. Para tal, será necessário, e em paralelo, consolidar o espírito empresarial, bem como criar condições de atração e fixação de profissionais, sobretudo aqueles que apresentam elevados níveis de qualificação.

6.3 ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL – TRAÇOS GERAIS

A localização interior e periférica, tem votado ao esquecimento o concelho, bem como, na generalidade, o *interior* do país, face aos grandes investimentos públicos e privados, facto que tem contribuído para a persistência de fatores de estrangulamento ao seu desenvolvimento. O continuado processo de “desertificação”,



a par do inevitável envelhecimento populacional, colocam o concelho numa situação de fragilidade em termos de pressupostos para o desenvolvimento, nomeadamente ao nível de recursos humanos disponíveis. Em consequência, este concelho apresenta um muito débil tecido económico e empresarial.

No entanto, este é um cenário, que evidencia alguns contornos de alteração, a julgar pela evolução muito positiva, ocorrida entre 1995 e 2002, mas sobretudo entre 2002 e 2009. Neste período, o concelho de Vila Flor registou um aumento, quer ao nível do número de estabelecimentos (passaram de 61, em 1995, para 148, em 2002 e 672 e 2009, diminuindo em 2012), quer ao nível da população empregada no setor formal da economia.

Quadro 31: Evolução do número de estabelecimentos no conc. de Vila Flor, no período 1995-2012

	1995	2002	Var.(%) 1995/2002	2009	Var.(%) 1995/2002	2012
Estabelecimentos	61	148	142,6	672	354	601

Fonte: www.ine.pt

Como já referido, a atividade económica do Concelho, à data de 2012, evidencia uma concentração do emprego no segmento formal da economia em torno de três principais setores: o setor da “Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pescas” que concentra muita da população empregada, o setor do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e o setor da “Indústrias Transformadoras”.

Quadro 32: Evolução do número de estabelecimentos no concelho de Vila Flor, no período 2004-2012, por Atividades (CAE-Rev.3)

Atividades (CAE Rev.3)	Estabelecimentos		Peso da atividade		Taxa Var. (%)
	2004	2012	2004	2012	
Agri., P.animal, Caça, Silvicultura e Pesca.	80	85	11,9	14,1	6,3
Indústrias Extrativas	1	1	0,1	0,2	0
Indústrias Transformadoras	63	51	9,4	8,5	-19,0
Eletricidad, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1	0,1	0,2	0
Captação, tratam. distrib água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	1	0,3	0,2	-50,0
Construção	69	57	10,3	9,5	-17,4
Comércio grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	208	178	31,0	29,6	-14,4
Transportes, Armazenagem	24	23	3,6	3,8	-4,2
Alojamento, Restauração e similares	70	72	10,4	12,0	2,9
Atividades de informação e de comunicação	3	1	0,4	0,2	-66,7
Atividades Imobiliárias	6	6	0,9	1,0	0,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	30	27	4,5	4,5	-10,0
Ativ. administrativas e dos serviços de apoio	28	25	4,2	4,2	-10,7
Educação	36	22	5,4	3,7	-38,9
Ativ. Saúde Humana e Apoio Social	23	26	3,4	4,3	13,0
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	8	8	1,2	1,3	0



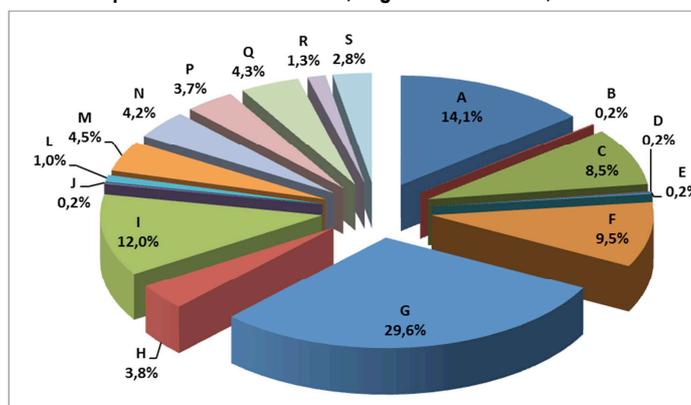
Atividades (CAE Rev.3)	Estabelecimentos		Peso da atividade		Taxa Var. (%)
	2004	2012	2004	2012	
Outras atividades de serviços	20	17	3,0	2,8	-15,0
TOTAL	672	601	100	100	-10,6

Fonte: www.ine.pt

Em 2012, a estrutura do emprego é acompanhada, de perto, pela estrutura dos estabelecimentos. Com efeito, a concentração sectorial faz-se também nos setores do comércio, agricultura, pecuária e silvicultura, mas com uma importância também da atividade de restauração e alojamento, construção e indústrias transformadoras, tal como se pode constatar pelo quadro acima. Nesta matéria, as únicas dinâmicas de crescimento dos estabelecimentos registaram-se na “Ativ. Saúde Humana e Apoio Social” (13%), nos “Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca” (6,3%) e nos “Alojamento, Restauração e similares” (2,9%).

Os dados estatísticos escondem, contudo, a importância do segmento informal – estabelecimentos por conta própria, não contemplados nesta fonte estatística, e as atividades de carácter muito familiar ou artesanal não inscritas como estabelecimentos, que, em concelhos como o de Vila Flor, têm um peso ainda bastante significativo na economia local.

Figura 27: Estabelecimentos por Setores de Atividade, segundo CAE-Rev.2, no concelho de Vila Flor, em 2002



LEGENDA: A - Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca; B – Indústrias Extrativas; C - Indústrias transformadoras; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; H – Transportes e Armazenagem; I - Alojamento, Restauração e Similares; J - Atividades de informação e de comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P – Educação; Q – Atividades de saúde humana e apoio social; R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços;

Fonte: www.ine.pt

De acordo com esta fonte estatística, em 2012, a estrutura empresarial do concelho de Vila Flor continua a demonstrar a importância do “Comércio por grosso e retalho e reparação automóvel” (28%), seguida em terceiro lugar do “Alojamento, Restauração e Similares” (12%) e pela “Construção” (9%) em quarto, passando a ocupar a segunda posição as empresas de “Agricultura, Produção animal, Caça, Silvicultura e Pesca” com 14%.



Comparativamente a 2008 verifica-se uma diminuição da representatividade do setor industrial (extrativo e transformador), “comercio por grosso e retalho e reparação auto”, e do setor da “construção”, este perfeitamente contextualizável na conjuntura nacional. Os serviços viram a sua representatividade aumentar sobretudo nas “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”, e “Atividades de saúde humana e apoio social”, situação diretamente ligado com a estrutura etária da população local.

Quadro 33: Número de Empresas, segundo CAE – Rev. 3, em 2012

Atividades (CAE Rev. 3)	Região Norte		Douro		Vila Flor	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agri., P.animal, Caça, Silvicultura e Pesca.	12635	3,63	2969	16,19	85	14,43
Indústrias Extrativas	373	0,11	41	0,22	1	0,17
Indústrias Transformadoras	33211	9,55	1000	5,45	49	8,32
Eletricid, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	313	0,09	16	0,09	0	0
Captção, tratam. distrib água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	381	0,11	15	0,08	1	0,17
Construção	29570	8,50	1663	9,07	56	9,51
Comércio grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	85005	24,43	4431	24,17	175	29,71
Transportes, Armazenagem	6503	1,87	518	2,83	22	3,74
Alojamento, Restauração e similares	26406	7,59	1716	9,36	70	11,88
Atividades de informação e de comunicação	3501	1,01	89	0,49	1	0,17
Atividades Imobiliárias	8566	2,46	197	1,07	6	1,02
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	33279	9,56	1269	6,92	27	4,58
Ativ. administrativas e dos serviços de apoio	37089	10,66	1287	7,02	25	4,24
Educação	20406	5,86	939	5,12	21	3,57
Ativ. Saúde Humana e Apoio Social	27510	7,91	1091	5,95	25	4,24
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	6882	1,98	297	1,62	8	1,36
Outras atividades de serviços	16309	4,69	798	4,35	17	2,89
TOTAL	347939	100,0	18336	100,0	589	100,0

Fonte: www.ine.pt

O tecido empresarial de Vila Flor é constituído, maioritariamente, por pequenas empresas, tal como acontece, de um modo geral, a nível regional e nacional. Com efeito, no concelho de Vila Flor, as empresas mais representativas, em termos de escalão de pessoal ao serviço, eram os que tinham dimensão inferior a 10 pessoas (98,5%) com uma grande distância dos restantes escalões. Eram seguidos pelos estabelecimentos com dimensão entre 10 a 19 pessoas (0,8%), e dos estabelecimentos com dimensão entre 20 a 49 pessoas (0,5%). Do escalão mais representativo, destacam-se as empresas que empregam entre 1 a 4 pessoas, refletindo a importância dos estabelecimentos por conta própria e, portanto, das pequenas unidades familiares, na economia concelhia, em que, do total das empresas sediadas no concelho, cerca de 80% se referem a empresas em nome individual, sem registo de empregados, sobretudo no “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”. Refira-se ainda a existência de uma empresa com 250 e mais pessoas ao serviço no concelho.



Quadro 34: Empresas por escalão de pessoal ao serviço, em 2012

Unidade territorial (Conc)	Menos de 10 pessoas	10 - 19 pessoas	20 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	Total
Vila Flor	580	5	3	0	589

Fonte: www.ine.pt

Em oito anos (2004 e 2012), a evolução ocorrida neste âmbito traduziu-se, por um lado, num reforço do volume de emprego nos estabelecimentos de menor dimensão e, por outro, no aparecimento de unidades de média dimensão (superior a 50 trabalhadores).

Quadro 35: Variação das Empresas por escalão de pessoal ao serviço, no período 2004-2012

Anos	Menos de 10 pessoas	10 - 19 pessoas	20 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	Total
2004	577	7	4	1	589
2012	580	5	3	0	589
Var (%)	0,5	-29	-25	-100	0

Fonte: www.ine.pt

6.4 SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA

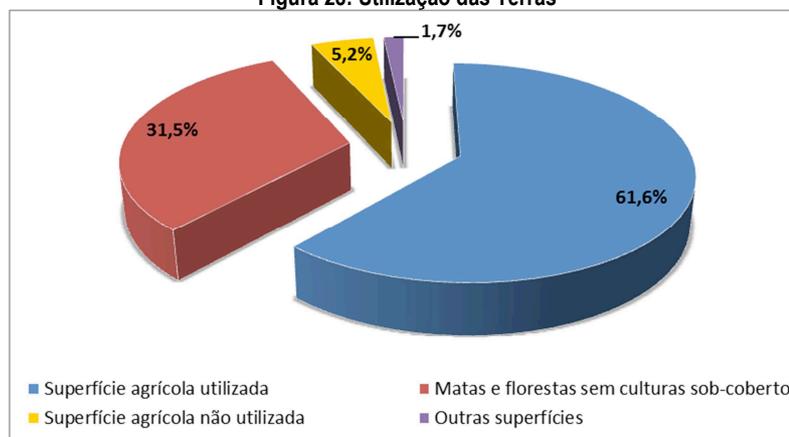
6.4.1 Setor Primário

No concelho de Vila Flor, as atividades agrícolas, de produção animal, de caça e silvícolas, em 2009, ocupavam uma área de 13.665 (16.266 ha em 1999), que correspondia, segundo o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA, 2009), a 56,6% da superfície total do concelho e a 7,9% da área total das explorações agrícolas da sub-região do Douro². A área ocupada por estas atividades distribui-se pela Superfície Agrícola Utilizada (61,6% contra os 64% em 1999), pelas Matas e Florestas sem culturas sob coberto (31,5%), pela Superfície Agrícola não utilizada (5,2%) e por Outras Superfícies (1,7%).

² Que para efeitos de Recenseamento Agrícola, está incluído na região agrícola de Trás-os-Montes.



Figura 28: Utilização das Terras



Fonte: INE-Portugal, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

A estrutura económica do concelho de Vila Flor assentou, até à década de 80, nas atividades agrícolas, mas foi o êxodo rural das décadas seguintes, a par da tendência para a concentração populacional na sede concelhia e do inevitável processo de terciarização da economia concelhia, que conduziram lentamente à perda de importância do setor primário como atividade principal da população, como aliás, vai sucedendo em toda a região e no país.

Em 20 anos (1981-2001), registou-se uma redução da população afeta a este setor, em aproximadamente metade, tendo-se assistido a uma ligeira recuperação em 2011. Esta evolução, está, contudo, em consonância com a tendência atual de terciarização dos sistemas económicos, materializada, sobretudo, na expansão dos setores comerciais e de serviços. Não obstante a concordância com a estrutura sectorial regional e nacional, este valor ainda é elevado quando comparado com o Douro, mas sobretudo, quando comparado com a região Norte.

A produção agrícola ainda é uma importante fonte de rendimento para parte da população, sobretudo a que vive fora da sede de concelho, que é mais envelhecida, tem menores habilitações e é economicamente mais desfavorecida.

Em 2009 o nível de instrução da população agrícola familiar mantém-se bastante baixa (60% tem apenas o ensino básico e 20% não possui qualquer nível de ensino) e a formação profissional agrícola é, grosso modo (71%), a que resulta exclusivamente da prática. De 1999 para 2009 o nível de escolaridade superior passou de 5,8% para 11,1%, no que a essa população diz respeito.

A tempo completo, apenas se dedicam às explorações, cerca de 20% de indivíduos, predominando a afetação parcial, num contexto em que cerca de 30% desta população possui uma atividade remunerada, considerada como atividade principal, em qualquer um dos setores de atividade. Caracteriza-se pois, por ser de um modo



geral, uma agricultura de subsistência, composta por pequenos produtores autónomos, existindo relativamente poucas explorações agrícolas, de produção animal, caça e silvícolas a funcionar numa lógica empresarial.

Não obstante, segundo os Sistemas de Contas Integradas das Empresas - INE, existiam, em 2012, 85 estabelecimentos registados com pessoal ao serviço em atividades agrícolas, de produção animal, caça e silvícolas, empregando, no total, 414 pessoas, o que fazia deste setor o mais representativo em termos de emprego formal.

Para além da agricultura, existem outras atividades que compõem o setor primário, nomeadamente a indústria extrativa, mas que tem uma importância reduzida no contexto concelhio. Com efeito, segundo a mesma fonte, em 2012 existia no concelho de Vila Flor um estabelecimento de indústria extrativa, que em anos anteriores empregava um total de 55 trabalhadores.

No concelho de Vila Flor, a estrutura fundiária é caracterizada por propriedades agrícolas de pequena dimensão, sendo que a SAU/Exploração é de 5,8 ha, valor ligeiramente superior ao da SAU/Exploração do Douro que é de 4,8 ha.

A principal cultura permanente produzida em Vila Flor é o olival, tanto ao nível do número de explorações, como da área que ocupa – 4408 ha em 2009, representando cerca de 17% do total de culturas de olival da sub-região do Douro. A importância do olival no concelho de Vila Flor, é também expressa pela existência de mais de uma dezena de produtores de azeite, inseridos na economia formal concelhia. A vinha, e os frutos de casca rija também são produções importantes do concelho.

As principais culturas temporárias, em termos de área ocupada, são as culturas forrageiras e os cereais para grão, representando 71,7% e 21,4%, respetivamente, do total de área concelhia ocupada por culturas temporárias. É de salientar a importância da batata, enquanto principal cultura temporária, em termos do número de explorações existentes.

Na produção animal, em 2009, sobressaem as cerca de 490 explorações agrícolas com criação de aves, destacando-se os ovinos como espécie animal com maior efetivo, representando 36,9% do total do efetivo animal, contra os 35,8% das aves e os 11,7% das colmeias e cortiços povoadores e que representam 21% do total efetivo da NUTII de referência Douro.

6.4.2 Setor Secundário

A atividade industrial é tradicionalmente uma componente pouco significativa da estrutura económica do concelho de Vila Flor. Com efeito, em termos de afetação de ativos, o setor secundário, a par do setor primário é o menos representativo dos setores de atividade, afetando, em 2011, cerca de 24% da população ativa.



Contudo, e apesar deste facto, o setor secundário, nas últimas décadas, aumentou o seu peso relativo, pois, em 1991, afetava somente 20,1% dos ativos do concelho de Vila Flor.

Os dados mais recentes relativos a 2012 e ao emprego formal (por conta de outrem), permitem concluir que, no âmbito das atividades referenciadas como pertencendo ao setor secundário, é o setor das “Indústrias transformadoras” o que emprega o maior número de trabalhadores (124) seguido pela “Construção” (109) empregados. No espaço decorrido entre 1995 e 2002, o emprego nas atividades pertencentes ao setor secundário cresceu cerca de 181,8%, tendo recuado desde essa data até 2012 tendo sido no setor da construção onde se deu a maior diminuição (-25,3%).

Quadro 36: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, entre 2004 e 2012 – Setor Secundário

Atividades (CAE Rev. 3)	Estabelecimentos				Emprego			
	2004	2012	Variação (2004/2012)		2004	2012	Variação (2004/2012)	
	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%
Indústrias extrativas	1	1	0	0	55	
Indústrias Transformadoras	63	51	-12	-19,0	138	124	-14	-10,1
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1	0	0	0	0	0	0,0
Captação, trata. e distribuição de água; sanea., gestão de resíduos e despoluição	2	1	-1	-50,0
Construção	69	57	-12	-17,4	146	109	-37	-25,3
TOTAL	136	111	-25	-18,4	339	233	-106	-31,3

Fonte: www.ine.pt

Os valores referentes ao número de estabelecimentos e do emprego no setor secundário denotam, algumas debilidades no tocante à capacidade de atração de empresas, nomeadamente, a primeira e a mais decisiva, a reduzida mão de obra disponível, bem como carências ao nível dos serviços de apoio à atividade produtiva, entre outros.

6.4.3 Setor Terciário

As atividades terciárias ocupam 55,6% da população ativa do concelho de Vila Flor. Tradicionalmente agrícola, Vila Flor só em 2001 é que conseguiu ter o setor terciário com um peso superior ao setor primário, em termos de afetação de ativos. Com efeito, há 20 anos atrás (1981), este setor apenas ocupava 26% da população ativa.



Sendo inegável a evolução no sentido da terciarização do concelho, interessa realçar a evolução ocorrida em apenas oito anos (2004-2012), sobretudo ao nível do emprego (20%, 164% na década anterior), como ao nível do número de estabelecimentos (-48%, 180% na década anterior).

De acordo com os dados dos Censos 2011, as atividades terciárias ocupam 55,6% do emprego formal (do concelho. Dentro destas, o "Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos" é a principal atividade geradora de emprego (280 trabalhadores), seguida da "Atividades de informação e de comunicação" (91 trabalhadores) a grande distancia. Só estas duas atividades ocupam 64% do setor terciário.

Com exceção do setor da "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" e "Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos", todas as atividades terciárias registaram incrementos ao nível do número do emprego, entre 2004 e 2012, enquanto que ao nível dos estabelecimentos as variações negativas atingiram outros setores, neste mesmo período, com exceção dos setores das "Atividades de informação e de comunicação", "Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas" e "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares", este com a maior variação positiva.

A estrutura comercial do concelho de Vila Flor, baseia-se em estabelecimentos de pequena dimensão, de raiz familiar que, funcionando como elemento de subsistência, estão direcionados para uma procura diária não especializada.

A reduzida importância do setor secundário tem efeitos diretos no terciário de apoio à produção, igualmente incipiente. O volume de emprego nos transportes e comunicações, nas atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e nas atividades financeiras é relativamente reduzido.

Quadro 37: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, segundo a CAE Rev.3, entre 04 e 2012 – Terciário

Atividades (CAE Rev. 3)	Estabelecimentos				Emprego			
	2004	2012	Variação (2004/2012)		2004	2012	Variação (2004/2012)	
	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	208	178	-30	-14,4	284	280	-4	-1,4
Alojamento, restauração e similares	24	23	-1	-4,2	...	46
Atividades de informação e de comunicação	70	72	2	2,9	90	91	1	1,1
Atividades imobiliárias	3	1	-2	-66,7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6	6	0	0,0	18	13	-5	-27,8
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	30	27	-3	-10,0	34	63	29	85,3
Educação	28	25	-3	-10,7	27	41	14	51,9



Atividades de saúde humana e apoio social	36	22	-14	-38,9	13	21	8	61,5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	23	26	3	13,0	13	27	14	107,7
Outras atividades de serviços	8	8	0	0,0	3
TOTAL	436	388	-48	-11,0	482	582	57	20,7

Fonte: www.ine.pt

Apesar da estrutura terciária do concelho assentar ainda sobre as atividades comerciais, os indicadores mais recentes nesta matéria indicam um incremento das atividades de restauração e alojamento, que estão intrinsecamente ligadas à atividade turística. Este fator aliado ao potencial identificado no concelho de Vila Flor, justificam que em sede do presente relatório se individualize esta atividade no contexto do setor terciário, com a análise que se segue.

6.4.3.1 Turismo

Contexto Estratégico Regional

O desenvolvimento do setor turístico é um desígnio nacional, tendo sido considerado um dos cinco setores estratégicos prioritários para o país.

Na sequência deste desígnio foi elaborado o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), que identifica 10 produtos turísticos, nomeadamente **Gastronomia e Vinho**, **Touring Cultural e Paisagístico**, **Saúde e Bem-Estar**, **Turismo de Natureza**, **MICE**, Turismo Residencial, **City/Short Breaks**, Golfe, Turismo Náutico e Sol & Mar. Alguns destes produtos, (os que se encontram a negrito), segundo o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (não publicado), têm incidência na Região Norte.

O contexto estratégico definido no PENT foi aprofundado no âmbito do PROT-Norte, que identifica como principais recursos turísticos por sub-marcas turístico-promocionais os seguintes:



Quadro 38: Principais recursos turísticos por sub-marcas turístico-promocionais na Região Norte.

REGIÃO NORTE			
PORTO	MINHO	TRÁS-OS-MONTES	DOURO
Centro Histórico do Porto – Património Mundial	Património Histórico Religioso	Planaltos Montanhosos – Natureza e Paisagem (ex. Montesinho)	Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial
Património Histórico-cultural Classificado	Diversidade de cidades e Vilas Históricas	Património Histórico-Cultural	Rio Douro – Canal Navegável
Caves do Vinho do Porto e Barcos Rabelo	Vale do Lima	Termas	Vindimas e tradições associadas
Cultura e Conhecimento	Orla Costeira	Caça e Pesca	Aldeias Vinhateiras e Quintas
Cento Económico e Empresarial	Parques Naturais	Aldeias Rurais	Parques Naturais e albufeiras
Pólo de Congressos	Festas e Romarias	Gastronomia	Gastronomia e vinhos do Porto e do Douro
Convenções e Seminários	Gastronomia e Vinhos Verdes	Produtos Locais	Património histórico-cultural
Animação	Aldeias Rurais	Artesanato	Parque Arqueológico do Coa – Património Mundial
Foz do Douro e Orla Costeira	Solares		

Fonte: PROT-Norte, versão de dezembro de 2009

Neste âmbito, o Concelho de Vila Flor é inserido na sub-marca turístico-promocional Trás-os-Montes, na interface com o Douro apresentando um conjunto de produtos turísticos comuns aos descritos para estes dois destinos, como se verá no ponto seguinte.

O modelo de desenvolvimento turístico definido para a região pelo PROT assenta na seguinte visão:

“O Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico no País, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o turismo num fator de desenvolvimento e diversificação da economia regional”.



A região Norte é considerada um espaço multifacetado, com recursos singulares e autênticos, destacando-se as seguintes qualificações:

1. Um destino de excelência e autenticidade histórico-cultural, com vários sítios classificados como património mundial da UNESCO;
2. Um destino enoturístico de relevância internacional, onde a cultura do vinho e da vinha se enquadram numa envolvente turística de qualidade;
3. Um destino de turismo rural e de natureza, assente numa rede de áreas protegidas e espaços rurais de elevado valor paisagístico;
4. Um destino de turismo de saúde e bem-estar, baseado na abundância de fontes de água mineral e numa rede de estâncias termais.

Figura 29: Principais destinos turísticos na Região Norte



Fonte: PROT-Norte, versão de dezembro de 2009

A prossecução deste desígnio pressupõe a atuação em 5 objetivos estratégicos para o turismo na região, que se traduzem em:

1. Qualificar e valorizar os recursos hídricos;
2. Desenvolver a oferta de alojamento e animação;
3. Promover a qualificação dos recursos humanos;
4. Projetar externamente a oferta turística do Porto e Norte de Portugal;
5. Desenvolver um processo de acompanhamento e informação do turismo regional.

Naturalmente nem todos os objetivos estratégicos serão aplicáveis e/ou concretizáveis para o município, no entanto, as estratégias a definir devem concertar-se com a visão regional, pois a valorização e potenciação das especificidades locais só é possível num quadro global, de cooperação intermunicipal, por forma a cumprir os desígnios enunciados quer no PENT como no PROT-Norte.



A oferta turística no município de Vila Flor

Vila Flor é um concelho com inegáveis potencialidades para o desenvolvimento desta atividade. Parte dessa riqueza advém da beleza e contraste das suas paisagens (Vale da Vilarça, Vale do Rio Tua, Planalto de Carrazeda, Terra Quente Transmontana), da presença de inúmeros vestígios históricos materializados num significativo património cultural, não esquecendo a gastronomia e os costumes enraizados da população traduzidas em procissões, festas e romarias. Esse valor cultural e ambiental do concelho de Vila Flor proporciona o desenvolvimento de vários segmentos turísticos, nomeadamente do turismo cultural, turismo de natureza, e turismo rural.

De uma forma genérica, podem-se elencar os seguintes recursos turísticos do concelho de Vila Flor:

- património natural, valores paisagísticos, com vários locais capazes de proporcionar excelentes panorâmicas e recursos hídricos disponíveis;
- condições físicas e naturais para a prática de canoagem, pesca desportiva, passeios pedestres, entre outros;
- património construído de valor histórico considerável (destaque para o património religioso e para os vários solares brasonados);
- património arqueológico;
- património etnológico, ligado às tradições associadas a romarias e festividades locais;
- variedade gastronómica e artesanato local.
- existência de várias infraestruturas de lazer e turismo (destaque para o parque de campismo de Vila Flor e respetiva envolvente, bem como para a existência de unidades de turismo rural).

Reportando ao inventário de recursos turísticos disponibilizado pelo Turismo de Portugal, I.P, verifica-se que a maioria relaciona-se com o património edificado e equipamentos, que embora maioritariamente localizados na freguesia de Vila Flor, também é possível identificar alguma diversidade por outros locais (Quadro 39):

Quadro 39: Inventário de Recursos Turísticos em Vila Flor

Nome	Descrição da abordagem	Localização	Freguesia
Cabeço da Mina - Vila Flor	Estações Arqueológicas	Vale da Vilarça (Estradão a partir do km 39 da EN 102)	Assares
Pedra do Poço da Moura - Vila Flor	Estações Arqueológicas	EN 102 (troço Lodões - Assares), ao km 37 estradão em direção à Rib. da Vilarça pelo Cabeço da Mina.	Assares
Capela de Nossa Senhora da Esperança - Benlhevai - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Benlhevai	Benlhevai



Nome	Descrição da abordagem	Localização	Freguesia
Sepulturas escavadas na rocha do Salgueiral - Vila Flor	Estações Arqueológicas	Freixiel: EN 314 (troço Vila Flor - Abreiro), cruzamento à esquerda para Freixiel.	Freixiel
Capela de Santo Cristo - Freixiel - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Av ^a . de Santo Cristo	Freixiel
Museu Arqueológico e Etnográfico de Freixiel	Museus	Rua Queimada (Vila Flor)	Freixiel
Pelourinho de Freixiel - Vila Flor	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	Rua do Pelourinho	Freixiel
Capela da Senhora da Graça - Roios - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Roios	Roios
Igreja Paroquial de Róios / Igreja de São João Batista	Igrejas/Capelas/Ermidas	Largo Central	Roios
Adega Cooperativa de Sampaio	Caves, Adegas, Destil. e Cerv.	Sampaio	Sampaio
Capela de Nossa Senhora da Conceição - Sampaio - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Rua de Nossa Senhora da Conceição	Sampaio
Capela de Nossa Senhora do Rosário / Igreja Nova - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Rua da Capela	Sampaio
Capela de Santa Marinha - Meireles - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Meireles	Sampaio
Igreja Paroquial de Sampaio / Igreja de Santo André - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Lugar de Sampaio	Sampaio
Igreja de São Pedro / Igreja Matriz de Santa Comba da Vilarça - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Santa Comba da Vilarça	Santa Comba de Vilarça
Pelourinho de Santa Comba de Vilarça / Cruzeiro de Santa Comba de Vilarça - Vila Flor	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	Santa Comba de Vilarça. (No entroncamento das ruas Manuel José e São Pedro)	Santa Comba de Vilarça
Capela de São Gregório - Trindade - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Trindade	Trindade
Igreja Paroquial de Trindade / Igreja da Santíssima Trindade - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Lugar da Trindade	Trindade
Biblioteca Municipal Belmiro de Matos de Vila Flor	Bibliotecas	Av. Marechal Carmona	Vila flor
Castelo de Vila Flor (vestígios)	Castelos/Fortes	Rua D. Dinis, desembocando na Rua da Fonte Romana	Vila Flor
Adega Cooperativa de Vila Flor, CRL	Caves, Adegas, Destil. e Cerv.	Estrada Nacional (Av. Vasco da Gama)	Vila Flor
Fonte das Bestas - Vila Flor	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	R. de S. Sebastião, à saída da vila para E., Est. 608-1	Vila Flor
Fonte Romana de Vila Flor	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	Rua da Fonte (Est. 215 de Vila Flor para Alfândega da Fé)	Vila Flor
Capela de Nossa Senhora da Veiga - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Vila Flor	Vila Flor
Igreja da Misericórdia de Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Largo do Rossio	Vila Flor
Igreja de São Bartolomeu - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Vila Flor	Vila Flor
Museu Municipal de Dra. Berta Cabral	Museus	Largo Doutor Alexandre Matos	Vila Flor
Solar dos Lemos	Palácios/Solares	Vila Flor	Vila Flor
Pelourinho de Vila Flor	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	Largo Padre António José Morais	Vila Flor



Nome	Descrição da abordagem	Localização	Freguesia
Santuário de Nossa Senhora da Lapa - Vila Flor	Santuários/Locais Peregrinação	Vila Flor	Vila Flor
Igreja Paroquial de Vilarinho das Azenhas / Igreja de Santa Justa - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Lg. no centro do Lugar de Vilarinhos das Azenhas	Vilarinho das Azenhas
Capela de Nossa Senhora do Rosário e Solar do Largo do Soto - Vilas Boas - Vila Flor	Igrejas/Capelas/Ermidas	Lg. dos Sotos	Vilas Boas
Pelourinho de Vilas Boas - Vila Flor	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	Largo dos Sotos	Vilas Boas
Santuário de Nossa Senhora da Assunção - Vilas Boas - Vila Flor	Santuários/Locais Peregrinação	Vila Flor	Vilas Boas

Fonte: Turismo de Portugal, IP, 2011

A oferta de alojamento em Vila Flor é composta actualmente por 13 empreendimentos turísticos, dos quais 1 hotel de 3 estrelas, 11 TER totalizando 174 camas, e um Parque de Campismo, com capacidade para 520 utentes. Para além destes empreendimentos existem projetos novos com parecer favorável, para um projeto de alteração para um hotel rural, dois hotéis de 4 estrelas e 3 hotéis rurais perspectivando 341 novas camas. Refira-se a existência de um alojamento local – Casa de Xisto da Tremoceira, com capacidade para 4 utentes.

Quadro 40: Empreendimentos turísticos existentes em Vila Flor, em 2015

Tipo de Empreendimento Turístico	Designação do empreendimento	Nº de camas	Nº de unidades de alojamento	Freguesias
Casa de Campo	Casa das Sécias	14	7	Vilas Boas
Hotel	Hotel Povoia de Além Sabor	32	16	Vila Flor
Turismo Rural	Casa das Azenhas	12	6	Vilarinho das Azenhas
Agroturismo	Quinta da Veiguinha	12	6	Vilas Boas
Agroturismo	Quinta da Pereira	12	6	Vila Flor
Agroturismo	Valonquinta - Agricultura e Turismo	16	8	Róios
Turismo Rural	Quinta do Palame	12	6	Freixiel
Turismo Rural	Casa de Santiago Maior	8	4	Lodões
Agroturismo/Casa de Campo	Quinta do Barracão da Vilarça	18	9	Lodões
	Casa de Campo	10	5	
Agroturismo	Casa de Benlhevai	4	3	Lodões
Agroturismo	Quinta do Reboredo	10	5	Vilas Boas
Turismo Rural	Casa dos Lagares de Vara e Pedra	14	7	Vilas Boas
Parque de Campismo	Parque de campismo municipal de Vila Flor	520	-	Vila Flor
TOTAL	13 Empreendimentos	174 + (520)	88	-
Empreendimentos com projecto favorável do Turismo de Portugal				
Hotel	Flor Village Park hotel	110	51	Samões
Hotel Rural	Quinta da Pereira – Hotel Rural, Spa & Wine	37	20	Vila Flor
Hotel Rural	Hotel Rural Villa Julia	38	19	Samões
Hotel	Hotel	94	47	Vila Flor
Hotel Rural (TER)		62	27	Vila Flor
TOTAL	5 Empreendimentos	341	164	-

Fonte: Turismo de Portugal, IP, 2015, CM Vila Flor - secção de Obras, Habitação e Urbanismo



De forma a complementar esta informação, segue-se um conjunto de dados que permite conhecer a procura e a dinâmica turística, com base nos dados do INE, relativamente ao número de dormidas e de hóspedes no concelho, comparando com os valores da NUTIII de referência (entre parênteses), e tendo em conta a diferença de alojamentos/número de camas entre os dados do INE e os dados da tabela anterior. Assim e para o ano de 2013, o concelho de Vila flor apresentou um valor de 0.3 hóspedes por habitante (0.9 Douro), uma capacidade de alojamento por 1000 habitantes de 14 (17,6), o que correspondeu a um proveito de aposento por capacidade de alojamento de 1,4 milhares de euros (2,8). A estada média por estabelecimento cifrou-se nas 2,42 noites (1,58) e uma taxa de ocupação – cama de 15,52% (22,08%), correspondendo a 2134 hóspedes (173178) e a 5173 dormidas (273910). Estes dois últimos indicadores, quando comparados com os concelhos vizinhos de Torre de Moncorvo e Carrazeda, revela valores próximos, mas quando comparado com o de Alfandega da Fé revela valores muito inferiores uma vez que o número de hóspedes é de 9227 e o total de dormidas é de 14113, gerando proveitos por aposento no dobro – 2,7 milhares de euros. A comparação feita com o concelho vizinho de Mirandela, revela valores ainda mais díspares, a que não será alheio o diferente posicionamento deste no sistema urbano regional.

Do total dos 2134 hóspedes registados em vila Flor no ano de 2013, 94% tiveram como proveniência outras localidades do país, sendo os restantes sobretudo provenientes de Espanha, perdendo aqui para o município vizinho de Torre de Moncorvo, com 12% de estrangeiros, o que denota uma possibilidade de incremento por parte de Vila Flor.

6.5 EVOLUÇÃO RECENTE DO INVESTIMENTO PÚBLICO

O dinamismo económico e empresarial e o inerente desenvolvimento de um território estão muito dependentes dos investimentos nele promovidos.

Apesar do peso dos históricos constrangimentos que têm penalizado este concelho, a autarquia local tem manifestado capacidade de iniciativa no acesso a apoios provenientes dos programas comunitários.

O Quadro seguinte, com a inventariação dos projetos aprovados no âmbito dos três Quadros Comunitários de Apoio, traduz a efetiva atuação do executivo local.

Vila Flor realizou um esforço considerável ao nível do investimento em infraestruturação no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, sendo certo que foi no QCA II que se concentrou o grosso dos projetos.

A maior parte das intervenções efetuadas no âmbito do QCA I obedeceram ao padrão tradicional de infraestruturação básica, nomeadamente ao nível da beneficiação da rede viária e alargamento da rede de



infraestruturas urbanas, sendo, no entanto, possível encontrar projetos no domínio do incremento de estruturas de apoio à atividade económica.

No QCA II verifica-se um grande número de projetos apresentados (40), sendo que dos que foram executados, a maior parte, destinou-se a ações de requalificação urbana (ênfase para o programa de Centros Rurais), melhoramentos ao nível da dotação de equipamentos coletivos e beneficiações da rede viária concelhia.

No último QCA registou-se um abrandamento do recurso aos fundos comunitários. Cerca de 18 projetos foram apresentados, sendo que a maioria, tal como tinha sucedido anteriormente, dirige-se para ações de incremento da dotação ao nível dos equipamentos coletivos e para ações de qualificação urbanística e ambiental.

Em termos do QREN, a maioria dos projetos candidatos seguem a linha das intervenções do último QCA. As obras destinam-se a requalificações urbanísticas, a intervenções no domínio das acessibilidades e equipamentos coletivos.

Quadro 41: Projetos realizados e em execução no concelho de Vila Flor, no âmbito dos Apoios Financeiros da Administração Central e União Europeia (FEDER, PO NORTE)

Designação do Projeto	Ano de Candidatura	Investi. Total (€)	Programa	S.A ³ (%)
Beneficiação das Estradas Municipais – 2ª fase	2002	42.170.300,00	PO NORTE	75
Abastecimento de Água a Folgares e Freixiel	2002	250.097,26		75
Ordenamento Paisagístico do Monte da Senhora da Lapa – 2ª Fase	2002	359.508,58		75
Portas da Terra Quente – Reabilitação dos Arruamentos de Vilas Boas	2002	45.131,00		50
Tratamento e Valorização Paisagística da Srª do Rosário em Freixiel	2002	39.594,57		50
Qualificação Urbanística do Bairro da Lameira Grande	2002	110.402,31		50
Qualificação e Consolidação Urbanística do Largo da Fonte Velha	2002	12.962,50		50
Tratamento e Valorização do Edifício Escola Primária e Recreio	2002	37.003,00		50
Construção do Polidesportivo em Vilas Boas	2002	27.412,95		50
Construção do Polidesportivo em Freixiel	2002	29.704,59		50
Valorização do Cabeço da Srª da Assunção	2002	158.934,00		50
Tratamento e Valorização Paisagística da Forca de Freixiel	2002	52.331,88		50
Qualificação e Consolidação Urbanística do Largo da Lamela	2002	11.239,41		50
Piscina Coberta de Aprendizagem em Vila Flor	2003	1.258.018,00		75
Qualificação do Arruamento de Acesso ao Largo do Pelourinho – Freixiel	2004	165.236,00		50
Adução a Vilas Boas	2005	27.560.000,00		
CM 1146 entre Vilas Boas e Ribeirinha	2006	11.750.000,00		
Saneamento e Abastecimento de Água a Carvalho de Egas	2007	11.570.000,00		
Infraestruturas de saneamento básico do Vieiro	2008	13.850.000,00		

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

³ S.A. – Subsídio Atribuído



Quadro 42: Projetos aprovados no âmbito do QREN

Designação do Projeto	Valor Elegível (€)	Valor do Financiamento (€)
Parque de Estacionamento Coberto de apoio à zona histórica	578.367,35	404.857,15
Remodelação do Gimnodesportivo de Vila Flor	649.659,69	500.000,00
Central de Camionagem	1.015.500,00	710.850,00
Reordenamento da rede viária e acesso entre a Av. Dr. Francisco Guerra e Av. Marechal Carmona	2.025.289,2	1.417.702,44
Caminho Seixo/Barragem (Eletrificação)	108.140,94	81.105,70
Caminho Samões/Barragem (Eletrificação)	68.610,78	51.458,09

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

6.6 SÍNTESE CONCLUSIVA

O peso da evolução demográfica negativa das últimas décadas conduziu a um forte envelhecimento demográfico do concelho de Vila Flor, herança muito pesada, por ser determinante para o desenvolvimento do concelho, traduzindo-se, em termos genéricos, na escassez de recursos humanos de suporte a qualquer estratégia de desenvolvimento.

O atual desafio que se impõe a Vila Flor é o de conseguir criar condições internas de fixação e captação de população jovem, com potencial de rejuvenescimento.

Para além da dinâmica demográfica negativa, o concelho de Vila Flor revela uma grande dependência funcional de outros mercados, nomeadamente de Mirandela, no que concerne ao mercado de trabalho, revelando assim um saldo pendular negativo de cerca de centenas de pessoas, a desfavor de Vila Flor. Não obstante, há a referir o crescimento do emprego, em algumas das atividades ditas do terciário.

Em termos de setores de atividade denota-se a tendência para a terciarização, em consonância com as realidades regional e nacional, mas que não se tem traduzido na oferta de postos de trabalho em número suficiente para a fixação da população residente e atração de nova. Este facto ocorre pela combinação de duas dinâmicas: a falta de adequação de formação dos residentes às necessidades do mercado local, e uma aposta incipiente no desenvolvimento das fileiras estratégicas, seja no domínio da indústria agroalimentar, como no turismo.

A relativa dinâmica industrial do concelho impõe que se desenvolva todo um conjunto de infraestruturas e serviços de apoio à atividade industrial, de modo a sustentar o desenvolvimento e rentabilidade de indústrias ligadas à transformação de produtos endógenos. Por sua vez no âmbito do turismo, o concelho deve procurar fazer uma maior valorização e integração dos seus recursos, destacando-se o potencial nos domínios da



gastronomia, do património arqueológico, monumental, no aproveitamento dos recursos paisagísticos e ambientais.

No entanto, para a prossecução de tais objetivos, Vila Flor deverá continuar a aposta na diversificação da sua oferta hoteleira, da mesma forma que deve apostar na qualificação e incremento dos setores comercial e de restauração, por se considerar serem estes, a par do alojamento, os setores diretamente complementares ao melhor aproveitamento do potencial turístico do concelho.

A exploração turística “profissionalizada” que se pretende, induzirá toda uma gama de serviços a jusante. Desta forma, conseguir-se-á alimentar um ciclo de sinergias indutoras do crescimento económico e do desenvolvimento do concelho.

Crê-se que uma intervenção dinâmica e um investimento centrados nestes domínios, permitirão a Vila Flor ter, futuramente, melhores condições de atratividade e de fixação de população, sobretudo porque, como se referiu, existe já um conjunto de condições, para o arranque de um processo de recuperação da economia concelhia.

Será em torno destas questões que se reflectirá na próxima fase do PDM, no âmbito da definição da estratégia de desenvolvimento para o concelho de Vila Flor, que articulará o conjunto de políticas municipais e regionais de base territorial como sejam o PROT-Norte e a Agenda 21 do Nordeste Transmontano.



7. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

O território concelhio é parte integrante da designada Terra Quente Transmontana. A região de Vila Flor encontra-se encaixada entre o planalto de Carrazeda e o vale da Vilarça. Destacam-se as excelentes condições climáticas e fisiográficas para a produção de azeite, sendo que uma parte importante do Concelho faz ainda parte da Região Demarcada do Douro.

Na presente análise, e atendendo ao âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, faz-se uma breve caracterização das principais características biofísicas do concelho, dando-se maior destaque a temáticas como os valores naturais em presença, pela relevância que estas assumirão em fases subsequentes do Plano.

Para a elaboração do presente capítulo recorreu-se a uma enorme diversidade de fontes de informação – nomeadamente o PDM em vigor (para os domínios menos suscetíveis de terem registado alterações ao longo dos últimos anos), fontes bibliográficas variadas, cartografia temática específica, etc.

Acompanham este capítulo as peças desenhadas que dizem respeito, respetivamente à Fisiografia / Declives, e Valores Naturais.

7.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO

7.1.1 Geologia

Quanto à geologia⁴, Vila Flor integra-se, em termos morfo-estruturais na zona Centro-Ibérica, na transição da sub-zona da Galiza-média-Trás-os-Montes para a bacia do Douro, domínio do Douro Inferior, sendo as rochas metasedimentares instruídas por granitóides hercínicos do antiforma Vila Real-Carviçais.

Os principais tipos litológicos dentro da área do concelho são os seguintes:

- Aluviões e depósitos de vertente;
- Xistos, grauvaques e quartzitos;
- Rochas ígneas granitóides.

Quanto as unidades litológicas o concelho divide-se da seguinte forma:

Metassedimentos do Paleozóico:

⁴ In "Plano Diretor Municipal – Proposta de Plano", Volume 2 – Elementos Complementares e Anexos, 1993.



- Câmbrio-Precâmbrio (Domínio do Douro Inferior) – *Zona Oriental Sul entre Vila Flor e Horta da Vilarça (Torre de Moncorvo)*
 - Complexo xisto-grauváquico Ante-Ordovicico.
- Ordovicico (Domínio do Douro Inferior) – *Área entre Vieiros e Serra Tinta e entre Vila Flor e Roios*
 - Formação quartzítica (quartzitos inferiores, quartzitos superiores e psamitos superiores);
 - Formação de xistos;
 - Formação de xistos intermédios.
- Silúrico (Sub-domínio Peristransmontano e sub-domínio Centro-Transmontano) – *Serra de Faro e área envolvente a Vilarinho das Azenhas*
 - Quartzitos;
 - Complexo de xistos e grauvaques;
 - Complexo de vulcano-silicioso;
 - Complexo filito-quartzítico;
 - Xistos inferiores;
 - Xistos superiores;
 - Grés quartzíticos inferiores;
 - Grés quartzíticos superiores.

Depósitos de cobertura – Holocénico – Vale da Vilarça

- Aluviões atuais

Granitoides hercínicos – *Zona planáltica entre Valtorno e Vilas Boas (continuidade do planalto de Carrazeda) e uma área entre Benlhevai e Santa Comba de Vilarça*

- Granitos alcalinos, moscovítico-biotíticos com megacristais;
- Granitos alcalinos, moscovíticos- biotíticos;
- Granito porfiróide, moscovítico-biotítico.



Fotografia 1: Afloramentos graníticos, Candoso



Fotografia 2: Zona planáltica da Terra Quente Transmontana, N. Sr.ª da Assunção



O concelho de Vila Flor apresenta uma tectónica fortemente condicionada pelas deformações Sarda e posteriormente Hercínica. Na fase terminal do Câmbrico, a fase Sarda terá originado na região uma intensa atividade tectónica que terá proporcionado uma grande instabilidade na bacia, com consequentes deslocamentos subaquáticas de grandes massas de sedimentos. Ter-se-ão produzido deste modo carreamentos sin-sedimentares sardos que afetaram algumas das formações do grupo do Douro. A deformação hercínica, ocorrida posteriormente, terá atuado em várias fases, com criação de dobramentos, que viriam a afetar os da fase Sarda e carreamentos. Posteriormente o conjunto viria a ser afetado pela intrusão de rochas granitoides. Datam da terceira e última fase hercínica, os grandes acidentes – falhas – com orientação, regra geral NNE-SSW, em regra frágeis e onde predominam os desligamentos esquerdos. A identificação de deformações tectónicas ocorridas no Quaternário, evidentes em diversas áreas da região, e a presença de atividade sísmica intraplacas, testemunhado pela ocorrência de sismos nas vizinhanças, prova que existe atualmente acumulação de tensões e deformação tectónica no interior da placa litosférica.

Do ponto de vista hidrogeológico, os afloramentos existentes no concelho de Vila Flor originam redes aquíferas descontínuas, cujas densidades e aberturas diminuem com a profundidade. Localmente e como resultado da meteorização dos materiais rochosos, poderão originar-se aquíferos nas zonas de alteração, que desempenham um papel importante no mecanismo de recarga dos reservatórios subterrâneos. Por outro lado, a intensa fracturação (com orientação predominante NNE-SSW), desempenha um papel significativo na distribuição morfo-hidrográfica e consequentemente, na recarga de potenciais zonas aquíferas. Os aquíferos ocorrentes são do tipo fissurado à exceção do Vale da Vilariga que pode originar pequenos aquíferos, por porosidade, nas formações altríticas aí depositadas.

No que diz respeito aos recursos geológicos, no concelho de Vila Flor, e segundo informação da Direção Geral de Energia e Geologia, de 2015, é possível verificar a ocorrência dos seguintes recursos:



- Duas pedreiras: Pedreira da Curva da Nogueira, junto à Ribeira dos Brunhais (Nº Cadastro 3933), a Sul do aglomerado de Vilas Boas e Pedreira do Carvalho de Egas (Nº Cadastro 6575), junto ao aglomerado com o mesmo nome. Existe outra exploração, não cartografada – Cabeça de Asne – 5822, na União das Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas;
- Duas Áreas Potenciais para exploração de recursos geológicos, uma a norte mais extensa e com ocorrência de Au, Ag e W (Nº Cadastro 6575), abrangendo o aglomerado de Macedinho, Trindade, Valbom, Benhleval, Vale Frechoso e Santa Comba, e outra a sul (Nº Cadastro 2289), mais pequena, próxima do aglomerado de Mourão, com ocorrência de W e Sn;
- Contrato de Prospeção e Pesquisa em duas áreas a SE do concelho, “Areias e Britas da Barca” com números de Cadastro 01114 e 01214, com ocorrência de Quartzo e Feldspato.
- Área de Salvaguarda de Exploração de Pedro Longo (jazigo de urânio), sensivelmente a norte do aglomerado de Carvalho de Egas;
- Recurso Hidromineral Potencial do Olival dos Currais dos Leitões, a Este do aglomerado de Nabo, junto ao ribeiro da Macieira;
- Concessão de Água Mineral Natural, localizada a sudeste do aglomerado de Sampaio, com respetivas Zona Imediata de Proteção, junto a Cabeço da Forca, Zona Intermédia de Proteção e Zona Alargada de Proteção, que se estende entre o limite Este do concelho até próximo dos aglomerados de Lodões (a Norte), Vila Flor (a Noroeste) e Nabo (a Sudoeste);

7.1.2 Climatologia

A presente análise climatológica⁵ considerou os dados do Plano Diretor Municipal em vigor, visto que não terão ocorrido alterações climáticas significativas nas últimas três décadas que justifiquem a necessidade de rever a informação.

Sendo assim, em termos climáticos, apesar da influência continental ser dominante em todo o concelho, podem considerar-se duas áreas algo diferentes - a parte ocidental, com características que se aproximam mais da “Terra Fria”, e a parte oriental, muito mais “Terra Quente”.

Assim, na parte ocidental, prolongamento do planalto de Carrazeda, onde a influência quente do vale do Tua é relativamente limitada, consequência da pequena largura do vale e do seu importante encaixe, há a considerar maiores quantitativos de precipitação média anual (600-800mm) e uma temperatura média anual mais baixa (13-15°C), com maiores amplitudes térmicas, quer diárias, quer anuais.

⁵ In “Plano Diretor Municipal – Proposta de Plano”, Volume 2 – Elementos Complementares e Anexos, 1993.



Na parte oriental, na descida para o vale da Vilariça, de tal forma desadaptado relativamente aos caudais da ribeira, é mais correto falar em depressão, a qual, em conjunto com as depressões de Mirandela, de Chaves e de Longroiva, constitui uma das grandes áreas deprimidas do ponto vista tectónico de Trás-os-Montes/Beira Trasmontana). Esta depressão comporta-se como um “canal” de influência duriense no interior da “Terra Fria”, podendo mesmo apresentar importantes nevoeiros de irradiação que, de certa forma, amenizam os contrastes térmicos diários. A sua disposição longitudinal não favorece especialmente nenhuma área em termos de insolação, embora as vertentes expostas aos ventos mais secos e quentes vindos de Leste, possam registar uma maior aridez.

Em relação aos fatores climáticos gerais, a influência continental é um fator dominante e constante, ao longo do ano, acentuando, pela ausência da amenização oceânica, as características determinadas pelos fatores dinâmicos. Deste modo, durante o verão sente-se a influência anticiclónica quente ou depressionária com trovoadas e com elevadas temperaturas. Por sua vez, durante o inverno sofre-se a escassez relativa de precipitação - no qual as massas de ar de trajetória marítima (ar húmido) perdem grande parte da sua humidade ao vencerem as montanhas do NW de Portugal e da Galiza. A nível local, convém salientar, que um ou outro ponto sobressai do nível planáltico geral, a Serra de Faro, por exemplo, que pode registar precipitações relativamente superiores à zona envolvente.

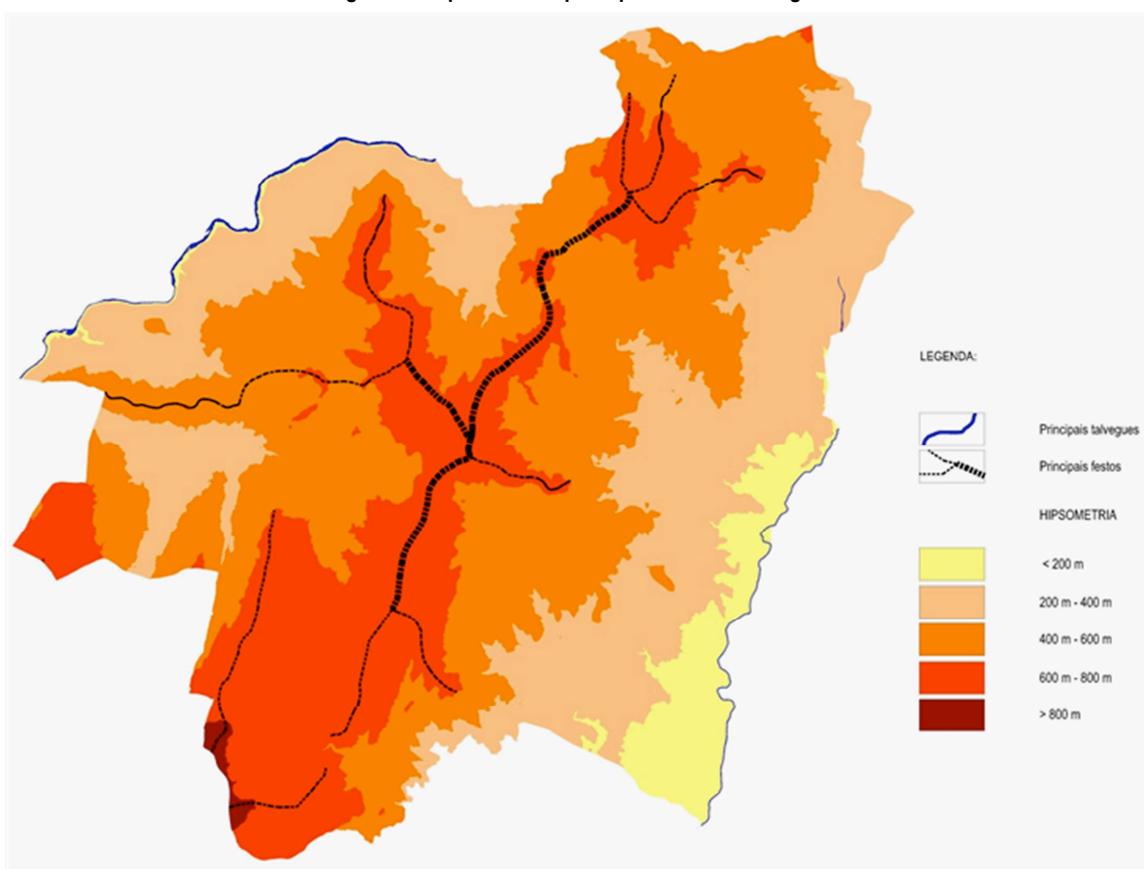
7.1.3 Fisiografia

A análise fisiográfica tem em atenção três vertentes: hipsometria, festos e talvegues, e declives. O concelho situa-se na margem esquerda do rio Tua, estende-se por uma vasta fração planáltica, em torno dos 600-800 metros, descendo bruscamente para o vale do Tua, até aos 200 metros, a NW, e lentamente para a depressão da Ribeira da Vilariça. Para a hipsometria escolheram-se cinco classes tendo em conta a escala de trabalho, o relevo presente e o objetivo do Plano. As classes são as seguintes:

- **< 200 metros** – as cotas inferiores permitem identificar as zonas mais baixas do concelho, ligadas aos vales dos cursos de água com maior expressão no concelho, mais especificamente a Ribeira da Vilariça e o Rio Tua;
- **200-400 metros** – corresponde ao terço inferior das encostas da zona planáltica que percorre longitudinalmente ao concelho;
- **400-600 metros** – corresponde ao terço médio da mesma zona planáltica, onde destaca-se a Serra Tinta com 572 metros;

- **600-800 metros** – representam a zona planáltica, correspondendo essencialmente à zona central do concelho que se estende desde Valtorno até Macedinho, onde se exceptua a elevação da Serra de Faro com 822 metros;
- **> 800 metros** – corresponde a uma situação pontual, na zona Sul junto ao aglomerado de Alagoa, a fazer prever a continuação do planalto de Carrazeda, confirmando o carácter planáltico do concelho.

Figura 30: Hipsometria e principais festos e talvegues



A **rede hidrográfica** pertence toda ela à bacia hidrográfica do rio Douro e as principais linhas de água que correm no concelho são as seguintes, segundo o “Índice Hidrográfico e Classificação decimal dos Cursos de Água”:

Quadro 43: Classificação decimal dos cursos de água

Curso de água	Classificação decimal
Rio Tua	201 58
Ribeira do Cabreiro	201 58 09
Ribeira do Pelão	201 58 09 02 01
Ribeiro do Vieiro	201 58 11
Ribeiro de Meireles	201 58 19



Curso de água	Classificação decimal
Ribeiro de Macedinho	201 58 23 01
Ribeira das Olgas	201 58 23 02
Ribeira da Vilarça	201 82 04
Ribeiro Grande	201 82 04 04
Ribeiro do Arco	201 82 04 04 01
Ribeiro de Macieira	201 82 04 08
Ribeira de Róios	201 82 04 10
Ribeira da Laça	201 82 04 12
Ribeira da Freixeda	201 82 04 16

Fonte: "Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água",
DGRAH, Ministério da Habitação e Obras Públicas, Lisboa, 1981

Para além destes cursos de água, salientam-se os seguintes pela sua expressão no território e pela importância que detêm num contexto concelhio de fraca rede hídrica: rib.º de Faro, rib.º do Castelinho, rib.^a da Cabreira, rib.^a de Sto. Apolinário, rib.^a do Vale Escuro, rib.º do Seixo, rib.^a do Moinho, rib.^a dos Lameiros, rib.º do Salgueiro, rib.^a da Trindade e rib.º dos Orejais.

Fotografia 3: Rio Tua



Fotografia 4: Ribeira da Vilarça



Vila Flor integra-se ainda na Unidade Hidrológica do Maciço Antigo. Na região hidrográfica do Douro foram identificadas 3 massas de água subterrâneas naturais, integrando este concelho a denominada massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro. Estas foram avaliadas, no que diz respeito ao seu estado quantitativo e químico das massas de água da Região Hidrográfica do Douro, obtendo a classificação de bom em cada um dos parâmetros, obtendo uma classificação global como bom. A disponibilidade hídrica subterrânea nesta unidade é de 969 hm³ /ano.

Consultando o geoportal do LNEG, são aí identificados 5 furos, estando ainda complementada a informação geográfica com um inventário de campo, onde são identificados varias dezenas de poços e nascentes. Consultando o atlas da Água da APA, verifica-se a existência dos seguintes pontos de água no concelho: 104/N1 Vilas Boas; 104/N2 Meireles; 105/N1 Lodões; 91/4 e 91/5 Benlhevai, todos furos verticais. Atendendo aos dados



da estação 104/N2 (de extracção), verifica-se que o seu nível piezómetro do período 2014/2015, apresenta valores superiores à média verificada na década anterior (2005 a 2014).

7.1.4 Solos

Os solos característicos da Terra Quente Transmontana são os pardos desagregados, nas encostas suaves, destinados aos cereais de inverno, e os aluviosolos que se encontram nas depressões aluvionares de Mirandela e do Vale da Vilarça. Os litossolos, solos pedregosos, situam-se nas encostas mais declivosas, sendo pouco férteis, enquanto que nas zonas mais altas se tornam mesmo rochosos, designando-se por cambissolos. Nas zonas mais baixas, são as grandes chuvadas do princípio e do fim do verão e inexistência de uma regularização dos cursos de água que provocam o assoreamento das veigas e das hortas. Deste modo, dá-se a podzolização dos solos que faz aumentar a sua acidez.

No entanto, no fundo dos vales é possível encontrar solos aluvionares e coluvionares, de maior valor agrícola, que correspondem a uma grande extensão de áreas da Reserva Agrícola Nacional, sendo importante referir o Aproveitamento Hidroagrícola do Vale da Vilarça, sobe jurisdição da Direção-Geral de Agricultura e do Desenvolvimento Rural..

7.1.5 Coberto vegetal

Quanto à vegetação natural⁶ o concelho de Vila Flor insere-se na Terra Quente Subcontinental no domínio fitogeográfico submediterrâneo, até altitudes de 500 metros, incluindo as Regiões Douro Superior e Tua, apresentando espécies como a azinheira (*Quercus rotundifolia*) - espécie mais frequente -, assim como o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), o zimbro (*Juniperus oxicedrus*) e, em menor grau, o zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*).

Do sub-bosque destacam-se: o piorno (*Lygos shaerocarpa*), a cornalheira (*Pistacia terebinthus*), a esteva (*Cistus ladanifer*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas*), o tomilho (*Thymus vulgaris*), o trovisco (*Daphne gnidium*), a roselha (*Cistus crispus*) e o sanganho (*Cistus salvifolius*).

Na zona compreendida entre as altitudes de 500 metros e os planaltos da Terra Fria, área de transição subcontinental, que envolve as regiões de Carrazeda, de Bornes-Sabor e parte da Beira-Douro, encontram-se dois grandes domínios: o de base, sub-mediterrâneo, e o planáltico, ibero-mediterrâneo. Daí a frequência da azinheira (*Quercus rotundifolia*), do carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), do carvalho cerquinho (*Quercus*

⁶ In "Plano Diretor Municipal – Proposta de Plano", Volume 2 – Elementos Complementares e Anexos, Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana, 1993.



faginea) e do zimbro (*Juniperus oxicedrus*). Por outro lado, a influência subatlântica para o interior, provoca o aparecimento do castanheiro (*Castanea sativa*) do sobreiro (*Quercus suber*) e de algum pinheiro bravo (*Pinus pinaster*). Há também a distribuição de estratos arbustivos, como a esteva (*Cistus ladanifer*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas*), o tomilho (*Thymus vulgaris*), a carqueja (*Pterospartum tridentatum*), o medronheiro (*Arbutus unedo*) e as urzes (*Erica spp.*).

Nas margens ribeirinhas, surgem as espécies típicas da galeria ripícola, tais como: o amieiro (*Alnus glutinosa*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o ulmeiro (*Ulmus spp.*), o choupo (*Populus spp.*), o salgueiro (*Salix spp.*), o lodão (*Celtis australis*), o sanguinho bastardo (*Frangula alnus*) e a salguerinha (*Lythrum salicaria*).

A flora pratense consiste nas seguintes consociações: *Bromo-cynosuretum* e *Hyperico-Juncetum acutiflosi*, nas sub-regiões sub-continentais e nas sub-regiões subatlânticas, mais ocidentais, *Anthemido-cynosuretum*, *agrosto-arrhenatheretum bulbosi* e *Peucedano-juncetum acutiflori*.

Podem também ser destacadas as espécies de plantas aromáticas e medicinais, como sejam, trovisco (*Daphne gnidium*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), rosmaninho (*Lavandula stoechas*), zimbro (*Juniperus communis*), camomila (*Matricaria recutia*), esteva (*Cistus ladanifer*), pilriteiro (*Crataegus monogyna*), loureiro (*Laurus nobilis*), oliveira (*Olea europaea* var. *europaea*), urze (*Erica arborea*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), castanheiro (*Castanea sativa*), tília (*Tilia* sp.), trevo (*Trifolium* sp.), bem como muitas outras.

No que diz respeito à fauna, ao nível dos vertebrados assinala-se a presença de: lobo-ibérico (*Canis lupus*), corço (*Capreolus capreolus*), lontra (*Lutra lutra*), marta (*Martes martes*), geneta (*Genetta genetta*), gato-bravo (*Felis silvestris*), morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*), morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), rato-dos-lameiros (*Arvicola terrestris*), águia de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), águia-real (*Aquila chrysaetos*), milhafre-real (*Milvus milvus*), tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), gavião (*Accipiter nisus*), açor (*Accipiter gentilis*), falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), bufo-real (*Bubo bubo*), abutre do Egito (*Neophron percnopterus*), grifo (*Gyps fulvus*), cegonha-negra (*Ciconia nigra*), gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), melro-azul (*Monticola solitarius*), rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), sapo-de-unha-negra (*Pelobates cultripes*), sapo-corredor (*Bufo calamita*), salamandra-de-costelas-salientes (*Pleurodeles waltl*), tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*), lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), lagartixa-do-mato (*Psammotromus algirus*), sardão (*Lacerta lépida*), cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*) e víbora-cornuda (*Vipera latastei*).

Em relação às espécies piscícolas, e segundo a Carta Piscícola Nacional, são observáveis em Vila Flor as seguintes: bordalo (*Squalius alburnoides*), boga do Douro (*Chondrostoma duriensis*), barbo-comum ou barbo do



Norte (*Barbus bocagei*), escalo do Norte (*Squalius carolitertii*), pimpão, peixe-vermelho ou peixe-dourado (*Carassius auratus*) e perca-sol ou peixe-sol (*Lepomis gibbosus*).

7.2 VALORES NATURAIS

A marcação dos valores naturais é feita com base em aspetos considerados importantes, resultantes da observação empírica do território, assente essencialmente nos seguintes pontos: vistas panorâmicas, vestígios de galeria ripícola, percurso com interesse paisagístico, local com interesse paisagístico, elementos singulares da paisagem.

A recente criação do Parque Natural Regional do Vale do Tua - instituído pelo Regulamento nº 364-A/2013, que consiste numa área protegida de âmbito regional agregadora dos valores mais notáveis da região, com uma área de 25000 hectares, veio definir e proteger uma importante área com valor natural existente na região.

Esta resultou da constituição de uma área protegida de âmbito regional para proteção dos valores de biodiversidade e simultaneamente potenciar o turismo de natureza, desportos náuticos, saúde e bem-estar e aldeias ribeirinhas. Este projeto decorre de um acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, sendo que os estudos preparatórios estão já em desenvolvimento, abrangendo 5 municípios: Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça, Vila Flor.

No Município de Vila Flor, o PNRVT integra 5875 ha, que incluem de montante para jusante, a parte ribeirinha das freguesias de Vilarinho das Azenhas (1099 ha), Vilas Boas (1076 ha), e Freixiel, prolongando-se depois para sul, de modo a incluir o resto desta freguesia (3136 ha), bem como partes das freguesias de Samões (47 ha), Candoso (511 ha) e Valtorno (6 ha), e fazendo a ligação com o território de Carrazeda de Ansiães, a Este da sede deste Concelho.

O Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) é marcado pela presença de um conjunto diversificado de valores naturais e patrimoniais que importa manter e valorizar. A paisagem é diversificada e marcada por serras, planaltos e vales encaixados, nomeadamente os do rio Douro, do rio Tua e do rio Tinhela. A causa principal desta diversidade reside na variedade de litologias e estruturas geológicas que constituem a base destes relevos. A geomorfologia da região envolvente é bastante variada, fruto de característica estruturais e litológicas específicas, e inclui vales profundos e vertentes declivosas, principalmente nos troços finais dos rios Tua e Tinhela, bem como afloramentos rochosos imponentes (cristas quartzíticas) e zonas de planalto, com relevo pouco acentuado.

A área é caracterizada por uma diversidade climática que se traduz na paisagem vegetal, que apresenta como vegetação natural potencial mais característica bosques de sobreiro (com presença variável de azinheira e



zimbro), nas áreas mais quentes e secas do vale, e bosques de carvalho-negral nas áreas mais frias e chuvosas do planalto e das principais serras.

A flora da região é bastante diversificada, estimando-se que possam ocorrer na área de estudo cerca de 700 espécies de flora vascular e cerca de 400 espécies de flora criptogâmica (briófitas e líquenes).

No que se refere à fauna a região envolvente do vale do Tua é numerosa e diversificada, tendo sido até ao momento identificadas 943 espécies, sendo 744 de invertebrados terrestres, 15 de peixes, 12 de anfíbios, 20 de répteis, 123 de aves e 29 de mamíferos, das quais 14 são quirópteros (morcegos). A este total há ainda a juntar um número indeterminado de espécies de invertebrados aquáticos, agrupados em 72 famílias.

Esta diversidade de espécies relaciona-se, em parte, com a ocorrência de um mosaico de habitats diversificado, extenso e bem conservado.

As albufeiras existentes no concelho são também elementos importantes dos recursos hídricos locais, estando muitas vezes associadas a valores naturais que importa preservar. Em diferentes elementos que constituem e acompanham o PDM, encontram-se assinalados os planos de água correspondentes ao nível de pleno armazenamento (NPA) de cinco albufeiras, das quais quatro são classificadas, e das respectivas faixas de protecção, correspondente a uma largura de 100 m, medidos a partir do NPA, nas Albufeiras do Peneireiro, de Valtorno/Mourão, Burga e de Foz Tua. A albufeira da Ribeira Grande e Arco apesar de não ser classificada, dispõe de uma faixa de protecção de 100 m, considerando a sua capacidade de armazenamento. As albufeiras delimitadas e os respectivos NPA⁷ são os seguintes:

- Albufeira do Peneireiro com NPA de 621,20 metros, albufeira classificada – Protegida.
- Albufeira de Valtorno/Mourão com NPA de 467,00 metros, classificada – Protegida;
- Albufeira da Burga com NPA de 329,00 metros, albufeira classificada – Protegida;
- Albufeira de Foz Tua com NPA de 170,00 metros⁸, albufeira classificada – Protegida;
- Albufeira Ribeira Grande e Arco com NPA de 187,00 metros, não classificada.

De acordo com o Decreto-Lei 107/2009 de 15 de Maio, quer a albufeira Valtorno/Mourão, quer a albufeira da Foz do Tua, devem dispor de um Plano de Ordenamento de Albufeira de Águas Públicas. O Despacho nº 22791/2009 determinou a elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Valtorno, cometida a sua elaboração à APA.

No que se refere as “Zonas Protegidas” pela Lei da Água, no município de Vila Flor, identificam-se as seguintes:

⁷ Informação recolhida no Site “Sistema Nacional Informação de Recursos Hídricos.”, da APA, I.P.

⁸ Informação fornecida pela APA, no parecer emitido 2299/13/DDI, de 10/05/2013.



- Albufeiras do Peneireiro e de Valtorno/Mourão, destinadas ao consumo humano,
- As Zonas de Infiltração Máxima, identificadas na Reserva Ecológica Nacional, que se caracterizam por áreas de declives suaves (0-5%), e que foram conjugadas com a análise da Carta Geológica para confirmação dos terrenos permeáveis de formações modernas, como as áreas de aluviões e de depósitos de praias e terraços fluviais;

Em termos paisagísticos, o concelho apresenta um relevo muito diversificado, situação bem patente nas diversas ocorrências, a saber: o vale encaixado do Tua, o vale aberto da Vilarça, a zona planáltica de Vilas Boas a Valtorno. É possível usufruir de paisagens diversificadas com vistas panorâmicas muito interessantes designadamente: o Santuário de N. Sr.^a da Assunção (Vilas Boas), onde existe um miradouro a 775m de altitude, que oferece uma ampla vista sobre Vila Flor e as povoações vizinhas; a colina sobranceira a Vila Flor, que se insere na Serra do Facho, com vistas a partir do Santuário da Sr.^a da Lapa, da Sr.^a dos Remédios e do marco geodésico de S. Bento; a Sr.^a dos Remédios (Vilarinho das Azenhas); Gralheira (junto a Folgares), com excelentes vistas sobre o vale do Tua, a bacia de Freixiel e o Monte da Senhora da Assunção; a Senhora de Fátima (Alagoa), um dos miradouros mais interessantes e o ponto mais alto do concelho; o miradouro Marco Geodésico (Candoso) onde, segundo tradição popular, foi levantada uma forca; ou ainda as estradas que descem da zona planáltica em direção ao Vale da Vilarça: EN215, EM608, EM603, EM629 e a própria EN102 nas imediações de Trindade.

Os percursos com interesse paisagístico, sejam eles estradas nacionais, municipais ou caminhos municipais, proporcionam vistas panorâmicas e têm uma envolvente que, de algum modo, merece também ser mencionada.

Destaque então para:

- a EM608, a EM603, a EM629, a EM604 (ao longo do rio Tua e a Estrada Municipal entre Arco e Nabo);
- a EN215 e a EN213;
- a EN102, (nas imediações do aglomerado de Trindade);
- o caminho rural ao longo do rio Tua entre Vilarinho de Azenhas e Ribeirinha.



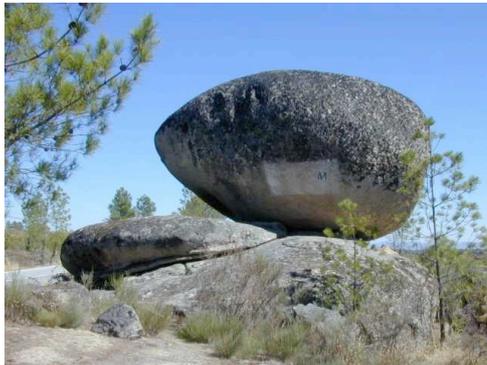
Fotografia 5: Estrada entre Santa Comba da Vilarça e Benlhevai



Fotografia 6: Vista de Gavião para o Vale da Vilarça



Fotografia 7: Fraga do Ovo (curiosidade geológica)



Fotografia 8: Rio Tua (local com potencialidades para a criação de Praia Fluvial)



Referência ainda para a existência do percurso pedestre da Rota da Liberdade, que tem início na vila de Vila Flor, junto à EN215, e que atravessa o núcleo histórico passando por alguns elementos notáveis, nomeadamente o Pelourinho e a Igreja Matriz, entrando depois em terrenos agrícolas, na direção da Barragem do Peneireiro. Na barragem, além de se poder caminhar na sua envolvente, existe um circuito de manutenção com equipamentos de apoio.

Quanto a locais de interesse paisagístico que, de algum modo, se destacam do resto do território pelas características naturais do relevo, da vegetação, de vistas panorâmicas, pela existência de um valor patrimonial relevante, mencionam-se os seguintes:

1. Zona ribeirinha do rio Tua – o troço do rio Tua que atravessa o concelho é de elevado interesse paisagístico e biofísico, tratando-se de um vale encaixado, com um leito bastante amplo. Possui imensas potencialidades para a implantação de uma praia fluvial, ou outro tipo de estrutura de apoio, de modo a proporcionar a criação de espaços lúdico-recreativos;



2. Antiga Forca, Freixiel – local com uma envolvente agrícola-florestal muito interessante, reforçada pela presença de um elemento arquitetónico com interesse histórico;
3. Barragem da Burqa – com uma albufeira que disponibiliza água para rega, é um local com potencialidades para o aproveitamento turístico associado ao plano de água e à criação de uma rede de percursos com as mais-valias da zona envolvente: a Serra de Bornes e o Vale de Vilarça;
4. Barragem do Peneireiro – trata-se de um local onde existe um conjunto significativo de equipamentos que fazem parte do Complexo da Barragem do Peneireiro, onde se encontra, o parque de campismo, as piscinas municipais, o circuito de manutenção, o mini-zoo, o parque de merendas, o parque de diversão para as crianças, campos de ténis e, ainda, o estádio municipal. Daí a importância de relevo que assume, a nível concelhio, servindo ainda a sua albufeira para abastecimento público de água;
5. Fraga do Ovo – afloramento rochoso com uma forma curiosa, situado num local interessante da freguesia de Candoso do qual, se poderá tirar partido para a implementação de um espaço recreativo ou eventualmente pedagógico, tendo em conta as características geológicas do sítio;
6. Gavião - aglomerado habitacional desabitado há diversos anos, com uma localização privilegiada em relação ao vale da Ribeira do Arco e do Vale da Vilarça, com imensas potencialidades para ecoturismo.

Na carta de Valores Naturais são também assinalados os designados “Elementos Singulares”. No essencial, são elementos, eventualmente, de reduzida dimensão em termos de superfície, mas que se destacam no conjunto da área concelhia, pela sua singularidade, pela qualidade intrínseca, pela forma e/ou significado cultural, diferenciando-se no concelho onde se inserem. São eles: a Serra de Faro, o rio Tua e o Vale da Vilarça.

Finalmente, destacam-se ainda, como valores naturais, as manchas de sobreiros e carvalhos existentes no concelho. A sua delimitação teve por base as manchas de sobreiros e outros carvalhos (em povoamentos simples ou em associação com outras espécies florestais), identificadas na Carta de Ocupação do Solo de 1990. Apesar da sua desatualização temporal, esta carta apresenta uma escala de trabalho que permite uma maior definição das tipologias de ocupação do solo existentes. Atualmente, estas manchas poderão ter diminuído um pouco a sua expressão territorial, devido à ocorrência de incêndios ou da reconversão do solo para outros usos, e poderão, também, existir novas plantações com estas espécies, que se tentarão aferir em fases posteriores do trabalho.

7.3 UNIDADES DE PAISAGEM

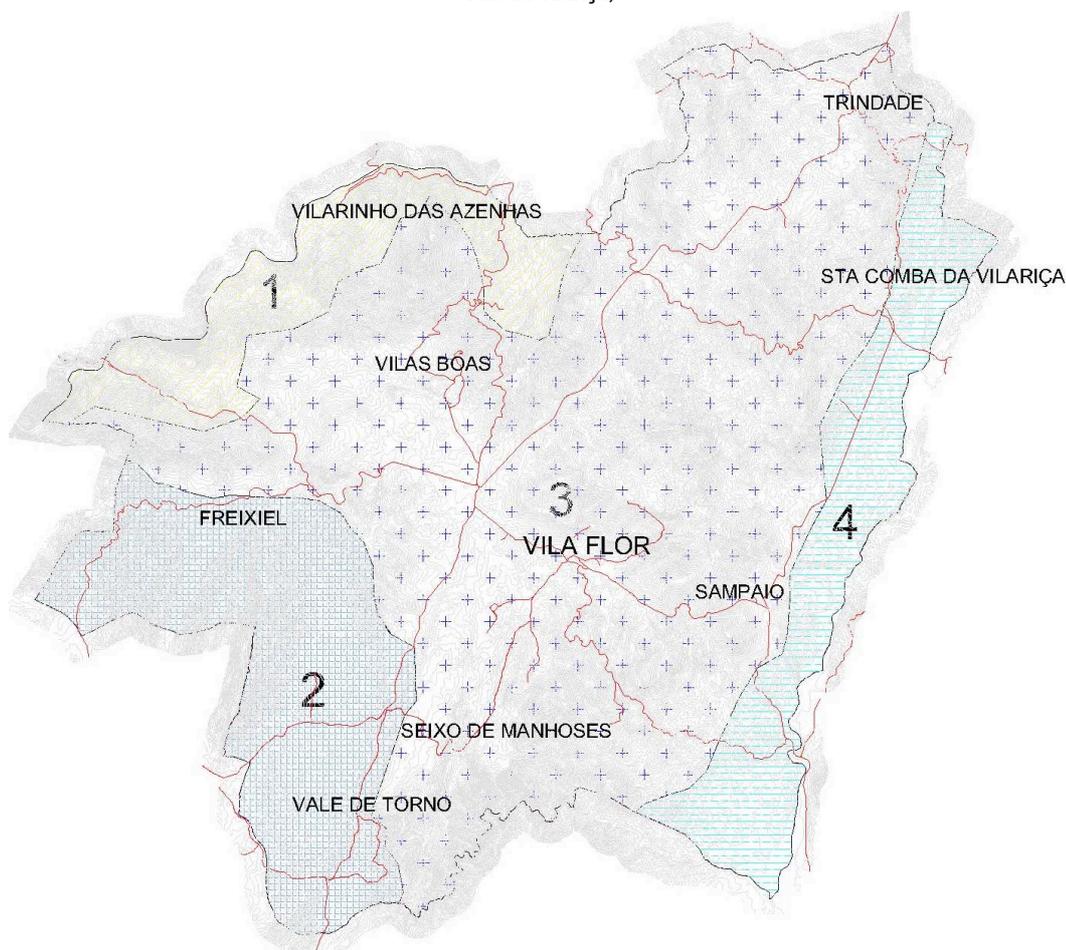
A definição de unidades de paisagem surge da análise conjunta e integrada de vários fatores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macro-unidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de



classificação mais operativo, com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso atual do solo e as suas potencialidades de utilização. Para além destas considerações consultou-se uma obra de referência nesta área: “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, Universidade de Évora, DGOTDU, Volume II, 2002.

Analisando especificamente o concelho de Vila Flor consegue-se visualizar uma paisagem diversificada e multifuncional. Deste modo, diferenciam-se quatro unidades que, devido a condições distintas, promovem uma diferente composição paisagística, a saber:

Figura 31: Unidades de paisagem: 1. Vale do rio Tua; 2. Planalto de Carrazeda; 3. Terra Quente Transmontana; 4. Vale da Vilarça,



1. Vale do rio Tua – trata-se de uma paisagem rude, em que o vale é profundo e encaixado, pontualmente com o leito mais amplo. As suas vertentes são escarpadas, cobertas de mato ou, menos frequentemente, manchas de eucalipto e pinhal. À escala regional o vale insere-se no Planalto de Carrazeda;



2. Planalto de Carrazeda – corresponde também a uma paisagem agreste, em que os afloramentos de granito, blocos de grandes e médias dimensões, constituem uma das suas características mais marcantes. Por vezes, a rocha aflora em superfícies contínuas extensas, noutras situações surge em áreas com utilização agrícola, onde se salientam algumas parcelas de vinha e de cereais (centeio), em áreas de pastagem e em pequenas parcelas de hortícolas junto às aldeias. Nas vertentes menos declivosas, por vezes em socalcos, veem-se também algumas manchas de olival;
3. Terra Quente Transmontana – a paisagem é marcada sobretudo pelo mosaico de ocupação agrícola, muito variado e seguindo de forma harmoniosa as variações do relevo. As parcelas das explorações agrícolas são relativamente pequenas e dominam as culturas permanentes – oliveira, vinha, amendoeira, fruteiras (sobretudo cerejeira). Também há algumas parcelas com cereais e pastagens, sendo os ovinos a produção pecuária mais significativa. Nesta unidade de paisagem dominam as áreas onduladas, com colinas de declive pouco acentuado, surgem também encostas mais inclinadas embora em elevações modestas (junto a Vila Flor), onde o uso agrícola se organiza, por vezes em socalcos;
4. Vale da Vilarica – corresponde ao troço final do vale da ribeira da Vilarica (a montante da sua confluência com o rio Sabor), acentuado por uma falha geológica de orientação norte-sul. Trata-se de uma área plana, encaixada entre encostas de granito com mato. Predominam os solos de aluvião, muito férteis, que suportam usos mais intensivos. Na área de aproveitamento hidroagrícola, o mosaico agrícola alarga-se, as parcelas têm maiores dimensões que na zona planáltica, mantendo-se a diversidade de utilizações: olivais, amendoais, pomares de cerejeiras, pastagens, milheirais, meloais.

7.4 POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

O concelho de Vila Flor não apresenta graves problemas ambientais, no entanto, a eventual existência de atividades que possam constituir uma potencial disfunção ambiental, deve ser devidamente identificada. Os principais fatores potenciais de degradação do ambiente, identificados com base em informação fornecida pela Câmara Municipal, são os seguintes:

- Indústria: unidades industriais diversas, lagares de azeite, adegas;
- Espaço agrícola: unidades de produção animal: aves, suínos, bovinos e coelhos;
- Agroindústrias;
- Extração de inertes;
- Outras: Aterro, depósitos de entulho e minas.

Como potenciais fontes de poluição industrial foram identificadas duas unidades de produção de cogumelos, na freguesia de Benlhevai, a “Sousacamp” e a “Micellium”. A “Sousacamp” assegura que o processo de produção é



totalmente efetuado de acordo com as condições de “Agricultura Biológica”, sendo uma empresa certificada na área. Existe uma outra unidade industrial, as Águas Bem Saúde, junto ao aglomerado de Sampaio, com denominação comercial “Frize”, que procede à captação e engarrafamento da água mineral natural, não sendo uma atividade que à partida tenha efeitos maléficos no ambiente. Alerta-se somente para o facto do impacto visual da indústria poder ser minimizado através da implantação de uma cortina arbórea na envolvente dos pavilhões.

Os lagares de azeite também podem acarretar graves problemas ambientais, pelo que a legislação é exigente no que concerne ao licenciamento da sua operação. A laboração só pode iniciar-se uma vez terminada a instalação e apresentado um pedido de vistoria à Direção Regional da Agricultura. No que diz respeito ao grau de nocividade dos resíduos produzidos, interessa abordar de forma sucinta o processo de elaboração do azeite, salientando os aspetos que interferem com o meio ambiente.

Do processo de limpeza resultam resíduos sólidos (folhas e pedúnculos) que, em geral, são armazenados a céu aberto para, posteriormente, serem espalhados nos olivais. Os efluentes líquidos (água da lavagem da azeitona) contêm ainda sólidos facilmente sedimentáveis (terra, areias e alguma matéria orgânica).

Do processo de separação (centrifugação) usual resultam duas fações líquidas - águas ruças e azeite - e uma sólida - bagaço - ou, em alternativa, uma líquida e uma pastosa. O bagaço pode, ainda, ser sujeito a um processo de extração de azeite, sendo posteriormente utilizado em processos de queima. As águas ruças são, em geral, adicionadas às águas de lavagem. A carga orgânica destas águas é muito elevada, pelo que, se forem descarregadas em cursos de água, os micro-organismos provocam a oxidação de matéria orgânica por consumo do oxigénio dissolvido na água, pondo, assim, em risco os seres vivos do meio.

No concelho existem 10 lagares, localizados nos principais aglomerados, sendo que o que se localiza no aglomerado de Lodões se encontra desativado. Refere-se ainda o facto de três destes lagares se encontrarem associados diretamente a adegas, incluindo o que se encontra desativado.

É importante salientar que todas estas unidades industriais existentes no concelho estão legalizadas e, como tal, cumprem a legislação ambiental.

As adegas, devido à atividade vitivinícola existente, podem também acarretar alguns problemas ambientais. Esta atividade tem dois períodos de laboração: uma época alta, na qual se realizam as vindimas e a vinificação, e uma época baixa de armazenamento e engarrafamento. É nesta primeira fase de vinificação (prensagem, filtração/centrifugação, fermentação e 1ª trasfega) e depois nas atividades de trasfega, lavagens de tanques e equipamentos e o acondicionamento de vinho que se produzem as águas residuais. Este efluente global é corado e apresenta elevados teores em sólidos e matéria orgânica. No período de vinificação as operações de



defecação de mostos, filtração em vazio e fermentação são as operações que originam a produção dos efluentes. A fermentação dos vinhos tintos é menos poluente que a dos vinhos brancos porque grande parte da matéria em suspensão é arrastada pelos bagaços.

Há medidas preventivas que podem ser implementadas de modo a minimizar os impactos ambientais que resultam da produção destes efluentes, como por exemplo, redução das perdas, a adoção de técnicas de lavagem com menores consumos e menos poluentes e a separação dos efluentes concentrados e diluídos para tratamento em separado.

Existem adegas nos aglomerados de Vila Flor e Lodões, e ainda na Quinta do Prado de Baixo e na Quinta do Carrascal. A adega de Lodões, tal como o lagar, encontra-se desativada.

A unidade agroindustrial aqui referida, Agroindustrial do Nordeste – AIN, não pertence ao concelho de Vila Flor, mas ao concelho de Mirandela, freguesia de Cachão. No entanto, devido ao impacto tanto socioeconómico como ambiental que a unidade tem na Região e no concelho, faz-se a sua menção na presente análise.

No complexo agroindustrial começou por funcionar uma indústria de transformação de produtos hortícolas, conhecida por CAICA que no início dos anos 90 faliu. Atualmente o “complexo” do Cachão tem a funcionar a quase totalidade das suas indústrias, algumas com as mesmas características, outras reconvertidas. Neste momento funcionam no antigo espaço do Complexo as seguintes atividades: lagar de azeite, extração de bagaço de azeitona, laboração de azeitona (com e sem recheio), fábrica de calçado, fábrica de têxteis, laboração de castanha, lavandaria de lãs, lacticínios, matadouro industrial, várias oficinas (serralharia, mecânica automóvel, carpintaria), empresa de recolha de papel para reciclagem, fábrica de tintas e fábrica de guitarras. Como se pode verificar, algumas das unidades podem trazer problemas ambientais, tanto ao nível de poluição atmosférica, como ao nível de poluição das linhas de água (por ausência de tratamento dos efluentes), mais concretamente do rio Tua, ou ainda da poluição sonora.

Salienta-se o facto da unidade de extração de óleo de bagaço de azeitona, apesar de já ter sido encerrada pelo Ministério competente por falta de condições, continuar a laborar, mesmo autuada e com sucessivos chumbos ambientais. A população, em particular da aldeia do Cachão, continua a queixar-se da poluição atmosférica, nomeadamente fumos e cinzas lançados pela chaminé da fábrica, que provocam uma imensa nuvem de fumo e cheiro a baga de azeitona.

As unidades de produção animal, em Vila Flor, diferenciam-se na criação de aves, suínos, bovinos e coelhos. No concelho, refere-se a existência de unidades de produção de Aves, Suínos, Bovinos e unidade de produção de Coelhos. Destas unidades, quanto a eventuais problemas ambientais salienta-se as explorações suinícolas, por serem um foco de poluição com maior incidência nas águas e, em menor grau, nos solos. A poluição das águas



dá-se através da acumulação de azoto nos solos, que são fertilizados pelo estrume produzido na agropecuária. Este estrume possui elevada concentração de nitratos, provenientes do azoto orgânico presente nos excrementos e nos resíduos líquidos. Os nitratos em excesso são arrastados, quer pelas águas da chuva, quer pelas regas, contaminando as águas subterrâneas, os rios e as águas superficiais. Há também a considerar as descargas diretas de efluentes. Contudo, o cumprimento da legislação em vigor poderá permitir controlar este tipo de poluição, pelo menos no que se refere as explorações de maiores dimensões. Os ruídos, odores e impacte visual que as suiniculturas provocam no meio em que se inserem, são outros dos problemas a considerar.

A exploração de inertes, constitui, também, uma potencial disfunção ambiental (com pouca expressão no concelho de Vila Flor), tendo sido identificadas duas pedreiras de extração de granito: a Pedreira da Curva da Nogueira - exploração de granitos industriais, junto à ribeira dos Brunhais na freguesia de Vilas Boas (ativa) e a Pedreira de Carvalho de Egas. No entanto, no sítio da internet do Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, são referidas, além da pedreira da Curva Nogueira, mais três pedreiras, nomeadamente: Pombal nº 2 - exploração de granitos, na freguesia de Santa Comba da Vilarça (com baixa de exploração desde 1985); Cabeça de Asne - exploração de granitos ornamentais, na freguesia de Vilas Boas (ativa); e Lameira Redonda - exploração de granitos, na freguesia de Vilas Boas (ativa).

Fotografia 9: Pedreira da Curva da Nogueira, Vilas Boas



Fotografia 10: Depósito de entulho, Trindade



Para além dos aspetos acima mencionados, há que acrescentar as seguintes potenciais disfunções ambientais:

- Aterro sanitário – Parque Ambiental do Nordeste – também não se apresenta como foco de poluição, no entanto é importante ter em conta a sua localização para acautelar problemas futuros. A AMTQT (Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana) foi pioneira na otimização da recolha e tratamento dos resíduos do Nordeste Transmontano, sendo de salientar o facto de já nenhuma das lixeiras se encontrar em atividade;



- Depósito de entulho – assinala-se a existência de depósitos de entulho nas imediações de Trindade, na berma do IP2, e na estrada de Vila Flor para Vale Frechoso;
- Minas da Freixeda – encontram-se fora do concelho, entre o aglomerado de Macedinho (Vila Flor) e Freixeda (Mirandela). As minas, de onde se extraiu ouro, prata e arsénio, encontram-se encerradas desde 1955, mas suspeita-se que contaminem os aquíferos da zona envolvente. Nos últimos anos, análises efetuadas à água de determinados aglomerados, nomeadamente Trindade, Santa Comba da Vilarça, Benlhevai e Vilarinho das Azenhas, confirmam a contaminação da água com arsénio, sendo as situações mais problemáticas em Macedinho e em Valbom (com o maior nível de arsénio do país). Os solos da envolvente da mina da Freixeda possuem anomalias relacionadas espacialmente não só com as escombreiras da mina da Freixeda, mas também com as escombreiras das minas de Pedra Luz e Lombo da Veiga, situadas a Sul. A contaminação dos solos em alguns locais vizinhos destas 3 explorações mineiras, ultrapassa os valores recomendados para usos em atividades agrícolas, residenciais e industriais. As águas superficiais e subterrâneas da zona envolvente à mina estão afetadas em particular no teor em sulfatos e na componente metálica, tornando-a imprópria para consumo humano e para rega. É importante realçar que a contaminação da água com este minério pode provocar várias doenças, nomeadamente cancerígenas, cardiovasculares e diabetes.



8. USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

8.1 OCUPAÇÃO DO SOLO

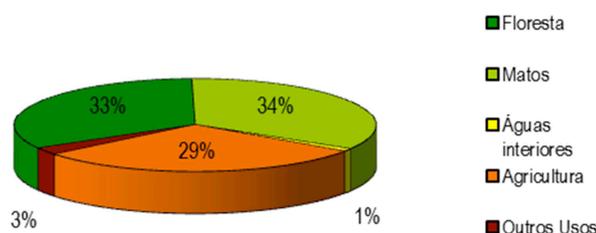
Antes de mais é importante referir que a peça desenhada n.º 04 – Planta da Situação Existente), que acompanha este capítulo teve como base uma consulta ao site www.igeo.pt, do Instituto Geográfico Português (IGP). Aqui, a informação relativa à ocupação do solo, obtém-se através da CLC2006 – Cartografia CORINE Land Cover 2006 para Portugal Continental (informação cartográfica à escala 1/100 000). Apesar de ter sido elaborada com base em informação cartográfica cuja escala poderá não ser a mais adequada, considera-se que, dada a necessidade de atualização do Plano, esta planta permite ter uma ideia aproximada da ocupação do solo do concelho. Optou-se por complementar a informação da CLC2006 com a delimitação das superfícies de água, nomeadamente, o rio Tua, a ribeira da Vilariça e a barragem do Peneireiro, uma vez que apenas se encontrava representada a barragem da Burga.

O desenvolvimento deste tema faz-se também com recurso a outras fontes, nomeadamente a dados estatísticos da ex-Autoridade Florestal Nacional (2010) e ao Recenseamento Geral de Agricultura, que permitem ter uma ideia bastante aproximada de como é, em termos quantitativos, a ocupação do solo no Concelho.

Os dados estatísticos da ex-AFN, referem-se ao 5º Inventário Florestal Nacional (2005-2006) uma aplicação informática disponível no respetivo sítio de internet, com a designação *FloreStat*. Nesta aplicação consta uma estimativa das áreas conforme a ocupação do solo, sendo baseada numa amostra de fotopontos, resultado de uma cobertura aerofotográfica digital realizada durante os anos de 2004 a 2006 e em levantamentos de campo efetuados entre dezembro de 2005 e junho de 2006.

Através da análise da Figura 32, verifica-se existir um predomínio dos Matos praticamente ao mesmo nível da Floresta, ocupando estas duas tipologias respetivamente 34% e 33% da sub-região do Douro. Seguidamente, surge a Agricultura, que ocupa o restante terço da sub-região em análise (29%). Os Outros Usos (3%) bem como as Águas Interiores (1%) têm pouca expressão a nível territorial.

Figura 32: Uso do solo na sub-região Douro



Fonte: Autoridade Florestal Nacional, *FloreStat*, 2010

Transpondo esta análise para o concelho de Vila Flor, e observando conjuntamente a carta de ocupação do solo elaborada a partir da CLC2006, verifica-se, contrariamente ao que acontece na sub-região Douro, o predomínio



Fotografia 11: Vale da Vilarça



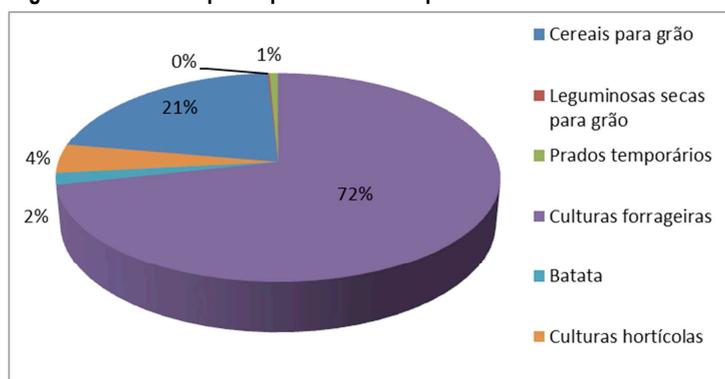
das zonas agrícolas, sejam olival, vinha, pomar, culturas anuais ou áreas agrícolas mistas. Destas, são as últimas que apresentam maior expressividade territorial e abrangem culturas temporárias associadas a culturas permanentes, sistemas culturais complexos e agricultura com espaços naturais. A floresta tem importância, ainda que em termos territoriais seja inferior à agricultura, apresentando alguns povoamentos expressivos de pinheiro bravo (representado nas resinosas) e de sobreiro (representado nas folhosas). De seguida surgem as áreas de ocupação herbácea-arbustiva (que correspondem aos incultos no IFN), resultado de incêndios que terão ocorrido em anos anteriores, e cujos terrenos ainda não foram alvo de repovoamento florestal.

8.1.1 Ocupação agrícola

A agricultura é, sem dúvida, uma importante atividade económica no concelho.

De entre as culturas temporárias as culturas cerealíferas (cereais para grão), predomina a monocultura de trigo, e eventualmente centeio, alternando o cereal na tradicional rotação bienal com o alqueive. As culturas forrageiras ocupam a maior área, justificada pela importância que a ovinicultura tem nesta região.

Figura 33: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho de Vila Flor

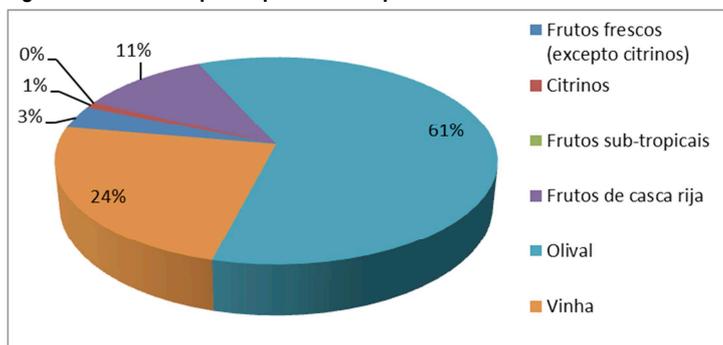


Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

No que respeita às culturas permanentes, há uma cultura que se destaca substancialmente das outras. O olival, com a maior área, surge com 61% do total das culturas permanentes. A exploração económica deste recurso é um fator importante no contexto concelhio, comprovada pela existência de diversos lagares de azeite dispersos por todo o território.



Figura 34: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho de Vila Flor



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

A vinha tem também bastante importância económica, visto que grande parte do concelho está inserido na Região Demarcada do Douro. Segundo o Decreto-Lei n.º 254/98, onde são reconhecidas as denominações de origem controlada (DOC) «Porto» e «Douro» e são adaptadas à nova realidade institucional da Região Demarcada do Douro (RDD), é também assegurado que as referidas denominações podem ser utilizadas nos vinhos e produtos vînicos produzidos na RDD, desde que satisfeita a legislação aplicável. A delimitação da RDD no concelho de Vila Flor segue as freguesias de Assares, Freixiel, Lodões, Róios, Sampaio, Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses, Vale Frechoso e Vilarinho das Azenhas, as Quintas da Peça e das Trigueiras e as propriedades de Vimeiro, situadas na freguesia de Vilas Boas, e Vila Flor. Dos produtores de vinho do concelho, destacam-se os seguintes: Adega Cooperativa de Vila Flor, Caúnho, *Cockburns*, Holminhos, Quinta do Couquinho, Quinta da Peça, Quinta da Ribeira de Lodões, Sovisa, Valoquinta e Vilafraga.

Os frutos secos, com maior destaque para a amêndoa, ocupam as encostas mais declivosas, tendo uma importância económica assinalável (11% da área ocupada por culturas permanentes).

Fotografia 12: Vinha, Assares



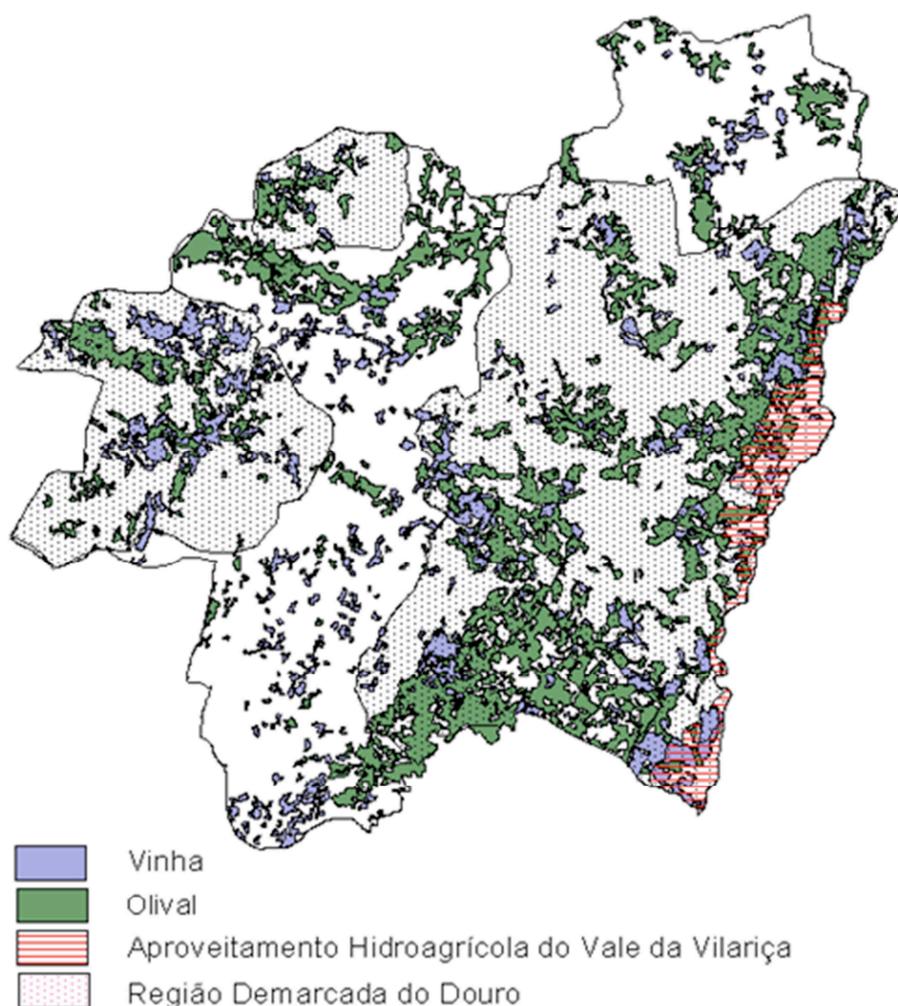
Fotografia 13: Mosaico agrícola, Gavião





Quanto aos frutos frescos, na carta do CLC2006 são em geral assinalados como pomar, e alguns inseridos em áreas agrícolas mistas, dando-se especial destaque à zona abrangida pelo aproveitamento hidroagrícola do Vale da Vilarça (designado «Bloco Norte da Vilarça»). O plano de regadio abrange na totalidade quase 2350 hectares que se estendem pelos concelhos de Vila Flor, Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo. O aproveitamento incide na produção das seguintes culturas: olival, vinha, pomares de macieira, pessegueiros, citrinos, cerejeiras e aveleiras, para além de culturas hortícolas, com destaque para o melão e para a melancia e hortaliças diversas, totalizando 882 beneficiários, sendo uma área de gestão associativa.

Figura 35: Aspetos relevantes da agricultura em Vila Flor

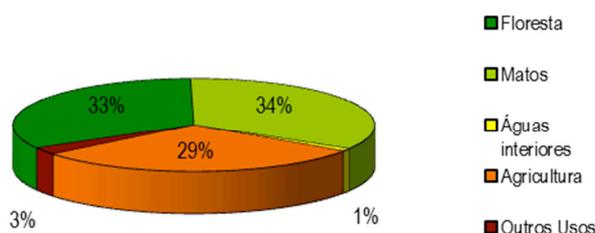




8.1.2 Ocupação florestal

Mediante a observação do gráfico apresentado, conclui-se que as áreas florestais de pinheiro bravo são as que dominam o território na sub-região do Douro (59%). De seguida destaca-se a ocupação com carvalhos, uma vez que estes representam 18% da ocupação florestal da sub-região. A restante área é distribuída praticamente de uma forma equitativa por uma diversidade razoável de espécies florestais São elas: eucalipto, sobreiro, azinheira, castanheiro, outras folhosas e outras resinosas. Esta realidade testemunha a diversidade florestal e, conseqüentemente, paisagística, da sub-região do Douro.

Figura 36: Áreas dos Povoamentos Florestais por espécie de árvore dominante, na sub-região do Douro



Fonte: Autoridade Florestal Nacional, *FloreStat*, 2010

No concelho de Vila Flor, a observação da planta do CLC2006 denuncia uma realidade ligeiramente diferente. A ocupação florestal dominante é feita pelo sobreiro associado a outras espécies (pinheiro bravo e carvalhos), enquanto o pinheiro bravo não possui uma expressão tão acentuada, como na sub-região onde o concelho se insere. São as plantações recentes com espécies florestais que ocupam a maior área em termos de terrenos florestais, abrangendo mais de 50% destes. Este facto prende-se com o resultado do surgimento de solos despidos, consequência de incêndios florestais ocorridos em vários anos, que necessitaram, assim, de reflorestação.

Fotografia 14: Vinhas inseridas na Região Demarcada do Douro, Ribeira do Caniço, Sampaio



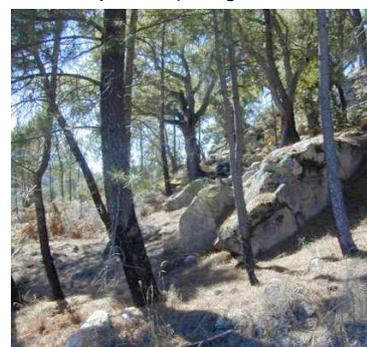
Da mesma forma, o castanheiro é residual no concelho ao contrário do que acontece na sub-região. Os povoamentos de eucaliptos não se encontram dispersos pelo território, mas surgem pontualmente concentrados em áreas consideráveis.

O concelho de Vila Flor por se tratar de um concelho essencialmente agrícola e pelo facto da sua floresta apresentar alguma diversidade de espécies, não tem sido especialmente

Fotografia 15: Sobreiro (*Quercus suber*), Benlhevai



Fotografia 16: Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster*), Folgares



massacrado pelo flagelo dos incêndios, se se comparar com outros concelhos do país e se excetuar o ano de 2005. No entanto, e na tentativa de minimizar este problema, não só de Vila Flor, mas de todo o país, foi elaborada diversa legislação, de modo a reforçar as medidas de prevenção. É neste contexto que surge o Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, decreto este que promove a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de maio. O DL n.º 17/2009, no seu art.º 10º, determina a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Vila Flor desenvolveu este Plano, seguindo a estrutura decretada pela Portaria n.º 1139/2006, de 25 de outubro.

8.2 POVOAMENTO E EVOLUÇÃO URBANÍSTICA

Neste subcapítulo pretende-se fazer uma análise da estrutura urbana concelhia, assim como da dinâmica construtiva e da evolução dos aglomerados à luz do Plano Diretor Municipal em vigor, tendo, ainda, em atenção o desenvolvimento dos sistemas construtivos e da linguagem arquitetónica. Desta forma, a componente seguinte apoia-se, essencialmente, na observação feita no local, em elementos bibliográficos e na informação integrante no PDM em vigor.

8.2.1 Formas de Povoamento e Estrutura Urbana

Importa, antes de mais, perceber como se estruturou o povoamento no concelho de Vila Flor. Como se sabe, a concentração da população num determinado território está diretamente ligada às características geomorfológicas e biofísicas do território objeto de povoamento.

Todo o Norte de Portugal está integrado no Maciço Hespérico, uma extensa área constituída por rochas consolidadas, essencialmente, durante a orogenia Hercínica, cujos últimos movimentos terão ocorrido provavelmente há 280 milhões de anos. Desta forma, no essencial as litogias presentes são pouco variadas,



tratando-se basicamente de xistos, grauvaques e granitos. Pontualmente, encontram-se alguns quartzitos que ajudam a definir alguns relevos (por exemplo, pequenas cristas quartzíticas em Trás-os-Montes).

O território do concelho encontra-se inserido na área da bacia hidrográfica do rio Douro. A região de Trás-os-Montes abarca duas zonas distintas vulgarmente designadas por Terra Fria e Terra Quente. A primeira, constituída pelas regiões montanhosas, acima da cota dos 500 metros, e pelo planalto transmontano, é caracterizada por um clima extremamente rigoroso. Aí abundam lameiros, castanheiros, criação de gado, etc.. O vale do Douro, dos seus afluentes e algumas bacias tectónicas suficientemente deprimidas, com um clima semelhante aos vales encaixados dos planaltos (Invernos menos rigorosos e Verões secos), denominam-se Terra Quente (zona onde se enquadra o território concelhio). Nestas zonas medram culturas mediterrâneas como a vinha, a oliveira, a figueira, etc..

O concelho de Vila Flor está situado numa zona de transição entre o rio Douro e o Nordeste Transmontano, entalado entre o Planalto de Carrazeda e o Vale da Vilariça, e tem-se revelado com clima apropriado para a produção de azeite. Na sua parte oriental, toda incluída na região demarcada do Douro, o clima permite a exploração de vinha.

O concelho de Vila Flor estende-se por um vasto planalto que é talhado maioritariamente em rochas granitoides hercínicas e “metassedimentos” do Paleozoico. As aluviões são abundantes na depressão da Vilariça, que corresponde a um lineamento tectónico de atividade assinalável.

Figura 37: Orografia

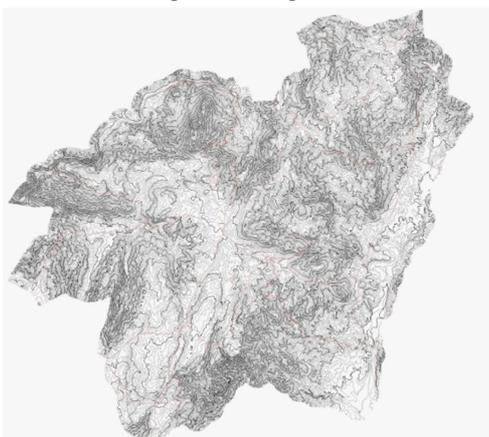
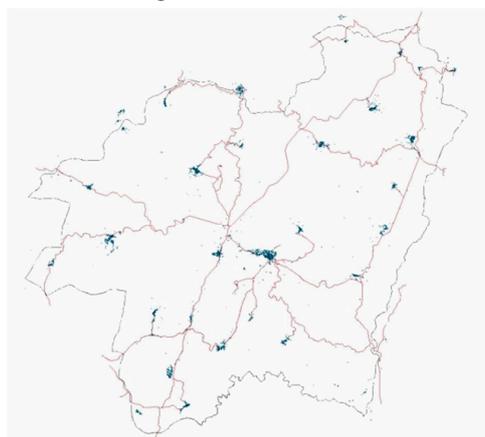


Figura 38: Rede Urbana



No território concelhio desenvolvem-se em três zonas distintas: a) uma zona planáltica que vai desde a Trindade a Candoso/Mourão; b) uma zona de planície, onde existem terrenos muito férteis, dos quais se destaca o Vale da Vilariça, e c) a zona do Vale do Tua, cuja beleza natural pode ser admirada do cimo do Monte de Nossa Senhora da Assunção.



Limitado a Noroeste pelo rio Tua, a Este pela Ribeira da Vilarça e com os restantes limites, quer a cortar o planalto a direito quer a seguir alguma ribeira de menor importância, o concelho de Vila Flor integra um território de cerca de 265 km².

O relevo do concelho é dominado por um planalto, do qual se destaca a Serra de Faro e a Serra Tinta, onde a altitude varia entre os 500 e 700 metros e, no lado oposto do concelho domina o Vale da Vilarça, com uma média de altitude de cerca de 200 metros.

O povoamento do concelho é claramente concentrado, sendo que, só nas zonas de ocupação mais recente, existe alguma tendência para a dispersão (como se pode verificar no aglomerado de Freixiel ou em Candoso).

A existência de água e o relevo, foram fatores que influenciaram decisivamente o estabelecimento da população, tanto por razões estratégicas e culturais, como pela existência de terrenos férteis localizados na proximidade de importantes linhas de água, essenciais para a atividade agrícola, que foi durante milhares de anos a principal base de sustentação dos povos. São exemplos disso as povoações de Vilarinho das Azenhas, Santa Comba da Vilarça, Assares, Lodões e Sampaio (os últimos quatro situados no vale da ribeira da Vilarça).

A perda de população continuada a que se tem assistido (o concelho apresentou o seu pico demográfico nos anos 50, com 12.505 habitantes, tendo vindo a perder população desde essa data), contrariada apenas pela freguesia de Vila Flor na década de 90, tem afetado sobremaneira os aglomerados rurais, provocando o seu despovoamento progressivo e o abandono de diversos edifícios que detinham funções habitacionais ou que suportavam as atividades de subsistência da população, como moinhos, fornos, palheiros, lagares, forjas, etc..

A estrutura urbana é do tipo orgânico, assumindo, por vezes, uma forma radial ou concêntrica, tendo por centro a igreja, tantas vezes situada num entroncamento que origina uma pequena praça, ou o largo da feira, quando existe. Noutros casos o aglomerado desenvolve-se ao longo de uma rua principal, estruturada, por exemplo, segundo a linha de cumeeada, ou, ainda, segundo uma mesma cota a meia-encosta. As ruas (mais antigas), surgidas de forma espontânea e linear da implantação de edifícios (habitação unifamiliar), assumem-se tortuosas e estreitas, adaptando-se à topografia e salvaguardando os terrenos com maior capacidade agrícola. A sua expansão fez-se sobre as vias de comunicação, ou, noutras situações, materializou-se sobre encostas mais suaves ou sobre zonas planálticas.

As condições geográficas, as diferentes formas de ocupação, o clima e o modo de exploração agrícola, justificam o tipo de povoamento, a tipologia de habitação e os materiais de construção utilizados, que encontram razão de ser nas características geológicas e matérias-primas existentes na região, destacando-se o predomínio do granito e do xisto.



As zonas de expansão mais recente, desenvolveram-se, naturalmente, na periferia dos aglomerados, em torno dos conjuntos urbanos originais ou ao longo dos arruamentos e vias mais importantes, de forma geralmente mais dispersa. No entanto, parte das construções novas, surgem no interior da estrutura urbana, associadas ao processo de renovação, o que, em algumas situações, contribui para a descaracterização dos aglomerados, tanto pela introdução de linguagens arquitetónicas importadas e distintas das locais, como pela utilização de materiais desadequados. Este aspeto predomina um pouco por todo o concelho, e está, de alguma forma, intimamente ligado ao elevado peso que a emigração assumiu até à década de 70.

No que diz respeito a tipologias arquitetónicas, na generalidade, a grande maioria das habitações são moradias unifamiliares isoladas ou em banda, com dois pisos, implantadas em lotes de pequenas dimensões, o que dificulta o processo de requalificação dos núcleos originais, pelo facto de não possuírem áreas compatíveis com as necessidades atuais. Verifica-se que os edifícios com mais de três pisos se encontram praticamente todos no aglomerado de Vila Flor.

Quadro 44: Número de edifícios segundo o número de pisos, por Freguesia

Lugar	Total	Número de pisos				
		1	2	3	4	5
Assares	97	39	55	2	1	0
Benlhevai	172	145	24	3	0	0
Candoso	158	66	86	6	0	0
Carvalho de Egas	125	19	81	24	1	0
Freixiel	542	104	410	28	0	0
Lodões	113	36	76	1	0	0
Mourão	151	34	111	6	0	0
Nabo	206	43	138	25	0	0
Raios	129	38	73	18	0	0
Samões	262	41	208	12	1	0
Sampaio	133	14	111	8	0	0
Santa Comba de Vilarica	269	126	132	11	0	0
Seixo de Manhoses	325	104	216	5	0	0
Trindade	158	17	139	2	0	0
Vale Frechoso	128	12	105	11	0	0
Valtorno	293	46	235	12	0	0
Vila Flor	989	143	582	237	22	5
Vilarinho das Azenhas	79	14	58	7	0	0
Vilas Boas	482	197	272	12	0	1
Concelho de Vila Flor	4811	1238	3112	430	25	6

Fonte: INE – Portugal, Censos de 2011



A feição e as características dos edifícios que se enquadram na designada “Arquitetura Tradicional Portuguesa” resultam das características climáticas, da natureza da sua envolvente física e, conseqüentemente, da vertente económica e da herança cultural. Atualmente, os edifícios recentes não possuem a particularidade de se identificarem com um local ou com uma região, sendo fruto de novas técnicas e correspondendo a gostos e linguagens por vezes importadas.

No concelho encontram-se, essencialmente, quatro tipologias de construção distintas. A primeira, correspondente à **casa tradicional da região transmontana**, característica de uma arquitetura popular. Na maior parte das aldeias é possível identificar e admirar vestígios intactos desta arquitetura popular, caracterizada pela simplicidade e rudeza da linguagem, utilizando os materiais locais, designadamente os xistos e os granitos.

Fotografia 17: Casas tradicionais do concelho de Vila Flor



É, normalmente, um edifício de feição rude e pobre, que apresenta uma forma irregular, interpenetrando-se nas outras edificações. Com o tom da pedra e, por vezes, da terra amassada em barro, da madeira ou da lousa, contribui para que se integrem perfeitamente no ambiente que as envolve. São geralmente compostas por dois pisos, destinando o R/C ao gado (as lojas) e o andar sobrado à habitação, acessível geralmente por uma escada de pedra exterior que culmina numa varanda de madeira. O telhado, de telha caleira ou, por vezes, de placas de lousa dispostas um pouco desordenadamente, é de duas ou quatro águas, raramente com chaminé. O material de construção é o xisto e/ou o granito, dependendo do tipo de pedra mais abundante na zona, raramente aparelhado e, quase nunca, com argamassa ou reboco. No conjunto dos aglomerados do concelho, o granito é predominante, no entanto, a presença de xisto também se verifica em algumas aldeias, embora com menor incidência. A cor dominante, para além da pedra, é o branco, em volta dos vãos, ou em toda a fachada principal. Por vezes, no topo da escada, aparece um patim coberto por um alpendre, ou uma varanda coberta com balaústre de madeira. É de salientar o uso da madeira (castanho, olmo ou choupo) nas ombreiras e padieiras das janelas e portas.



Característicos desta zona são também a casa com forno saliente de forma arredondada, e os pombais, edifícios circulares com um telhado de uma água e que geralmente aparecem espalhados pelas encostas ou mesmo no interior dos aglomerados.

Como segunda tipologia, tem-se a **moradia unifamiliar**, correspondente, na maioria dos casos, a construções relativamente recentes, localizadas nas zonas envolventes ao núcleo antigo, ou mesmo, no centro das povoações, resultantes de um processo de renovação urbana e/ou de preenchimento.

Fotografia 18: Exemplos de moradias unifamiliares



Esta tipologia, que está associada ao crescimento dos aglomerados, conduz, em alguns casos, à sua descaracterização, tanto pelo uso de materiais dissonantes, como pela utilização de linguagens arquitetónicas distintas das do local em que se insere. O sistema construtivo utilizado é quase sempre baseado no betão armado. Surgem, essencialmente, com dois ou três pisos. Os materiais de construção mais utilizados são a alvenaria de tijolo rebocada e pintada, as caixilharias das janelas são normalmente em alumínio.

São de referir também os **edifícios de habitação coletiva**, com 3 ou mais pisos, que surgem com particular incidência na vila de Vila Flor, e quase sempre resultantes de intervenções efetuadas na segunda metade do século XX.

Por último, uma referência às diversas **casas senhoriais, solarengas e brasonadas**, que surgem espalhadas um pouco por todo o território concelhio, algumas integradas na estrutura urbana dos aglomerados, outras disseminadas pelo espaço rural, em quintas. Estas são características de uma arquitetura tradicional mais erudita, e correspondem a moradias de famílias nobres ou importantes. Distinguem-se pela sua dimensão, pelo

Fotografia 19: Edifícios de habitação coletiva em Vila Flor



acabamento, pelos materiais que empregam e pela forma como são trabalhados, por exemplo pelo trabalho da pedra nas cantarias, nos cunhais, nos embasamentos e nas cornijas. Atualmente, parte destes imóveis encontram-se abandonados ou sem qualquer tipo de uso, ou em situação precária em virtude de utilizações pouco dignas ou de intervenções que têm sido levadas a cabo. A exploração turística, assim como a atribuição de outros tipos de uso (nomeadamente institucionais), poderão constituir formas de promover a sua salvaguarda e o desenvolvimento turístico do concelho. De uma forma ou de outra, é importante que se intervenha, caso contrário perder-se-ão valores patrimoniais importantes.

Fotografia 20: Casas brasonadas e solarengas (Freixiel, Santa Comba da Vilarça e Vila Flor)



Concluindo, pode-se dizer que os aglomerados, na generalidade, apresentam uma imagem de contraste entre a casa tradicional e a moradia unifamiliar de linguagem tantas vezes dissonante, face ao contexto em que se insere. É importante focar, uma vez mais, o gradual abandono a que têm sido votados alguns edifícios tradicionais e nobres destes núcleos, a par de remodelações sem critério, em que são acrescentados pisos e varandas com estrutura de betão armado, em que o xisto e o granito são rebocados e pintados de cores vivas ou revestidos a azulejos, em que as portas, as caixilharias e as portadas de madeira são substituídas por alumínio e por estore de plástico, assistindo-se ao desarticular dos limites dos aglomerados, com a construção ao longo das vias e nos terrenos agrícolas, resultando numa sistemática degradação da paisagem.

É de destacar as intervenções que a Autarquia tem efetuado ao nível da recuperação das Igrejas e Capelas do concelho e dos respetivos largos. Todavia, estas intervenções têm de ser acompanhadas por outro tipo de ação, nomeadamente ao nível de campanhas de sensibilização com vista a alertar a população para o valor patrimonial do conjunto edificado e para a importância do uso dos materiais tradicionais na construção, de forma a incentivar a recuperação dos núcleos antigos. Assim, poderá inverter-se a tendência de abandono e degradação dos núcleos antigos e travar a tendência de expansão desordenada dos aglomerados.



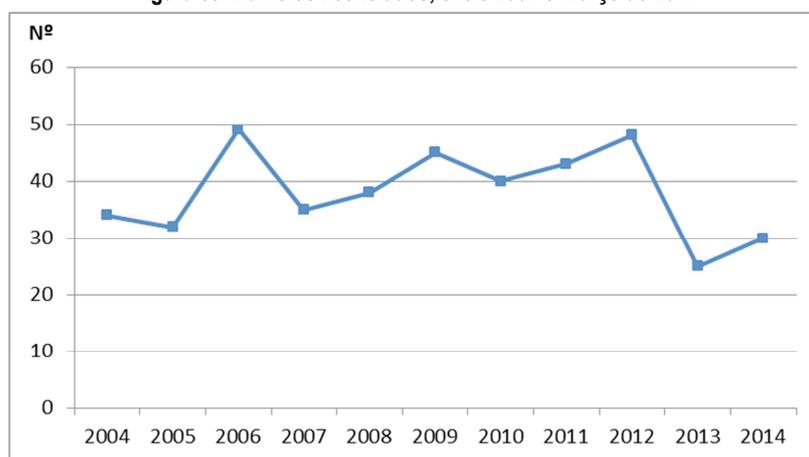
8.2.2 Dinâmica Urbanística e Estado de Conservação

De forma a conseguir obter-se uma perceção fiel do que tem sido a evolução urbanística da ocupação do concelho de Vila Flor, para além do conhecimento que se adquire da observação *in loco*, recorreu-se à informação estatística disponível no INE, referentes ao licenciamento.

Desta forma apresentam-se de seguida os dados relativos a todos os edifícios licenciados, entre 2004 e 2014, de acordo com a informação disponibilizada INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios. Estas foram diferenciadas por tipologia – Alteração, Ampliação, Reconstrução e Construção Nova.

Em termos do número de edifícios licenciados é possível constatar que 2006 foi o ano que apresentou maior dinâmica (49), verificando-se posteriormente uma quebra que atingiu um novo pico e 2009 (45) e 2012 (48). A partir daí verificou-se uma grande quebra, para mínimos em 2013 (25), iniciando nova recuperação ténue em 2014 (25).

Figura 39: Edifícios licenciados, entre 2004 e março de 2014



Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

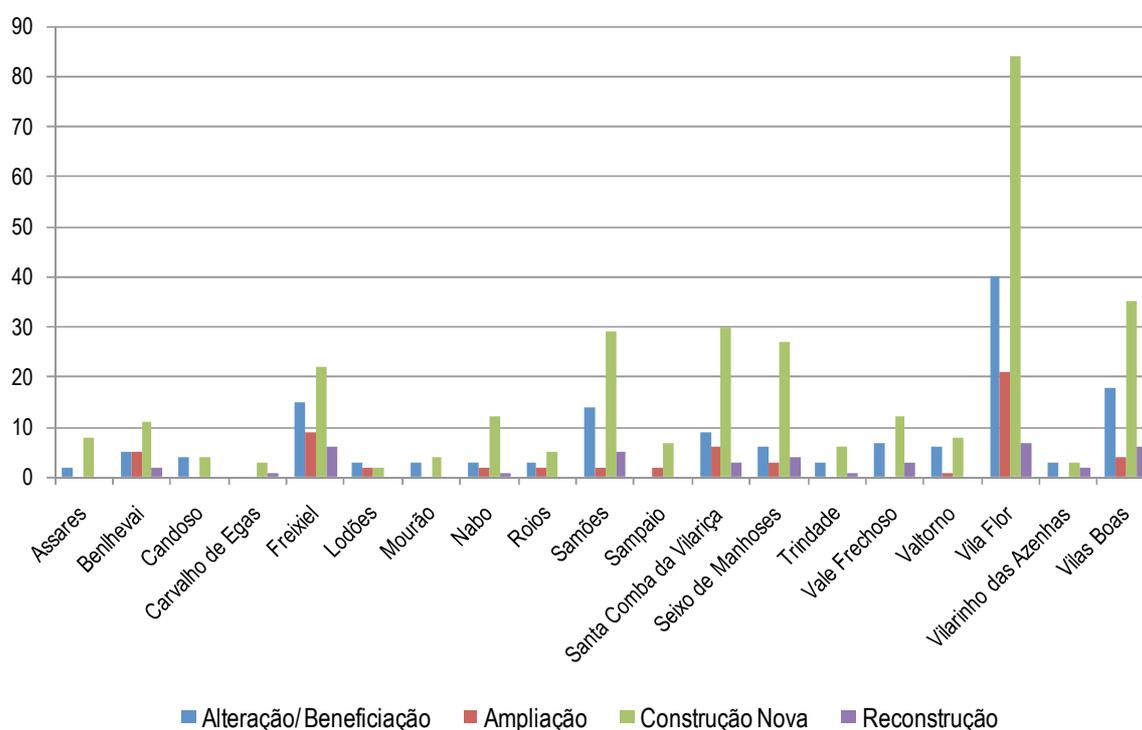
Da análise do tipo de utilização a que se destinam os pedidos de licenciamento uma parte significativa é para habitação (na maioria dos casos unifamiliar), independentemente do tipo de intervenção, do ano e da freguesia a que respeitem. Registam-se algumas situações de ampliação ou alteração para empreendimentos turísticos, comércio (estabelecimentos de restauração e bebidas), serviços e indústria. Relativamente a construções novas, há também um número considerável para a instalação de atividades económicas (armazéns, oficinas, etc.), assinalando ainda alguns pedidos para construção de edifícios de apoio às atividades agropecuárias, estabelecimento hoteleiro e parque de caravanas e casas móveis.

Analisando a distribuição das intervenções por freguesia, e de acordo com os dados disponíveis na autarquia, e apesar destas representarem apenas os pedidos de licenciamento e não as licenças concedidas entre 2005 e 2011, tal como seria de esperar, é a freguesia de Vila Flor a que regista uma maior dinâmica, independentemente do tipo de obra em questão, representando 27% do total de pedidos efetuados. De entre as restantes é a freguesia de Carvalho de Egas a menos dinâmica, com apenas 0,7% do total das intervenções,



destacando-se Vilas Boas, Freixiel, Samões, Santa Comba da Vilarça e Seixo de Manhoses que no total somam 45,5% dos pedidos. Assinala-se ainda, em praticamente todas as freguesias, o maior número de pedidos efetuados ser para construção nova, evidenciando-se as freguesias de Vila Flor, Vilas Boas, Santa Comba da Vilarça e Samões (57% do total de pedidos); os pedidos para obras de alteração/ beneficiação são os que, depois da construção nova, têm mais procura em todas as freguesias à exceção de Carvalho de Egas e Sampaio.

Figura 40: Pedidos de Licenciamento por freguesia, entre 2005 e março de 2010

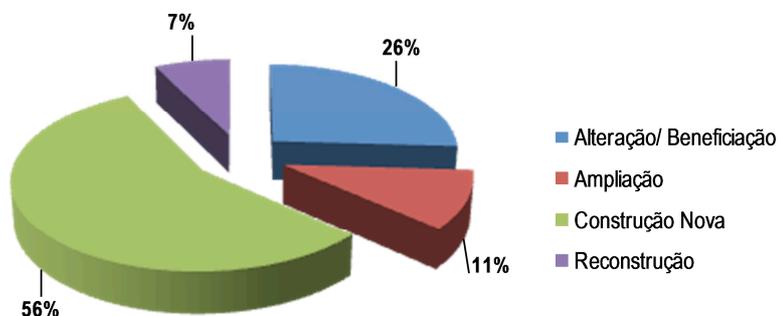


Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

Reforçando o enunciado anteriormente, a Construção Nova é a intervenção que, nos anos em análise, foi objeto de um maior número de pedidos de licenciamento, também resultado da concretização de alguns loteamentos, em particular na vila de Vila Flor. Seguem-se os pedidos relativos a Alteração/Beneficiação que decorrem sobretudo da necessidade de dotar as habitações de condições mais adequadas às necessidades atuais.



Figura 41: Pedidos de licenciamento por tipo de intervenção, entre 2005 e março 2011



Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

Os dados apresentados permitem concluir que, entre 2005 e março de 2011 a dinâmica construtiva do concelho se revestiu de alguma expressão, sobretudo alicerçada na sede concelhia, verificando-se a emissão de um total de 312 alvarás para Construção Nova, 144 para Alteração ou Beneficiação de edifícios existentes, 59 para Ampliação e 41 para Reconstrução (que de certa forma resultam em edificação nova).

O estado de conservação dos aglomerados não depende somente das condições de habitabilidade dos edifícios, mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem. Paradoxalmente, a melhoria nas condições de habitabilidade conduz, por vezes, à destruição arquitetónica de alguns núcleos primitivos dentro dos aglomerados. No concelho de Vila Flor, esta situação assumiu algum significado em determinados aglomerados sujeitos a maior pressão construtiva, tendo-se procurado, nos últimos anos, corrigir esta tendência.

Os núcleos primitivos têm vindo a ser abandonados, passando os edifícios a funcionar como armazéns agrícolas ou currais. É necessário implementar medidas que permitam inverter esta tendência, promovendo a recuperação dos edifícios à luz dos parâmetros e das necessidades atuais. Este processo deverá ser complementado com acertos na malha urbana que permitam torná-la mais funcional, e com a dotação dos edifícios de uma área aceitável. Só assim se poderá evitar o abandono das zonas antigas e a ocupação das áreas periféricas adjacentes aos eixos viários.

Fotografia 21: Descaracterização do edifício em Folgares



O estado de conservação dos edifícios é de difícil caracterização pois existem, pelo menos, duas situações distintas: a parte mais antiga dos aglomerados, muitas vezes decadente e com construções votadas ao abandono, e as zonas de expansão (quando existem) com edifícios de construção recente e em melhor estado



de conservação. Felizmente, na primeira situação, e em alguns casos, têm crescido os esforços de recuperação dos edifícios mantendo as suas características originais. Note-se, ainda, que grande parte das novas edificações são propriedade das populações emigradas, que, com o objetivo de um dia tornar à sua terra natal, vão investindo, na medida das suas possibilidades, na construção de uma habitação. Acontece que, não raras vezes, estas construções são dissonantes do núcleo central.

O crescimento urbano observado em algumas povoações não corresponde ao crescimento populacional. Muitas das construções novas estão vagas, o que, associado a técnicas construtivas deficientes e a uma má escolha dos materiais aplicados, agrava o seu estado de degradação.

8.2.3 Caracterização dos Aglomerados

A este nível efetua-se uma breve abordagem aos principais aspetos que caracterizam a estrutura urbana de cada aglomerado e a sua evolução recente, identificando-se, sempre que possível, as alterações mais significativas verificadas nestes últimos anos, sob a vigência do Plano Diretor Municipal.

Para a presente análise, teve-se em consideração os trabalhos de campo efetuados em 2005, a análise do PDM em vigor, os dados fornecidos pela autarquia e os dados dos Censos. Procurou-se atualizar ao máximo as principais alterações ocorridas de então para cá, contudo, é de referir que nos últimos anos o concelho não registou dinâmicas assinaláveis ao nível da transformação dos seus aglomerados, à exceção de algumas áreas na vila de Vila Flor.

A estrutura urbana dos diversos aglomerados que constituem o concelho é, geralmente, semelhante, possuindo todos eles um núcleo mais antigo perfeitamente identificável e uma malha urbana bastante característica da época e das condições da sua formação, tal como foi já referido anteriormente. Os aglomerados, integram-se ainda, na generalidade dos casos, pela sua implantação, forma e cor predominante, nas paisagens envolventes.

Com o objetivo de facilitar a exposição, sem tornar a análise excessiva e repetitiva, optou-se por distinguir a vila de Vila Flor, a aldeia de Santa Comba da Vilarça e a aldeia de Seixo de Manhoses. Os restantes aglomerados serão agrupados em função das características da estrutura urbana e da sua génese.

8.2.3.1 Vila de Vila Flor⁹

Situa-se a cerca de 700 metros de altitude, na base do Monte Outeiro da Senhora da Lapa, a cerca de 5 km da margem direita da ribeira da Vilarça. Este aglomerado tem vindo a expandir-se na encosta do referido Monte,

⁹ Baseado no PDM em vigor, no volume de Caracterização e Diagnóstico do Plano de Pormenor do centro histórico de Vila Flor (em elaboração) e em *Conheça a nossa terra*, Editora Cidade Berço, Guimarães, 2001.



tendo sido inicialmente um ponto de convergência entre a pastorícia e a atividade agrícola, esta última ainda hoje está um pouco presente na paisagem desta Vila.

A origem do seu povoamento remonta à época romana, como parecem indicar os vestígios arqueológicos encontrados no centro histórico de Vila Flor, no entanto não será de rejeitar a possibilidade de uma ocupação humana mais remota.

Durante a época medieval foi erguido um castelo defensivo que tinha por objetivo defender as populações e constituir uma primeira barreira aos ataques vindos de Castela. Dessa fortaleza restam poucos vestígios. Assim, apenas se pode contemplar, nos dias de hoje, o Arco de D. Dinis, também designado por Porta da Vila.



No século XIII Vila Flor deveria ser um lugarejo que tinha sido ocupado por um grupo de povoadores a que se chamava Póvoa d'Além Sabor. Depois, D. Dinis passa pela Vila a caminho da fronteira de Castela e segundo consta, terá ficado encantado com o local, transformando-o em sede de um concelho, terá sido este monarca a mudar-lhe o nome para Vila Flor (1286), desmembrando-a do concelho de Santa Cruz da Vilariga.

Em 1530, conforme o cadastro dessa época, a Vila era cercada tendo a cerca “derribada” e era pertença de Fernão Vaz de Sampaio com direitos e rendas, contendo 151 moradores. Faziam parte do termo da Vila os lugares de Assares, Arco, Prado, Macedo, Vide, Sampaio e, ainda, Lodões.

Era murada com cinco portas e tinha cinco fontes, possuindo já Casa da Misericórdia, Hospital e cinco Ermidas, com mercado realizado a dia 15 de cada mês. Assim, pelo descrito anteriormente, constata-se que a origem da estrutura urbana de Vila Flor corresponderá a uma Povoação de Cabeço¹⁰ (Povoações de Cumeada, como se terá oportunidade de analisar mais detalhadamente adiante), tendo o seu desenvolvimento sido iniciado dentro das muralhas, numa pequena elevação, onde atualmente se localiza o Centro Histórico da vila.

No século XV era habitada por Judeus, que lhe trouxeram um notável impulso económico, tornando-a uma terra importante na indústria e comércio de produtos variados que incluíam a ourivesaria e joalheria. Esta

Fotografia 23: Rua Pinto Manuel António



¹⁰ Guerreiro, M. Rosália, O território e a edificação – o papel do suporte físico natural na génese e formação da Desenho Urbano, ISCTE, 2001



importante comunidade judaica terá habitado apenas a vila e os arrabaldes. Segundo Pinho Leal, o bairro dos israelitas ter-se-á localizado junto da Porta da Vila. Escreve ainda este autor que se via “intramuro”, alcançado por umas escadas suaves, “casas velhíssimas, formando bitesgas”, restos da judiaria que houve na povoação. Com a expulsão dos Judeus, em 1496, Vila Flor aparece, no século XVI, em decadência, perdendo não só o comércio e a indústria, mas ainda os capitães do governo que possuía.

Em Vila Flor ainda se verifica a prática de atividades agrícolas, uma vez que os terrenos são muito férteis, assim como a criação de gado, a apicultura e a silvicultura. No entanto, a vila possui já um conjunto de serviços e comércio com alguma importância, essencialmente movidos pelo facto de ser a sede de concelho.

A nível patrimonial e histórico, há quem considere que Vila Flor é um “museu vivo”, de tradições envolvidas por algumas modernidades, situação que foi devidamente evidenciada no Capítulo relativo ao Património.

Relativamente ao património arquitetónico de Vila Flor vale a pena recordar que, é possível contemplar diversas capelas: Capela de Santa Luzia, românica onde eram enterrados os pobres de Vila Flor; Capela de Nossa Senhora da Veiga, barroca, situada no interior do cemitério; Santuário da Senhora da Lapa, na Serra do Facho, local próximo do local onde existiu a Capela de Santa Marinha; Capela de S. Sebastião, que é do século XVI mas foi reconstruída no século XIX; Capela da Senhora da Piedade (dentro da Igreja Matriz), antiga Capela da Misericórdia, ampliada nos fins de século XVIII e que é agora a Igreja da Misericórdia, e a Capela de São Bartolomeu, atual Igreja Matriz.

No que diz respeito a arquitetura civil, é possível encontrar diversos Solares, como por exemplo: o Solar dos Capitães Moraes, o Solar dos Lemos, o Solar do Morais Madureira (do século XVII), a Casa Africana (do século XVII), a Casa dos Sil (do século XVII), o Solar dos Seixas Caldeiras (do século XVIII), a Casa dos Aragões (do século XVIII), a Casa de Soveral Pastor (do século XVIII) ou o Solar do Visconde de Lemos (do século XIX). Destaca-se também, outra construção do século XX, a Casa Paroquial.

Para reforçar mais ainda a riqueza histórica e monumental de Vila Flor, são ainda de referir como elementos ou conjuntos marcantes, as Portas da Vila que restam do antigo Castelo, o pelourinho erguido no largo da Igreja, símbolo da autonomia administrativa da vila, a Fonte Romana, a Biblioteca, o Museu, o Bairro da Portela, o Largo do Rossio, a Rua Nova, a Rua do Saco (com casas manuelinas) ou a Praça da República (com solares de estilo colonial).

Merecem também referência as modestas e antigas casas tradicionais, localizadas na parte velha da Vila, junto do Arco de D. Dinis, onde, segundo a tradição se terá localizado o bairro dos judeus, tal como já foi referido.



Fotografia 24: Rua do Saco



Fotografia 25: Rua da Residencial



Fotografia 26: Arco de D. Dinis



Se, em 1675, a vila contava com 400 fogos, já em 1706 apenas tinha 300. Verifica-se, ainda que, entre 1675 e 1768, Vila Flor perdeu 126 fogos e segundo o autor Pinho Leal, perdeu 500 a 600 habitantes. Escreve ainda o mesmo autor que, muito mais deverá ter perdido nos anos que mediam 1496 – data da expulsão dos judeus – e 1675. O Dr. Manuel Edral escreve também sobre o assunto, dizendo que, de 1496 a 1768, Vila Flor perde mais de 1500 habitantes. Esta regressão demográfica explicar-se-ia, de acordo com mesmo autor, não tanto pela expulsão dos judeus, mas pelo alistamento de muitos homens da povoação nas naus dos Descobrimentos.

Em meados do século XVIII, a freguesia compreendia além da Vila, a povoação do Arco e as Quintas do Carrascal, da Ataíde, de Vale de Espinho, de Vale de Castelares e de S. Domingos e a de S. Gonçalo. Neste século rondaria os 248 fogos e 837 habitantes. Por volta de 1840, Vila Flor tinha 365 fogos. No 1.º Censo oficial da população portuguesa, em 1864, tinha 258 fogos e 1488 habitantes e, em 1890, apresentava 2093 pessoas em 413 fogos.

Entre 2001 e 2011 a Vila diminui a sua população em cerca de 262 indivíduos, passando de 2531 para 2269, verificando também um aumento ao nível do seu edificado (128 edifícios), tendo, em 2001, 881 edifícios. Assim, verifica-se que este aglomerado teve um decréscimo populacional de -10,4%, enquanto o decréscimo do parque edificado ronda os -4,5%. Salienta-se, ainda, que Vila Flor agrega cerca de 33,9% da população total concelhia.

A região, o concelho e a vila têm registado acentuadas perdas de população, com reflexos na atividade económica. Todavia a vila tem apresentado algum crescimento urbano, relativamente ordenado, na maior parte das vezes com base em loteamentos. Atualmente os eixos de expansão estão concentrados na Rua da Sr.ª da



Lapa, em direção ao Santuário, ao longo da EN 215, em direção à zona industrial, com alguma incidência de edifícios de habitação coletiva e, ainda, na área a Sul da Escola Secundária de Vila Flor, em direção ao Parque de Campismo, local já infraestruturado, que corresponde a um loteamento camarário.

Verifica-se neste aglomerado, como em muitos outros aglomerados do concelho, uma grande preocupação por parte da Câmara Municipal, em apostar na requalificação dos espaços públicos, bem como edifícios públicos e privados. Tal facto é muito relevante, principalmente no Centro Histórico, onde houve bastante cuidado no tratamento dos espaços públicos, inclusive ao nível do pavimento das ruas e também no tratamento das fachadas dos edifícios, embora ainda se verifiquem muitas intervenções dissonantes no parque edificado. Encontra-se em preparação uma Área de Reabilitação Urbana, que incidirá em grande parte do perímetro urbano da vila e que promete reabilitar estes espaços públicos bem como edifícios degradados.

8.2.3.2 Aldeia de Santa Comba da Vilariça

Situada em pleno Vale da Vilariça, na margem direita da ribeira da Vilariça, Santa Comba da Vilariça dista cerca de 11 km da sede de concelho e localiza-se a uma altitude de cerca de 270 metros. Era conhecida antigamente por Santa Comba dos Frades e pertenceu ao concelho de Vila Flor desde a sua fundação até 1841, ano em que foi anexada ao concelho de Alfândega da Fé, voltando a integrar definitivamente o concelho de Vila Flor em 1853.

Antigamente existia a Abadia, que pertencia ao mosteiro de Bouro e tinha anexadas, no concelho de Vila Flor, as Igrejas de Benlhevai, de Macedinho, de Trindade e de Valbom.

Sobre a origem da freguesia, pensa-se que será medieval, embora como povoado seja muito anterior, havendo autores que são da opinião que a primitiva povoação se situou junto do Ribeiro da Ferradosa, dado o aparecimento no local de vestígios de construções. Ali costumam aparecer vestígios de local romanizado, assim como no Rego do Souto. O que é facto assente é a referência a Santa Comba em vários documentos, dos quais se destacam as inquirições de D. Afonso III, em 1258.

Fotografia 27: Construções ao longo da EN 215



Fotografia 28: Construções novas na Rua Sr.ª da Lapa





Foi sempre notória a tendência para o comércio e negócio, atividades que aqui foram desenvolvidas, devido à sua localização no Vale da Vilariça, mas também pelos acessos que possui. As principais produções da terra são o azeite, o trigo, o vinho, os pomares de laranjeiras, de pessegueiros e de outras espécies de frutas, as hortaliças diversas, a batata, praticamente produzindo de tudo em abundância. Também é tirado proveito das Serras que a separam de Vila Flor, como a Fragada ou o Monte de D. Maria, para pastorearem os seus rebanhos de ovelhas e de cabras.

A atestar a sua antiguidade e valor histórico e patrimonial, podem-se observar várias casas apalaçadas e solarengas em cantaria bem aparelhada e assente (Casa da Renda, Solar das Senhoras de Sendim, etc.), dois cruzeiros, dos quais um data do século XIII, um pelourinho, bem como a típica chaminé da Casa dos Ochoas. Como património arquitetónico religioso destacam-se a Capela de S. Sebastião, situada no Monte do Calvário, a Capela de S. Jorge, a Capela de Santo António e a Igreja Matriz de S. Pedro, barroca, datando de 1719, que está construída no local da Capela do Santíssimo.

Há ainda outros pontos de referência a destacar, tais como: a Casa do Povo, o Jardim Infantil, a Escola Primária, os fornos antigos e o coreto.

Santa Comba da Vilariça é constituída por um núcleo central mais antigo, correspondendo ao Núcleo Histórico, onde é possível observar os imóveis já referidos, de grande interesse arquitetónico de conjunto. Atualmente é um aglomerado que assenta em dois núcleos, separados pela ribeira de Fonte de Ordem, com uma expressão muito vincada no território. O núcleo mais a Sul, corresponde a uma zona de expansão mais recente, para a qual a Autarquia tem intenções de expandir o aglomerado, tanto de habitação, como de indústria/logística. A nível de espaços públicos de estadia são de destacar o Largo Manuel de Azevedo, onde se localizam a escola primária e o coreto, o Largo de S. Pedro com a igreja Matriz, e ainda o Largo das Eiras. Verifica-se que tem havido, por parte da Câmara Municipal, tal como acontece no aglomerado de Vila Flor, uma preocupação em manter os espaços públicos apostando na sua requalificação, essencialmente as praças e os espaços adjacentes às Capelas/Igrejas.

Fotografia 29: Largo de S. Pedro



Fotografia 30: : Largo Manuel de Azevedo



Fotografia 31: Vista geral de Santa Comba da Vilarça



Nos últimos anos o desenvolvimento tem sido notório, mecanizando a agricultura, construindo pequenas indústrias, formando algumas empresas, ou dedicando-se ao comércio, o que se vai refletindo no progresso de Santa Comba da Vilarça. No entanto, e parecendo contrariar este aparente desenvolvimento económico, verificou-se, entre 2001 e 2011, uma diminuição populacional de quase 66 habitantes, representando uma perda de cerca de 14% da população (em 2011, possuía 407 habitantes). Pelo contrário tem-se verificado um aumento no número de edifícios construídos (+8%).

8.2.3.3 Aldeia de Seixo de Manhoses

Seixo de Manhoses situa-se a Sudoeste da sede de concelho e dista 8km desse aglomerado. É atravessado pela Ribeira do Moinho, que é um afluente da Ribeira Grande, que limita o concelho a Sul. A designação de Seixo de Manhoses, segundo referem alguns historiadores, está relacionada com algum achado pré-histórico, pois existe um *habitat* romano no Monte Grande, que terá sido um castro.

Quando se formou a nacionalidade e foi criado o concelho de Vilarinho da Castanheira, a aldeia de Seixo de Manhoses passou a figurar nos forais deste concelho até 1853, data em que este foi extinto e a aldeia passou para o concelho de Vila Flor.

Tradicionalmente rural e agrícola, continua, nos dias de hoje, a basear as suas atividades económicas na agricultura. O vinho, o azeite, a amêndoa, os figos, a castanha e as frutas variadas, são alguns dos principais produtos cultivados na aldeia de Seixo de Manhoses. As outras atividades económicas não são muito significativas para a economia local.

A aldeia de Seixo de Manhoses tem atualmente o seu parque edificado bastante desqualificado, sendo muito forte a presença de edifícios recentes e dissonantes. O núcleo antigo deste aglomerado desenvolve-se numa zona com declives bastante acentuados, resultando numa estrutura urbana baseada em ruas muito declivosas. Atualmente Seixo de Manhoses divide-se em dois núcleos separados pela ribeira já referida, sendo o núcleo nascente, que possui já maiores dimensões, aquele que é mais recente. A sua expansão processou-se ao longo da EM609/CM1148.



Fotografia 32: Vista geral de Seixo de Manhoses



Ao nível do património arquitetónico destaca-se a Igreja de Santa Bárbara, com torre sineira lateral esquerda com quatro sinos e fachada principal revestida de azulejo, a Capela de Santo António, reconstruída no fim da década de 80, e a capela da Senhora do Rosário, de estilo barroco com altar dos fins do século XVII. Também é possível encontrar diversas fontes.

No que diz respeito a elementos mais recentes, destacam-se da malha urbana o parque infantil, a Casa do Povo, a sede da Junta de Freguesia, o lavadouro público, o campo desportivo e a Associação Cultural.

Fotografia 33: Vista parcial de Seixo de Manhoses



Fotografia 34: Construções ao longo do CM 1148



Este aglomerado, ao contrário dos já referidos, não possui muitos espaços públicos de estadia, em quantidade e com qualidade face à sua dimensão. A sua expansão tem-se feito de uma forma um pouco desordenada.

No último período censitário este núcleo perdeu população, cerca de 6,4% do seu total populacional, correspondendo, em 2011, a 469 habitantes, tendência contrária à evolução do edificado que aumentou em cerca de 17,8%. No total, a população da aldeia de Seixo de Manhoses representa 7% da população total concelhia.



8.2.3.4 Outras aldeias e lugares

Uma vez que o que se pretende analisar é a estrutura urbana dos diversos aglomerados e sua origem, e porque as estruturas urbanas apresentam padrões comuns que, nestes núcleos em que a dinâmica é menor, são mais facilmente identificáveis, procurar-se-ão agregar as diversas aldeias e lugares de acordo com uma classificação das formas urbanas¹¹, que a seguir se apresenta. Note-se que as povoações foram classificadas de acordo com aquela que se pensa ter sido a génese da sua formação, podendo observar-se já situações mistas e ou de derivação face à forma urbana original.

Salvaguardando, desde já, alguma subjetividade no processo de atribuição da classificação e no agrupar dos lugares, e, não sem antes referir que a classificação designa a origem da estrutura urbana, genericamente distinguiram-se as seguintes situações:

Povoações de Cumeada – correspondem às situações de ocupação mais antigas, sendo que a localização e a configuração dos assentamentos estão ligadas à acessibilidade, à disponibilidade de terreno e a razões estratégicas de defesa. A acessibilidade faz-se através de um caminho de cumeada pré-existente, que estabelece a ligação ao território envolvente e constitui o principal eixo estruturante do território. São muito comuns, e, na generalidade dos casos, têm origem pré-romana (época castreja). São quatro tipos específicos:

- **Promontório**: disposição adaptada aos moldes do promontório (fusiforme ou losango), acesso através de percurso de cumeada, estrutura urbana estruturada em função de um ou dois arruamentos centrais sobre o eixo da cumeada. A povoação mais próxima desta situação é Arco.
- **Linear de cumeada**: conceito de “aldeia-rua”, disposição linear ao longo de um percurso de cumeada, povoações com fraco desenvolvimento devido à exiguidade do espaço em que estão implantadas. Existem diversas situações que podem ser classificadas como linear de cumeada, no que se refere à génese da sua formação: *Candoso* e *Nabo* (com desenvolvimento linear de meia encosta e situação de soldadura em resultado da expansão recente).

¹¹ GUERREIRO, M. Rosália, *O território e a edificação – o papel do suporte físico natural na génese e formação da cidade portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano, ISCTE, Lisboa, 2001.



- **Bifurcada:** fusão das situações anteriores; do eixo de cumeada deriva um promontório de pequena escala onde estão implantados os primeiros assentamentos. Verifica-se, neste concelho, apenas uma situação em que a estrutura urbana do aglomerado se assemelha com este tipo de povoação, designadamente em *Folgares* (situação mista com meia encosta e soldadura).
- **Cabeço:** corresponde a uma “ilha-territorial”, isto é, à implantação da povoação num cabeço de difícil acesso e bastante elevado, disposição planimétrica do edificado segundo as características do planalto, acesso efetuado pelo flanco menos declivoso, através de um percurso em “zig-zag” ou em espiral, acompanhando as curvas de nível, caso das povoações fundadas por razões estratégicas. Não se encontraram casos em que esta seja a tipologia dominante, no entanto pode considerar-se que Vila Flor tenha tido origem numa situação relativamente próxima, ainda que com características mais ténues.

Povoações de Meia Encosta – corresponde à localização da maior parte das povoações portuguesas, uma vez que esta zona de relevo fica mais próxima dos recursos naturais e das áreas agrícolas. Estão associadas à existência de um percurso contínuo de meia-encosta que estabelece a ligação entre os aglomerados assentes nesta faixa do território. Uma vez que do ponto de vista climático e do conforto, as encostas oferecem algumas vantagens, designadamente as vertentes soalheiras e abrigadas dos ventos. O termo “meia encosta” é indicativo, uma vez que as povoações podem localizar-se mais perto da linha de cumeada ou do fundo do vale, ou até por estratos. Alguns destes assentamentos correspondem às áreas de expansão ou efetivamente ao abandono das povoações de cumeada. Podem ser:

- **linear de meia encosta** – mais uma vez corresponde à “aldeia-rua”, desenvolvendo-se paralelamente às curvas de nível, povoação difusa evitando as linhas de água laterais. São inúmeros os casos de povoações cuja estrutura urbana terá tido origem neste tipo, sendo os mais explícitos designadamente: *Assares* (com desenvolvimento recentes em linear de cumeada), *Benlhevai*, *Carvalho de Egas*, *Vale Frechoso*, *Santa Comba* e *Mourão*.



- de soldadura - dois núcleos urbanos autónomos, separados por uma ribeira de pequena envergadura e ligados por um caminho. Não existem casos muito acentuados deste tipo de povoamento, no entanto
- *Freixiel* (que terá sido originalmente linear de cumeada) e *Seixo de Manhoses* poderão ter tido origem neste tipo.
- de cruzamento - entre um percurso de meia encosta e o prolongamento de um percurso de cumeada até ao fundo do vale, o centro do aglomerado situa-se na interseção dos dois eixos. Este tipo de estrutura urbana terá estado na origem de alguns aglomerados, designadamente: *Vieiro* (o percurso de meia encosta é ainda paralelo a um outro percurso, sendo ambos paralelos a uma linha de água), *Lodões*, *Valbom* (situação de duas linhas de cumeada), *Trindade*, *Vilarinho das Azenhas*, *Róios*, *Alagoa*, *Vilas Boas*, *Ribeirinha*, *Samões* (situação mista, com características de soldadura no desenvolvimento inicial) e *Meireles*.
- de testa de promontório – desenvolvimento da estrutura urbana sobre a parte superior da encosta e na descida duma povoação de cabeço ou promontório proeminente que perdeu o seu valor estratégico. A Vila de *Vila Flor* poderá ter correspondido a uma destas situações, ainda que posteriormente a estrutura urbana a tenha envolvido por completo e se tenha desenvolvido na linha de meia encosta. Seria a tipologia de alguns castros, entretanto abandonados

Povoações de Fundo de Vale – correspondem, na generalidade, às situações mais recentes, estando associados a períodos de estabilidade política, aumento demográfico e consequente necessidade de exploração agrícola de grandes superfícies. É nestes locais que se localizam as cidades mais importantes, nomeadamente as que possuem portos fluviais. Abrangem situações de povoações:

- lineares ao longo de um rio - desenvolvimento ao longo de um percurso de fundo de vale paralelo ao rio, com os edifícios dispostos de um dos lados da rua, conforme as características da margem podem desenvolver ruas paralelas e transversais, criando uma estrutura



relativamente ortogonal em forma de espinha de peixe. Corresponde a uma situação deste tipo a aldeia de *Sampaio*.

- de garganta – situadas no fundo de um vale, num local sensivelmente plano, mas limitadas por elevações com topografias acidentadas, tipo de povoação pouco frequente que resulta, assim, do encontro de percursos de fundo de vale. Não existem situações deste tipo no concelho.
- de confluência – corresponde ao entroncamento de um percurso de fundo de vale principal com um fundo de vale secundário, junto ao ponto de confluência dos rios; as povoações apresentam uma forma relativamente triangular. Não existem situações deste tipo no concelho.
- de meandro – estrutura urbana linear, centrípeta, consoante a forma do meandro (V, U ou O); a povoação de meandro ocupa uma posição estratégica privilegiada, aproveitando o traçado natural do rio como barreira de defesa. Neste tipo pode incluir-se *Macedinho*, ainda que obviamente corresponda a uma situação muito ténue deste tipo de povoamento.

Povoações de Planície - Correspondem a situações pouco vinculadas às condicionantes geomorfológicas. Eventualmente, são total ou parcialmente planeadas de raiz. Apresentam um desenvolvimento difuso ou aglomerado, mas mantêm, na generalidade, o princípio da ortogonalidade.

Caso sejam povoações de peneplanície conjugam a malha ortogonal com uma malha circular em torno da elevação. O caso mais próximo desta situação é o de *Valtorno*, ainda que tenha traços de linear de meia encosta, situação que talvez tenha estado na sua origem.

Existem obviamente *situações mistas*, em que se verifica mais do que um tipo de estrutura urbana. É o caso de *Roios* que é simultaneamente de cruzamento e de soldadura (meia encosta), embora não muito acentuado, de *Vieiro* (situação de cruzamento com linear ao longo de um rio), de *Samões* (também com características de soldadura), entre outros. Em todo o caso procurou distinguir-se a situação dominante e aquela que terá estado na origem do núcleo.



Os diversos tipos de forma urbana identificados irão levantar, já na fase de proposta, algumas preocupações particulares. De facto, as povoações de cumeada, na generalidade, e as lineares de meia encosta podem implicar alguma dificuldade da delimitação de áreas de expansão já que, em tantas situações, o relevo é acidentado e o espaço relativamente exíguo. Já as povoações de soldadura em meia encosta irão implicar por certo a definição de estrutura ecológica urbana no espaço que separa os núcleos urbanos ou a definição de mais do que um perímetro abarcando cada núcleo edificado separadamente.

As povoações de fundo de vale, por sua vez, irão implicar um cuidado redobrado no evitar das margens dos cursos de água, promovendo sempre a sua salvaguarda. Estes espaços podem assumir uma vocação de recreio muito importante no caso das povoações de confluência.

8.2.4 Análise Urbanística da Ocupação do Território

Previamente a ser delineada uma estratégia em termos de enquadramento das áreas edificadas no solo urbano ou no solo rural, torna-se premente a aferição da situação urbanística do território em questão. Efetivamente, o Decreto-Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, e o PROT-N vêm reforçar a necessidade de se avaliar a execução física da urbanização e da edificação.

Para tal, o procedimento adotado passou pela delimitação das áreas edificadas consolidadas e em consolidação (AEC) e das áreas de edificação dispersa (AED) e pela identificação das áreas servidas de infraestruturas urbanas, cuja metodologia e análise são apresentadas de seguida.

Segundo o PROT-N as **áreas edificadas consolidadas e em consolidação** constituem “*polígonos de solo definidos pelas linhas fechadas que envolvem estritamente os núcleos edificados, onde predomina a contiguidade ou grande proximidade entre os edifícios existentes, acrescidos dos espaços de colmatação (terrenos não edificados situados entre edifícios que possuam área de implantação superior a 30 m² e que não distem mais de 50 m entre si) e das áreas não edificadas com uso urbano estabilizado (espaços públicos de utilização coletiva, áreas verdes e áreas afetas a equipamentos) interiores ou contíguas aos referidos núcleos*”. As **áreas de edificação dispersa**, constituem “*polígonos de solo exteriores às áreas edificadas consolidadas e em consolidação em que se verifica disseminação do edificado, definidos pelas linhas fechadas que envolvem estritamente conjuntos de edifícios existentes que possuam área de implantação superior a 30 m² e que não distem mais de 100 metros entre si*”.

Com base neste pressuposto, recorreu-se à seguinte metodologia para a delimitação de áreas edificadas consolidadas e em consolidação:



1. Definição de um *buffer* de 25m em torno das construções existentes com área de implantação superior a 30m²;
2. Identificação das áreas que integram mais de 10 edifícios;
3. Definição de um *buffer* de 50m em relação ao eixo das vias urbanas;
4. Cruzamento das áreas identificadas no ponto 2 com as áreas resultantes do ponto 3;
5. Integração de frentes de 50m (em relação ao eixo das vias), que não se encontram edificadas, mas cuja extensão é inferior a 70m, exceto nos casos em que exista alguma condicionante legal;
6. Aferição da existência de outras áreas edificadas consolidadas a uma distância inferior a 20m da área edificada consolidada nuclear, por forma a ponderar a sua aglutinação;
7. Consideração das áreas que já integram o perímetro urbano em vigor;
8. Integração de equipamentos coletivos ou outras áreas que já apresentem algum tipo de comprometimento legal, que se encontrem a menos de 50m da área edificada consolidada nuclear.

Após identificadas as AEC, aplica-se o mesmo procedimento para a determinação das áreas de edificação dispersa, sendo que neste caso o *buffer* em torno das construções existentes com área de implantação superior a 30m² é de 50m.

Chama-se a atenção para o facto de ter sido utilizada uma base cartográfica de escala 1:10 000, que data de 2001 (Bloco A) e 2006 (Bloco B), complementada com a consulta de ortofotomapas de 2007.

A aplicação desta metodologia permitiu então identificar as áreas edificadas que deverão ser estudadas em termos de enquadramento em solo urbano ou em solo rural, analisando-se de seguida algumas das suas características.

Quadro 45: Número e área abrangida pelas áreas edificadas consolidadas e dispersas

Tipo	N.º de áreas	Área total (ha)
Áreas Edificadas Consolidadas	35	456,7
Áreas de Edificação Dispersa	4	24,6
Total	39	481,3

É possível constatar, pela análise do quadro anterior que, de forma geral, o concelho apresenta um tipo de ocupação consolidada, sendo poucas as áreas identificadas como dispersas. Efetivamente, tal como já foi referido o povoamento do concelho é claramente concentrado, sendo que, só nas zonas de ocupação mais recente, existe alguma tendência para a dispersão.



Por outro lado, a consulta da figura e quadro seguintes, permite verificar que a ocupação urbana, apesar de consolidada encontra-se disseminada no território, assinalando-se a existência de alguns núcleos edificados de pequenas dimensões, nomeadamente Alagoa, Valbom, Macedinho e Ribeirinha. As áreas de edificação dispersa com as características resultantes da metodologia referida anteriormente, estão associadas às zonas de expansão dos aglomerados de Benlhevai, Carvalho de Egas, Seixo de Manhoses e Macedinho.

Quadro 46: Áreas edificadas consolidadas e dispersas por aglomerado

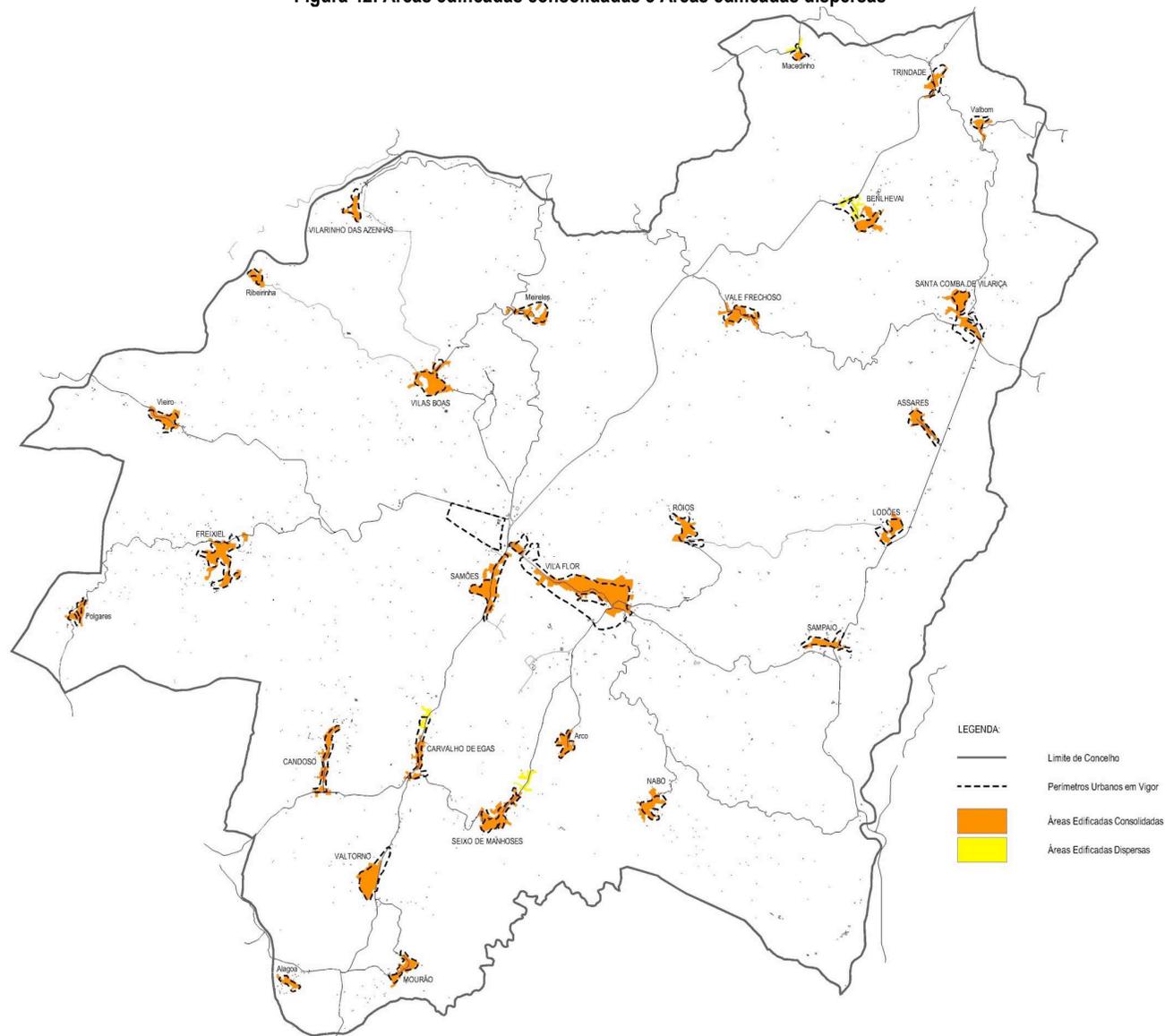
Freguesias	Aglomerados	AEC (ha)	AED (ha)	Total
Assares	Assares	10,8	0,0	10,8
Benlhevai	Benlhevai	15,7	9,5	25,2
Candoso	Candoso	18,7	0,0	18,7
Carvalho de Egas	Carvalho de Egas	12,1	5,5	17,7
Freixiel	Folgares	8,7	0,0	8,7
	Freixiel	30,0	0,0	30,0
	Vieiro	14,1	0,0	14,1
Lodões	Lodões	12,0	0,0	12,0
Mourão	Mourão	12,1	0,0	12,1
Nabo	Nabo	14,7	0,0	14,7
Raios	Raios	12,3	0,0	12,3
	Samões	30,1	0,0	30,1
	Z.I. de Vila Flor	4,4	0,0	4,4
Sampaio	Sampaio	9,6	0,0	9,6
Santa Comba de Vilarça	Santa Comba de Vilarça	23,6	0,0	23,6
Seixo de Manhoses	Seixo de Manhoses	25,6	6,7	32,2
Trindade	Macedinho	3,1	2,9	6,1
	Trindade	8,8	0,0	8,8
	Valbom	5,4	0,0	5,4
Vale Frechoso	Vale Frechoso	18,4	0,0	18,4
Valtorno	Alagoa	5,5	0,0	5,5
	Valtorno	22,6	0,0	22,6
Vila Flor	Arco	10,9	0,0	10,9
	Vila Flor	74,8	0,0	74,8
Vilarinho das Azenhas	Vilarinho das Azenhas	7,5	0,0	7,5
Vilas Boas	Meireles	12,2	0,0	12,2
	Ribeirinha	6,9	0,0	6,9
	Vilas Boas	26,1	0,0	26,1
Total		456,7	24,6	481,3



O cruzamento destas áreas com os perímetros urbanos em vigor (representado na Figura 42), permite efetuar dois tipos de análise: o grau de consolidação dos aglomerados existentes (em paralelo com a identificação da existência de áreas livres em solo urbano) e o reconhecimento da existência de áreas edificadas, com as características referidas, que não se encontram enquadradas nos perímetros urbanos em vigor, aspetos que se encontram aprofundados no capítulo da Avaliação da Execução do PDM em vigor.

Efetivamente, ao observarmos a figura seguinte, é possível verificar que existem aglomerados que integram uma única AEC enquanto outros integram várias, com características semelhantes ou não, percebendo-se de uma forma mais imediata os vazios urbanos.

Figura 42: Áreas edificadas consolidadas e Áreas edificadas dispersas







A aferição do grau de urbanização do território, além da delimitação das AEC/AED, centra-se ainda noutra componente que diz respeito à identificação das **áreas servidas por infraestruturas urbanas**, no que diz respeito ao abastecimento de água e drenagem de esgotos, uma vez que todos os aglomerados se encontram servidos por rede viária e rede elétrica. Esta informação encontra-se tratada no capítulo 14 .

O cruzamento destas componentes (áreas edificadas consolidadas e em consolidação, áreas edificadas dispersas e áreas servidas por infraestruturas urbanas) vai sem dúvida contribuir para uma revisão do ordenamento do solo urbano mais rigorosa.



9. SISTEMA URBANO

No âmbito da legislação vigente¹² (RJIGT) “o Plano Diretor Municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal. (art. 95º, alínea b).

Mais à frente o mesmo diploma acrescenta: “A identificação e delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal (...)”.

O estabelecimento de um sistema urbano, no âmbito de um Plano Diretor Municipal, tem subjacente a necessidade de definição de um correto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Com efeito, a definição da hierarquia dos Centros Urbanos de um concelho é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de atividades económicas promotoras de desenvolvimento e atenuadoras das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações intercentros e atenuando a atual dependência polarizadora das sedes concelhias.

Assim, a definição do sistema urbano de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico proposto, da sua função de apoio às atividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos coletivos, tendo em vista harmonizar níveis de conforto desejáveis.

Os centros urbanos são os aglomerados que, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem centros dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes ou a criar e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros e áreas urbanas, feita por um conjunto de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação), permite constituir uma rede. Chama-se rede urbana, ou sistema urbano, ao conjunto de centros e áreas urbanas e respetivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

O nível de cada área urbana é determinado pelo nível de funções nele existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes.

¹² Nº 1 do artigo 95º, do Decreto-Lei nº 80/15, de 14 de maio.



Na dependência direta, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar, em relação à população que serve e são as atividades terciárias (comércio e serviços), as que possuem maiores requisitos de centralidade.

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflete, essencialmente, a periodicidade da procura pelos setores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim, a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso, ao passo que a procura especializada e esporádica e/ou excecional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

A posição hierárquica de alguns centros é, muitas vezes, conferida pela sua importância administrativa que, por sua vez, obriga à ocorrência de equipamentos e serviços capazes de conferir uma certa capacidade atrativa e não tanto pelas dinâmicas demográficas existentes e/ou pela importância de outros indicadores de desenvolvimento.

9.1 INTEGRAÇÃO DE VILA FLOR NO SISTEMA URBANO REGIONAL

O modelo territorial para a região Norte preconizado no respetivo Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) baseia-se num conjunto de fundamentos considerados linhas orientadoras para o desenvolvimento do sistema urbano da região. O aspeto mais significativo assenta na construção de um sistema policêntrico como elemento conformador da governança territorial e da gestão de uma política regional.

Em termos regionais, a afirmação do policentrismo passa pela promoção integrada de 5 políticas:

1. “Pela afirmação de um **conjunto de polaridades** estruturadoras do território regional;
2. Pelo reforço de **eixos interurbanos** fundamentais na organização territorial;
3. Pela construção de redes de proximidade, para a formação de **subsistemas urbanos ou aglomerações urbanas** e integração dos espaços rurais;
4. Pela conceção de uma política urbana que preste a devida atenção às **malhas urbanas marginalizadas e aos territórios em perda e rarefação**;
5. Pela consolidação dos **relacionamentos urbanos externos**”.

A leitura do sistema urbano regional, numa abordagem analítica efetuada em sede do diagnóstico do PROT-N indica que o sistema urbano do Norte assenta e organiza duas unidades territoriais, correspondentes a dois padrões de ocupação do solo: uma região metropolitana litoral onde residem 3,4 milhões de habitantes, com



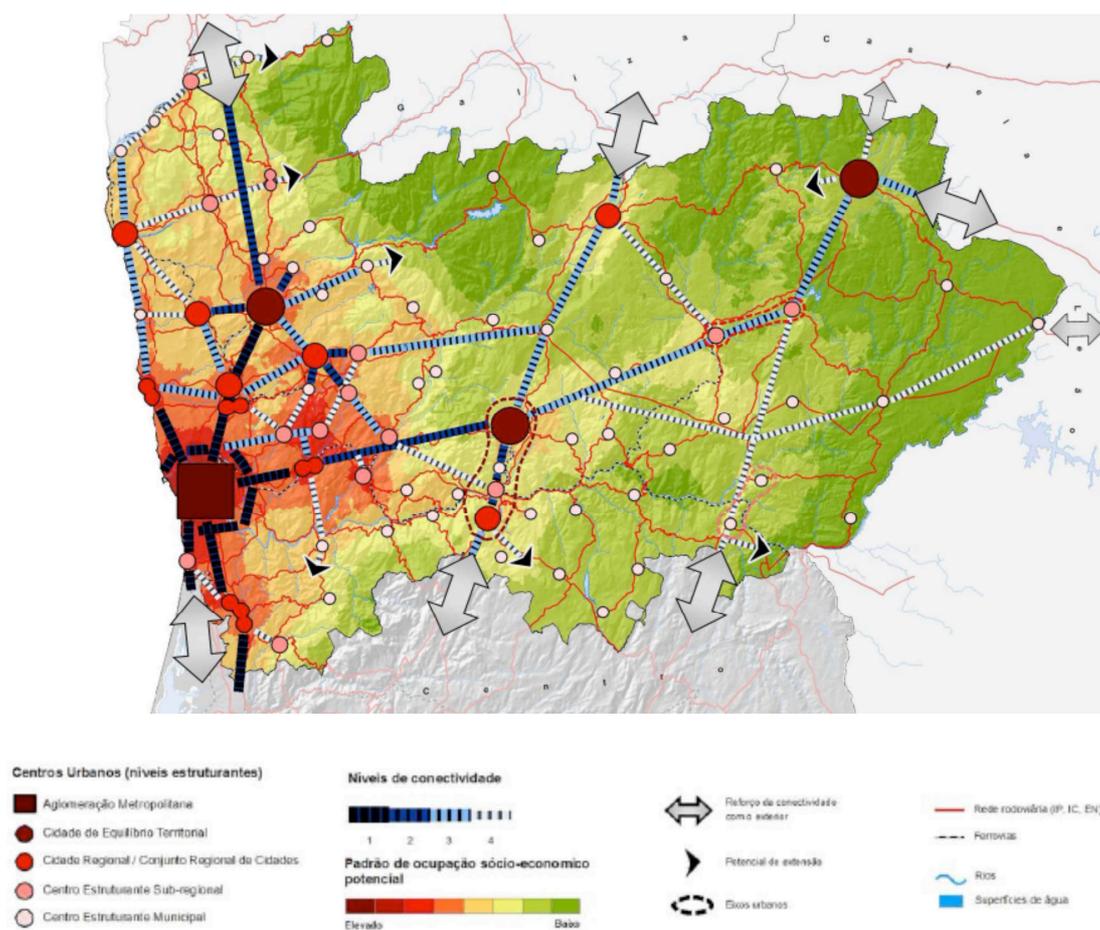
uma base económica empreendedora, uma estrutura densa de infraestruturas e de serviços e uma forte densidade urbana; e um território de baixa densidade económica no interior (Trás-os-Montes e Alto Douro), pouco populoso e bastante envelhecido, com um forte potencial ambiental e turístico e uma fraca densidade urbana e de infraestruturas.

De um ponto de vista prospetivo, o PROT-N indica que a estruturação do sistema urbano policêntrico assenta em 5 níveis que não configuram uma hierarquia rígida, nomeadamente os seguintes:

- **Aglomeración metropolitana do Porto** – que integra o *continuum* urbano que se estende pelos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia; constitui-se como o principal pólo económico, social e cultural da região, constituindo-se como a maior conurbação do Noroeste peninsular. A par da conurbação de Lisboa, materializa com esta um sistema metropolitano bipolar de escala ibérica e europeia;
- **Cidades de equilíbrio regional** – Braga, Vila Real e Bragança– configurando-se como cidades regionais individualizadas num nível separado por serem chamadas a desempenhar um papel especial no sistema, através do desenvolvimento de capacidades para estruturarem, a sua escala e à dos territórios sob sua influência, funções diferenciadoras que lhes permitam assumir-se como nós de polarização dos subespaços mais afastados da AMP, e com uma grande capacidade polarizadora dos territórios envolventes, decorrente do seu peso demográfico e funcional.
- **Cidades Regionais/conjunto de cidades regional**, que desempenham funções essenciais de articulação territorial e evidenciam capacidades para construir e dinamizar redes urbanas nomeadamente: Viana do Castelo, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Lamego e Chaves e os conjuntos de Póvoa do Varzim/Vila do Conde, Santo Tirso/Trofa, Paredes/Penafiel, Santa Maria da Feira/São João da Madeira/Oliveira de Azeméis, e potencialmente Mirandela/Macedo de Cavaleiros.
- **Centros estruturantes sub-regionais**, que desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas, polarizadoras do sistema urbano numa escala supramunicipal: Valença, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez/Ponte de Barca, Fafe, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Espinho, Vale de Cambra, Amarante, Marco de Canavezes, Peso da Régua, Mirandela e Macedo de Cavaleiros, e ainda, com potencial para vir a desempenhar este nível de funções, o conjunto Torre de Moncorvo/Vila Nova de Foz Coa.
- **Centros estruturantes municipais**, que prestam o leque de funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade. Este nível integra todos os centros urbanos sede de concelho não referenciados nos níveis anteriores..

O concelho de Vila Flor integra o último nível da hierarquia descrita, sendo a vila considerada um centro estruturante municipal, integrado no sistema territorial de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Figura 43: Sistema Urbano Regional



Fonte: PROT-N, CCDR-Norte, versão de dezembro de 2009

Este sistema territorial é marcado por um conjunto de desequilíbrios e assimetrias, à semelhança do que se passa na restante região Norte. Trata-se de um espaço estruturado por dois corredores, constituídos pelo IP2 e IP4, que atravessam o território, e articulam os espaços litoral e interior, sendo também os eixos de ligação transfronteiriça. Estes corredores suportam a rede urbana estruturante – Bragança, Chaves e Vila Real – e outros pólos com capacidade de polarização como Mirandela e Lamego, sendo o restante território marcado pela ruralidade, pela baixa densidade e suportado por aglomerados de reduzida dimensão. Estes espaços rurais estão associados ao abandono, ao envelhecimento, ao declínio da agricultura, às fracas oportunidades de emprego e a uma escassa oferta de serviços.



Na geografia do sistema territorial, o concelho de Vila Flor insere-se no sub-sistema do Douro, caracterizado como um espaço desinserido, sem centralidades nem polarizações urbanas e em profunda depressão. Trata-se de um espaço de clivagem entre as regiões Norte e Centro, que apresenta os piores indicadores demográficos regionais bem como as mais débeis dinâmicas sócio-económicas sendo pequenas as interdependências detetadas entre si.

Não obstante detetam-se algumas sinergias: para além de Mirandela que exerce um efeito de polarização sobre alguns centros urbanos, nomeadamente de Vila Flor, verificam-se algumas interações de complementaridade e sinergia entre Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Coa, favorecendo a coesão territorial e a promoção do reforço das vocações turístico-culturais.

9.2 SISTEMA URBANO MUNICIPAL

O conceito de “lugar”, subjacente aos dados estatísticos oficiais do INE é o conjunto de edifícios contíguos ou próximos, com 10 ou mais alojamentos, a que corresponde uma designação. O conceito abrange, a nível espacial, a área envolvente onde se encontram serviços de apoio (escola, igreja, etc.).

Para efeitos do presente PDM, considera-se “**centro urbano**” todo o espaço, mais ou menos, edificado, delimitado por perímetro urbano, no qual se desenvolvem atividades humanas – residenciais, comerciais, de serviços (públicos e privados), de equipamentos de utilização coletiva. Estes centros podem deter maior ou menor importância no sistema urbano concelhio (rede de centros urbanos que estabelecem entre si relações de dependência e se organizam de forma hierárquica) e podem integrar mais do que um lugar (de acordo com conceito do INE).

Para a definição da hierarquia dos centros urbanos do concelho do Vila Flor definiram-se, como critérios de seleção: (1) todos os aglomerados sedes de freguesia; e (2) todos os aglomerados com mais de 100 habitantes (em 2001).

De acordo com os critérios utilizados, **obtiveram-se 23 centros**. Ou seja, aos 19 centros urbanos sedes de freguesia, juntam-se os centros urbanos com mais de 100 habitantes, que são: Folgares, Vieiro, Arco e Meireles. Ressalve-se que todos estes aglomerados foram considerados em relação à extensão do seu perímetro urbano atual, definido em sede do PDM em vigor.

Há um conjunto de outros Centros Urbanos que não são considerados no âmbito dos indicadores que, por excelência, permitem determinar a hierarquia dos centros por serem conjuntos urbanos de reduzida dimensão, com fraca ou nula importância funcional e que não se encontram contemplados pelas estatísticas oficiais, sendo por vezes contabilizados como lugares isolados, mas que têm representação gráfica à escala do Plano e



delimitação de perímetro urbano. Constituem, desde já, o último nível da hierarquia urbana e serão designados de “restantes Centros Urbanos”.

Os indicadores utilizados na determinação da hierarquia dos Centros Urbanos foram:

- Dimensão Demográfica;
- Funções Centrais do Setor Privado;
- Funções Centrais do Setor Público.

Apresentam-se de seguida as definições das expressões utilizadas ao nível da dinâmica funcional, nomeadamente:

- Função Central – tipo de empresa comercial ou de serviços que exerce a sua atividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve;
- Unidade Funcional – cada unidade da função central.

Os dados demográficos reportam a 2001 (XIV Recenseamento Geral da População, INE). Os dados das funções centrais do setor privado (unidades de comércio e serviços), bem como os do setor público foram fornecidos pela Câmara Municipal e datam do primeiro semestre de 2011.

9.2.1 Dimensão Demográfica

Um dos primeiros indicadores a avaliar no âmbito da definição dos diferentes níveis hierárquicos dos centros urbanos é a dimensão demográfica. Com efeito, a diferenciação dos níveis hierárquicos dos lugares, pela importância das suas funções, está muito ligada à importância das funções demográficas dos próprios Centros Urbanos. Assim, a dinâmica do aparecimento de funções centrais relaciona-se com as flutuações populacionais.

Num contexto de esvaziamento demográfico, nas últimas décadas, (o concelho de Vila Flor, entre 1991 e 2001, perdeu cerca de 10% da sua população), só os centros urbanos de Vila Flor (+7,3%), e Benlhevai (+4,4%) conseguiram contrariar a tendência geral.

O Centro Urbano mais fortemente atingido pela desertificação foi, em termos relativos, Vilarinho das Azenhas que perdeu 34,3% da população (60 habitantes). Em termos absolutos, o maior decréscimo verificou-se no aglomerado de Freixiel (-105 habitantes).



Quadro 47: Evolução da População, por centro urbano, entre 1991 e 2001

Centros Urbanos	População 2001 (habitantes)	População 2011		Taxa de Variação 2001/2011 (%)
		Habitantes	Peso no total concelho (%)	
Arco	172	119	1,8	-30,8
Assares	170	134	2,0	-21,2
Benlhevai	214	215	3,2	0,5
Candoso	207	169	2,5	-18,4
Carvalho de Egas	134	114	1,7	-14,9
Folgares	112	91	1,4	-18,8
Freixiel	489	389	5,8	-20,4
Lodões	136	91	1,4	-33,1
Meireles	207	183	2,7	-11,6
Mourão	139	104	1,6	-25,2
Nabo	218	144	2,2	-33,9
Róios	176	150	2,2	-14,8
Samões	405	334	5,0	-17,5
Sampaio	188	159	2,4	-15,4
Santa Comba de Vilarça	462	403	6,0	-12,8
Seixo de Manhoses	501	469	7,0	-6,4
Trindade	60	60	0,9	0
Vale Frechoso	241	189	2,8	-21,6
Valtorno	226	179	2,7	-20,8
Vila Flor	2276	2135	31,9	-6,2
Vilarinho das Azenhas	115	89	1,3	-22,6
Vilas Boas	405	311	4,6	-23,2
Vieiro	217	159	2,4	-26,7
Total	7470	6390	95,4	-14,5
Total Concelho	7913	6697	-	-15,4

Fonte: BGRI2001 e 2011, INE

Os 23 Centros Urbanos analisados no âmbito desta abordagem representavam a quase totalidade da população concelhia em 2011 (95,4 contra os 94,4% em 2001), destacando-se claramente, o centro urbano de Vila Flor como o mais importante pólo demográfico, por representar 31,9% (23,8% em 2001) da população total do concelho. Todos os restantes aglomerados têm pesos que oscilam indiscriminadamente entre os 7% e 0,9%.

O escalonamento dos Centros Urbanos em função do seu volume demográfico é o que se apresenta na Figura e Quadro seguintes, onde se verifica um claro distanciamento do aglomerado de Vila Flor em relação aos restantes aglomerados.

Quadro 48: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com a sua Dimensão Demográfica, em 2001

N.º de ordem	Centro Urbano	População (2001)	N.º de ordem	Centro Urbano	População (2001)
1º	Vila Flor	2135	12º	Sampaio	159
2º	Seixo de Manhoses	469	12º	Vieiro	159
3º	Santa Comba de Vilarça	403	13º	Róios	150
4º	Freixiel	389	14º	Nabo	144
5º	Samões	334	15º	Assares	134

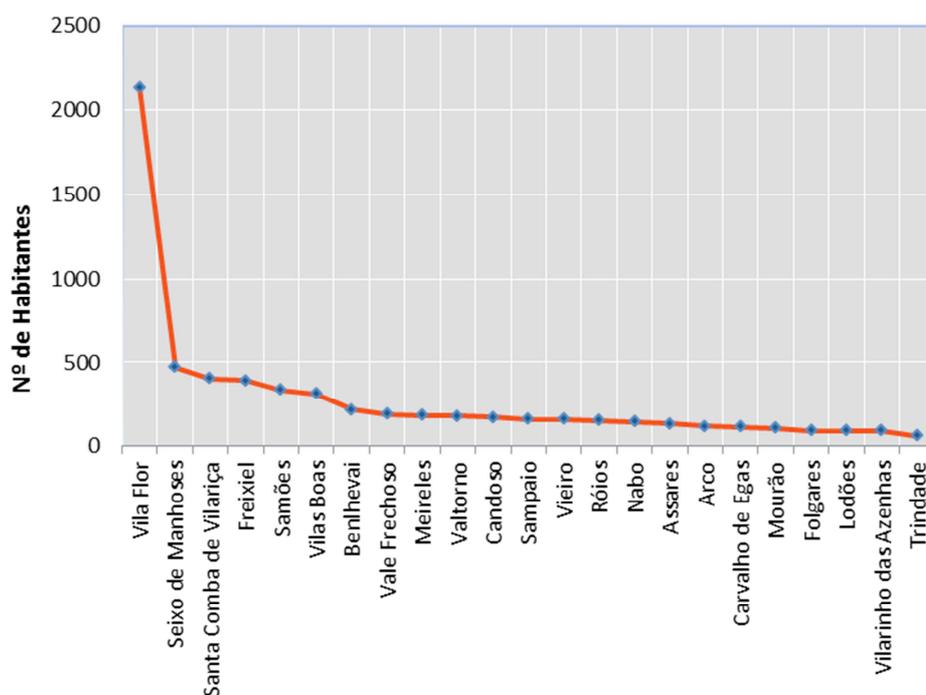


6°	Vilas Boas	311
7°	Benhevai	215
8°	Vale Frechoso	189
9°	Meireles	183
10°	Valtorno	179
11°	Candoso	169

16°	Arco	119
17°	Carvalho de Egas	114
18°	Mourão	104
19°	Folgares	91
19°	Lodões	91
20°	Vilarinho das Azenhas	89
21°	Trindade	60

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001

Figura 44: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano (Dimensão demográfica dos Centros Urbanos do concelho de Vila Flor, em 2011)



Fonte: INE-Portugal, BGRI 2011

9.2.2 Dimensão Funcional

9.2.2.1 Hierarquia urbana em função das funções centrais do setor privado

O escalonamento urbano de uma rede de centros, tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto, se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do setor privado, quer do setor público.



As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta com certa facilidade e rapidez às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica. Consideram-se funções centrais do setor privado aquelas que se referem sobretudo a serviços e unidades comerciais retalhistas. A sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique.

A análise funcional teve como suporte a quantificação das funções centrais e das unidades funcionais que se encontram sistematizadas no quadro seguinte:



Quadro 49: Número de Unidades Funcionais por Função Central do setor privado e por centro urbano, em 2011

Centro Urbano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
Barbearia													1											
Cabeleireiro																				7				
Gabinete de Estética																				2				
Bares																1				9		1		
Bijuteria/Brinquedos/Decoração e Utilidades																				3				
Café		3	2	2			2	1	1			2	1	1	3	3		1	3	9	1	3	2	
Frutas e Legumes																				1				
Venda de Jornais e Revistas																				3				
Fotografia																				1				
Venda de Comida para exterior																				2				
Drogaria e Perfumaria																				1				
Equipamento e Conforto de Casa																				7				
Fabrico e venda de pão																				4				
Floristas													1							5				
Lavandarias e Tinturarias																				2				
Leitaria																						1		
Lojas de conveniência																				1				
Lojas especializadas produtos alimentares, inclui fabrico							1						1							5				
Materiais de construção, ferragens, mobiliário, decoração e utilidades													1							12				
Reparações de eletrodomésticos																				1				
Mediação de Seguros - Contabilidade																				8				
Mercearia			1				1		1		1		1		1			1		1				
Mini-mercado			1				1			1	1			1	2	2	1	1		8		2	1	
Metalúrgica															1									
Oficinas Auto e comércio de peças automóvel/pneus													4	1	1					8				
Stand Automóvel																				2				
Escola de Condução																				3				
Sapateiro																				1				
Carpintaria/Serralharia													3							1				
Fabrico de Móveis													1											
Ourivesaria																				2				
Ótica																				3				
Pastelaria																				1				
Peixaria																1				3				
Pronto-a-vestir																				8				
Lingerie																				1				
Produtos de Higiene										1														
Produtos e materiais															2									



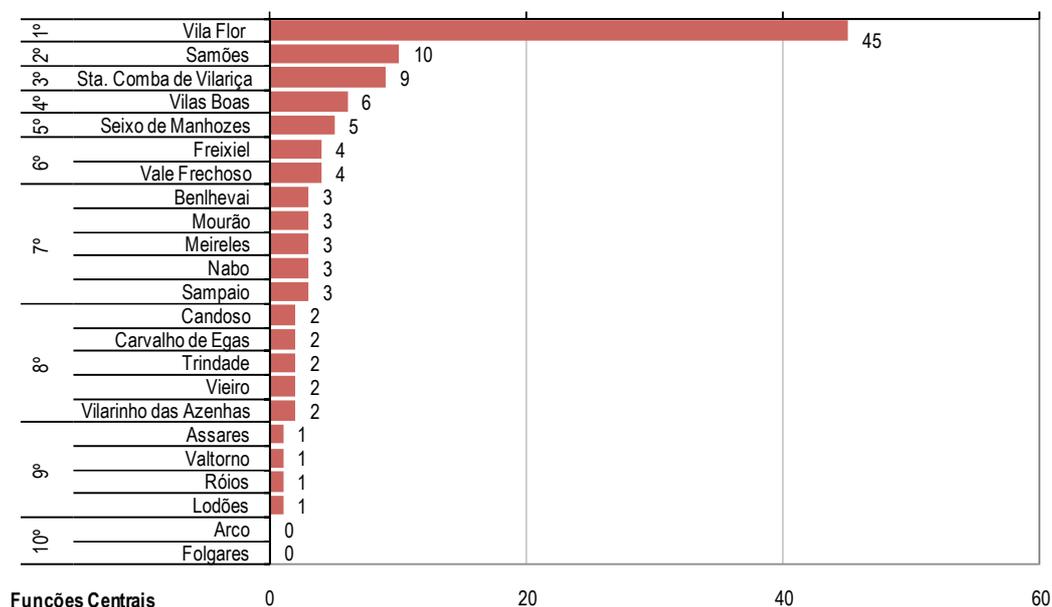
Centro Urbano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
Função Central																							
agrícolas																							
Restaurante				1	1										2	1				11		1	
Sapataria																				4			
Supermercado																				5			
Tabacaria																				1			
Tabernas								1	2	1							2	2					
Talhos															2					7			
Estação de Serviço/Combustíveis					1										1					2			
Alojamento turístico													2							3	1	1	
Computadores e Consumíveis –Informática																				3			
Clinica Medico-Dentária																				2			
Laboratórios de análises clínicas																				3			
Agência Funerária																				2			
Agências Bancárias																				2			
Estações de CTT																				1			
Total de Unidades Funcionais	0	3	4	3	2	0	5	1	3	4	3	2	16	3	15	8	3	5	3	171	2	9	3
Total de Funções	0	1	3	2	2	0	4	1	3	3	3	1	10	3	9	5	2	4	1	45	2	6	2

1 – Arco	7 – Freixiel	13 – Samões	19 – Valtorno
2 – Assares	8 – Lodões	14 – Sampaio	20 – Vila Flor
3 – Benlhevai	9 – Meireles	15 – Sta. Comba de Vilarça	21 – Vilarinho das Azenhas
4 – Cadoso	10 – Mourão	16 – Seixo de Manhoses	22 – Vilas Boas
5 – Carvalho de Egas	11 – Nabo	17 – Trindade	23 – Vieiro
6 – Folgares	12 – Róios	18 – Vale Frechoso	

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor, complementado com pesquisa na *internet*; Turismo de Portugal, IP



Figura 45: Funções Centrais do Setor Privado no concelho de Vila Flor, 2011



Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor complementado com pesquisa na *internet*; Turismo de Portugal, IP

Quadro 50: Número de ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Privado, em 2011

N.º ordem	Centro Urbano	Funções Privadas	Unidades Funcionais
1º	Vila Flor	45	171
2º	Samões	10	16
3º	Sta. Comba de Vilarça	9	15
4º	Vilas Boas	6	9
5º	Seixo de Manhoses	5	8
6º	Freixiel	4	5
	Vale Frechoso	4	5
7º	Benlhevai	3	4
	Mourão	3	4
	Meireles	3	3
	Nabo	3	3
8º	Sampaio	3	3
	Candoso	2	3
	Carvalho de Egas	2	2
	Trindade	2	3
	Vieiro	2	3
9º	Vilarinho das Azenhas	2	2
	Assares	1	3
	Valtorno	1	3
	Róios	1	2
10º	Lodões	1	1
	Arco	0	0
	Folgares	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

9.2.2.2 Hierarquia urbana em função das funções centrais do setor público

As funções centrais do setor público são aquelas que dizem respeito essencialmente a serviços e equipamentos de uso coletivo e, enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende maioritariamente de fatores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.



A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos coletivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e sócio-económica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos Centros Urbanos pela ocorrência de funções centrais do setor privado, deva ser feita em conjunto com as funções centrais do setor público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos porque, dadas as características do concelho, a sua quase totalidade se localiza na sede concelhia.

A dotação de equipamentos sociais do concelho de Vila Flor coloca, naturalmente, a sede concelhia em primeiro plano, bastante destacada dos restantes Centros Urbanos.

A ocorrência de funções centrais do setor público, por centro urbano, está representada no Quadro Seguinte, onde a representação gráfica é relativa à função e não ao número de unidades funcionais:



Quadro 51: Funções Centrais do Setor Público, por centro urbano, em 2011.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
EDUCAÇÃO																							
Pré-escolar			•	•			•						•		•	•				•		•	
EB 1º ciclo							•						•		•	•				•		•	
EB 2,3/Secundária																				•			
AÇÃO SOCIAL																							
Creche																				•			
ATL																				•			
Lar da 3ª Idade							•								•	•				•			
Centro de Dia							•				•		•		•	•			•	•		•	
Centro de Convívio																				•			
Apoio Domiciliário							•								•	•				•			
Unidade de Cuidados Continuados																				•			
SAÚDE																							
Centro de Saúde																				•			
Farmácia																				•			
DESPORTO																							
Pequeno campo Jogos							•					•			•	•				•		•	
Grande Campo Jogos		•	•	•	•					•	•		•		•	•	•	•	•	•	•	•	•
Pavilhão/Sala Desporto																					•		
Piscina																					•		
Pista de Atletismo																					•		
CULTURA																							
Centro Cultural																					•		
Museu		•																			•		
Biblioteca																					•		
Associação	•	•				•	•				•	•	•		•	•	•	•		•		•	•
PREVENÇÃO E SEGURANÇA																							
Quartel dos Bombeiros																					•		
Posto da GNR																					•		
Total de Funções Centrais	1	3	2	2	1	1	7	0	0	1	3	2	5	0	8	8	2	2	2	23	1	6	1

1 - Arco 5 - Carvalho de Egas 9 - Meireles 12 - Róios 15 - Sta Comba Vilarça 18 - Vale Frechoso 21 - Vilarinho das Azenhas
2 - Assares 6 - Folgares 10 - Mourão 13 - Samões 16 - Seixo de Manhoses 19 - Valtorno 22 - Vilas Boas
3 - Benlhevai 7 - Freixiel 11 - Nabo 14 - Sampaio 17 - Trindade 20 - Vila Flor 23 - Vieiro
4 - Candoso 8 - Lodões

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor



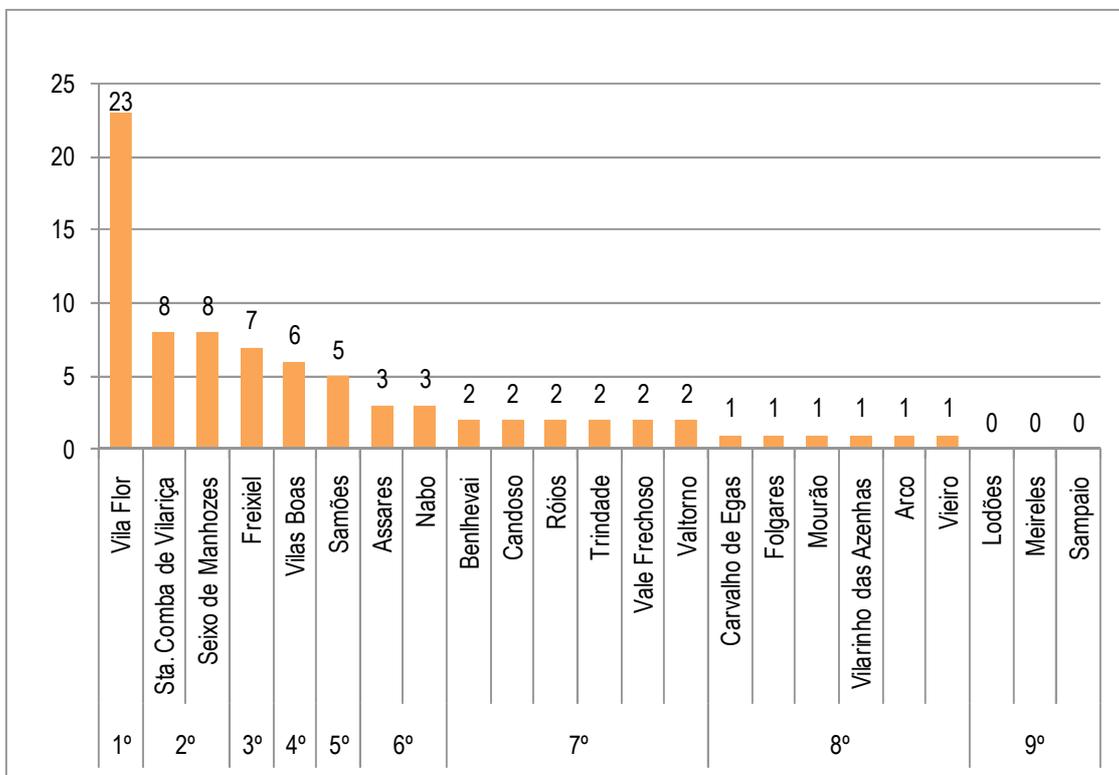
No quadro seguinte encontram-se ordenados os Centros Urbanos de acordo com a sua dotação ao nível das funções centrais do setor público (equipamentos coletivos).

Quadro 52: Número de ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Público, em 2011

N.º ordem	Centro Urbano	Funções Públicas	N.º ordem	Centro Urbano	Funções Públicas
1º	Vila Flor	23	7º	Vale Frechoso	2
2º	Sta. Comba de Vilarica	8		Valtorno	2
	Seixo de Manhoses	8	8º	Carvalho de Egas	1
3º	Freixiel	7		Folgares	1
4º	Vilas Boas	6		Mourão	1
5º	Samões	5		Vilarinho das Azenhas	1
6º	Assares	3		Arco	1
	Nabo	3	Vieiro	1	
7º	Benlhevai	2	9º	Lodões	0
	Candoso	2		Meireles	0
	Róios	2		Sampaio	0
	Trindade	2			

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

Figura 46: Funções Centrais do Setor Público no concelho de Vila Flor, 2011



Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor



9.2.3 Definição dos níveis hierárquicos

A primeira aproximação à hierarquia dos Centros Urbanos do concelho de Vila Flor é a seguinte:

Níveis Hierárquicos	Hierarquia atual dos Centros Urbanos
1º Nível	Vila Flor
2º Nível	Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, Freixiel, Samões e Vilas Boas
3º Nível	Restantes sedes de freguesia, Meireles, Vieiro, Arco e Folgares
4º Nível	Restantes lugares

O **Nível I** é constituído pela sede concelhia – **Vila Flor**, facto que decorre, em primeiro plano, da sua importância administrativa, sendo polarizadora de todo o funcionamento municipal, pois é aqui que se concentram o comércio e serviços privados e os equipamentos coletivos e serviços públicos de nível superior, estando direcionada para servir uma procura especializada e esporádica. Segundo dados de 2011, possui 2135 residentes e detém 45 funções centrais do setor privado e 175 unidades funcionais, assim como 23 funções centrais do setor público.

O **Nível II** é constituído por **Seixo de Manhoses, Santa Comba de Vilarça, Freixiel, Samões e Vilas Boas** sendo aglomerados que no contexto concelhio conseguem funcionar como pequenas alternativas à sede de concelho, no que concerne às funções privadas, apresentando ainda uma razoável dotação funcional em termos de funções públicas. Samões beneficia da proximidade a Vila Flor, sendo a sede de freguesia mais próxima da sede de concelho, em termos de acessibilidade, pelo que se justifica a atual dotação funcional de serviços privados. As outras sedes de freguesia já se encontram mais distantes de Vila Flor e funcionam como pequenos pólos de amarração dos territórios envolventes, servindo de alternativas para a obtenção de algumas funções privadas e públicas, diminuindo a dependência funcional de Vila Flor.

Estes centros urbanos possuem uma dimensão populacional relevante no contexto concelhio (entre 311 e 469 habitantes), bem como um desenvolvimento ao nível das funções comerciais, de serviços e de equipamentos coletivos, que os distinguem dos restantes centros urbanos do concelho. As funções privadas variam entre 10 em Samões e 4 em Freixiel, e as funções públicas entre 8 de Santa Comba de Vilarça e Seixo de Manhoses e 5 de Samões.

O **Nível III** é constituído pelas restantes **sedes de freguesia** e ainda os lugares de **Meireles, Vieiro, Arco e Folgares**. Estes centros são caracterizados por uma fraca importância funcional, sendo as funções existentes, na sua maioria, as que servem uma procura diária e local (mercearia, café, etc.) e os equipamentos coletivos que possuem são do nível mais básico, como por exemplo o campo de futebol, a associação, etc. Naturalmente



Na proposta final estará sempre presente a importância da hierarquização dos Centros Urbanos enquanto estrutura orientadora da implantação espacial de equipamentos coletivos e de atividades económicas promotoras de desenvolvimento e atenuadoras das desigualdades espaciais.



10. VALORES CULTURAIS

Neste capítulo far-se-á uma abordagem do território concelhio no que diz respeito ao património arquitetónico e arqueológico, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação. São ainda identificadas algumas áreas consideradas *conjuntos com interesse* pela sua unidade, integração na paisagem ou pelo seu valor histórico. Vila Flor possui um expressivo conjunto de imóveis com valor patrimonial que testemunham as diversas épocas de ocupação do seu território.

No contexto da revisão do PDM, não se pretende fazer uma abordagem exaustiva sobre esta temática, sendo preocupação central a identificação dos principais valores culturais em presença, de forma a que, no âmbito da definição das estratégias de desenvolvimento e do modelo de ordenamento se definam orientações e normas com vista às sua preservação e dinamização.

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar. Durante várias décadas assistiu-se a uma progressiva destruição desse património, a favor das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente. Contudo, nas últimas décadas tem-se assistido a uma consciencialização crescente da importância que assume a defesa do património cultural assistindo-se, progressivamente, à inventariação, valorização e salvaguarda de edifícios, conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

O concelho de Vila Flor guarda ainda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam, possuindo um património rico e variado.

O seu património cultural extravasa o conjunto de imóveis classificados, face à presença de diversos edifícios, não só de arquitetura erudita, mas de feição mais popular, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na **Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro**, que estabelece as bases da política e do regime para a sua proteção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

As disposições da Lei n.º 107/2001 aplicam-se apenas à classificação de bens culturais imóveis que mereçam a designação de monumento nacional ou de interesse público e, quando assim seja previsto na legislação de desenvolvimento desta lei, aos bens classificados como de interesse municipal. Há ainda a considerar o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que diz respeito às zonas de proteção, o Decreto-Lei n.º 140/2009,



de 15 de junho, relativo aos projetos de obras de edificação, e o Decreto-Lei n.º 138/ 2009, de 15 de junho, que cria fundo de salvaguarda do Património Cultural.

No âmbito da legislação aplicável, consideram-se imóveis com valor cultural os que, do ponto vista histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, são particularmente notáveis pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e por isso devem ser objeto de especial proteção e valorização. Assim sendo, a proteção legal destes bens tem por base a sua classificação e inventariação, podendo ser classificados de acordo com a seguinte hierarquia:

- de **interesse nacional**, sejam monumentos, conjuntos ou sítios, adotando-se a designação “Monumento Nacional”, quando representam um valor cultural de significado para a Nação. Podem ainda incluir bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial;
- de **interesse público** quando representam ainda um valor cultural de importância nacional, mas para os quais o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostra desproporcionado;
- de **interesse municipal** quando representam um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

A proteção legal dos bens com valor cultural classificados é fixada por Decreto, quando se trate de monumento nacional, por Portaria quando se trate de um bem com interesse público, e por competência da Câmara Municipal quando são de interesse municipal.

Estes bens imóveis classificados ou em vias de classificação, beneficiam na sua envolvente de uma **zona de proteção de 50m** contados a partir dos limites externos do imóvel, fixada automaticamente com o início do procedimento de classificação, sendo recomendado que estes disponham ainda de uma **zona especial de proteção (ZEP)**, fixada por Portaria, onde é indicada a área sujeita a servidão e os encargos por ela impostos. Esta ZEP pode incluir zonas *non aedificandi*.

O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro introduz ainda o conceito de **zona especial de proteção provisória** que “é fixada quando a zona geral de proteção se revele insuficiente ou desadequada para a proteção e valorização do bem imóvel”.

Em resultado dos milhares de anos de povoamento nesta região, existem inúmeros valores culturais que urge preservar. A caracterização dos valores culturais teve como base, para além do trabalho de campo realizado, a consulta de documentação diversa, nomeadamente a disponibilizada pelos organismos da administração central



com tutela sobre o património cultural (ex-IGESPAR), bem como a que consta do PDM em vigor. Todo este conjunto de valores culturais foi identificado na peça desenhada n.º 05.

10.1 PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

No concelho de Vila Flor existem nove “imóveis” classificados, designadamente um Sítio de Interesse Público (SIP), seis Imóveis de Interesse Público (IIP) e dois bens classificados como Interesse Municipal (IM).

Imóveis de Interesse Público

- Antiga Forca de Freixiel (Freixiel) (Decreto n.º 42 007, DG n.º 265, de 6 de dezembro de 1958);
- Sítio Arqueológico do Cabeço da Mina (União das freguesias de Assares e Lodões), Portaria n.º 110/2014, DR, 2ª série, n.º 30, de 12-02-2014;
- Pelourinho de Freixiel (Freixiel) (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933);
- Castelo de Vila Flor (União das freguesias de Vila Flor e Nabo) (Decreto n.º 40 361, DG n.º 228, de 20 de outubro de 1955);
- Fonte de Vila Flor (União das freguesias de Vila Flor e Nabo) (Decreto n.º 27 394, DG n.º 302, de 26 de dezembro de 1936);
- Pelourinho de Vila Flor (União das freguesias de Vila Flor e Nabo) (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933);
- Pelourinho de Vilas Boas (União das freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas) (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933).

Fotografia 35: Antiga Forca de Freixiel



Antiga Forca de Freixiel (Fotografia 35) – Esta forca situa-se a nascente de Freixiel e é constituída por dois pilares de blocos graníticos, com quase três metros de altura, rematados por duas pirâmides de formato cónico. A trave de madeira, de suporte à corda, que assentaria no topo dos pilares, já não existe. Era neste local que era executada a pena capital através de garrote. Trata-se de uma forca de exposição uma vez que o condenado, após a execução, ficava exposto na forca.

Sítio Arqueológico do Cabeço da Mina – Santuário localizado na União das freguesias de Assares e Lodões, no Cabeço da Mina, "Em vias de classificação" desde 1997, o *sítio* do "Cabeço da Mina" está situado numa pequena elevação do Vale da Vilariça, na margem direita sobranceira à ribª do mesmo nome.



Foi, sobretudo, graças às investigações conduzidas no local entre os meados dos anos oitenta e o início da década de noventa pelos conhecidos arqueólogos Francisco Sande Lemos e Orlando Sousa, que este *arqueossítio* passou a centralizar o interesse da comunidade científica nacional, designadamente através da sua apresentação em encontros internacionais (SOUSA, O., REBANDA, N., 1993).

O estudo dos artefactos identificados durante as campanhas arqueológicas parece apontar para a existência de um santuário pré-histórico, datável do Calcolítico (c. do 3.º milénio A.C.), como parece indicar a interpretação tipológica e estilística dos seus elementos constituintes. Uma possibilidade que será reforçada pela inexistência de espólio associado, cuja existência poderia indiciar a sua provável ocupação habitacional. Na verdade, a análise das representações escultóricas recolhidas até à data permitirá afirmar estarmos em presença de um dos exemplares desta tipologia arqueológica mais antigos e mais representativos de todos quantos foram registados até ao momento em todo o território da Península ibérica, senão mesmo de toda a região ocidental da Europa mediterrânea.

Foram recolhidas, no *sítio*, cerca de trinta "estelas-menires", a maior parte das quais sem quaisquer indícios decorativos, apresentando-se, tão-somente, como estelas lisas executadas em granito e xisto. Quanto às decoradas, elas evidenciam um carácter assumidamente antropomórfico, conferido, tanto pela própria forma talhada, como pelos motivos insculpidos, compostos de "xis" e linhas paralelas. Para além deste conjunto artefactual, foi apenas possível reconhecer a presença de uma estrutura, com orientação Noroeste-Sudoeste, construída com diversas matérias-primas locais, desde o granito, passando pelo xisto até fragmentos de quartzo (SOUSA, Orlando, 1997).

Se corroborará, à partida, a sua classificação (*vide supra*), o facto de as figurações não incluírem qualquer tipo de arma, parece afastar a interpretação normalmente traçada para as denominadas "estátuas-menires" do Bronze Final, mormente do Norte de Portugal, onde materializariam um eventual predomínio de "[...] personagens de estatuto social superior, glorificadas na sua função social de comando, ou entidades míticas ou divinas nas quais se projetou o carisma inerente a tal função. [...] correlacionáveis com o culto de chefes guerreiros no seio de comunidades profundamente hierarquizadas." (JORGE, S. O., 1990, p. 249).



Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71383#images>.

Pelourinho de Freixiel (Fotografia 36) – Pelourinho manuelino do século XVI, situado num largo que integra o aglomerado de Freixiel. É de granito e apresenta um soco quadrado de quatro degraus, sobre o qual assenta o fuste hexagonal, encimado por um capitel paralelepípedo, com duas molduras inferiores decoradas com florões e outros motivos. No capitel encontram-se as armas nacionais e símbolos heráldicos.

**Fotografia 36:
Pelourinho de Freixiel**



Castelo de Vila Flor (Fotografia 37) – Do castelo, eventualmente do século XIII/ XIV, resta apenas uma porta de arco apontado granítico, onde ainda são visíveis os entalhes para o encaixe das portas, associada a uma torre semicircular, construída em pequenos blocos de granito e xisto. Esta porta é designada de Porta da Vila ou de D. Dinis, encontra-se envolvida e adossada a habitações e está associada a alguns degraus, calcetados à portuguesa, que permitem vencer o desnível existente. Foi alvo de uma intervenção por parte da extinta DGEMN, em 1965.

Fotografia 37: Castelo de Vila Flor



**Fotografia 38:
Pelourinho de Vila Flor**



Fonte de Vila Flor (Fotografia 39) – Fonte de mergulho romana que se destaca num largo que tem o mesmo nome. Apresenta um "podium" de pedra aparelhada, que suporta

Fotografia 39: Fonte de Vila Flor



**Fotografia 40:
Pelourinho de Vilas Boas**



pilastras nos cantos e colunas ao centro. O conjunto termina com uma cúpula que foi construída no século XVI. Esta fonte apresenta algumas semelhanças a outra existente em Freixiel.

Pelourinho de Vila Flor (Fotografia 38) – Pelourinho do século XVII/ XVIII, situado no Largo do Museu Municipal, apresenta um soco quadrangular com três degraus, onde assenta o fuste, inferiormente quadrangular e depois octogonal, com cerca de 5 metros. Possui um capitel de volutas e um brasão encimado por uma flor-de-lis e uma coroa. O conjunto é rematado por um pináculo em forma de cetro ornado de motivos vegetalistas.



Pelourinho de Vilas Boas (Fotografia 40) – Situado no interior do aglomerado, este pelourinho, que se pensa ser do século XVII, apresenta algumas semelhanças com o pelourinho de Freixiel. Possui um soco formado por três degraus quadrangulares, onde assenta uma coluna com base também quadrangular e fuste chanfrado a toda a altura. No topo existem quatro saliências cantonais, terminando o fuste em secção quadrada. Várias molduras sobrepostas antecedem o remate, paralelepípedo, que apresenta colunelos cantonais com moldura intermédia, possuindo numa das faces, as armas de Portugal, e nas outras, decoração ilegível.



Interesse Municipal

- Pensão Campos (Vila Flor/Nabo) (Deliberação de 10 de fevereiro de 2006 da Assembleia Municipal);
- Quinta do Valongo (Vila Flor/Nabo) (Deliberação de 26 de junho de 2006 da Assembleia Municipal).

Pensão Campos (Vila Flor)– A Pensão Campos, elementos de referência na Vila, situa-se na Av. Marechal Carmona, defronte do largo onde se encontra a Capela de Santa Luzia. O edifício encontra-se, atualmente, com obras de edificação.

Fotografia 41: Pensão Campos
(<http://www.valonquinta.com>)



Quinta do Valongo (Vila Flor) (Fotografia 41) – A referência mais antiga conhecida a esta Quinta de Valle Longo ou de São Gonçalo data de 1855. A propriedade atual, onde se encontra a casa senhorial (edifício principal de dois pisos, com a varanda corrida em madeira, com parapeito tradicional da região), tem 20 hectares, integrando zonas de mata, pastagens, lagos, hortas e pomares, vinha e olival. A esta casa juntam-se diversas dependências térreas, que com ela formam um quadrado, definindo um pátio central com uma nora. Esta quinta foi adquirida em 2002, tendo sido convertida num agroturismo, designada como Quinta da Valonquinta. Sílvia Leite / DIDA - IGESPAR, I.P. / 2010.

10.2 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

As considerações feitas a propósito do património construído aplicam-se, genericamente, também ao património arqueológico. O património arqueológico constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a integração dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território, não podendo o desenvolvimento futuro do Concelho ser realizado à custa da destruição das memórias do passado.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objetos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou se suspeita, que existem ruínas ou objetos arqueológicos. A lavoura mecânica, os projetos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura e o alargamento de estradas e caminhos



rurais, podem trazer efeitos devastadores para os sítios arqueológicos, daí a importância das cartas arqueológicas, que devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários, que geralmente estão associados a manifestações mais remotas.

Uma das medidas mais importantes, é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos. A Câmara Municipal tem desempenhado um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, com a sensibilização da população, evitando ainda, que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa e, portanto, com impacte negativo. Os sítios arqueológicos refletem a história de uma comunidade anterior, independentemente do seu valor científico e do seu estado de conservação, pelo que é importante que se aposte na prevenção contra a destruição desta herança cultural.

O Concelho de Vila Flor possui um considerável número de sítios arqueológicos inventariados, apresentando um elevado potencial histórico-científico. O material existente permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no concelho. Foram utilizadas as seguintes fontes na obtenção de informação relativa ao património arqueológico: o inventário do ex-IGESPAR, o PDM em vigor e visitas ao local.

De seguida é apresentada a listagem relativa ao património arqueológico existente no concelho de Vila Flor, indicando-se o código nacional de sítios inventariados pelo ex-IGESPAR:

- I. Água Empossada - Forno (CNS - 4001) (Assares e Lodões)
- II. Poço da Moura/Cova da Moura - Arte Rupestre (CNS - 2274) (Assares e Lodões)
- III. Recreio – Via (CNS – 28274) (Assares e Lodões) (Não há referência a coordenadas na base de dados da DRC)
- IV. Freixeda 1 – Mancha de Ocupação (CNS – 31893) (Assares e Lodões)
- V. Freixeda 2 – Achado(s) Isolado(s) (CNS – 31894) (Assares e Lodões)
- VI. Cabeço de São Pedro - Povoado Fortificado (CNS - 4147) (Assares e Lodões)
- VII. Lodões - Habitat (CNS - 1978) (Assares e Lodões)
- VIII. Habitat Romano do Salgueiro - Habitat (CNS - 18073) (Benlhevai)
- IX. Marco do Alto da Serra - Outros (CNS - 18072) (Benlhevai)
- X. Minas Romanas do Carvão - Mina (CNS - 2255) (Benlhevai)
- XI. Senhora da Esperança - Igreja (CNS - 18067) (Benlhevai)
- XII. Póvoa - Habitat (CNS - 18074) (Candoso e Carvalho de Egas)
- XIII. Alho - Lagar (CNS - 18091) (Freixiel)
- XIV. Castelo - Povoado Fortificado (CNS - 3679) (Freixiel)
- XV. Fraga da Serra - Arte Rupestre (CNS - 2856) (Freixiel)
- XVI. Ponte sobre o Tua – Ponte (CNS – 1764) (Freixiel)



- XVII. Igreja de Freixiel - Achado(s) Isolado(s) (CNS - 18093) (Freixiel)
- XVIII. Salgueiral - Necrópole (CNS - 2272) (Freixiel)
- XIX. Santa Marinha - Habitat (CNS - 2293) (Freixiel)
- XX. São Domingos - Habitat (CNS - 2251) (Freixiel)
- XXI. Sapinha - Arte Rupestre (CNS - 18090) (Freixiel)
- XXII. Serra do Vieiro - Povoado Fortificado (CNS - 18095) (Freixiel)
- XXIII. Alto de Godeiros - Atalaia (CNS - 18105) (Vila Flor e Nabo)
- XXIV. Pala do Conde - Sepultura (CNS - 18106) (Vila Flor e Nabo)
- XXV. Tapados de Santa Cruz - Habitat (CNS - 18103) (Vila Flor e Nabo)
- XXVI. Facho - Atalaia (CNS - 18132) (Vila Flor e Nabo)
- XXVII. Quinta de Castelares - Habitat (CNS - 18130) (Vila Flor e Nabo)
- XXVIII. Vila Flor - Habitat (CNS - 18131) (Vila Flor e Nabo)
- XXIX. Maragato - Atalaia (CNS - 18108) (Roios)
- XXX. Moinho 1 - Mina (CNS - 18109) (Roios)
- XXXI. Moinho 2 - Habitat (CNS - 18110) (Roios)
- XXXII. Parede Nova - Habitat (CNS - 5139) (Roios)
- XXXIII. Chã da Senhora da Rosa 1 - Monumento Megalítico (CNS - 18119) (Sampaio)
- XXXIV. Chã da Senhora da Rosa 2 - Monumento Megalítico (CNS - 18120) (Sampaio)
- XXXV. Chã Grande - Monumento Megalítico (CNS - 18118) (Sampaio)
- XXXVI. Chãs - Monumento Megalítico (CNS - 18117) (Sampaio)
- XXXVII. Igreja de Santo André - Achado(s) Isolado(s) (CNS - 18122) (Sampaio)
- XXXVIII. Santa Marinha - Povoado Fortificado (CNS - 18121) (Sampaio)
- XXXIX. Rego do Souto - Habitat (CNS - 18125) (Santa Comba de Vilarça)
 - XL. Moreirão – Mancha de Ocupação (CNS – 31892) (Santa Comba de Vilarça)
 - XLI. Ferradoza – Habitat (CNS – 28273) (Santa Comba de Vilarça) (Não há referência a coordenadas na base de dados da DRC)
 - XLII. Santa Cruz - Habitat (CNS - 232) (Santa Comba de Vilarça)
 - XLIII. São Sebastião - Habitat (CNS - 18124) (Santa Comba de Vilarça)
 - XLIV. Gavião - Habitat (CNS - 18076) (Seixo de Manhoses)
 - XLV. Seixo de Manhoses/Monte Grande - Habitat (CNS - 1957) (Seixo de Manhoses)
 - XLVI. Alto do Cabeço 2 – Sepultura (CNS – 13248) (Trindade)
 - XLVII. Arrodeios - Necrópole (CNS - 18128) (Trindade)
 - XLVIII. Castelo - Povoado Fortificado (CNS - 18126) (Trindade)
 - XLIX. Fraga dos Namorados - Arte Rupestre (CNS - 18127) (Trindade)
 - L. Igreja de Trindade - Igreja (CNS - 18129) (Trindade)
 - LI. Cabeço Murado - Povoado Fortificado (CNS - 18077) (Valtorno e Mourão)
 - LII. Nossa Senhora do Castanheiro - Igreja (CNS - 18078) (Valtorno e Mourão)



- LIII. Fraga do Ovo 1 – Vestígio(s) de Superfície (CNS - 34324) (Valtorno e Mourão)
- LIV. Fraga do Ovo 2 – Vestígio(s) de Superfície (CNS - 34326) (Valtorno e Mourão)
- LV. Mourão Velho - Habitat (CNS - 18096) (Valtorno e Mourão)
- LVI. São Sampainho - Indeterminado (CNS - 18097) (Valtorno e Mourão)
- LVII. Cabeço da Penha do Corvo - Arte Rupestre (CNS - 18079) (Vale Frechoso)
- LVIII. Cabeço do Castelo/Castelo de Valadares - Povoado Fortificado (CNS - 18084) (Vale Frechoso)
- LIX. Santo Estevão - Habitat (CNS - 18083) (Vale Frechoso)
- LX. Castelo Velho - Povoado Fortificado (CNS - 18133) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXI. Cabeço de Faro - Fortificação (CNS - 18099) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXII. Cabeço de Nossa Senhora da Assunção - Povoado Fortificado (CNS - 3713) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXIII. Casinhas/Casarelhos de Meireles - Habitat (CNS - 18100) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXIV. Moura de Meireles - Habitat (CNS - 18088) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXV. Olival do Rei - Habitat (CNS - 2035) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXVI. Pala da Feiticeira - Abrigo (CNS - 18089) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXVII. Tamancas - Achado(s) Isolado(s) (CNS - 18087) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas)
- LXVIII. Quinta da Peça – Vestígios Diversos (CNS – 2296) (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas) (Não há referência a coordenadas na base de dados da DRC)

10.3 OUTRO PATRIMÓNIO COM INTERESSE

Tendo em atenção o PDM em vigor, alguns elementos de apoio da Câmara Municipal de Vila Flor, a listagem da antiga Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o trabalho de campo realizado, foram identificados outros elementos patrimoniais que se considera possuírem valor, devendo, por isso, ser preservados. Alguns destes imóveis assinalados possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, encontrando-se exemplos de Arquitetura Religiosa, Arquitetura Civil (Pública e Privada) e Estruturas de Apoio.

10.3.1 Arquitetura Religiosa

Para além dos imóveis que se encontram classificados ou em vias de classificação, salientam-se os seguintes exemplos, que constituem importantes testemunhos da Arquitetura Religiosa do Concelho.

No que respeita às **Igrejas e Capelas** do concelho, estas estão presentes em todas as freguesias, pelo que se verifica uma grande dispersão deste tipo de imóveis por todo o território concelhio.

Na **freguesia de Assares**, assinala-se a existência da Capela do Santíssimo Sacramento (Fotografia 42), que se situa no interior do aglomerado de Assares, e que serve de Igreja Matriz, uma vez que a original ruuiu. Esta capela apresenta sobre a porta principal a data de 1777.



Na **freguesia de Benlhevai**, assinala-se a existência de três imóveis de arquitetura religiosa: a Igreja do Espírito Santo, inserida no aglomerado, a Capela de N.S. do Carrasco (situada num ponto alto a poente da povoação) e a Capela de N.S. da Esperança que se encontra em ruínas.

Na **freguesia de Candoso**, assinala-se a existência de dois imóveis de arquitetura religiosa. Destaca-se a Igreja de S. Sebastião (Fotografia 43), antiga capela barroca de Santo António que foi erigida Igreja Matriz no início do século XIX. A Capela de N.S. da Assunção, românica tardia, é alpendrada.

Na **freguesia de Carvalho de Egas** assinala-se a existência de dois imóveis, ambos situados no interior do aglomerado: a Igreja de Santa Catarina (Fotografia 44), barroca e reconstruída em 1772, e a Capela de N.S. do Rosário, românica tardia e alpendrada.

Na **freguesia de Freixiel** assinala-se a existência de oito imóveis de arquitetura religiosa, uma igreja e sete capelas. A Igreja de Santa Maria Madalena (Fotografia 45), a Capela e cruzeiro de Santo Cristo, do século XVII, que foi relocada e que alberga a escultura do Senhor Santo Cristo, e a Capela do Espírito Santo situam-se no aglomerado de Freixiel. A Capela de N.S. do Rosário e a Capela de São Sebastião (do século XVI) encontram-se ambas nas proximidades de Freixiel, enquanto a Capela de São Domingos (em ruínas) encontra-se junto à estrada de acesso a Vieiro. A Capela de S. Luís, por sua vez, situa-se em Folgares e, finalmente, a Capela Velha de São Tomé, pertence a Vieiro.

Fotografia 42: Capela do Santíssimo Sacramento, Assares



Fotografia 43: Igreja de S. Sebastião, Candoso



Fotografia 44: Igreja de Santa Catarina, Carvalho de Egas



Fotografia 45: Igreja de Santa Maria Madalena, Freixiel



Fotografia 46: Igreja de São Tiago, Lodões



Fotografia 47: Capela de N.S. do Carrasco, Nabo



Na **freguesia de Lodões** assinala-se a existência da Capela de N.S. do Rosário e da Igreja de São Tiago (Fotografia 46). A primeira, românica tardia e, a segunda, barroca, foi reconstruída nos finais do século XVIII.

Na **freguesia de Mourão** assinala-se apenas a existência da Igreja de São João Batista, românica, situada no interior do aglomerado.

Na **freguesia de Nabo** assinalam-se duas capelas e uma Igreja. Em Nabo encontram-se a Capela de N.S. do Carrasco (Fotografia 47), antiga capela de N.S. do Rosário, românica tardia e alpendrada (reconstruída recentemente), e a Igreja Matriz de São Genicio, com um frontispício muito interessante. A Capela da Santa Cruz situa-se no caminho dos Godeiros e tem a data de 1714.

Fotografia 48: Capela de N.S. das Graças, Róios



Fotografia 49: Igreja de S. Brás, Samões





Na **freguesia de Róios** assinalam-se dois imóveis: a Igreja de São João Batista, barroca e reconstruída nos finais do século XVIII, e a Capela da N.S. das Graças, que foi reconstruída em 1736.

Na **freguesia de Samões** assinala-se a existência de três capelas e de uma igreja matriz: a Igreja de S. Brás (Fotografia 49 - barroca, com a cruz de Malta sobre a porta principal), a Capela de N.S. de Lurdes, situada junto à estrada nacional, a Capela de N.S. do Rosário, (românica tardia, alpendrada) e a Capela de S. Francisco.

Na **freguesia de Sampaio** assinala-se a existência de cinco imóveis de arquitetura religiosa: a Igreja de Santo André, a Capela de N.S. da Conceição (Fotografia 50 - barroca) e a Capela de N.S. do Rosário / Igreja Nova (barroca, antiga capela do Santíssimo adaptada a igreja), situam-se no aglomerado de Sampaio. A Capela de N.S. da Rosa (nas proximidades da ribeira da Vilarça) e a Capela de Santa Marinha encontram-se ambas afastadas do aglomerado.

Na **freguesia de Santa Comba de Vilarça** assinalam-se três capelas e uma Igreja. A Igreja Matriz de São Pedro (Fotografia 51 - barroca, começada em 1719), a Capela de Santo António (também barroca, de 1749) e a Capela de São Sebastião (situada no Monte do Calvário, que antigamente ficava fora do aglomerado), que se situam em Santa Comba de Vilarça. A Capela de São Jorge encontra-se a nascente do aglomerado.

Na **freguesia de Seixo de Manhoses** assinalam-se duas capelas, uma igreja e ainda o Santuário de Santa Cecília situado a Poente de Seixo de Manhoses, constituindo um ótimo miradouro. Os restantes imóveis: a Igreja de Santa Bárbara (Fotografia 52), a Capela de N.S. do Rosário (ambas barrocas), e a Capela de Santo António (reconstruída recentemente), localizam-se as três no aglomerado.

Fotografia 50: Capela de N.S. da Conceição, Sampaio



Fotografia 51: Igreja de São Pedro, Santa Comba de Vilarça





Na **freguesia de Trindade** assinalam-se três imóveis: a Igreja da Santíssima Trindade (Fotografia 53 - românica tardia), no aglomerado da Trindade, a Capela de Santa Maria Madalena, situada em Macedinho e a Capela de São Gregório, em Valbom.

Na **freguesia de Vale Frechoso** assinala-se a Igreja de São Lourenço (Fotografia 54 - barroca, tendo sido relocada em 1750, destacando-se, no frontispício, as esculturas em pedra do padroeiro S. Lourenço, de S. Paulo e talvez de Santa Bárbara), e a Capela de N.S. de Lurdes situada à entrada do aglomerado.

Na **freguesia de Valtorno** assinalam-se três capelas e uma Igreja. A Igreja de N.S. do Castanheiro encontra-se fora da povoação, enquanto a Igreja - Capela do Santíssimo (Fotografia 55), que se situa no aglomerado, serve de Igreja Matriz desde o século XVIII. A Capela de N.S. do Rosário e a Capela do Santo Cristo encontram-se ambas em Valtorno. A Capela do Espírito Santo, por sua vez, encontra-se em Alagoa.

A **freguesia de Vila Flor** é aquela onde se localizam mais imóveis de arquitetura religiosa, num total de nove. Na sede de concelho assinalam-se cinco capelas: a Capela da Senhora da Piedade (encontra-se no interior da Igreja Matriz), a Capela de N.S. da Veiga (que se situa junto ao cemitério), a Capela de Santa Luzia, a Capela do Solar dos Lemos e a Capela de São Sebastião, sendo que esta última e a Capela de N.S. da Veiga ficam fora do aglomerado. Destacam-se ainda a Igreja Matriz de São Bartolomeu (Fotografia 56 - barroca, do século XVIII), a Igreja da Misericórdia (Fotografia 57) e o Santuário da Senhora da Lapa, constituído por várias capelas, encontrando-se num ponto alto da Serra do Facho, com vista sobre todo o aglomerado de Vila Flor. Finalmente, a Capela de São Lourenço situa-se no aglomerado de Arco.

Fotografia 52: Igreja de Santa Bárbara, Seixo de Manhoses



Fotografia 53: Igreja da Santíssima Trindade, Trindade



Fotografia 54: Igreja de São Lourenço, Vale Frechoso



Fotografia 55: Igreja - Capela do Santíssimo, Valtorno



Fotografia 56: Igreja Matriz de São Bartolomeu, Vila Flor



Fotografia 57: Igreja da Misericórdia, Vila Flor





Na **freguesia de Vilarinho das Azenhas** assinala-se a existência da Igreja de Santa Justa (Barroca, de 1716), da Capela do Espírito Santo (ambas situadas no aglomerado) e do Santuário de N.S. dos Remédios que se encontra num ponto alto sobranceiro à aldeia e ao rio Tua.

Por fim, no que diz respeito à **freguesia de Vilas Boas**, assinala-se a existência de cinco capelas, a Igreja de Santa Maria Madalena (Fotografia 58) e o Santuário de N.S. da Assunção, situado num ponto alto é o maior santuário Mariano de Trás-os-Montes. No aglomerado de Vilas Boas, além da Igreja Matriz, existe ainda a Capela de N.S. do Rosário, a Capela de Santo António e a Capela de São Sebastião. Das restantes capelas, uma, situa-se em Meireles - Capela de Santa Marinha e, outra, em Ribeirinha - Capela Velha de Santo António.

Ainda relativamente à arquitetura religiosa, foram assinalados, por se destacarem e a título de exemplo, quatro **Cruzeiros**, três localizados em Santa Comba de Vilarça e um em Vilas Boas (Fotografia 59).

É de referir que um dos cruzeiros de Santa Comba de Vilarça, também conhecido por Pelourinho de Santa Comba de Vilarça (Fotografia 60), classificado pelo Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933, foi desclassificado por ser comprovadamente um cruzeiro (Declaração n.º 324/2009, de 15 de setembro de 2009, DR, 2.º série, n.º 184, de 22 de setembro de 2009).

Fotografia 58: Igreja Matriz de Santa Maria Madalena, Vilas Boas



Fotografia 59: Cruzeiro, Vilas Boas



Fotografia 60: Pelourinho de Santa Comba de Vilarça





10.3.2 Arquitetura Civil Privada

A Arquitetura Civil Privada está representada por diversos imóveis de caráter habitacional, cuja existência comprova a importância que alguns aglomerados do concelho tiveram no passado. Destacam-se assim diversos imóveis que, pelas suas tipologias arquitetónicas, constituem exemplos de Solares e Casas Solarengas, com interesse arquitetónico.

Os Solares caracterizam-se por edifícios de dois pisos, rebocados, deixando apenas os cunhais, cornija e molduras em cantaria. O acesso à habitação é quase sempre feito através de escadas exteriores, o que revela uma influência da arquitetura vernácula. A ornamentação concentra-se na porta de entrada e nas molduras das janelas. As Casas Solarengas assumem dimensões e características mais modestas, apresentando, normalmente, apenas a fachada principal trabalhada, usualmente com janelas de sacada ou guilhotina deixando as cantarias em granito ou xisto.

Fotografia 61: Casa do Conde, Freixiel



Fotografia 62: Antigos Paços do Concelho, Vila Flor



Fotografia 63: Solar dos Condes de Sampaio, Vila Flor



Fotografia 64: Casa da Câmara, Vilas Boas



No concelho de Vila Flor, existe um número significativo de exemplos de solares e casas solarengas, que por serem representativas de uma arquitetura nobre da época da sua construção, são de merecido destaque. Constituem alguns exemplos a Casa do Conde (Fotografia 61), em Freixiel, a Villa Julia, em Samões, a Casa da Renda, em Santa Comba de Vilarça, o Solar dos Capitães-Mores, o Solar dos Condes de Sampaio (Fotografia 63), o Solar dos Lemos, os Antigos Paços do Concelho (Fotografia 62 - atualmente Museu Municipal, terá sido o solar dos Aguiar¹⁴, que data do século XIII), em Vila Flor, a Casa da Câmara (Fotografia 64 - casa particular que funcionou como Câmara), em Vilas Boas, entre muitos outros.

¹⁴ Informação retirada do relatório do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Vila Flor – Estudos de Caracterização, (não publicado).



No concelho de Vila Flor é ainda possível encontrar vários exemplares de habitações de arquitetura tradicional¹⁵ (**Casas tradicionais de pedra**), um pouco por todo o concelho, embora muitas vezes se encontrem um pouco alteradas devido a intervenções pouco cuidadas, muitas vezes com utilização de materiais dissonantes. Estas casas possuem habitualmente dois

pisos, funcionalmente distintos, uma escada exterior adossada à fachada que dá acesso ao piso superior, através de um balcão. O piso térreo (a loja), serve usualmente para guardar o gado e no piso superior fica a parte habitacional, sendo este último por

Fotografia 65: Casa tradicional, Vieiro



Fotografia 66: Casa tradicional, Nabo



vezes utilizado como palheiro. O material de construção é o xisto e/ ou o granito (predominante), dependendo do tipo de pedra mais abundante na zona, raramente aparelhado e, quase nunca, com argamassa ou reboco. Existem ainda as edificações com um só piso, mais modestas e com escassa fenestração, além das construções de apoio aos trabalhos agrícolas: palheiros e “casas das eiras”.

10.3.3 Arquitetura Civil Pública

Como exemplos da Arquitetura Civil Pública destacam-se alguns imóveis, quer pela sua função, quer pela sua tipologia.

As **antigas Casas da Câmara, Cadeia e Tribunal** eram normalmente constituídas por um edifício de dois pisos, destinando-se o piso térreo à cadeia, e o piso superior à administração municipal e ao tribunal. Em Sampaio a Casa da Câmara situa-se no aglomerado, sendo hoje uma casa particular, tendo sido vendida em finais do século XIX pela Câmara de Vila Flor. Em Vila Flor, os Antigos Paços do Concelho e, em Vilas Boas, a Casa da Câmara, apesar de terem albergado funções públicas, são ambos originalmente edifícios de arquitetura privada. Assinala-se ainda a existência da Casa da Cadeia, em Sampaio, antiga cadeia concelhia.

As Termas das Águas de Bem Saúde, em Sampaio, de arquitetura civil assistencial, constituiu uma unidade termal e industrial, situada no vale da Vilariça, de excepcional enquadramento paisagístico. Apresenta uma planta quadrangular e uma cobertura em telhado de quatro águas. A fachada principal é modulada pela sequência de vãos retos nos dois registos. A exploração das águas desta fonte terá recebido o primeiro alvará de exploração do país, segundo registos do Instituto Geológico e Mineiro.

¹⁵ Baseado em OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando - Arquitetura Tradicional Portuguesa. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2003



No que diz respeito às antigas **escolas primárias**, estas, constituem um exemplo representativo da arquitetura desenvolvida durante o período do Estado Novo. É possível distinguir dois grupos: as de pequena dimensão, com um só piso, e as de maior dimensão, com dois pisos.

Fotografia 67: Escola Primária, Vale Frechoso



A linha do Tua tem a si associada três **estações ferroviárias** (Abreiro, em Freixiel, Vilarinho das Azenhas e Ribeirinha, em Vilas Boas), que, pela sua especificidade funcional, constituem também exemplos de arquitetura pública da primeira metade do século XX.

10.3.4 Estruturas de Apoio

Como estruturas de apoio foram identificadas algumas **fontes**, que foram consideradas pela sua antiguidade e pela sua tipologia, pois são as que melhor ilustram os sistemas de abastecimento de água do concelho. Destaque então para a Fonte e Fonte Velha (Fotografia 68), em Freixiel, conjunto de duas fontes de diferentes épocas, uma de mergulho e outra de espaldar situadas junto ao ribeirão, para a Fonte de Lodões (Fotografia 69), em Lodões, fonte de mergulho em granito com arco de volta perfeita, Fonte Romana, em Mourão, situada à entrada da povoação, e para a Fonte das Bestas (Fotografia 70 - fonte de mergulho medieval situada à saída da Vila para Este) e para a Fonte do Olmo (fonte de mergulho com arco de volta perfeita, situada próximo da barragem do Peneireiro), ambas situadas em Vila Flor.

Fotografia 68: Fonte e Fonte Velha, Freixiel



Fotografia 69: Fonte de Lodões, Lodões



Fotografia 70: Fonte das Bestas, Vila Flor



Foram, ainda, identificadas como estruturas de apoio os **Lagares de Azeite** e as **Azenhas** que constituem exemplos do que se pode designar de arquitetura pública popular pela sua função, destinando-se a uso comunitário e utilitário. Os casos assinalados (o lagar de azeite, em Valbom e as azenhas, por exemplo, em Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas), são apenas exemplificativos, tendo por objetivo evidenciar a necessidade da sua preservação.



10.4 CONJUNTOS COM INTERESSE

No concelho, para além dos elementos patrimoniais singulares, importa destacar alguns conjuntos urbanos, pela sua unidade, integração na paisagem ou pelo seu valor histórico. Relativamente a estes importa intervir no sentido de requalificar o conjunto, promovendo a revitalização dos espaços a par da revitalização social.

São, então, detentores de bons exemplos de arquitetura tradicional, popular e/ou erudita, assim como pela conservação da coerência original, no seu traçado e edificado.

Núcleo antigo de Santa Comba de Vilarça – este conjunto corresponde ao núcleo antigo do aglomerado de Santa Comba de Vilarça. Este núcleo apesar de possuir algumas construções mais modernas com características dissonantes das do conjunto, apresenta um número significativo de casas senhoriais com elevado valor patrimonial e arquitetónico, além de vários exemplares da arquitetura religiosa, referidos e listados anteriormente. O seu potencial como conjunto deve ser preservado e melhorado, podendo algumas intervenções, equacionadas tendo em conta o conjunto, resultar numa mais-valia para o Concelho.

Fotografia 71: Núcleo antigo de Santa Comba de Vilarça



Fotografia 72: Núcleo antigo de Vila Flor



Núcleo antigo de Vila Flor – este conjunto corresponde ao centro histórico da Vila. A delimitação deste conjunto pretende, acima de tudo, reforçar a importância deste núcleo como conjunto de elevado valor patrimonial e arquitetónico. Apesar da existência de algum edificado descaracterizado e de traça dissonante, este núcleo caracteriza-se por possuir, no contexto concelhio, o maior número de exemplos de património arquitetónico e



histórico com interesse, sendo fundamental salvaguardá-los. Destaque para o Castelo de Vila Flor, para a Fonte Romana e para o Pelourinho (classificados como Imóveis de Interesse Público).

Conjunto com interesse em Vilas Boas – este conjunto corresponde ao Largo onde se situa o Pelourinho de Vilas Boas (Imóvel de Interesse Público). Este largo destaca-se pelo conjunto de edifícios com interesse que o integram, como por exemplo a Casa da Câmara e a Capela de São Sebastião, entre outros. Será importante preservar esta envolvente ao pelourinho, no sentido de que se trata de um espaço público com valor patrimonial.

Fotografia 73: Conjunto com interesse em Vilas Boas



Para além destes conjuntos que merecem ser destacados, há ainda, por todo o concelho pequenos núcleos com características arquitetónicas interessantes e representativas da arquitetura tradicional, que devem ser tratados de forma especial e cuidada, podendo alguns deles ser aproveitados para fins que não sejam estritamente habitacionais.



11. HABITAÇÃO

A questão habitacional é um dos principais fatores que levam à transformação do território, de acordo com o RJIGT¹⁶, “o Plano Diretor Municipal estabelece a identificação do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal.”

Mais à frente, o mesmo diploma explicita, no artigo relativo ao conteúdo material do Plano, que o “Plano Diretor Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo: (...) i) a definição de programas na área habitacional; (...)” (Art.º 85º, do mesmo diploma).

Não sendo tão pormenorizado, em termos de conteúdo nesta matéria, o atual diploma tem implícito, contudo, o cálculo das carências habitacionais, bem como a estimativa das necessidades previsíveis no período de vigência do Plano, pois só em função daquelas se poderão definir os programas habitacionais, mencionados no Art.º 85.

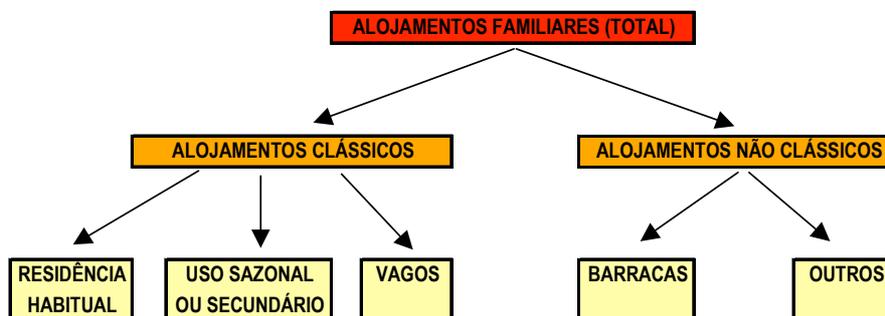
Neste contexto, as características da problemática da habitação combinadas com o quadro legal e administrativo das atuações autárquicas nesta matéria e com as normas estabelecidas no RJIGT, recomendam que os PDM desenvolvam os respetivos conteúdos baseando-se em três pontos essenciais:

1. Caracterização da situação - O objetivo desta componente é o de reunir, de forma operacionalizável, o conjunto de informações sobre as situações e os processos definidores da situação existente, nomeadamente na vertente das situações de carência.
2. Estimativa dos parâmetros de planeamento - Os parâmetros de planeamento destinam-se a estabelecer o enquadramento quantificado da intervenção camarária no setor da habitação. Eles fazem a articulação entre o estudo da situação existente e a definição das medidas a tomar com base nos instrumentos disponíveis e nas necessidades previsíveis no período de vigência do Plano.
3. Orientação e medidas de política (definição de programas) - Esta componente consiste na apresentação de propostas/programas ao nível da política de habitação, da produção de habitação social, da reabilitação do parque existente, etc.

O presente Relatório integra a **Caracterização da Situação**, analisando-se, por um lado, os indicadores fundamentais que permitem descrever o parque habitacional, e por outro, as carências habitacionais atuais.

Em termos de terminologia adotou-se a utilizada pelo INE:

¹⁶ Alínea g) do n.º 1 do artigo 96.



NOTAS:

Alojamentos Familiares (Total) = Alojamentos Clássicos + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos das Famílias Residentes = Alojamentos de Residência Habitual + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos Familiares Ocupados = Alojamentos de Residência Habitual + Aloj. de Uso Sazonal ou Secundário.

A abordagem realizada neste capítulo foi, tanto quanto possível, dirigida aos objetivos a atingir, embora a informação disponível nem sempre esteja adaptada à análise aprofundada da problemática habitacional. Tanto por um motivo, como pelo outro, sugere-se que se considere, sobretudo, o cálculo das carências habitacionais estruturalmente indicativo.

11.1 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO

11.1.1 População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação

População e Alojamentos

O parque habitacional do concelho de Vila Flor era constituído, em 2011, por 5232 alojamentos familiares que albergavam 6697 pessoas, dos quais, apenas, aproximadamente 59% eram ocupados como residência habitual. Relativamente à década anterior registou-se um aumento de 200 alojamentos (+4%) e uma perda de 1216 indivíduos (-15,4%).

No contexto regional, e em termos de evolução recente, o concelho de Vila Flor apresenta comportamentos semelhantes relativamente ao Douro, tanto em termos demográficos, como habitacionais. Efetivamente, em termos demográficos, em ambas unidades territoriais, verificou-se um decréscimo populacional (o concelho de Vila Flor perdeu cerca de 15% da sua população, enquanto que a sub-região do Douro perdeu 7,2%) sendo que, ao nível do parque habitacional, se verificou um aumento no Douro e em Vila Flor de 10,4% e 4%, respetivamente.

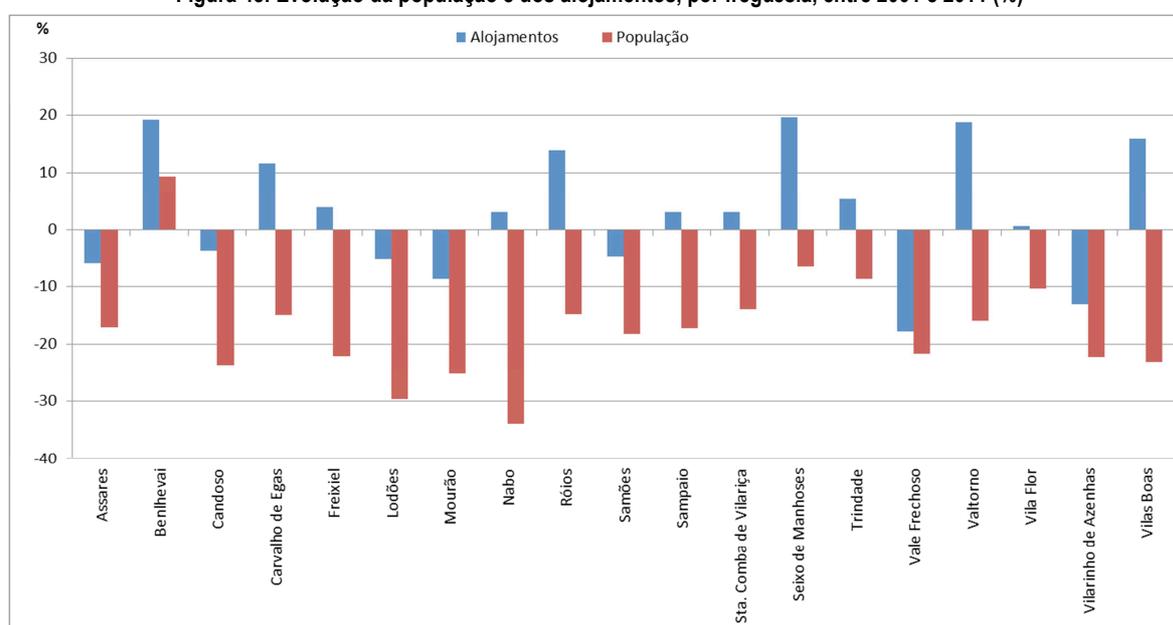
Ao nível das freguesias do concelho, o comportamento do parque habitacional registou crescimentos distintos: se, na década de 80, o aumento do número de alojamentos do concelho foi de 16,3% tendo todas as freguesias do concelho, à exceção de Carvalho de Egas, contribuído para tal evolução, na década de 90, verifica-se um



abrandamento no ritmo de crescimento do parque habitacional concelhio (mais 9,1%), tendo sido as freguesias de Vila Flor (+27,7%), Samões (+19,4%), Carvalho de Egas (+19,1%) e Vilas Boas (+14,2%), as que registaram um maior aumento do seu parque habitacional. Em 2011 as maiores variações foram em Benlhevai, Carvalho de Egas, Róios, Seixo, Valtorno e Vilas Boas.

São estes fenómenos que estão ilustrados nas figuras seguintes onde se contrapõe, para cada uma das décadas em análise, o crescimento relativo da população *versus* crescimento dos alojamentos, por freguesia.

Figura 48: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE - Portugal, Censos 2001 e 2011

Quadro 53: População e Alojamentos por freguesia, em 1991, 2001 e 2011

Unidade Territorial	População					Alojamentos				
	1991	2001	2011	Tx.Var 91/01 (%)	Tx.Var 01/11 (%)	1991	2001	2011	Tx.Var. 91/01 (%)	Tx.Var 01/11 (%)
Assares	211	170	141	-19,4	-17,1	95	104	98	9,5	-5,8
Benlhevai	244	214	234	-12,3	9,3	151	151	180	0,0	19,2
Candoso	261	207	158	-20,7	-23,7	171	164	158	-4,1	-3,7
Carvalho de Egas	141	134	114	-5,0	-14,9	94	112	125	19,1	11,6
Freixiel	964	821	640	-14,8	-22,0	507	526	548	3,7	4,0
Lodões	187	142	100	-24,1	-29,6	116	119	113	2,6	-5,0
Mourão	205	139	104	-32,2	-25,2	172	165	151	-4,1	-8,5
Nabo	276	218	144	-21,0	-33,9	196	200	206	2,0	3,0
Róios	217	176	150	-18,9	-14,8	133	115	131	-13,5	13,9
Samões	467	413	338	-11,6	-18,2	232	277	264	19,4	-4,7
Sampaio	260	192	159	-26,2	-17,2	140	129	133	-7,9	3,1
Sta. Comba de Vilarça	535	473	407	-11,6	-14,0	259	266	275	2,7	3,0
Seixo de Manhoses	584	501	469	-14,2	-6,4	281	280	335	-0,4	19,6
Trindade	195	177	162	-9,2	-8,5	148	151	159	2,0	5,3



Unidade Territorial	População					Alojamentos				
	1991	2001	2011	Tx.Var 91/01 (%)	Tx.Var 01/11 (%)	1991	2001	2011	Tx.Var. 91/01 (%)	Tx.Var 01/11 (%)
Vale Frechoso	277	241	189	-13,0	-21,6	150	158	130	5,3	-17,7
Valtorno	418	309	260	-26,1	-15,9	254	255	303	0,4	18,8
Vila Flor	2392	2531	2269	5,8	-10,4	1037	1324	1339	27,7	0,6
Vilarinho de Azenhas	197	140	109	-28,9	-22,1	89	92	80	3,4	-13,0
Vilas Boas	797	715	550	-10,3	-23,1	380	434	504	14,2	15,9
Concelho Vila Flor	8828	7913	6697	-10,4	-15,4	4605	5022	5232	9,1	4,0
Sub-região do Douro	238695	221853	205902	-7,1	-7,2	112558	126877	140278	12,7	10,4

Fonte: PDM em vigor; INE – Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Famílias

Nas últimas décadas são evidentes a diminuição da dimensão média das famílias e uma tendente alteração da estrutura familiar. Estes fenómenos não são particulares do concelho de Vila Flor, mas são extensíveis à generalidade do território nacional.

A análise destas alterações é tanto mais importante quanto se sabe que estes fenómenos têm implicações óbvias na produção de habitação.

Apesar da diminuição da população, isso não se reflete no número de famílias que, na década de 90 apresentou uma taxa de variação na ordem dos -0,5% e na década seguinte de -7,8%.

O número de famílias em Vila Flor, num contexto de progressivo esvaziamento populacional concelhio, deriva, naturalmente, das alterações verificadas na estrutura familiar, que se traduzem na já referenciada diminuição da dimensão média das famílias. Com efeito, em Vila Flor, passou-se de uma dimensão média de 3,1 pessoas/família, em 1991, para 2,7 pessoas/família, em 2001 e 2,4 em 2011(Quadro 54).

Qualquer redução da dimensão média das famílias, sobretudo quando as amplitudes de variação são maiores, tem efeitos diretos na produção de habitação, na medida em que, para um mesmo universo populacional, surgem necessidades de alojamento diferentes (maiores necessidades quanto menor for a dimensão da família¹⁷). Para se compreender o efeito que esta diminuição da dimensão média das famílias tem na produção de habitação, refira-se o seguinte exemplo: se, em 1991, para um universo de 1000 pessoas eram necessários 298 alojamentos, em 2001 seriam necessários, para o mesmo universo, mais 72, ou seja, 370 alojamentos.

¹⁷ Parte-se do pressuposto que a cada família corresponde um alojamento.



Quadro 54: Variação da Dimensão Média das Famílias, por freguesia, no concelho de Vila Flor, 1991 a 2011

Freguesias	Número de Famílias			Taxa de Variação (%)	Taxa de Variação (%)	Pessoas/Família		
	1991	2001	2011	91/01	01/11	1991	2001	2011
Assares	65	65	55	0	-15,4	3,2	2,6	2,6
Benlhevai	91	82	95	-9,9	15,9	2,7	2,6	2,5
Candoso	96	86	73	-10,4	-15,1	2,7	2,4	2,2
Carvalho de Egas	57	59	49	3,5	-16,9	2,5	2,3	2,3
Freixiel	330	316	271	-4,2	-14,2	2,9	2,6	2,3
Lodões	64	65	50	1,6	-23,1	2,9	2,2	2,0
Mourão	82	66	55	-19,5	-16,7	2,5	2,1	1,9
Nabo	102	89	74	-12,7	-16,9	2,7	2,4	2,0
Róios	79	73	66	-7,6	-9,6	2,7	2,4	2,3
Samões	157	148	139	-5,7	-6,1	3,0	2,8	2,4
Sampaio	83	74	66	-10,8	-10,8	3,1	2,6	2,4
Sta. Comba de Vilarça	176	168	146	-4,5	-13,1	3,0	2,8	2,7
Seixo de Manhoses	191	189	189	-1,0	0,0	3,1	2,7	2,4
Trindade	75	78	71	4,0	-9,0	2,6	2,3	2,3
Vale Frechoso	96	97	83	1,0	-14,4	2,9	2,5	2,3
Valtomo	150	130	123	-13,3	-5,4	2,8	2,4	2,1
Vila Flor	760	860	843	13,2	-2,0	3,1	2,9	2,6
Vilarinho de Azenhas	64	51	49	-20,3	-3,9	3,1	2,7	2,2
Vilas Boas	258	265	232	2,7	-12,5	3,1	2,7	2,4
Concelho de Vila Flor	2976	2961	2729	-0,5	-7,8	3,0	2,7	2,4
Sub-região do Douro	75979	77781	78712	2,4	1,2	3,1	2,9	2,6

Fonte: INE – Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Edifícios

Em 2001, o concelho de Vila Flor detinha um parque edificado composto por 4655 edifícios, tendo registado relativamente a 1991, um incremento de 5,4% (+ 237 edifícios). Em 2011 o parque edificado chegou aos 4811 edifícios, uma variação de 3,4%.

Dadas as características rurais do concelho e a consequente tipologia familiar predominante (moradia/edifício com um alojamento), a evolução ocorrida nas diferentes freguesias, ao nível dos edifícios, é muito semelhante à descrita para os alojamentos.



Quadro 55: Evolução dos Edifícios, por freguesia, no concelho de Vila Flor, entre 1991 a 2011

Freguesias	1991	2001	2011	Taxa Var. 91/01 (%)	Taxa Var. 01/11 (%)
Assares	94	102	97	8,5	-4,9
Benlhevai	145	147	172	1,4	17,0
Candoso	170	163	158	-4,1	-3,1
Carvalho de Egas	94	111	125	18,1	12,6
Freixiel	505	525	542	4,0	3,2
Lodões	116	118	113	1,7	-4,2
Mourão	172	164	151	-4,7	-7,9
Nabo	195	197	206	1,0	4,6
Róios	130	110	129	-15,4	17,3
Samões	228	260	262	14,0	0,8
Sampaio	137	128	133	-6,6	3,9
Sta. Comba de Vilarça	249	249	269	0,0	8,0
Seixo de Manhoses	273	276	325	1,1	17,8
Trindade	148	150	158	1,4	5,3
Vale Frechoso	143	149	128	4,2	-14,1
Valtorno	253	254	293	0,4	15,4
Vila Flor	902	1036	989	14,9	-4,5
Vilarinho de Azenhas	89	92	79	3,4	-14,1
Vilas Boas	375	424	482	13,1	13,7
Concelho Vila Flor	4418	4655	4811	5,4	3,4

Fonte: INE – Portugal, Censos 1991, 2001 e 2011

Indicadores médios de ocupação

Os níveis de ocupação dos alojamentos podem ser, genericamente, avaliados, a partir de indicadores médios, tendo por base os alojamentos clássicos ocupados como residência habitual por famílias clássicas.

O concelho de Vila Flor registando valores médios idênticos à região em que se insere, apresentava, em 2011, 0,5 família por alojamento, 1,3 pessoas por alojamento, 0,5 pessoas por divisão e 2,7 divisões por alojamento.

Representando valores médios, estes indicadores escondem, obviamente, situações críticas, nomeadamente situações de famílias que partilham o mesmo alojamento, bem como a existência de alojamentos superlotados e de situações de falta de condições de habitabilidade, como se terá oportunidade de observar, mais adiante.

Quadro 56: Evolução dos Indicadores Médios de Ocupação, em 2011

Indicadores Unidade Geográfica	Divisões/ Alojamento	Famílias/ Alojamento	Pessoas/ Alojamento	Pessoas/ Divisão
Concelho de Vila Flor	2,7	0,5	1,3	0,5
Sub-região do Douro	3,3	0,6	1,5	0,5

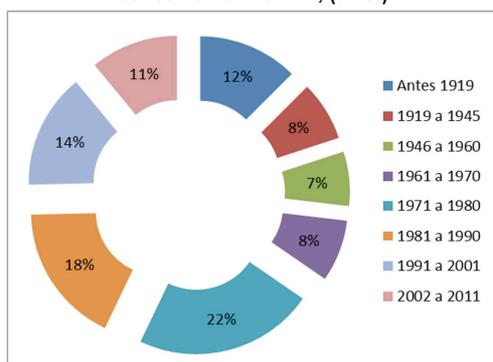
Fonte: INE - Portugal, Censos 2011



11.1.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento

Entre 1971 e 2011, construiu-se mais de metade (73%) do parque edificado existente no concelho de Vila Flor (edifícios de habitação, de comércio e serviços e mistos), refletindo a relativa juventude daquele.

Figura 49: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Vila Flor, (em%)



Fonte: INE - Portugal, Censos 2011

Através do quadro seguinte é possível verificar que as épocas de construção dos edifícios do concelho de Vila Flor distam ligeiramente da região em que se insere (71% dos edifícios da região do Douro são posteriores a 1971, o que indica que o parque edificado do concelho de Vila Flor é relativamente mais jovem do que o da sub-região do Douro.

Internamente, as freguesias cuja evolução relativa foi mais significativa na última década, traduzindo assim uma maior

dinâmica construtiva, foram Vilas Boas, Candoso, Valtorno, e Seixo de Manhoses, Sampaio e Vilarinho de Azenhas.

Quadro 57: Edifícios segundo a época de construção, por freguesia, no concelho de Vila Flor (em %)

Freguesias	Edifícios	Antes 1919	1919 a 1945	1946 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2011
Assares	102	9,8	7,8	7,8	11,8	22,5	25,5	14,7	8,2
Benlhevai	147	9,5	7,5	6,8	12,2	22,4	23,8	17,7	10,5
Candoso	163	0,0	3,7	12,9	11,0	17,2	28,8	26,4	9,5
Carvalho de Egas	111	13,5	9,0	9,9	10,8	29,7	18,9	8,1	11,2
Freixiel	525	21,3	4,4	9,7	9,5	26,5	17,0	11,6	7,2
Lodões	118	14,4	12,7	5,1	13,6	36,4	8,5	9,3	17,7
Mourão	164	11,0	4,9	7,3	8,5	26,2	29,3	12,8	11,3
Nabo	197	14,2	14,7	7,6	5,6	28,9	17,8	11,2	8,3
Róios	110	15,5	0,0	12,7	7,3	30,9	19,1	14,5	12,4
Samões	260	18,1	8,5	6,2	10,4	28,8	16,9	11,2	16,8
Sampaio	128	23,4	5,5	2,3	1,6	32,8	19,5	14,8	18,8
Sta. Comba de Vilarça	249	24,1	4,8	4,0	10,4	29,7	14,1	12,9	16,7
Seixo de Manhoses	276	1,8	2,2	7,6	19,6	33,7	22,8	12,3	13,5
Trindade	150	10,7	8,7	13,3	6,7	30,7	24,0	6,0	15,2
Vale Frechoso	149	43,6	13,4	4,0	4,0	14,1	13,4	7,4	7,8
Valtorno	254	11,8	7,5	4,7	5,5	28,0	18,1	24,4	9,9
Vila Flor	1036	13,2	12,5	8,7	6,3	21,0	20,7	17,6	12,4
Vilarinho de Azenhas	92	0,0	7,6	12,0	16,3	27,2	14,1	22,8	38,0
Vilas Boas	424	6,8	10,6	6,4	6,6	18,2	21,0	30,4	11,6
Concelho de Vila Flor	4655	14,0	8,4	7,8	8,7	25,2	19,7	16,2	12,3
Sub-região do Douro	110307	11,0	10,4	8,9	11,0	18,0	22,0	18,7	12,9

Fonte: INE - Portugal, Censos 2011



Outros dados, obtidos a partir do quadro dos edifícios segundo a época de construção, nomeadamente o número médio de edifícios construídos por ano, tanto no concelho de Vila Flor, como na região do Douro, evidenciam uma dinâmica (média) superior, da região relativamente à verificada no concelho.

Assim, os valores seguintes informam da posição de Vila Flor em relação à média da região em que se insere, em que Vila Flor apresentou, quase sempre um ritmo de construção de edifícios inferior ao ritmo médio do Douro, à exceção da década de 70, em que apresentou um valor superior ao registado na sub-região do Douro.

Quadro 58: Média de Edifícios por ano em Vila Flor e no Douro, entre 1919 e 2011

Período	Média de Edifícios/Ano no concelho de Vila Flor	Média de Edifícios/Ano no Douro
1919 – 1945	15	23
1946 – 1960	26	37
1961 – 1970	45	71
1971 – 1980	131	116
1981 – 1990	101	142
1991 – 2000	75	109
2001 – 2011	71	100

Fonte: INE, Censos 2011

Interessa salientar que a retração na construção de edifícios, na década de 90, relativamente à década anterior, no concelho de Vila Flor é acompanhada pela região do Douro, que se manteve na década seguinte.

11.1.3 Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de alojamentos

Tipo de alojamentos

O parque habitacional do concelho de Vila Flor é constituído, quase na totalidade, por alojamentos clássicos (99,7%), sendo pouco significativo o número de alojamentos não clássicos. Em 2011, existiam apenas 2 alojamentos não clássicos (1 barraca e 1 alojamento improvisado).

Este cenário, referindo-se aos quantitativos em questão, é melhor que o registado nas décadas anteriores (em 1991, existiam, 3 alojamentos não clássicos e 17 em 2001), sendo certo que este fenómeno é pouco relevante no contexto global. No entanto, falar-se em alojamentos clássicos não quer dizer, forçosamente, que existam condições dignas de habitabilidade, pois poderão existir outros contextos que perturbem a habitabilidade, como a partilha de um mesmo alojamento, situações de sobrelotação ou degradação do alojamento. De referir os 20 alojamentos coletivos em, 2011, 11 dos quais na vila, 2 em Samões e um cada em Freixiel, Roios, Sta. Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses, Valtorno, Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas



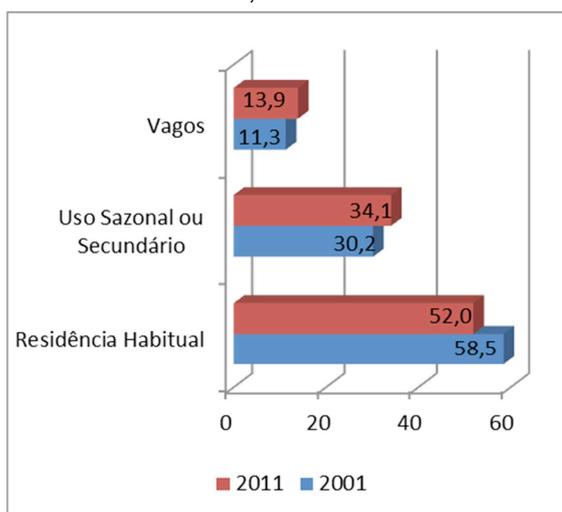
Quadro 59: Tipo de Alojamentos no concelho de Vila Flor, 2001 e 2011

Freguesias	Alojamentos Clássicos		Barracas		Outros		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Assares	104	98	0	0	0	0	104	98
Benlhevai	147	180	0	0	4	0	151	180
Candoso	164	158	0	0	0	0	164	158
Carvalho de Egas	112	125	0	0	0	0	112	125
Freixiel	525	546	0	0	1	1	526	547
Lodões	118	113	0	0	1	0	119	113
Mourão	165	151	0	0	0	0	165	151
Nabo	198	206	0	0	2	0	200	206
Róios	115	130	0	0	0	0	115	130
Samões	276	262	1	0	0	0	277	262
Sampaio	129	133	0	0	0	0	129	133
Sta. Comba de Vilarça	266	274	0	0	0	0	266	274
Seixo de Manhoses	278	333	0	1	2	0	280	334
Trindade	151	159	0	0	0	0	151	159
Vale Frechoso	158	130	0	0	0	0	158	130
Valtorno	255	302	0	0	0	0	255	302
Vila Flor	1319	1328	5	0	0	0	1324	1328
Vilarinho de Azenhas	92	79	0	0	0	0	92	79
Vilas Boas	433	503	0	0	1	0	434	503
Concelho de Vila Flor	5005	5210	6	1	11	1	5022	5212

Fonte: INE - Portugal, Censos 2001 e 2011

Formas de Ocupação

Figura 50: Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Vila Flor, em 2001 e 2011



Fonte: INE - Portugal, Censos 2011

Os alojamentos ocupados como residência habitual representam, 52% dos alojamentos existentes no concelho de Vila Flor, sendo de assinalar que os alojamentos com uso sazonal ou secundário representam 34,1%. Os fogos vagos, (para venda, aluguer, demolição ou outros) representam o peso residual (13,9%).

Esta distribuição das diferentes formas de ocupação do parque habitacional é um claro reflexo das dinâmicas populacionais do concelho, nomeadamente a regressão demográfica que, desde sempre muito



determinada pela emigração, provoca o abandono das habitações que, por sua vez, só são utilizadas pontualmente nos períodos de férias. A evolução mais recente ditou um reforço do peso dos fogos com uso secundário ou sazonal, bem como vagos, e uma diminuição da proporção dos alojamentos de residência habitual, em clara conformidade com o decréscimo demográfico verificado no mesmo período.

Ao nível das formas de ocupação dos alojamentos, o concelho de Vila Flor apresenta uma estrutura um pouco diferente da Região em que se insere (Quadro 60), na medida em que apresenta um peso de alojamentos com uso sazonal e vagos superior ao que se verifica na sub-região.

Quadro 60: Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, 2001 e 2011 (em %)

Freguesias	Residência Habitual (%)		Uso Sazonal ou Secundário (%)		Vagos (%)		Total Alojamentos Familiares (N.º)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Assares	62,5	56,1	32,7	31,6	4,8	12,2	104	98
Benlhevai	53,1	50,0	38,8	35,6	8,2	14,4	147	180
Candoso	51,8	46,2	40,9	50,6	7,3	3,2	164	158
Carvalho de Egas	52,7	39,2	23,2	29,6	24,1	31,2	112	125
Freixiel	59,6	49,3	24,2	31,9	16,2	18,9	525	546
Lodões	52,5	42,5	31,4	54,0	16,1	3,5	118	113
Mourão	40	36,4	51,5	41,7	8,5	21,9	165	151
Nabo	43,9	35,9	37,4	46,1	18,7	18,0	198	206
Róios	63,5	50,8	22,6	23,1	13,9	26,2	115	130
Samões	53,3	53,1	37,7	32,8	9,1	14,1	276	262
Sampaio	57,4	48,9	21,7	19,5	20,9	31,6	129	133
Sta. Comba de Vilarça	61,3	52,6	35,3	38,3	3,4	9,1	266	274
Seixo de Manhoses	67,3	55,9	30,2	36,6	2,5	7,5	278	333
Trindade	51,7	44,7	37,7	35,2	10,6	20,1	151	159
Vale Frechoso	61,4	63,1	19,6	32,3	19	4,6	158	130
Valtorno	51	40,7	42,7	48,7	6,3	10,6	255	302
Vila Flor	64,4	63,1	22,9	29,1	12,7	7,8	1319	1328
Vilarinho de Azenhas	55,4	62,0	44,6	38,0	0	0,	92	79
Vilas Boas	61	45,9	29,3	28,2	9,7	25,8	433	503
Concelho de Vila Flor	58,5	52,0	30,2	34,1	11,3	13,9	5005	5210
Sub-região do Douro	60,6	55,8	28,6	32,1	10,8	12,1	126489	139842

Fonte: INE - Portugal, Censos 2001 e 2011

Internamente, são de salientar os seguintes comportamentos:

- freguesias com peso superior ao do concelho em termos de residência habitual (52%): Assares, Samões, Seixo de Manhoses, Vila Flor, Vilarinho das Azenhas;
- freguesias com um peso de fogos vagos superior ao do concelho (> 13,9%): Benlhevai, Carvalho de Egas, Mourão, Samões, Sampaio, Trindade, Valtorno, , Nabo, Freixiel, Róios e Vilas Boas;

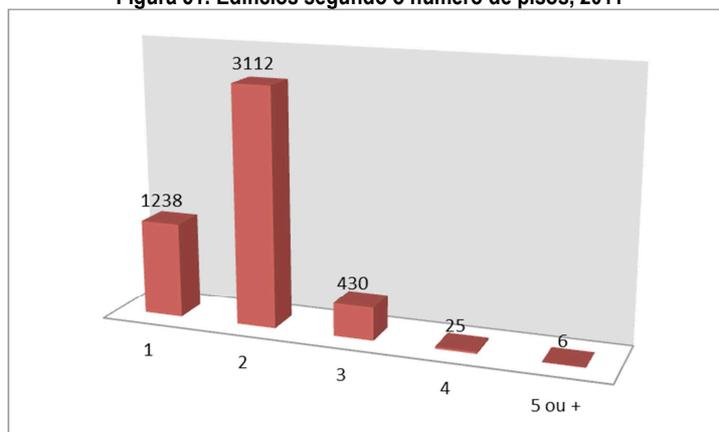


- freguesias com maior componente de fogos afetos ao uso sazonal ou secundário (> 34,1%):
Benlhevai Candoso, Lodões, Mourão, Nabo, Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, Trindade, Valtorno e Vilarinho das Azenhas.

Edifícios segundo o número de pisos

Fazendo jus à sua vocação rural e à tipologia dominante neste contexto, o parque edificado do concelho de Vila Flor, é predominantemente constituído por moradias com dois (65%) e um pisos (26%), existindo, num total de 4811 edifícios, apenas 6 edifícios com cinco ou mais pisos, estando estes últimos situados, maioritariamente na freguesia de Vila Flor (cerca de 31 edifícios com quatro ou mais pisos).

Figura 51: Edifícios segundo o número de pisos, 2011



Fonte: INE - Portugal, Censos 2011

Quadro 61: Edifícios segundo o número de pisos, 2011

Freguesias	1 Piso	2 Pisos	3 Pisos	4 Pisos	5 Pisos ou mais	Total edifícios
Assares	39	55	2	1	0	97
Benlhevai	145	24	3	0	0	172
Candoso	66	86	6	0	0	158
Carvalho de Egas	19	81	24	1	0	125
Freixiel	104	410	28	0	0	542
Lodões	36	76	1	0	0	113
Mourão	34	111	6	0	0	151
Nabo	43	138	25	0	0	206
Róios	38	73	18	0	0	129
Samões	41	208	12	1	0	262
Sampaio	14	111	8	0	0	133
Sta. Comba de Vilarça	126	132	11	0	0	269
Seixo de Manhoses	104	216	5	0	0	325
Trindade	17	139	2	0	0	158
Vale Frechoso	12	105	11	0	0	128
Valtorno	46	235	12	0	0	293
Vila Flor	143	582	237	22	5	989
Vilarinho de Azenhas	14	58	7	0	0	79
Vilas Boas	197	272	12	0	1	482
Concelho de Vila Flor	1238	3112	430	25	6	4811

Fonte: INE – Portugal, Censos 2011



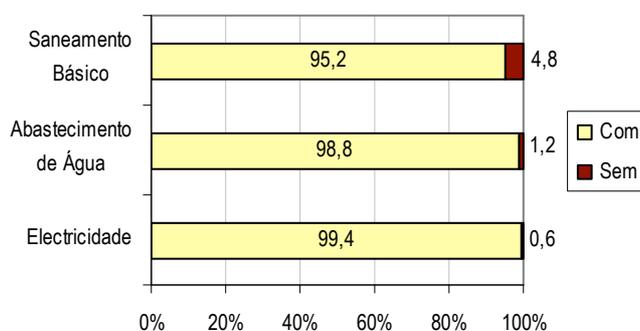
11.1.4 Condições de habitabilidade

As condições de habitabilidade são um importante indicador de avaliação de qualidade de vida da população. Podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores:

- dotação de infraestruturas básicas (eletricidade, abastecimento de água e saneamento básico);
- instalações existentes nos alojamentos (instalações de banho ou duche e sistema de aquecimento);
- tipo de ocupação (simples ou partilhada);
- índices de lotação (sub ou sobrelotação).

No âmbito do serviço de infraestruturas (eletricidade, abastecimento de água e saneamento básico) o concelho está coberto, uma vez, que de acordo com os dados dos Censos 2011 as percentagens de cobertura situavam-se nos 9,5%. Este é um domínio que conheceu melhorias na última década do século XX pois, em 1991 3,6% dos alojamentos não possuía eletricidade (contra 0,6%, em 2001), 7,4% não possuía abastecimento de água (contra 1,2%, em 2001) e 23,4% não possuía esgotos (contra 4,8%, em 2001).

Figura 52: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infraestruturas urbanas, em 2001



Fonte: INE - Portugal, Censos 2001

Quadro 62: Alojamentos Familiares de Residência Habitual sem Infraestruturas Urbanas (%)

Tipo de Infraestrutura	Alojamentos SEM infraestruturas		
	1991	2001	2011
Electricidade	3,6	0,6	-
Abastecimento de Água	7,4	1,2	0,4
Saneamento Básico	23,4	4,8	0,1

Fonte: PDM em vigor; INE – Censos 2001 e 2011



Em 2011, relativamente à situação intraconcelhia, verifica-se que a freguesia de Lodões é a que apresenta maiores carências relativamente ao nível da dotação em infraestruturas urbanas.

Quadro 63: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação em infraestruturas urbanas, por freguesia (%), em 2011

Freguesias	Alojamentos Famil. Ocup Resid. Habit.	Abastecimento de Água		Esgotos	
		Com	Sem	Com	Sem
Assares	55	100	0	99,6	0,4
Benlhevai	90	97,8	2,2	100	0
Candoso	73	100	0	100	0
Carvalho de Egas	49	100	0	100	0
Freixiel	270	98,9	1,1	100	0
Lodões	48	97,9	2,1	98,9	1,1
Mourão	55	100	0	97,9	2,1
Nabo	74	100	0	100	0
Róios	66	97,0	3,0	100	0
Samões	139	98,6	1,4	97,0	3,0
Sampaio	65	100	0	98,6	1,4
Sta. Comba de Vilarça	144	100	0	100	0
Seixo de Manhoses	187	99,5	0,5	100	0
Trindade	71	100	0	99,5	0,5
Vale Frechoso	82	97,6	2,4	100	0
Valtorno	123	100	0	98,8	1,2
Vila Flor	838	100	0	100	0
Vilarinho de Azenhas	49	100	0	100	0
Vilas Boas	231	99,1	0,9	100	0
Concelho de Vila Flor	2709	99,6	0,6	99,6	0,4

Fonte: INE - Portugal, Censos 2011

Relativamente às instalações existentes nas habitações a situação, é hoje, francamente satisfatória, embora não sendo ainda a desejável. Contudo, é de assinalar a evolução claramente positiva registada na última década, atendendo a que, em 1991, cerca de 33% dos alojamentos não possuía este tipo de instalações. Relativamente a sistema de aquecimento, o grande domínio é, naturalmente, a lareira (80%).

A ocupação partilhada de um alojamento (mais de uma família por alojamento), bem como a existência de situações de sobrelotação, denunciam, na maior parte dos casos, a ausência de condições dignas de habitabilidade. No concelho de Vila Flor em 2011, a proporção de alojamentos sobrelotados (famílias a residir em fogos com divisões a menos para a população que nelas residia, chegava aos 9,19%, enquanto que a NUT de referência se situava nos 7,84%.

Em termos da distribuição espacial destes fenómenos, é a freguesia de Santa Comba de Vilarça que regista o maior número de situações de ocupação partilhada, enquanto que os casos de sobrelotação existem,



indiscriminadamente, em todas as freguesias do concelho, embora, em termos absolutos, os maiores registos se verifiquem na freguesia de Vila Flor.

Quadro 64: Proporção de alojamentos sobrelotados, 2011

Freguesias	%
Assares	12,73
Benlhevai	17,78
Candoso	6,85
Carvalho de Egas	4,08
Freixiel	8,15
Lodões	8,33
Mourão	3,64
Nabo	5,41
Róios	7,58
Samões	5,76
Sampaio	3,08
Sta. Comba de Vilarica	10,42
Seixo de Manhoses	8,02
Trindade	5,63
Vale Frechoso	19,51
Valtomo	16,26
Vila Flor	6,68
Vilarinho de Azenhas	6,12
Vilas Boas	18,61
Concelho de Vila Flor	9,19

Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

11.1.5 Parque habitacional municipal

O modelo de atuação do município de Vila Flor, em termos de habitação passa pelas vertentes de produção de habitação, concessão de apoios a pequenas reparações/obras de manutenção e ainda divulgação e promoção de programas do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) como o SOLARH (Programa de Solidariedade à Recuperação de Habitação).

No concelho de Vila Flor, e de acordo com dados disponibilizados pelo município ao INE, existe um bairro social, composto por 32 edifícios de habitação social, num total de 32 fogos, propriedade do município. A quase totalidade dos fogos encontram-se arrendados (faltam entregar 2), com valores médios das rendas na ordem dos 23 euros.



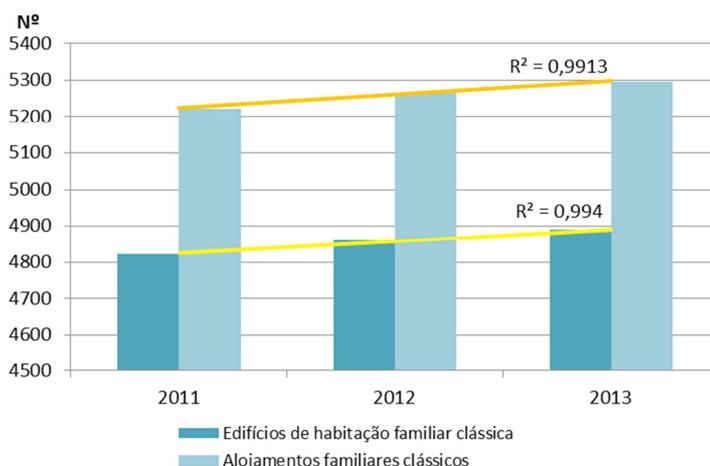
11.1.6 Estimativas do parque habitacional

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, as estimativas do parque habitacional para o período de 2008-2013, demonstram um progressivo aumento quer do número de alojamentos familiares clássicos, como de edifícios, não obstante a estimativa de uma acentuada diminuição dos residentes.

Assim, segundo esta fonte, em 2013, o concelho de Vila Flor detinha um parque habitacional composto por 5296 alojamentos familiares clássicos, distribuídos por 4890 edifícios de habitação familiar clássica.

Comparativamente aos Censos 2011, verifica-se um aumento de 64 alojamentos, e de 79 edifícios, o que se traduz em taxas de crescimento médias anuais de muito baixas. De referir que as estimativas apontam para uma ligeira diminuição do crescimento dos alojamentos familiares, enquanto que no caso dos edifícios a estimativa aponta para um incremento dessa dinâmica, isto para os anos pós 2013.

Figura 53: Estimativas (revistas) do número de alojamentos familiares clássicos e edifícios de habitação familiar clássicos, entre 2004-2009



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2013 e Censos 2011

11.2 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

O parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números é “arriscada” e só permite uma aproximação à realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema.

No presente caso, quando se fala em défices/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população, em função dos escalões de rendimento.

Consideram-se, então, défice/carência habitacional, situações em que:



1. famílias vivem em alojamentos não clássicos;
2. famílias partilham fogos;
3. famílias que, vivendo sozinhas em fogos clássicos, sobreocupam-nos por falta de divisões assoalhadas;
4. famílias vivem em fogos obsoletos (degradados).

Se se atender a que estão devolutos cerca de 13,9% dos alojamentos clássicos, afigura-se imediato concluir que não há necessidade de mais fogos para suprir as carências atualmente existentes. Obviamente, esta é uma análise pouco legítima na medida em que quando se fala em défice/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos, mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Os fogos devolutos, dos quais 63 para venda e 76 para aluguer, não serão provavelmente destinados à população residente nos alojamentos referidos em pontos anteriores, daí **referir-se que se considera carência quando há falta de alojamento a custos adequados aos escalões de rendimento da população e não à falta absoluta de casas que, como se sabe, não é o caso do concelho de Vila Flor.**

Obviamente que neste contexto, devem considerar-se situações de carência habitacional mais premente e preocupante os casos de alojamentos não clássicos, nomeadamente as barracas e outras improvisações, que no caso, e em 2011, eram 2, nos quais residiam 2 famílias.

Como se referiu no início deste sub-capítulo, o parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números é incerta e só permite uma aproximação da realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema, tendo por este mesmo motivo de usar-se vias indiretas e aplicação de ponderações numa tentativa de aproximação à realidade. Daí que, os valores apresentados sejam, obviamente, indicativos. Um conhecimento exaustivo das situações de carência extravasa a escala do PDM, mas será naturalmente importante conhecer num contexto de necessidade de resposta social. A freguesia com maiores carências, será a de Vila Flor, seguida de Freixiel, Santa Comba de Vilariza e Freixiel.

11.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

No passado mais recente (últimos 20 anos) o parque habitacional do concelho de Vila Flor tem sentido o reflexo dos efeitos da sua interioridade, nomeadamente o êxodo da população ativa e o conseqüente esvaziamento das aldeias e abandono das habitações.



Com efeito, o parque habitacional do concelho de Vila Flor era constituído, em 2011, por 5212 alojamentos familiares que albergavam 6697 pessoas, dos quais, apenas, aproximadamente 52% eram ocupados como residência habitual.

Em 2011, a ocupação dos alojamentos é feita de três formas e com pesos bastante diferenciados: residência habitual (52%), ocupação sazonal ou secundária (34%) e fogos vagos (14%). O reforço do peso da ocupação sazonal ou secundária reflete a situação demográfica e económica do concelho.

Relativamente à existência de condições de habitabilidade, a situação é muito satisfatória, tendo-se registado, na última década, melhorias assinaláveis, sendo que a taxa de cobertura das infraestruturas de eletricidade e abastecimento de água é, hoje, muito próxima da cobertura total. Apenas as infraestruturas de saneamento não cobrem, ainda, uma parcela do território, no entanto, deu-se uma evolução bastante positiva.

O peso das situações críticas, nomeadamente, barracas e outras improvisações, sobrelotação, ocupação partilhada, vetustez do parque habitacional, no seu conjunto apresenta uma franca melhoria.

Se se atender a que estão devolutos cerca de 13,9% dos alojamentos clássicos afigura-se imediato concluir que não haveria necessidade de mais fogos para suprir as carências atualmente existentes. Obviamente, esta não é uma análise legítima, na medida em que, quando se fala em défice/carências habitacionais **não se está a referir a falta absoluta de alojamentos, mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.**

É de salientar a existência de um parque habitacional municipal composto por 32 fogos que se encontram arrendados.

As estimativas mais recentes do parque habitacional dão conta de um incremento do número de alojamentos e de edifícios. Assim, em 2013, estima-se que o parque habitacional de Vila Flor seja composto por 5296 alojamentos familiares clássicos e 4890 edifícios.

Na próxima fase do PDM, a este valor de carência será ponderado o número previsível de fogos necessários para colmatar as necessidades que vão surgir no decurso da vigência do presente PDM, determinadas, por sua vez, pela população esperada no horizonte do Plano.



12. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

No âmbito do RJIGT “o Plano Diretor Municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente “:

a) “A caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, ...”

O nível de desenvolvimento sócio-económico de qualquer população mede-se não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos coletivos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos.

Os equipamentos de utilização coletiva possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A sua disseminação pelo território concelhio não é, naturalmente, viável pelo que deve optar-se por uma distribuição equilibrada, em função da dinâmica económica e social do concelho, de forma a ser possibilitado o acesso fácil aos seus potenciais utilizadores. É, neste sentido, que se fez a análise da situação atual e, em fase posterior, serão ponderadas as tendências futuras, em termos de necessidades para cada equipamento, de acordo com o cenário demográfico adotado no Plano Diretor.

Os equipamentos de utilização coletiva existentes no concelho foram identificados na peça desenhada n.º 06.

12.1.1 Metodologia

Os equipamentos coletivos considerados, pelo seu papel essencial de apoio social e de satisfação das necessidades básicas da população, são os seguintes:

- Equipamento escolar
- Equipamento de segurança social
- Equipamento de saúde
- Equipamento desportivo



- Equipamento cultural e recreativo
- Equipamento de prevenção e segurança

São analisadas duas componentes no âmbito das carências atuais e, posteriormente, nas necessidades futuras de equipamento escolar:

- Necessidades quantitativas, que deverão traduzir um ajustamento entre a população utilizadora, específica para cada tipo de equipamento, e o equipamento necessário;
- Necessidades de melhorias qualitativas, de acordo com o estado de conservação atual dos edifícios e com a existência de instalações próprias ou provisórias/adaptadas. A necessidade de melhorias "qualitativas" é representada pelos edifícios em mau estado de conservação e em instalações provisórias/adaptadas, sendo consideradas como carência "quantitativa". Com efeito, estas unidades não estarão nas condições normais de funcionamento, representando muitas vezes perigo, devendo ser, progressivamente, substituídas. Estas situações associadas a outras, em que há subutilização de determinados espaços, deverão conduzir a soluções de melhor gestão e não forçosamente, de mais construção, como normalmente se procede.

Os critérios utilizados na análise e diagnóstico estão em conformidade com as "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos" da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Edição Revista e Atualizada, maio 2002. Estas normas constituem apenas uma base de trabalho de carácter indicativo e relativo, não devendo ser analisadas de forma linear e mecânica. Caso a caso são feitas as adaptações necessárias, de acordo com as características e enquadramento das áreas e equipamentos em estudo.

Os dados populacionais de base datam de 2001, tendo sido os restantes elementos fornecidos pela Câmara Municipal de Vila Flor.

12.1.2 Considerações de destaque

Como já foi referido anteriormente, as tendências demográficas mais recentes apontam, em termos nacionais e regionais, para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem. Esta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de proteção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e,

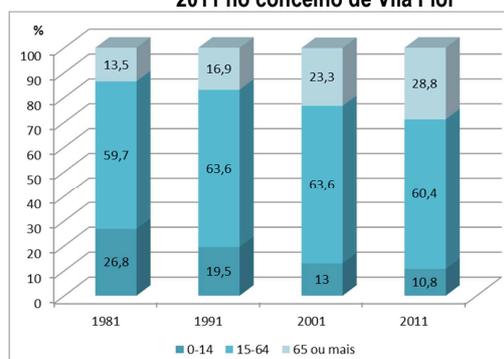


por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Efetivamente, e de acordo com o já mencionado na Caracterização Demográfica (Capítulo 5), o concelho de Vila Flor está a registar um tendencial duplo envelhecimento da sua pirâmide etária, na medida em que se regista um esvaziamento da base, bem como um empolamento do topo.

Não obstante este cenário, a evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Vila Flor acompanham, estruturalmente, a região em que o concelho se insere, embora, em termos gerais, o concelho seja ligeiramente mais velho do que a sub-região do Douro.

Figura 54: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2011 no concelho de Vila Flor



Fonte: PDM em vigor; INE-Portugal, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

Os equipamentos coletivos são destinados à utilização de toda a população concelhia, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas da população.

A análise do dimensionamento de cada tipologia de equipamento face à população que se destina a servir exige, em alguns casos, o conhecimento da idade da população, por grupos etários específicos. Com efeito, se os equipamentos de saúde, desportivos e culturais e recreativos são dimensionados tendo por base a população concelhia total, já os equipamentos de ensino e segurança social destinam-se a populações específicas, nomeadamente crianças, jovens e idosos.

Tendo em conta esta necessidade, apresenta-se, no quadro seguinte, a população por idades para as tipologias de equipamentos ou níveis de ensinos considerados nesta abordagem. De referir que a população entre os 0 e 14 anos passou de 1032 em 2001 para 721 em 2011, correspondendo a menos 311 indivíduos, enquanto a população sénior passou dos 1846 para 1929 numa década.



Quadro 65: População em 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino

Escalão etário	Nível de Ensino e/ou Tipologia do Equipamento	População 2011
0 – 2 anos	Creche	106
3 – 5 anos	Jardim Infantil	116
6 – 9 anos	1º Ciclo do Ensino Básico	211
10 – 11 anos	2º Ciclo do Ensino Básico	113
12 – 14 anos	3º Ciclo do Ensino Básico	175
Sub-total (população jovem)	-	1032
15 – 17 anos	Ensino Secundário	177
> 65 anos (população idosa)	Lares e Centros de Dia	1929

Fonte: INE- Portugal, Censos 2011

12.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR

12.2.1 Educação pré-escolar

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo "a educação pré-escolar é facultativa e destinada a crianças com 3, 4 e 5 anos de idade" (n.º3 e n.º8, do Art.º 5º). Nos termos do artigo 40º da mesma Lei, está determinado que a "educação pré-escolar deve ser realizada em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares em que também seja ministrado o 1º ciclo do ensino básico ou, ainda, em edifícios onde se realizem outras atividades sociais, nomeadamente de educação extraescolar".

A educação pré-escolar (Ensino Pré-Primário) é ministrada nos Jardins de Infância (estabelecimentos da rede oficial - Ministério da Educação/Autarquia, mas também por Instituições de Solidariedade Social e Privados), e, presentemente, as unidades existentes no concelho de Vila Flor, cobrem, globalmente, em termos teóricos e quantitativos, as necessidades da população afeta a este nível de ensino, não significando que caso a caso (análise à freguesia), não existam assimetrias na distribuição dos estabelecimentos face às populações a servir.

No concelho de Vila Flor existem **10 jardins-de-infância (JI)**, nas freguesias de Benlhevai, Candoso, Freixiel, Samões, Santa Comba de Vilarica, Seixo de Manhoses, Vale Frechoso, Vilas Boas e Vila Flor, todos inseridos na rede pública. No total, estes jardins-de-infância ministram educação pré-escolar a cerca de 118 crianças (2012/2013) concluindo-se que a taxa bruta de escolarização é da ordem dos 80% (52 em 2001%). Tendo em consideração que as dinâmicas demográficas do município são regressivas, atualmente as crianças residentes com idade para frequentar a educação pré-escolar se situem em número inferior ao registado em 2001, pelo que a taxa de escolarização é superior. Com este valor, a capacidade instalada fica ainda aquém da meta estabelecida, que prevê a universalização deste nível de ensino no concelho de Vila Flor.



Quadro 66: Ensino pré-escolar (Jardins de Infância) no ano letivo 2012/2013

Freguesias	Designação	Entidade proprietária
Vila Flor	Jardim Infantil da St Casa da Misericórdia	St Casa da Misericórdia
Benlhevai	Jl de Benlhevai	JFB
Freixiel	Jl de Freixiel	CMVF
Samões	Jl de Samões	CMVF
Sta. Comba de Vilariga	Jl de Sta. Comba Vilariga	CMVF
Seixo de Manhoses	Jl de Seixo de Manhoses	CMVF
Vale Frechoso	Jl de Vale Frechoso	CMVF
Vilas Boas	Jl de Vilas Boas	CMVF
Vila Flor	Jl n.º 1 de Vila Flor Jl n.º 2 de Vila Flor	CMVF
Concelho	10 JI	-

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor, 2011; Direção Regional de Educação do Norte, 2011; INE.

Contudo, de acordo com a Carta Educativa de Vila Flor, a capacidade instalada no concelho, neste nível de ensino, responde à procura potencial do número atual de crianças daquele grupo etário, pelo que o reordenamento não prevê a construção de mais edifícios mas sim o alargamento dos horários de funcionamento. É ainda referido que as instalações destes edifícios públicos são adequadas, de qualidade razoável e apetrechadas de material informático e *software* educativo.

12.2.2 Ensino Básico Integrado

"O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de 4 anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos" (n.º1 do Art.º 8º da LBSE) e "a articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspetiva de unidade global do ensino básico" (n.º 2 do Art.º 8º).

1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º ciclo do ensino básico corresponde ao antigo ensino primário, compreendendo a faixa etária dos 6 aos 9 anos.

Em Vila Flor, no ano letivo 2012/2013, existiam 6 estabelecimentos de ensino a ministrar o 1º CEB, nas freguesias de Samões, Santa Comba da Vilariga, Seixo de Manhoses, Vila Flor e Vilas Boas, o que significa que 14 das 19 freguesias já não possuem oferta deste nível de ensino, não obstante a existência do equipamento.

Estes estabelecimentos são frequentados por 207 alunos, distribuídos quase de forma equitativa pelos 4 anos que compõem este nível de ensino. Considerando como população base a de 2011, verifica-se uma taxa de cobertura bruta na ordem dos 98%, apresentando uma taxa de cobertura total.



Quadro 67: 1º Ciclo do Ensino Básico no ano letivo 2012/2013

Freguesia	Nome do estabelecimento de ensino	Estado de Conservação
Samões	EB1 de Samões	Razoável
Sta Comba de Vilarça	EB1 de Santa Comba de Vilarça	Razoável
Seixo de Manhoses	EB1 de Seixo de Manhoses	Razoável
Vilas Boas	EB1 de Vilas Boas	Razoável
Vila Flor	EB1 n.º 1 de Vila Flor EB1 n.º 2 de Vila Flor	Bom Bom
CONCELHO	6 EB1	-

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor, 2011; Direção Regional de Educação do Norte, 2011, INE

Este tem sido o nível de ensino que tem registado as maiores alterações, na medida em que encerraram a maioria dos equipamentos existentes, tendo-se assistido à progressiva implementação da Carta Educativa que previa por um lado o reordenamento deste nível de ensino através do encerramento das escolas com menos de 10 alunos e por outro a criação dos centros escolares.

2º Ciclo do Ensino Básico

O 2º ciclo do ensino básico corresponde ao ciclo preparatório (integra os 5º e 6º anos de escolaridade) e ao escalão etário 10-11 anos.

Este nível de ensino é assegurado por um único estabelecimento, a EB2,3/S Vila Flor, que se localiza na vila sede concelhia. No ano letivo 2012/2012 ministra este nível de ensino a 137 alunos.

Considerando este valor, verifica-se que a taxa de cobertura deste nível de ensino está nos 100%, situação que é, obviamente, bastante satisfatória.

3º Ciclo do Ensino Básico

O 3º ciclo encerra os 9 anos de escolaridade básica e corresponde a um período de 3 anos (7º, 8º e 9º anos), destinado à população com 12, 13 e 14 anos.

Este nível de ensino foi assegurado a 243 alunos (ano letivo 2012/2013) pela EB2,3/S Vila Flor.

Tendo em conta os valores de população em 2001, verifica-se uma taxa de cobertura total.



12.2.3 Ensino Secundário

O ensino secundário corresponde a um ciclo global com a duração de 3 anos e surge no final dos nove anos de escolaridade básica. A faixa etária a que se destina este nível de ensino é a dos 15-17 anos.

Em Vila Flor, este nível de ensino é assegurado pela EB2,3/S Vila Flor a 164 alunos (ano letivo de 2012/2013), na componente de ensino regular.

Este estabelecimento de ensino apresenta uma oferta reduzida de cursos, sendo que só é possível frequentar, em Vila Flor, os cursos de carácter geral dos agrupamentos de Ciências e Tecnologias, Ciências Sócio-Económicas e Ciências Sociais e Humanas, destacando-se a inexistência de cursos tecnológicos. Neste contexto, deverão ser alguns os alunos que se deslocam, diariamente, a concelhos vizinhos para frequentar escolas secundárias.

A taxa de cobertura bruta¹⁸ deste nível de ensino no concelho de Vila Flor, ronda apenas os 25%, o que é manifestamente insuficiente num contexto atual e futuro de “urgência” de elevação dos níveis de escolarização da população portuguesa.

12.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua ação na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

No Concelho de Vila Flor, essa ação passa designadamente por:

- apoio à infância e juventude:
 - Creches
 - Centros ATL
- apoio à população idosa:
 - Lares
 - Centros de Dia e Centros de Convívio
 - Apoio Domiciliário

¹⁸ Quociente entre a população escolarizada e a população escolarizável (com idade entre os 15 e os 17 anos).



12.3.1 Creches

As creches destinam-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 2 anos de idade, durante as horas de trabalho dos pais, visando proporcionar igualdade de oportunidades a todas as crianças, nomeadamente as que concorrem para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social.

De acordo com as normas de programação para este equipamento, a área de irradiação deve estender-se à freguesia e a população base não deverá ser inferior a 5000 habitantes. A unidade mínima não deverá ter menos de 5 crianças, nem a máxima mais de 35.

A existência de equipamento de apoio à infância, em especial no período que antecede a escolaridade obrigatória, torna-se fundamental em áreas onde se verificam elevadas taxas de atividade feminina.

De acordo com a Câmara Municipal de Vila Flor, o concelho de Vila Flor possui, somente, uma creche, localizada na vila sede de concelho, com capacidade para 29 alunos¹⁹, estando a ser utilizada por 29 alunos (ano letivo 2011/2012), traduzindo-se numa taxa de ocupação total.

Tendo em conta que em Vila Flor, em 2011, existiam 106 crianças com idade para frequentar este tipo de estabelecimento, o concelho de Vila Flor apresenta uma taxa de cobertura de aproximadamente 27%, encontrando-se abaixo da meta definida pelo Estado, para 2010, que se cifrava nos 33%. Porém esta taxa de cobertura está a ser definida com base no valor de população de 2011, e considerando que esta tem vindo a diminuir, provavelmente os valores de cobertura serão superiores.

12.3.2 Atividades de Tempos Livres

Os centros de Atividades de Tempos Livres destinam-se a acolher crianças de idade compreendida entre a idade legal de ingresso no ensino básico e os 12 anos e funcionam em dois grupos – manhã e tarde. Nestes centros são desenvolvidas atividades de animação sócio-recreativa com o objetivo da prevenção de situações sociais de risco.

Os critérios de dimensionamento oficiais não apresentam valores indicativos, apenas aconselham a existência destas unidades em situações de elevada percentagem de mão-de-obra feminina e situações de risco social.

De acordo com a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Vila Flor, existem dois ATL a funcionar em Vila Flor, que são frequentados por 131 utentes, num contexto de capacidade máxima de 190 utentes, o que se traduz numa taxa de ocupação/utilização de 69%.

¹⁹ Segundo dados disponíveis pela Carta Social, em www.cartasocial.pt, relativos ao primeiro trimestre de 2011. A indicação da CM de Vila Flor é de uma capacidade superior, na ordem dos 90 utentes, porém assume-se que essa é a capacidade conjunta de creches e centros de tempos livres.



Quadro 68: ATL em Vila Flor (ano letivo de 2013/2014)

Freguesias	Capacidade (N.º de utentes.)	Utentes (N.º)	Entidade Proprietária
Vila Flor	40	22	SCMVF ²⁰
	150	109	CSPSBVFL ²¹
Total	190	131	-

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor, www.cartasocial.pt

12.3.3 Lares, Centros de Dia e Centros de Convívio

É cada vez mais preocupante e problemática, a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos os problemas que lhes são inerentes. Estas questões deverão ser tratadas com mais acuidade, devendo começar-se a pensar no conjunto de condições, que forçosamente terão de vir a ser criadas, de resposta a este fenómeno emergente.

Entre outras consequências, aparentemente mais importantes, coloca-se, precisamente, a matéria que, em termos de ordenamento do território, é a mais relevante, ou seja, a da necessidade de serviços especializados de alojamento (em termos de quantificação e de espacialização).

Até à data, os equipamentos comuns de apoio aos idosos são os lares, centros de dia e/ou centros de convívio. O recurso ao Lar obriga ao abandono das casas e, normalmente, tem implícita uma maior dependência dos idosos. Os Centros de Dia têm por objetivo evitar o isolamento dos idosos, favorecendo as relações pessoais e permitem colocar, à disposição dos idosos, formas de ajuda adequadas à sua situação, não obrigando, desta forma, ao abandono das suas casas.

É possível encontrar no concelho de Vila Flor, seis lares para idosos, nove centros de dia e um centro de convívio, e uma Unidade de Apoio Integrado, distribuídos pelas freguesias de Freixiel, Nabo, Róios, Samões, Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, Valtorno, Vilas Boas e Vila Flor. A maior parte dos equipamentos encontra-se subocupado, com exceção do lar em Seixo de Manhoses, Sta. Comba de Vilarça, e em Vila Flor (2 deles), e a Unidade de Cuidados Continuados em Vila Flor, que funcionam com uma taxa de ocupação total. No global, a taxa de ocupação média dos equipamentos é de 65%, tendo passado de 73% em 2011, refletindo a diminuição do número de utentes e o aumento da capacidade total.

²⁰ Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor

²¹ Centro Social e Paroquial de São Bartolomeu de Vila Flor



Quadro 69: Lares, Centros de Dia e Centros de Convívio, no Concelho de Vila Flor, 2014

Freguesias	Tipologia	Capacidade (N.º de utentes.)	Utentes (N.º)	Entidade Proprietária	
Freixiel	Lar	25	22	SCMVF	
	Centro de Dia	30	8		
Nabo	Centro de Dia	30	14		
Róios	Centro de Dia	20	6		
Samões	Centro de Dia	25	10		
Sta. Comba de Vilarça	Lar	18	18		
	Centro de Dia	20	3		
Seixo de Manhoses	Lar	18	18		
	Centro de Dia	20	6		
Valtorno	Centro de Dia	25	9		
Vilas Boas	Centro de Dia	15	7		
Vila Flor	Lar	60	54		
	Lar	30	30		
	Lar	19	19		
	Centro de Dia	10	5		
	Centro de Convívio	25	20		CSPSBVF
	Unidade de Apoio Integrado	20	20		SCMVF
Total	17 equipamentos-	410	269	-	

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor; Carta Social

12.3.4 Apoio domiciliário

O apoio domiciliário é considerado a forma mais eficaz e económica de resolver o problema do apoio à população idosa, não só por não implicar o abandono do meio familiar, com as consequências psicológicas e sociais que daí advêm, como também porque a sua existência é menos dispendiosa do que a manutenção de lares.

A ajuda domiciliária pode incluir serviços de alimentação, higiene e conforto, assim como trabalhos caseiros e percursos ao ar livre.

Quadro 70: Apoio domiciliário (idosos e integrado) no concelho de Vila Flor, em 2014

Freguesias	Capacidade	Utentes
Freixiel	20	9
Santa Comba de Vilarça	20	16
Seixo de Manhoses	25	20
Vila Flor	20	17
	30	30
Concelho	115	92

Fonte: Carta Social, 2011



No concelho, o apoio domiciliário complementa a intervenção do município neste grupo etário. Existem unidades de apoio domiciliário nas freguesias de Freixiel, Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses e Vila Flor (2 unidades), que no global prestam apoio a 92 utentes num contexto de capacidade para 115 utentes.

No seu conjunto, os equipamentos e as valências de assistência à terceira idade (lares, centros de dia e apoio domiciliário) apenas presta apoio a 361 idosos, num contexto de capacidade para 525 idosos. Se utilizarmos como referencia os valores dos censos para este grupo etário, para o ano de 2011, verificamos que a taxa de cobertura está na ordem dos 27%, sendo uma dotação razoável no contexto da sub-região onde se insere.

A distribuição espacial dos vários equipamentos demonstra que as taxas de cobertura territorial são bastante díspares consoante a tipologia, sendo que aquele que detém uma maior cobertura é o apoio domiciliário.

Quadro 71: Taxa de Cobertura das Freguesias servidas de equipamentos de apoio social à 3ª idade

Valências	Freguesias servidas	Taxa de Cobertura %
Lares	4	21%
Centros de Dia	9	47%
Apoio Domiciliário/Integrado	16	84%

Fonte: Diagnóstico Social

12.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE

O equipamento de saúde considerado integra as seguintes tipologias: Centros de Saúde, Extensões de Saúde e Farmácias.

12.4.1 Centros de Saúde e Extensões

Os centros de saúde constituem o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde, cujo objetivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados. Em termos indicativos o Centro de Saúde deverá ser dimensionado tendo por base entre 25.000 e 30.000 pessoas. As extensões deste centro justificam-se em zonas de fraca acessibilidade da área de influência do centro de saúde.

Existe somente um Centro de Saúde em Vila Flor não havendo extensões ativas do mesmo nas várias freguesias que integram o concelho de Vila Flor. Apesar desta situação, existe uma Unidade Móvel de Saúde que percorre o concelho, não tendo sido possível aferir, até ao momento, qual a frequência de visita desta unidade móvel, nem tão pouco o tipo de serviço que presta.



Relativamente aos recursos humanos, de acordo com dados de 2008, veiculados no Diagnóstico Social existem 43 pessoas a trabalhar no Centro de Saúde, sendo que destes 5 são médicos, 13 enfermeiros, 11 administrativos, 11 auxiliares de ação médica, 1 técnico de serviço social, 1 psicólogo e 1 técnica de saúde ambiental.

O rácio de médicos no município de Vila Flor é de 0,5 médicos por cada 1000 habitantes e de enfermeiros é de 4 por cada 1000 habitantes. Enquadrando estes valores nos nacionais verifica-se uma dotação pouco satisfatória em termos de médicos, já que o rácio nacional é de 4 médicos por cada 1000 habitantes. Em termos de enfermeiros os valores já são mais aproximados (média nacional 6 enfermeiros/1000 habitantes).

Esta situação, aliado ao tendencial envelhecimento da população, e à inexistência de extensões ativas nas várias freguesias, aponta para uma melhor dotação ao nível dos equipamentos de saúde.

12.4.2 Farmácias

A implantação de farmácias, está condicionada à capitação de pelo menos 3500 habitantes/farmácia e a uma área de irradiação de 350 metros, segundo os dados oficiais.

No concelho de Vila Flor, existem 2 farmácias que se localizam na freguesia de Vila Flor.

Em relação à capitação farmácia/habitantes, o concelho encontra-se com uma dotação ajustada à recomendada oficialmente (3500 habitantes * 2 farmácias = 7 000 habitantes), já que Vila Flor possuía cerca de 6697 habitantes, em 2011.

12.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Na análise da situação dos equipamentos desportivos do concelho de Vila Flor consideram-se todas as áreas desportivas existentes, cujo acesso e prática desportiva são facultados à população em geral, incluindo os recintos integrados no parque escolar.

Segundo as Normas para a Programação de Equipamentos Coletivos (GEPAT) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída **a quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante**. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem carácter rígido e que deve adaptar-se com a necessária flexibilidade às variáveis específicas de cada território. São predominantes os grandes campos de jogos (18), seguidos pelos pequenos campos de jogos (6). Em menor número, existem 2 piscinas, um pavilhão/sala de desporto e uma pista de atletismo



Verificam-se grandes desigualdades espaciais na distribuição destes equipamentos quando aferidos com a população residente. Com efeito, temos áreas úteis/habitante que oscilam entre 1 m²/habitante, na freguesia de Freixiel, e 55,4 m²/habitante, em Mourão, num contexto em que todas as freguesias, à exceção de Lodões e Sampaio, possuem pelo menos uma instalação desportiva. O concelho apresenta uma área desportiva útil/habitante de 8,6 m²/habitante. Porém, esta situação aparentemente “excessiva” de instalações desportivas no concelho de Vila Flor, não significa propriamente que existiam condições necessárias para a boa prática desportiva em todas as freguesias, pois estes índices de área desportiva útil refletem, em muitos casos, freguesias com pouca população e cuja única infraestrutura desportiva existente é o campo de futebol, que normalmente apresenta uma dimensão útil funcional bastante elevada, e como tal, empola o valor do índice de área desportiva útil/habitante²².

Quadro 72: Número e área (m²) das instalações desportivas, por freguesia, em 2011

Freguesias	Área útil/habitante	Área Total (m ²)	Grandes Campos de Jogos (C. de Futebol,...)		Pequenos Campos de Jogos (Polidesportivos,...)		Pavilhões e Salas de Desporto		Piscinas		Pistas de Atletismo	
			N	Área (m ²)	N	Área (m ²)	N	Área (m ²)	N	Área (m ²)	N	Área (m ²)
Assares	20,4	3465	1	3465								
Benlhevai	18,2	3888	1	3888								
Candoso	12,2	2528	1	2528								
Carvalho de Egas	36,5	4896	1	4896								
Freixiel	1,0	800			1	800						
Mourão	55,4	7700	1	7700								
Nabo	9,7	2108	1	2108								
Róios	4,5	800			1	800						
Samões	14,5	6000	1	6000								
Sta. Comba de Vilarica	10,5	4986	1	4186	1	800						
Seixo de Manhoses	7,5	3760	1	2960	1	800						
Trindade	12,8	2270	1	2270								
Vale Frechoso	16,6	4002	1	4002								
Valtorno	12,0	3696	1	3696								
Vila Flor	6,6	16664	3	10462	1	800	1	4648	2	300*	1	454
Vilarinho das Azenhas	35,7	5000	1	5000*								
Vilas Boas	15,0	10800	2	10000*	1	800						
Concelho	8,6	68063	18	58161	6	4800	1	4648	2	300	1	454

*Por não terem sido fornecidas informações quanto à dimensão, utilizaram-se como valores de referência, a dimensão funcional útil reduzida indicada para as tipologias em questão, de acordo com as Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

²² Fonte: COSTA, Diogo (2003) – Levantamento das infraestruturas desportivas do concelho de Vila Flor. Monografia apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no âmbito da licenciatura em Educação Física e Desporto.



A repartição da área total pelas três grandes tipologias ressalva um aparente excesso de salas de desporto em detrimento das restantes tipologias. Não obstante tendo em conta que apenas existe uma sala de desporto no concelho devemos encarar estes valores como meramente indicativos.

Quadro 73: Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia, em 2010

Tipologias	Área Recomendada (%)	Área Existente em Vila Flor(%)
Ar livre	95%	92,8%
Salas de Desporto	2 a 2,5%	6,8%
Superfícies de plano de água	1,5%	0,4%

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

Não obstante as considerações anteriores, tendo em consideração a dotação atual e a tendência para o envelhecimento demográfico, o concelho de Vila Flor encontra-se razoavelmente dotado ao nível do equipamento desportivo.

12.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO

O equipamento cultural, enquanto estrutura física fixa, não traduz, necessariamente, a atividade cultural de um concelho ou região, estando esta, sobretudo, dependente de uma política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas. A oferta de equipamento cultural, em termos de estruturas fixas demonstra a polarização de Vila Flor, encontrando-se nesta um centro cultural, uma biblioteca, e um museu. Existe ainda uma casa museu em Benlhevai.

Em termos de distribuição territorial, a maioria destes equipamentos concentra-se, naturalmente, na sede concelhia, num contexto em que as freguesias de Candoso, Carvalho de Egas, Lodões e Mourão não possuem um único equipamento cultural.

Quadro 74: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2011

Tipologia do equipamento	N.º de Unidades	Freguesia
Centro Cultural	1	Vila Flor
Biblioteca	1	Vila Flor
Museu	2	Vila Flor, Benlhevai
Associação Desportiva, Cultural e Recreativa	21	Benlhevai, Freixiel, Nabo, Róios, Samões, Sta.Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, Trindade, Vale Frechoso, Vila Flor e Vilas Boas

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

É de salientar, contudo, a atividade associativa do concelho, marcada pela existência de um vasto conjunto de associações, com incidência para as atividades desportivas, culturais e recreativas.



Quadro 75: Associações culturais, recreativas e desportivas, em 2011

Freguesia	Associação
Benlhevai	- Associação Cultural e Desportiva de Benlhevai
Freixiel	- Associação Cultural e Desportiva de Freixiel - Associação Cultural do Vieiro - Grupo Desportivo de Folgares
Nabo	- Associação Desportiva e Cultural do Nabo
Róios	- Grupo Desportivo de Róios
Samões	- Associação Cultural e Desportiva de Samões
Sta. Comba de Vilariça	- Grupo Desportivo de Santa Comba de Vilariça
Seixo de Manhoses	- Associação Cultural e Desportiva de Seixo de Manhoses
Trindade	- Associação Cultural de Trindade
Vale Frechoso	- Associação Cultural e Desportiva de Vale Frechoso
Vila Flor	- Associação Cultural e Recreativa de Arco - Associação Cultural e Recreativa de Vila Flor - Clube de Caça e Pesca de Vila Flor - Grupo de Escuteiros de Vila Flor - Grupo Motard de Vila Flor - Liz Aventura - Motor Clube - Ténis Clube de Vila Flor - Vila Flor Sport Club
Vila Boas	- Associação Cultural e Recreativa de Vilas Boas

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

12.7 EQUIPAMENTO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

As instituições de prevenção e segurança existentes no concelho de Vila Flor são a **GNR** e os **Bombeiros**, ambos localizados na vila de Vila Flor. Ambos funcionam em instalações próprias, com bom estado de conservação e com dimensões suficientes, no caso do Posto da GNR, e reduzidas, no caso do Quartel dos Bombeiros.

Quadro 76: Prevenção e Segurança no concelho de Vila Flor, em 2011

Tipo de Unidade	Freguesia	N.º de Efetivos	Tipo de Instalações	Estado de Conservação	Dimensão
Posto da GNR	Vila Flor	21	Próprias	Bom	Suficientes
Quartel dos Bombeiros		50	Próprias	Bom	Reduzidas

Fonte: Câmara Municipal de Vila Flor

Estas instituições integram a Comissão Municipal de Proteção Civil, onde também estão representadas a Câmara Municipal, o delegado de saúde concelhio, a Segurança Social e Solidariedade e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. De acordo com a Lei nº 62/2007, compete à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), assegurar que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de



proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

12.8 SÍNTESE CONCLUSIVA

O concelho de Vila Flor encontra-se, em termos globais, **razoavelmente dotado de equipamentos**, quando dimensionados em função dos quantitativos populacionais em presença, existindo, contudo, alguns domínios onde ainda se deverá intervir, de modo a dar uma resposta mais adequada às necessidades atuais e previsíveis da população.

Na ótica da distribuição espacial dos equipamentos coletivos, verificam-se grandes discrepâncias entre as várias freguesias, observando-se uma expectável concentração na sede de Concelho surgindo as freguesias de Santa Comba de Vilariça e Seixo de Manhoses, as segunda e terceira melhor equipadas, por oposição às freguesias de Lodões e Sampaio, que apresentam uma menor dotação.

Um aspeto fundamental na análise e avaliação dos equipamentos coletivos é o significativo envelhecimento demográfico da população concelhia: i) envelhecimento na base da pirâmide: reduzida dimensão da população jovem e ii) significativa percentagem de população idosa. Este facto obriga a pensar, em termos estratégicos, que a dotação de equipamentos coletivos deverá ser reforçada no setor de apoio da população idosa e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitado para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Uma avaliação por tipo de equipamentos, permite salientar os seguintes aspetos:

- a nível **escolar**, o concelho encontra-se bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença: dez jardins de infância, seis escolas básicas do 1º ciclo e uma Escola Básica de 2º e 3º Ciclo e Secundária. O reordenamento nesta matéria deverá seguir as diretrizes que constam na Carta Educativa.
- os serviços de **saúde** são assegurados unicamente pelo Centro de Saúde de Vila Flor, e por uma unidade móvel de saúde que percorre o concelho. É ainda possível encontrar duas farmácias, localizadas na freguesia de Vila Flor.
- ao nível do **apoio à infância**, há a registar a existência de uma creche e de dois ATLS, localizados na freguesia de Vila Flor;
- ao nível do apoio à **3ª idade**, existem algumas estruturas de apoio, que passam pela existência de seis lares, nove centros de dia, um centro de convívio e uma unidade de cuidados continuados,



estando estas estruturas localizadas nas freguesias de Freixiel, Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, e Vila Flor.

- na oferta de equipamento **desportivo** o concelho está equipado com diversas valências, sendo possível encontrar as seguintes tipologias: 18 grandes campos de jogos (campos de futebol...), 6 pequenos campos de jogos (campos polidesportivos, campo de ténis), 1 pavilhão e/ou sala de desporto, duas piscinas e uma pista de atletismo.
- no âmbito do equipamento **cultural**, a oferta é reduzida, resumindo-se, em termos de estruturas fixas, à existência de: um centro cultural, 2 museus, e 1 biblioteca. É de salientar a forte atividade associativa do concelho, materializada na existência de 21 coletividades, com incidência para as atividades desportivas, culturais e recreativas.

Em síntese, está-se em presença de um concelho razoavelmente equipado quando dimensionado com a respetiva população, havendo, no entanto, espaço para:

- Incrementar a dotação de estruturas sociais de apoio tanto a crianças (creches) como aos idosos (sobretudo lares e apoio domiciliário);
- Incrementar a dotação e melhorar as condições de prestação dos equipamentos de saúde;
- Aumentar e diversificar a oferta cultural, estendendo-a, sobretudo, às freguesias que não possuem qualquer tipo de equipamento cultural.



13. REDE VIÁRIA, TRANSPORTES E MOBILIDADE

Sendo as infraestruturas de transportes, os próprios transportes, as acessibilidades e a mobilidade conceitos intimamente relacionados e que se intersejam nos seus objetivos, pretende-se com o presente capítulo caracterizar o território concelhio no que respeita à sua rede viária e ao serviço de transporte público existente, procurando estabelecer uma análise dos seus atuais níveis funcionais e operacionais.

Metodologicamente, esta caracterização foi desenvolvida com base numa recolha de elementos diversos, nomeadamente junto da Autarquia, da Estradas de Portugal, SA, dos operadores de transporte que efetuam serviço no concelho, bem como do levantamento de campo efetuado, que permitiu aferir a real situação da rede viária e dos sistemas de transporte concelhio.

O tratamento da informação recolhida, possibilitou a caracterização do sistema de transportes nas suas diferentes vertentes, identificando os seus principais estrangulamentos e deficiências, numa ótica de prospeção que permita antever e estabelecer as principais linhas de orientação a preconizar na presente Revisão do PDM neste domínio, alicerçando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção adequada que possibilite a melhoria efetiva quer da função mobilidade quer da função acessibilidade.

É unânime que a promoção de uma mobilidade sustentável é um contributo fundamental na melhoria da qualidade de vida das populações. Neste contexto, os PMOT, por serem instrumentos de gestão do espaço, devem ser documentos capazes de fomentar esta mobilidade sustentável dos cidadãos. Atualmente pretende-se que estes planos promovam a valorização do cidadão multimodal, estimulando as deslocações a pé, qualificando os acessos aos transportes públicos e regando a circulação do transporte individual nas áreas urbanas. Assim, deve ser no pressuposto de concretização destes objetivos que devem ser orientadas as futuras propostas da revisão do PDM, sendo por isso fundamental conhecer a realidade atualmente em presença no concelho de Vila Flor.

Assim, nesta 1ª fase procede-se à análise e caracterização da rede viária concelhia, nomeadamente, no que diz respeito à sua inserção na rede exterior, acessibilidades servidas, estrutura e hierarquia atual e das suas características físicas e geométricas (extensões, perfis transversais, traçado, pavimentação, etc.), salientando ainda alguns dos aspetos mais significativos relativamente às suas perspetivas de evolução no prazo de vigência do presente Plano Diretor Municipal. É também efetuada uma análise sumária das características mais relevantes do tráfego nas vias da rede nacional – intensidade, composição, evolução recente – tendo por base os dados disponíveis a partir dos recenseamentos das EP, S.A..

Por último, é caracterizado o serviço de transporte público de passageiros existente, incidindo sobretudo no domínio da oferta e da qualidade do serviço prestado.



13.1 REDE RODOVIÁRIA

13.1.1 Inserção Nacional, Regional e Local

13.1.1.1 Principais Ligações à Rede Exterior

As funções desempenhadas pelas vias, nomeadamente no que se refere aos níveis de acessibilidades servidos, apresentam-se como fator determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, constituindo objeto de análise a verificação do seu ajustamento à estrutura, características e importância dos troços que integram a rede concelhia.

Deste modo, a análise da sua inserção na rede exterior assume papel fundamental na compreensão das relações estabelecidas com os principais pólos de geração/atração de deslocações, relacionadas, em larga medida, com a qualidade das ligações existentes.

Situado na Sub-região do Douro o território concelhio é servido por três eixos viários integrados na **Rede Nacional** no âmbito do PRN2000 em vigor, os quais, atendendo à estrutura da rede existente e à sua inserção territorial, desempenham as principais funções a este nível:

- O **IP2** desenvolve-se no sentido Norte/Sul ao longo do seu extremo Nascente e assegura, destacadamente, o conjunto mais relevante de ligações externas:
 - Na **direção Norte**, à zona Nordeste da Sub-região de Alto Trás-os-Montes e a Bragança (sede de distrito) através da sua articulação com o IP4 junto a Macedo de Cavaleiros, cuja continuidade estabelece a ligação à fronteira terrestre de Quintanilha;
 - Na **direção Sul**, apesar dos condicionalismos impostos pelas suas características de traçado – manifestamente inadequadas à importância estratégica que assume a nível regional –, assegura a totalidade das ligações às regiões Centro e Sul do País, possibilitando, através da conexão ao IP5/A25 (Celorico da Beira), um vasto conjunto de acessibilidades, entre as quais, ao litoral (IP1/A1), bem como, naturalmente, a ligação à fronteira internacional de Vilar Formoso;
- O recente **IC5** que permite a ligação mais favorável à região Norte (litoral), e ao distrito de Vila Real e Bragança, favorecendo também as ligações locais aos concelhos vizinhos a leste e oeste de Vila Flor;



- O eixo formado pelas **EN213 e EN214** atravessa longitudinalmente toda a região central – servindo Vila Flor a reduzida distância – assegura, apesar da sua orientação, as ligações mais favoráveis a Vila Real e ao Porto (via IP4/A4), tendo a EN213 (ligação a Mirandela e ao IP4) sido objeto de intervenções de beneficiação que se traduziram numa melhoria substancial dos seus parâmetros de mobilidade e segurança;
- O Eixo de ligação norte/sul correspondente à **EN102** que permite a ligação local com Macedo de Cavaleiros e Torre de Moncorvo, alternativa ao IP2;
- Quanto à **EN215**, o troço assinalado no quadro anterior desenvolve-se a partir da EN102 imediatamente após o limite do Concelho (Junqueira), assegurando a ligação a Alfândega da Fé e à zona do “Planalto Mirandês” correspondente ao **IC5**;
- Por fim, a **ant. EN314** assegura uma ligação alternativa ao IP4 na direção Poente – através de vias municipais dos concelhos limítrofes –, permitindo um encurtamento razoável da distância a percorrer, em detrimento da mobilidade acrescida e do conforto de utilização proporcionado pela ligação através da EN213 e do IP4 (via Mirandela).

Quadro 77: Principais ligações à rede exterior

Via	Principais Ligações Asseguradas (Nível)		
	Nacional / Internacional	Regional	Local
IC5	Região Norte	Vila Real e Bragança	Murça, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé, Mogadouro e Miranda do Douro
IP2	Lisboa Região Sul Região Centro Fronteira Quintanilha (IP4) Fronteira Vilar Formoso (IP5/A25)	Bragança Alto de Trás-os-Montes Guarda Viseu	Macedo de Cavaleiros Torre de Moncorvo
EN102		Bragança Alto de Trás-os-Montes Guarda Viseu	Macedo de Cavaleiros Torre de Moncorvo
EN213	Porto Fronteira Vila Verde da Raia	Vila Real Alto de Trás-os-Montes Litoral Norte	Mirandela
EN214			Carrazeda de Ansiães
EN215			Alfândega da Fé
Antiga EN314		Vila Real ⁽¹⁾	

(1) Ligação ao IP4 via Abreiro e Avidagos (EM582)

Das restantes, destacam-se as funções desempenhadas pelas seguintes vias: a **ant. EN324** cuja continuidade a partir da região Sul do território (Vale de Torno) serve uma ligação à Foz do Sabor e ao IP2; a **ant. EN15-4** que serve acessibilidades de Vilarinho das Azenhas na direção Norte (IP4 e Mirandela); a **EM578 e EM587**, ambas



situadas na zona Nordeste Concelho e com ligação à EN102 e ao IP2, nas ligações secundárias aos concelhos de Mirandela (ligação à EN213) e Alfândega da Fé (ligação à EN215 (IC5)).

Para além destas, existe ainda um conjunto significativo de vias municipais que asseguram ligações exteriores de importância nitidamente inferior a nível concelhio, servindo sobretudo o acesso de zonas mais periféricas aos concelhos limítrofes.

13.1.1.2 Análise das Acessibilidades Externas

A acessibilidade entre dois locais é sempre determinada em função da distância e das características das infraestruturas viárias que os unem. Assim, a análise que seguidamente se apresenta foi efetuada tendo por base estes dois elementos, procurando traduzir as acessibilidades mais favoráveis servidas pelo conjunto de vias existente, apresentando-se no quadro seguinte as distâncias registadas entre Vila Flor e os principais pólos geradores de importância nacional, regional e local.

Quadro 78: Distâncias da sede de concelho aos Principais Pólos Geradores

Nível Hierárquico	Designação	Distância (km)	Principais Vias Utilizadas
Nacional	Lisboa	425	EN608, EN102, IP2, IP5/A25, IP2/A23, IP6/A23, IP1/A1
	Porto	175	EN213, IP4, IP4/A4
	Coimbra	220	EM608, EN102, IP2, IP5/A25, IC12, IP3, IC2
Regional	Bragança	80	ant. EN214, EN102, IP2, IP4
	Vila Real ⁽¹⁾	80	EN213, IP4
	Guarda	115	EM608, EN102, IP2, IP5/A25
	Viseu	145	EM608, EN102, IP2, IP5/A25
Local	Macedo de Cavaleiros	41	ant. EN214, EN102, IP2
	Mirandela	25	EN213
	Alfândega da Fé	28	EM608, EN102, IP2, EN215, IC5
	Torre de Moncorvo	29	EM608, EN102, IP2, EN220
	Carrazeda de Ansiães	18	EN214
	Mogadouro	60	IC5
Fronteiras	Quintanilha	110	ant. EN214, EN102, IP2, IP4
	Miranda do Douro	105	EM608, EN102, IP2, EN215/ EN315/ EN221, IC5
	Vilar Formoso	150	EM608, EN102, IP2, IP5/A25

(1) Distância via ant. EN314 (Abreiro) e EM582 (Avidagos) inferior em 9km.

Deste modo, se a localização geográfica do concelho tem como consequência natural uma reduzida acessibilidade aos principais pólos de **nível nacional**, esta circunstância é significativamente agravada pelas deficientes características de alguns eixos da Rede Nacional que servem a região, atenuadas pela



implementação do IC5 que, assegurou a ligação concelhia ao IP4, a Poente, e ao “Planalto Mirandês”, a Nascente – ou de apresentarem características pouco adequadas às funções desempenhadas – como sucede no caso do IP4 a nascente de Amarante, do IP2 (Macedo de Cavaleiros/IP4 - Trancoso/IP2) ou do IP3 (Viseu/IP5/A25 - Coimbra/IP1) – não garantem os desejáveis padrões de utilização e mobilidade.

A **nível regional**, à exceção de Bragança e de Vila Real, situadas a distâncias moderadas e beneficiando de ligações com características razoáveis, o grau de acessibilidade relativamente aos restantes pólos considerados é, globalmente, reduzido, sendo igualmente condicionado pelos fatores atrás enunciados.

Por seu turno, tendo em consideração o tipo de relações de proximidade existentes, a **acessibilidade local** (ligações às sedes de concelho limítrofes) deverá ser considerada como média a elevada, assumindo as cidades de Mirandela e Macedo de Cavaleiros alguma relevância enquanto pólos geradores de deslocamentos.

Por último, registe-se a equidistância relativamente às duas **fronteiras internacionais** mais importantes que servem a Sub-região do Alto Trás-os-Montes, beneficiando a ligação a Quintanilha de condições mais favoráveis em virtude da articulação entre o IP2 e o IP4, aspeto de destaque enquanto fator de desenvolvimento económico do concelho e da região em que se insere.

Importa referir que, a análise efetuada teve por referência a sede de concelho, beneficiando duma localização relativamente central em relação ao restante território e da proximidade a alguns dos eixos rodoviários mais importantes em termos de ligações externas. Deste modo, estes padrões de acessibilidade são naturalmente diferenciados em termos espaciais, diminuindo significativamente nas zonas mais periféricas e com conexões menos favoráveis a estes eixos, podendo, genericamente, considerar-se as zonas Poente e Sul como as mais desfavorecidas a este nível.

13.1.2 Rede Rodoviária Concelhia

13.1.2.1 Estrutura e Hierarquização Atual

A rede viária do concelho de Vila Flor (representada na peça desenhada n.º 07), é fundamentalmente composta por dois **níveis hierárquicos** principais, diferenciados quanto à respetiva categoria administrativa, a saber:

- **Rede Nacional Fundamental** – IP2, via longitudinal entre os limites dos concelhos de Mirandela e de Torre de Moncorvo, que se encontra subconcessionada pela IP, S.A. à Ascendi Douro, Estradas do Douro Interior, S.A.;



- **Rede Nacional Complementar** – IC5, via transversal ao concelho entre o limite do concelho de Carrazeda de Ansiães e o IP2 (nó de Lodões), que se encontra subconcessionada pela IP, S.A. à Ascendi Douro, Estradas do Douro Interior, S.A.;
- **Estradas Nacionais sob jurisdição da IP, S.A.** – EN213, entre o limite do concelho de Mirandela e Vila Flor (entroncamento com a EN214); EN214, entre o limite do concelho de Carrazeda de Ansiães e Vila Flor (entroncamento com a EN213); EN215, entre Vila Flor (entroncamento com a EN213) e a EN102, excluindo a travessia de Vila Flor que se encontra sob gestão municipal entre os kms 0.000 (EN213) e 2,950.
- **Estradas desclassificadas sob a jurisdição da IP, S.A.** – EN102, entre o limite do concelho de Mirandela e Torre de Moncorvo (ponte da Junqueira); EN214, entre o entroncamento com a EN213 e a EN102; EN15-4, pequeno troço entre o limite do concelho de Mirandela e a estação ferroviária de Vilarinho das Azenhas.
- **Rede Municipal** – inclui as EN314 e EN324, não classificadas pelo PRN e transferidas para a autarquia, as Estradas Municipais (EM), Caminhos (CM) e outras vias sem classificação.

Refira-se que, tal como se analisará mais adiante, a implementação do PRN2000, nomeadamente no que diz respeito aos troços desclassificados, resultante de opções estratégicas de planeamento (já previstas no âmbito do PRN85) tem como consequência uma redução significativa do número e extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização.

Assim, tal como anteriormente referido, o Concelho é servido por quatro troços integrados na **Rede Nacional** os quais, para além das importantes ligações exteriores asseguradas, assumem funções diferenciadas a nível interno:

- A zona Nascente do território é atravessada pela **EN102** –estrada nacional desclassificada sob a jurisdição da IP, SA e pelo **IP2** – integrado no na Rede Nacional Fundamental e que, para além da interligação entre as freguesias de Trindade, Sta. Comba de Vilarça, Assares, Lodões e Sampaio, estabelece importantes conexões com diversos eixos da Rede Municipal, em articulação com os quais assegura funções distribuidoras a nível local, bem como com os municípios vizinhos a norte e sul do concelho;
- O **eixo EN213, EN214** e o **IC5** atravessa longitudinalmente toda a região central e constitui um elemento estruturante no âmbito das deslocações intraconcelhias, servindo, para além de Vila Flor, as freguesias de Vila Boas (via EM604) Samões, Carvalho de Egas e Candoso (via EM625), entroncando com a EN215 nas proximidades da sede de concelho;



- A **EN215** apresenta um traçado perpendicular ao deste eixo, desempenhando como função mais relevante em termos estruturais o acesso e atravessamento de Vila Flor e a ligação à freguesia de Nabo (via EM610).

No que diz respeito ao conjunto das Estradas Nacionais Desclassificadas merece referência destacada o troço da **antiga EN214** que atravessa parte significativa da zona Nordeste – freguesias de Vale Frechoso (via EM603) e Benlhevai (via EM605) – e, dadas as suas excelentes características, constitui a melhor opção de ligação entre Vila Flor e o IP2 na direção Norte.

A restante **Rede Municipal** abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, sendo de realçar a sua importância ao nível das deslocações intraconcelhias, nomeadamente, no acesso às sedes de freguesia e, complementarmente, a alguns lugares de menor importância.

Pelas funções desempenhadas, destacam-se as seguintes:

- **Na zona Poente**

- A **EM604** que forma um “arco” que percorre parte considerável desta região, servindo as freguesias de Vila Boas e Vilarinho das Azenhas e que tem como ponto extremo a EN213;
- A **ant. EN314** que, para além das acessibilidades externas já salientadas, serve a ligação ao lugar de Vieiro (freguesia de Freixiel) e à Estação C.F. de Abreiro (linha do Tua);
- A **EM629** que, a partir da ant. EN314, estabelece a ligação a Freixiel e ao lugar de Folgares.

- **Na zona Nascente**

- A **EM608** que assegura a ligação direta da sede de concelho a Sampaio e ao (IP2) e que, dadas as suas excelentes características, assume enorme relevância no contexto das deslocações externas concelhias – sobretudo na direção Sul –, desempenhando de forma vantajosa as funções atribuídas à EN215;
- A **EM603** que se desenvolve numa extensão considerável entre o limite do concelho de Mirandela (ligação à EN213/ Cachão), a ant. EN214, Vale Frechoso e ao IP2, nas proximidades de Sta. Comba de Vilarça;
- As **EM 578 e 587** pelas funções de ligação ao exterior já salientadas anteriormente;
- A **EM608-1** no acesso a Róios a partir de Vila Flor e a **Via E** (sem classificação) entre este lugar, Lodões e o IP2.

- **Na zona Sul**

- A **ant. EN324** que se desenvolve na direção Sul a partir da EN214 e que, para além do acesso à freguesia de Vale de Torno, desempenha funções secundárias de acesso exterior;



- O eixo formado pelo **CM1148** e pela **EM609** que efetua a ligação entre Vila Flor, Seixo de Manhoses e a EN214 (Carvalho de Egas);
- A **EM610**, na ligação a Nabo a partir da EN215;
- A **EM626 e a Via K** no acesso a Mourão a partir da ant. EN324.

Há ainda a assinalar a presença de caminhos rurais e florestais disseminados pelo concelho, que desempenham, tal como o seu nome indica, funções que se prendem com a garantia de acessibilidade a parcelas e atividades agrícolas e florestais, bem como a habitações isoladas.

A análise anteriormente efetuada, servirá de base ao estabelecimento de uma proposta de hierarquização funcional da rede concelhia, relacionada diretamente com as funções desempenhadas pelas vias (independentemente da sua categoria administrativa), constituindo matéria a tratar, de forma aprofundada, em fase posterior, tendo como objetivo concreto a definição de níveis hierárquicos com diferentes exigências operacionais, considerando a adequação entre as características das vias e a importância das funções desempenhadas, quer no âmbito das deslocações internas, quer pelo peso específico das relações de atratividade existentes entre as diferentes zonas do território concelhio e o exterior.

13.1.2.2 Caracterização Física

Extensões Viárias

A rede viária objeto de inventário englobou a totalidade dos troços que desempenham funções relevantes no contexto da rede concelhia, nomeadamente, todos os que asseguram acessibilidade a aglomerados urbanos, não se considerando relevante nem conveniente, neste âmbito, a consideração de vias com funções exclusivamente urbanas, de acesso local a propriedades isoladas ou integradas na rede florestal/rural.

No quadro abaixo apresentam-se as extensões viárias totais da rede inventariada, desagregadas de acordo com a sua hierarquia administrativa, elemento base na avaliação da sua adequada estruturação. Assim, a extensão total da rede considerada é da ordem dos 206km, a que corresponde uma densidade viária global de cerca de 776m/km², valor que se deve considerar como bastante significativo, tendo em conta sobretudo a dimensão do Concelho, a orografia acidentada, as características rurais e a reduzida densidade de inúmeras áreas,

Quadro 79: Extensões Viárias por Categoria Administrativa

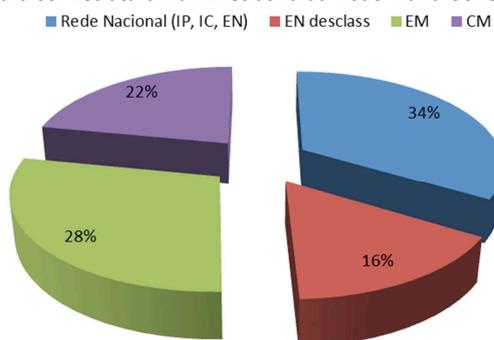
Tipos de Via	Extensão (km)	
Rede Nacional	101,9	49,4%
Itinerário Principal (IP)	19,9	19,5%
Itinerário Complementar (IC)	17,8	17,5%
Estrada Nacional (EN)	31,8	31,2%
EN's Desclassificadas	32,4	31,8%
Rede Municipal	104,3	50,6%
Estradas Municipais (EM)	59,1	56,7%
Caminhos Municipais (CM) ⁽¹⁾	45,2	43,3%
Total	206,2	



traduzindo, deste modo, um razoável grau de cobertura territorial. É na região Nascente, com uma estrutura viária mais rarefeita, que se verificam as principais insuficiências a este nível.

Apesar da considerável extensão dos troços desclassificados, a sua repartição relativamente à categoria administrativa denota o peso significativo assumido pelas vias integradas na Rede Nacional (cerca de 50% do total) as quais, tal como anteriormente se analisou, desempenham um papel fundamental, quer ao nível das acessibilidades externas, quer da distribuição de diversas deslocações intraconcelhias.

Figura 55: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia (%)



Assim, tendo em conta a análise anteriormente efetuada, esta distribuição revela uma **estruturação da rede** relativamente adequada devendo, ao nível da sua hierarquização funcional, os troços da Rede Nacional constituir a estrutura essencial do Sistema

Primário (com maiores exigências de mobilidade), atribuindo à restante infraestrutura municipal o desempenho de funções distribuidoras ou de acesso local.

Contudo, verifica-se a existência de um certo défice de troços de hierarquia inferior, tendo como consequência a ocorrência de situações perturbadoras derivadas de sobreposições funcionais significativas ao longo das vias principais (as que devem garantir melhores índices de mobilidade) que integram a rede concelhia.

No que diz respeito a Vila Flor, as suas condições de acessibilidade e de mobilidade beneficiam da configuração da rede, com os eixos viários mais importantes a desenvolverem-se radialmente a partir do seu perímetro, servindo portanto de forma adequada as principais deslocações concelhias, quer a nível interno, quer no estabelecimento das ligações ao exterior com maior importância.

Por seu turno, o grau de cobertura proporcionado pelos cerca de 104km de vias da Rede Municipal é bastante significativo, em diversos casos constituindo ramificações dos eixos nacionais, com alguns troços de hierarquia inferior (CM e CR) a desempenharem um papel complementar no acesso a conjuntos significativos de lugares de menor dimensão, ou na interligação entre troços de maior importância na estrutura da rede.

Saliente-se ainda a existência de uma rede relativamente extensa de caminhos rurais e florestais (em terra batida), nalguns casos, com características adequadas às funções desempenhadas, assumindo um papel fundamental no apoio às explorações rurais e florestais existentes.



Pavimentação

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes fatores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Com o objetivo de caracterizar a rede viária concelhia relativamente a estes aspetos, bem como às suas características geométricas, foi efetuado, em 2005, um levantamento exaustivo, abrangendo a totalidade das vias consideradas (aquelas que desempenham funções relevantes), consistindo na recolha de elementos respeitantes a troços homogéneos significativos. A partir do levantamento efectuado, constata-se que a quase totalidade dos troços que desempenham funções de maior relevância se encontra pavimentada em betuminoso (90% do total), constituindo exceções os troços em calçada, quase todos de reduzida extensão, existentes no interior de alguns aglomerados, representando em conjunto cerca de 5.6% do total.

Pela relevância que alguns deles apresentam no contexto da rede e, também, como elemento base ao desenvolvimento de propostas futuras de intervenção, foram igualmente considerados alguns troços não pavimentados – a Via D (ligação EN214 - Róios) –, representando 4% do total.

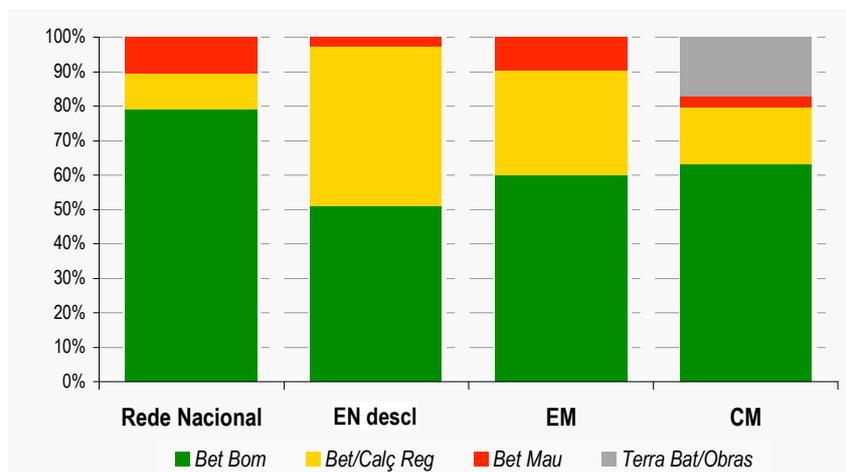
Relativamente ao seu estado de conservação verifica-se que, considerada globalmente, a esmagadora maioria dos troços da rede concelhia se apresentam em bom (BB = 64% do total) ou regular (BR+CR = 24%) estado, configurando um cenário francamente positivo.

Assim, são de salientar as boas condições de manutenção apresentadas pela quase totalidade das vias da Rede Nacional (79% da extensão em bom estado), sendo contudo de assinalar, como exceção, o estado de progressiva degradação e abandono que se verifica ao longo do traçado da EN215, cujas consequências são de certo modo atenuadas pela alternativa assegurada pela EM608 no acesso a Vila Flor a partir do IP2.

No que diz respeito às EN desclassificadas, alguns troços denotam um progressivo desgaste, situação que, a curto prazo, poderá implicar a necessidade de levar a efeito intervenções de beneficiação profundas, aspeto que deverá ser salvaguardado no âmbito do respetivo protocolo transferência para a autarquia.



Figura 56: Estado de Conservação por Categoria Administrativa



Quanto à restante Rede Municipal (EM, CM e vias não classificadas) verifica-se que a maioria dos troços pavimentados apresenta condições bastante razoáveis (BB=61.4%; BB+CR=24.3%), fruto de intervenções levadas a efeito por parte da autarquia.

Em termos qualitativos, importa salientar os razoáveis padrões adotados nalgumas vias municipais embora, nalguns casos, com insuficiências ao nível da marcação rodoviária por pintura, sinalização vertical e colocação de guardas de segurança, aspetos para os quais deverá ser dada especial atenção, sobretudo nos troços que efetuam travessias de aglomerados urbanos.

Por fim, com exceção de Vila Flor, refira-se a inexistência de mecanismos limitadores da velocidade – por exemplo, através de semáforos atuados – na travessia dos restantes aglomerados, bem como insuficientes ações de ordenamento e requalificação do espaço urbano – envolvendo a construção de passeios, a delimitação de zonas de estacionamento, a implementação de passadeiras sobrelevadas para travessia de peões, etc. – que permitam atenuar os efeitos indesejáveis daí decorrentes.

De um modo geral, verifica-se que as melhorias introduzidas nos últimos anos no conjunto da Rede Municipal (através da construção, pavimentação e/ou beneficiação de vias), permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e promovendo o fecho de malhas viárias significativas.

Características Geométricas e de Ocupação Marginal

As características geométricas das vias - perfil transversal, perfil longitudinal e traçado em planta -, tal como as suas condições marginais de ocupação - travessias urbanas, conflitos com peões ou veículos estacionados, etc.



- têm igualmente uma influência determinante nas condições de operação da rede viária, com reflexos diretos ao nível dos parâmetros enunciados anteriormente.

Numa análise sucinta verifica-se que os troços da **Rede Nacional** apresentam, globalmente, dimensões transversais adequadas às funções desempenhadas e às características do tráfego servido.

Em termos de traçado, são de salientar os seguintes condicionalismos: a travessia urbana de Trindade e a sinuosidade do troço compreendido entre esta e Sta. Comba de Vilarica; na EN213, apesar da beneficiação/retificação de que foi objeto (2003), a sinuosidade e as pendentes de alguns troços; na EN214, a travessia urbana de Samões e Carvalho de Egas; na EN215, a sinuosidade e as pendentes acentuadas.

Quanto à **Rede Municipal**, apesar das inúmeras operações de beneficiação levadas a efeito, subsistem ainda características físicas algo limitativas ao nível do perfil transversal de algumas vias (FR <4.5 ou, mesmo, 4.0m), cumprindo, ainda assim, satisfatoriamente as funções desempenhadas, atendendo às reduzidas solicitações por parte do tráfego que as utiliza.

De assinalar ainda os estrangulamentos motivados pelo atravessamento de diversos aglomerados, contribuindo negativamente para a sua qualidade de vivência urbana e, em simultâneo, constituindo uma penalização efetiva das suas condições de utilização.

Por fim, em termos de traçado, são de realçar os condicionalismos impostos pela orografia acidentada de diversas zonas do território – com reflexos ao nível da sinuosidade e das pendentes de diversos troços –, fator que contribui para a diminuição dos padrões de mobilidade e de acessibilidade.

Estes aspetos, deixam antever a necessidade de adoção de medidas de ordenamento adequadas e, no que diz respeito às vias com maiores exigências em termos de mobilidade, a eventual implementação de traçados variantes que permitam um acréscimo efetivo da qualidade das deslocações concelhias.

13.1.2.3 Análise das Acessibilidades Internas

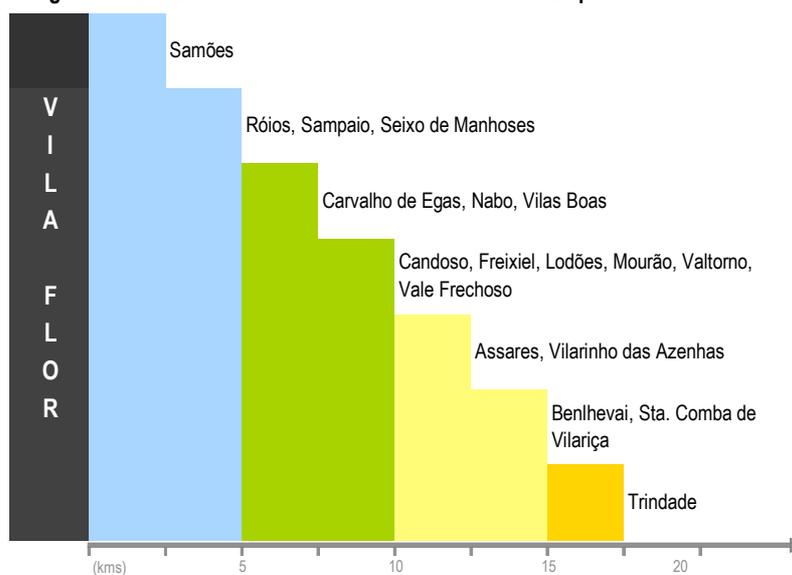
Neste ponto efetua-se uma análise das acessibilidades intraconcelhias, considerando as ligações entre Vila Flor e as restantes 18 sedes de freguesia – as mais relevantes no âmbito da geração interna de deslocações – baseada nas respetivas distância, na estrutura, hierarquia e características das vias utilizadas.

Tendo em conta a localização geográfica de Vila Flor, a configuração do território e a sua estrutura viária, podemos proceder à agregação das diversas sedes de freguesia em **quatro grandes zonas** com condições de acessibilidade idênticas:



- A zona central, na envolvente próxima à sede de concelho e agregando as freguesias de Samões, Carvalho de Egas, Vilas Boas, Róios, Sampaio, Nabo e Seixo de Manhoses, situadas a distâncias inferiores a 7km e um grau de acessibilidade elevado;
- A zona Sul – Candoso, Valtorno e Mourão – com acessibilidades asseguradas a partir da EN214 e uma acessibilidade média;
- As freguesias de Freixiel e Vilarinho das Azenhas, situadas no extremo poente do território e a distâncias da ordem dos 10 a 12km e, de igual modo, com uma acessibilidade média;
- As restantes seis freguesias localizadas na região nordeste, servidas por vias com boas características – EN102, IP2 e ant. EN214 – e com um grau de acessibilidade médio a reduzido (Sta. Comba de Vilarça, Benlhevai e Trindade).

Figura 57: Distâncias entre a sede de concelho e os Principais Pólos Geradores





Esta análise permite constatar a enorme centralidade de Vila Flor relativamente ao restante território, verificando-se distâncias da mesma ordem de grandeza nas ligações a aglomerados situados em diferentes quadrantes, sendo as respetivas acessibilidades favorecidas pela configuração radial da rede e, globalmente, pelas satisfatórias características de grande parte das vias utilizadas. A construção do IC5, veio melhorar estes valores já aceitáveis, ao reduzir o tempo das deslocações, sobretudo entre a vila e as localidades servidas por este importante troço transversal ao centro/sul do concelho.

Deste modo, pode considerar-se, globalmente, como médio a elevado o grau de acessibilidade interna, com a maioria dos aglomerados urbanos – aglutinando cerca de 82% da população residente fora da sede de concelho – situada a distâncias inferiores a 12/13km em relação a Vila Flor, sendo igualmente de salientar que as sete freguesias que beneficiam de uma acessibilidade mais elevada – situadas a distâncias compreendidas entre os 3 e os 7km – concentram cerca de 34% deste quantitativo populacional.

Saliente-se que, embora o grau de dependência relativamente à sede de concelho (procura associada a serviços, equipamentos, emprego, ensino, etc.) constitua um fator determinante na matriz de mobilidade interna, algumas freguesias mais periféricas territorialmente apresentam igualmente uma atrativa relação de proximidade com sedes de concelhos limítrofes, assumindo as cidades de Macedo de Cavaleiros e Mirandela uma forte atratividade a nível local e, mesmo, regional.

13.1.3 Perspetivas de Evolução

Em termos futuros, as perspetivas de evolução da rede viária e das acessibilidades concelhias decorrerão das intervenções previstas, quer a nível nacional e regional, com a gradual implementação do PRN2000, quer a nível local, através da reclassificação viária prevista ao abrigo do mesmo, da construção de novas vias ou da beneficiação das existentes.

Assim, a implementação a prazo de algumas das vias integradas na **Rede Nacional** permitiu – tal como se verificou com a conclusão da A23 (SCUT da Beira Interior) ou com a entrada em serviço do lanço Guarda - Vilar Formoso do IP5/A25 (SCUT das Beiras Litoral e Alta) – uma melhoria sensível das suas acessibilidades externas a diferentes níveis, salientando-se pela sua importância as seguintes:

- A construção do **IP2** - Vale Benfeito (Macedo de Cavaleiros) / Ponte do Sabor/ Trancoso, beneficiou substancialmente as suas condições de articulação com o IP5/A25, a Sul, e o IP4, a Norte;
- Relativamente ao troço que serve diretamente o concelho de Vila Flor, foi adotado um traçado de raiz paralelo ao da atual EN102 (IP2), envolvendo a implementação dos seguintes nós de ligação à rede concelhia: Trindade, Lodões (IC5), Nozelos (projeto do IC5) e Junqueira;



- A construção do **IC5** que efetua a ligação Vila Pouca de Aguiar/ IP3/A24 - IP4 (Alto do Pópulo) - IP2 (Nozelos) - Miranda do Douro constitui um elemento fundamental no âmbito da melhoria das ligações ao IP4 e à Região Norte, bem como à zona do “Planalto Mirandês” e a Espanha, através, das fronteiras de Vila Verde da Raia (IP3/A24) e Miranda do Douro;
 - O sublanço **Nó de Pombal –IP2 (Lodões)** apresenta um traçado paralelo ao da atual EN214 entre o limite do concelho de Carrazeda de Ansiães e o futuro Nó de Samões, desenvolvendo-se então para Nascente na ligação a Vila Flor e ao IP2;
 - Quanto ao lanço **Nozelos/Mogadouro**, o seu nó de ligação ao IP2 situa-se cerca de 3km a Sul do Nó de Lodões anteriormente enunciado;
- A construção do prolongamento da Autoestrada **A4** até Vila Real, através da remodelação do atual traçado do IP4 entre Amarante e esta capital de distrito, com reflexos diretos na qualidade das acessibilidades ao Porto e ao Litoral Norte;
 - Quanto ao restante traçado do **IP4** na ligação a Bragança e Quintanilha, está em curso a sua integração na Rede Nacional de Autoestradas, através da reformulação do atual traçado;
- A conclusão do **IP3/A24** (Vila Verde da Raia - Vila Real - Lamego - Viseu - Coimbra), integrado na Rede Nacional de Autoestradas (A24) – já em serviço entre Vila Verde da Raia, Vila Real/IP4 e Viseu/IP5/A25 –, servindo acessibilidades à Região Norte e a Espanha (Galiza e Castilla - Leon) e, pela sua articulação com o IP5/A25, beneficiando substancialmente as ligações ao litoral centro e à Região de Lisboa (via IP1/A1).

Face a estas perspetivas, é possível constatar o potencial acrescido de que o Concelho e a região deverão beneficiar em termos futuros, constituindo a implementação deste conjunto de infraestruturas da Rede Nacional um fator de enorme importância no âmbito das suas acessibilidades regionais, nacionais e internacionais, com reflexos diretos em termos de desenvolvimento económico e da sua inserção territorial.

A **nível concelhio**, a implementação do PRN2000 tem como consequência uma redução significativa do número e extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização, envolvendo a passagem à tutela municipal de cerca de 32km de antigas EN's – 39% da extensão total de vias nacionais que anteriormente serviam o Concelho –, devendo para o efeito ser previamente efetuadas as *“intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante protocolo equitativo com a respetiva autarquia”* (Art.º 13º do Decreto-Lei n.º 222/98). Foi celebrado um protocolo entre a CM e a EP, SA relativo às EN314 (Vila Flor – Vieiro/ Seixo) e EN324 (Valtorno-Carrazedo), existindo um projeto que prevê a beneficiação destas vias.



No que diz respeito à **Rede Municipal**, verifica-se que as melhorias introduzidas nos últimos anos através da pavimentação e/ou beneficiação de um vasto conjunto de troços, permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e promovendo o fecho de malhas viárias significativas.

Relativamente aos investimentos planeados por parte da autarquia, prevê-se que sejam mantidas as intervenções necessárias, seja construção de novos troços, retificação ou beneficiação dos existentes, contribuindo desta forma para a melhoria das acessibilidades concelhias.

13.2 REDE FERROVIÁRIA

O concelho de Vila Flor era servido pela Linha do Tua (Porto/Tua/Mirandela), que se desenvolvia na zona Noroeste do Concelho, e pelas estações de Abreiro, Ribeirinha (apeadeiro), Vilarinho e Cachão. Esta linha estabelecia ligação direta com a Linha do Douro (Régua/Pocinho) que, a partir da Régua, garante um número significativo de ligações diárias ao Porto e, também, a Vila Real.

É de referir que a construção da Barragem de Foz Tua, na confluência dos concelhos de Carrazeda de Ansiães e Alijó, próximo do rio Douro, cuja albufeira abrange os concelhos de Alijó, Murça, Mirandela, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor, implicou a desativação do serviço ferroviário no percurso Tua – Cachão - Tua, atualmente efetuado por táxi. Em contrapartida foi desenvolvido um projeto de mobilidade com um sistema multimodal, que prevê a beneficiação do que restará dos cerca de 60 quilómetros da linha do Tua, já que 16 ficarão submersos pela albufeira. As intervenções previstas destinam-se à utilização do troço de via-férrea entre a estação do Tua e a base da barragem, prevendo-se a construção de um funicular entre a base e o coroamento, o transporte fluvial entre a barragem e a Brunheda, com a construção de embarcadouros, e a qualificação do que resta da linha entre a Brunheda e Mirandela.

13.3 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

13.3.1 Transporte Rodoviário

A nível concelhio, o serviço de transporte coletivo rodoviário é assegurado essencialmente pela Sociedade de Transportes Carrazeda/Vila Flor, Lda., abrangendo um conjunto de carreiras regulares, que podemos desagregar da seguinte forma:

- 4 carreiras locais:
 - Sta. Comba de Vilariga – Seixo de Manhoses (via Vilarelhos, Assares, Lodões, Sampaio, Vila Flor e Arco);



- Abreiro – Vila Flor (via Vieiro, Freixiel, Golfeiros, Samões, Vila Flor);
- Cachão – Nabo (via Meireles, Vilas Boas, Golfeiros, Samões, Vila Flor);
- Sta. Comba de Vilarça – Róios (via Trindade, Benlhevai, Vale Frechoso, Quinta do Galego, Quinta do Velinho, Samões e Vila Flor);
- 5 carreiras interurbanas:
 - Peredo dos Castelhanos (concelho de Torre de Moncorvo) - Vila Flor (via Junqueira e Sampaio);
 - Carrazeda de Ansiães – Vila Flor (via Alagoa, Mourão, Valtorno, Carvalho de Egas e Samões);
 - Tua – Vila Flor (via Candoso, Carvalho de Egas e Samões);
 - Mirandela – Vila Flor (via Cachão, Meireles, Golfeiros, Samões);
 - Mirandela – Trindade (via Macedinho)

Observando a configuração da rede servida por estas carreiras constata-se que, apesar de assegurarem ligações às diferentes sedes de freguesia, a sua cobertura territorial é limitada, sendo igualmente de assinalar que o número de circulações diárias disponíveis traduz uma oferta de serviço adaptada a níveis de procura muito diminutos.

Para além destas, o Concelho é servido por uma carreira do tipo Expresso, assegurando ligação a Lisboa e ao Porto.

Em síntese, mesmo atendendo às características geográficas do território e à ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo, pode considerar-se como reduzido o grau de cobertura alcançado pelo transporte coletivo de passageiros, sendo contudo de salientar a existência de ligações de âmbito local que possibilitam a ligação entre Vila Flor e todas as sedes de freguesia exceto Vilarinho das Azenhas.

Em termos de infraestruturas de apoio, o concelho não dispõe de qualquer terminal rodoviário que permita apetrechar o serviço de melhores condições de comodidade para os utentes, sendo de assinalar a existência de abrigos adequados junto da maioria das paragens situadas ao longo dos percursos servidos o que, atendendo às frequentemente adversas condições climáticas verificadas nesta região, representa um fator relevante em termos de atratividade e conforto de utilização do serviço.

Complementarmente, a C.M. de Vila Flor disponibiliza um serviço de Plano de Transporte Escolar destinado a garantir transporte aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino situados na sede de concelho e, também, em escolas básicas situadas noutras sedes de freguesia. Este serviço, abrange horários e zonas não servidas pelo transporte público regular, sendo assegurado quer pelas carreiras públicas atrás mencionadas (com acesso através de passe específico), quer através de Circuitos Especiais de Transportes Escolares. No



ano letivo 2010/2011, este Plano assegurava o transporte a 96 crianças e jovens (20 alunos do ensino pré-escolar, 72 do 1º ciclo e 4 do 2º ciclo).

Por fim, referência para o serviço de transporte público prestado pelos táxis licenciados no concelho, os quais apresentam uma importância significativa no transporte esporádico de passageiros com necessidades específicas não asseguradas pela oferta em transporte coletivo. No total, o Concelho dispõe de um contingente de 15 licenças atribuídas, com a seguinte distribuição por freguesia: Vila Flor - 5; Freixiel - 2; Benlhevai, Cadoso, Mourão, Nabo, Santa Comba da Vilarça, Vieiro, Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas com 1 veículo cada.

13.4 DIAGNÓSTICO DA MOBILIDADE NO CONCELHO DE VILA FLOR

Tratando-se de um concelho eminentemente rural e de baixos efetivos populacionais, a questão da mobilidade em Vila Flor apresenta problemas diferentes das regiões mais densamente povoadas e prioridades de intervenção também substancialmente diferentes.

Sendo assim, e percebendo-se que o diagnóstico da situação existente é sempre o ponto de partida para a posterior apresentação de soluções, considerou-se que a aferição da qualidade da mobilidade no concelho de Vila Flor se poderia efetuar atendendo a 5 fatores fundamentais.

1. **Qualidade de serviço da rede viária** – O concelho é atravessado por cinco eixos viários da Rede Rodoviária Nacional – IP2, IC5, EN213, EN214 e EN215 –, que asseguram as principais ligações ao exterior. As acessibilidades internas à sede de concelho são favorecidas pela distância moderada e pela configuração radial da rede, no entanto a orografia acidentada condiciona o fecho de malhas e a mobilidade interna entre freguesias. As estradas que atravessam o concelho servem de forma adequada a totalidade do território municipal, chamando-se no entanto a atenção para o facto das seguintes vias se encontrarem em mau estado de conservação devido às obras do IC5 e IP2: EM578; EM605 e via não classificada até Santa Comba da Vilarça; via não classificada entre a EM608-1 e EN102/IP2; EM608; via não classificada entre EN214 e CM1148.
2. **Qualidade do serviço dos transportes públicos e identificação qualitativa dos constrangimentos à operação dos mesmos** - O serviço dos transportes públicos no concelho é muitíssimo limitado, o que é claramente um fator condicionante da mobilidade. A população concelhia globalmente muito reduzida não cativa o investimento por parte das empresas transportadoras na expansão de carreiras de transportes coletivos rodoviárias. A dimensão dos aglomerados não justifica a criação de transportes urbanos e as distâncias entre eles associadas ao potencial volume de passageiros transportados torna complexo implementar um sistema de transportes públicos operacional e economicamente sustentável.



3. **Condições de deslocação pedonal e noutros modos suaves de transporte individual** – Estas deslocações são fundamentalmente determinadas pela estrutura urbana do concelho. Face à reduzida dimensão dos aglomerados e à sua orgânica, compreende-se que no interior destes as deslocações pedonais, e em menor escala em bicicleta, apresentem alguma relevância. Na maior parte dos aglomerados estas deslocações são efetuadas pelos corredores viários, não existindo quaisquer corredores pedonais ou cicláveis autónomos; a ausência de passeios é particularmente notória. Fora dos aglomerados, ou entre aglomerados, são escassas as deslocações em bicicleta, sendo ainda menos frequentes as deslocações pedonais pelo facto das distâncias não serem convidativas. Também neste caso não existem quaisquer corredores especificamente destinados a deslocações em modos suaves de transporte.
4. **Identificação qualitativa de carências e estrangulamentos à coesão territorial e social** - Para além de todas as questões já referidas anteriormente, um dos problemas que claramente se identifica no concelho é o atravessamento dos aglomerados por rodovias o que pode constituir uma barreira à livre e segura circulação pedonal dos cidadãos, particularmente nos casos em que as vias são muito movimentadas. Os exemplos mais preocupantes ocorrem com as estradas pertencentes à Rede Rodoviária Nacional por serem, tipicamente, as que apresentam maior tráfego de atravessamento, com destaque para a EN214, que atravessa os aglomerados de Samões e Carvalho de Egas, e a EN215, que atravessa da sede de concelho. Uma outra questão são as regras a respeitar para a mobilidade condicionada, questão que é de abordagem um pouco complexa quando não existe separação de tráfego pedonal e motorizado. Contudo, sendo os efetivos populacionais baixos e o tráfego automóvel reduzido, a partilha do mesmo corredor para ambas as deslocações não parece apresentar problemas de maior na generalidade dos casos. Na vila de Vila Flor, por ser sede de concelho e um aglomerado de dimensões claramente superiores aos restantes, e por ser onde se concentram os mais importantes serviços e equipamentos ao nível concelhio, a situação é um pouco diferente verificando-se a segregação destes dois modos de deslocação na maior parte dos arruamentos (exceção feita a algumas áreas do núcleo antigo). Por esta razão, nas suas artérias principais, e nomeadamente nas que servem os principais equipamentos e serviços, deveriam sempre existir passeios com dimensões regulamentares e sem obstáculos, em cumprimento da legislação vigente relativa a acessibilidade e mobilidade condicionada, o que efetivamente não se verifica em muitos casos.
5. **Identificação qualitativa da mobilidade em áreas de especial concentração populacional e logística** – Esta identificação tem como objetivo compreender se estas áreas, em geral muito procuradas pela população, são facilmente acessíveis. A maior concentração de atividade comercial retalhista, equipamentos públicos ou atividades económicas normalmente geradoras ou atratoras de deslocações localizam-se quase exclusivamente na sede de concelho, bem servida em termos de



acessibilidade viária e de conectividade intermunicipal; trata-se também do aglomerado do concelho melhor dotado de transporte público rodoviário.

Nos últimos anos, todavia, a progressiva implementação do PRN2000 tem vindo a dotar o interior do país de melhores acessibilidades rodoviárias, com óbvios impactos também para o concelho de Vila Flor, dos quais importa referir o IP2 e o IC5. A nível interno, este contexto geo-demográfico determinou uma mobilidade extremamente dependente das rodovias e do transporte individual e onde a importância dos transportes públicos, com exceção do transporte escolar, é muito residual. A circulação pedonal ou em modos suaves de transporte tem alguma importância ao nível local (aglomerados), e pode ser fomentada com medidas simples.



14. INFRAESTRUTURAS URBANAS

Um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, elétricas, de comunicação e gasistas.

Consequentemente, e por condicionarem também o ordenamento do território, as infraestruturas urbanas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa ótica de otimização dos sistemas.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro é um projeto multimunicipal que apresenta uma solução de gestão integrada ao nível do abastecimento de água e de saneamento, cuja concessão foi atribuída à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (AdTMAD), com o objetivo de tutelar a exploração e gestão (conceção, construção, exploração, reparação, renovação e manutenção de obras e equipamentos) dos sistemas de abastecimento e saneamento *em alta*, responsabilizando-se pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

Este Sistema abrange o nordeste de Portugal correspondendo a uma área territorial de 11.239 km². Para efeitos de organização das suas atividades, e face ao elevado número de Subsistemas de Água e Saneamento existentes, os vários Subsistemas foram agrupados em cinco representações: Alto Tâmega, Douro Norte, Douro Sul, Terra Fria/Terra Quente e Douro Superior/Terra Quente, integrando-se nesta última o concelho de Vila Flor. Segundo o Relatório de Sustentabilidade da AdTAMD, em 2009, a concessão assegurava o fornecimento de água a cerca de 470 mil habitantes e servia com sistemas de saneamento de águas residuais cerca de 300 mil habitantes, o que corresponde um nível de atendimento de 96% em abastecimento de água e de 65% em saneamento de águas residuais.

Para efeitos de recolha, triagem, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU) foi criada, em 2002, a Resíduos do Nordeste, EIM, empresa multimunicipal cuja abrangência compreende, atualmente, o território de 13 municípios, servindo um total de cerca de 147.000 habitantes e uma produção de resíduos estimada de 145 toneladas/dia.

Dos objetivos que presidiram à constituição destes sistemas multimunicipais são de destacar a necessidade de reduzir o impacte resultante de águas residuais alvo de tratamento deficiente (com repercussões na qualidade



da água) e, de uma forma geral, a necessidade de colmatar as carências estruturais que se verificam nesta área geográfica no que se refere às Infraestruturas Urbanas.

Desde a data de publicação do último PDM foram introduzidas algumas melhorias a este nível, destacando-se, neste contexto:

- A nível de abastecimento de água: a implementação do sistema de abastecimento *em alta* Valtorno-Mourão, que veio complementar o sistema do Peneireiro, aumentando significativamente a área de cobertura do concelho servida por água captada em albufeiras.
- A nível de saneamento: a entrada em funcionamento da ETAR de Vila Flor e a implementação de ETAR compactas, encontrando-se servidos por sistemas de tratamento todos os aglomerados.
- A nível de resíduos sólidos urbanos: o encerramento da lixeira; a construção do Aterro Sanitário de Urjais e de um ecocento, assim como a introdução de sistema de recolha seletiva de resíduos.

Contudo, ainda existem alguns constrangimentos a que urge dar solução, nomeadamente:

- A nível do abastecimento de água: a expansão da rede de forma a promover uma gestão integrada dos sistemas de abastecimento de água com os concelhos vizinhos, e providenciar a ligação a nove aglomerados que ainda são servidos por sistemas individuais.
- nível de resíduos sólidos urbanos: a presença de pequenas lixeiras e sucatas no concelho.

Seguidamente procede-se, então, à caracterização da situação atual das Infraestruturas Urbanas no município de Vila Flor, com base em informação disponibilizada pela Câmara Municipal e pelas entidades com responsabilidade neste domínio, bem como em informação recolhida junto do Instituto Nacional de Estatística.

14.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A água, enquanto bem insubstituível na totalidade das atividades humanas e componente essencial dos sistemas naturais, requer que sejam impostas regras próprias de gestão, numa abordagem territorial integrada. Os usos múltiplos, por vezes conflitantes, da água obrigam a uma integração no espaço das utilizações, devendo proceder-se à compatibilização das lógicas e dinâmicas próprias de cada setor e da ação das diversas entidades que participam, direta ou indiretamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

Neste subcapítulo proceder-se-á à caracterização do sistema de abastecimento de água, nomeadamente no que se refere à composição, ao funcionamento e à taxa de cobertura da rede.



O abastecimento de água no concelho de Vila Flor é sustentado pelo Sistema de Valtorno-Mourão, pelo Sistema da Fonte Longa (com origem em Carrazeda de Ansiães) e ainda por alguns Sistemas Individuais ainda existentes.

Relativamente à gestão do sistema de abastecimento de água a responsabilidade é partilhada entre a AdTMAD e a Autarquia – a primeira é responsável por parte do denominado *sistema em Alta*, ou seja, desde as captações aos pontos de entrega (reservatórios); a CMVF gere, além do *sistema em Baixa*, ou seja, dos pontos de entrega até às habitações, alguns Sistemas Individuais, como já referido. O objetivo da AdTMAD para Vila Flor, é que, grande parte do abastecimento no concelho, seja efetuado com base em captações realizadas em albufeiras, reduzindo-se, desta forma, a necessidade de recorrer a furos, poços, minas e nascentes.

Os dois sistemas integrados existentes servem 18 aglomerados (de um total de 27), correspondendo a cerca de 82% da população. Uma vez que os restantes aglomerados dispõem de rede de distribuição domiciliária de água servida por captações individuais, considera-se que, excetuando a população residual, a percentagem de população servida ronda os 98%. Considera-se então que no concelho de Vila Flor a população encontra-se na sua totalidade servida por rede de água potável, verificando-se apenas ausência de abastecimento a alguns lugares isolados, para as quais a dotação de sistema de abastecimento se afigura inviável do ponto de vista económico; nestes casos o fornecimento de água é garantido através do recurso a furos particulares.

O Sistema de Valtorno-Mourão é o principal sistema integrado de abastecimento de água do concelho e serve, no total, um conjunto de 14 aglomerados que correspondem a cerca de 75% da população e ainda a Zona Industrial de Vila Flor. A água é proveniente da albufeira de Valtorno-Mourão (situada na zona Sul do concelho) e tem por finalidade assegurar o abastecimento de água aos aglomerados e, caso seja necessário, o reforço à albufeira da barragem do Peneireiro. Esta albufeira com capacidade para 1.116.656m³ de volume armazenado, à cota do nível de pleno armazenamento (NPA=467m), cobre uma área inundada de 10,8ha. A água aqui captada é, posteriormente, tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA), situada junto à barragem do Peneireiro, e que foi alvo de obras de beneficiação, tendo sido ampliada. Posteriormente a água é recebida em dezasseis pontos de entrega, junto dos quais, normalmente, se encontram os reservatórios municipais (à exceção de Samões e Vila Flor). A partir destes pontos a responsabilidade distribuição domiciliária é assumida pela CMVF.

O atual sistema, implementado pela AdTMAD, veio complementar o da barragem do Peneireiro, cujas infraestruturas foram construídas pela Autarquia, tendo sido parte delas integradas neste novo sistema. São atualmente servidos os seguintes aglomerados: Assares, Carvalho de Egas, Freixiel, Lodões, Nabo, Roios, Samões, Sampaio, Santa Comba de Vilarça, Seixo de Manhoses, Valtorno, Arco, Vila Flor e Vilas Boas.



O Sistema do Valtorno-Mourão é complementado pelo Sistema da Fonte Longa, cuja barragem se situa no concelho de Carrazeda de Ansiães. Este sistema intermunicipal, abastece os aglomerados de Alagoa, Mourão, Candoso e Folgares, correspondendo a cerca de 6,7% da população.

Finalmente, os restantes aglomerados encontram-se servidos por Sistemas Individuais que assentam, na sua maioria, em furos hertzianos e ainda em nascentes ou minas. Estes encontram-se nos aglomerados de Benlhevai, Vieiro, Macedinho, Trindade, Valbom, Vale Frechoso, Vilarinho das Azenhas, Meireles e Ribeirinha e representam 16% da população. Cada um dos 9 sistemas é dotado de pelo menos um reservatório, com capacidades que variam entre os 5 e os 75m³ e de pelo menos uma captação. Cada sistema tem também associada uma instalação de tratamento da água.

É ainda de referir que o parque de campismo de Vila Flor é também servido por um sistema individual.

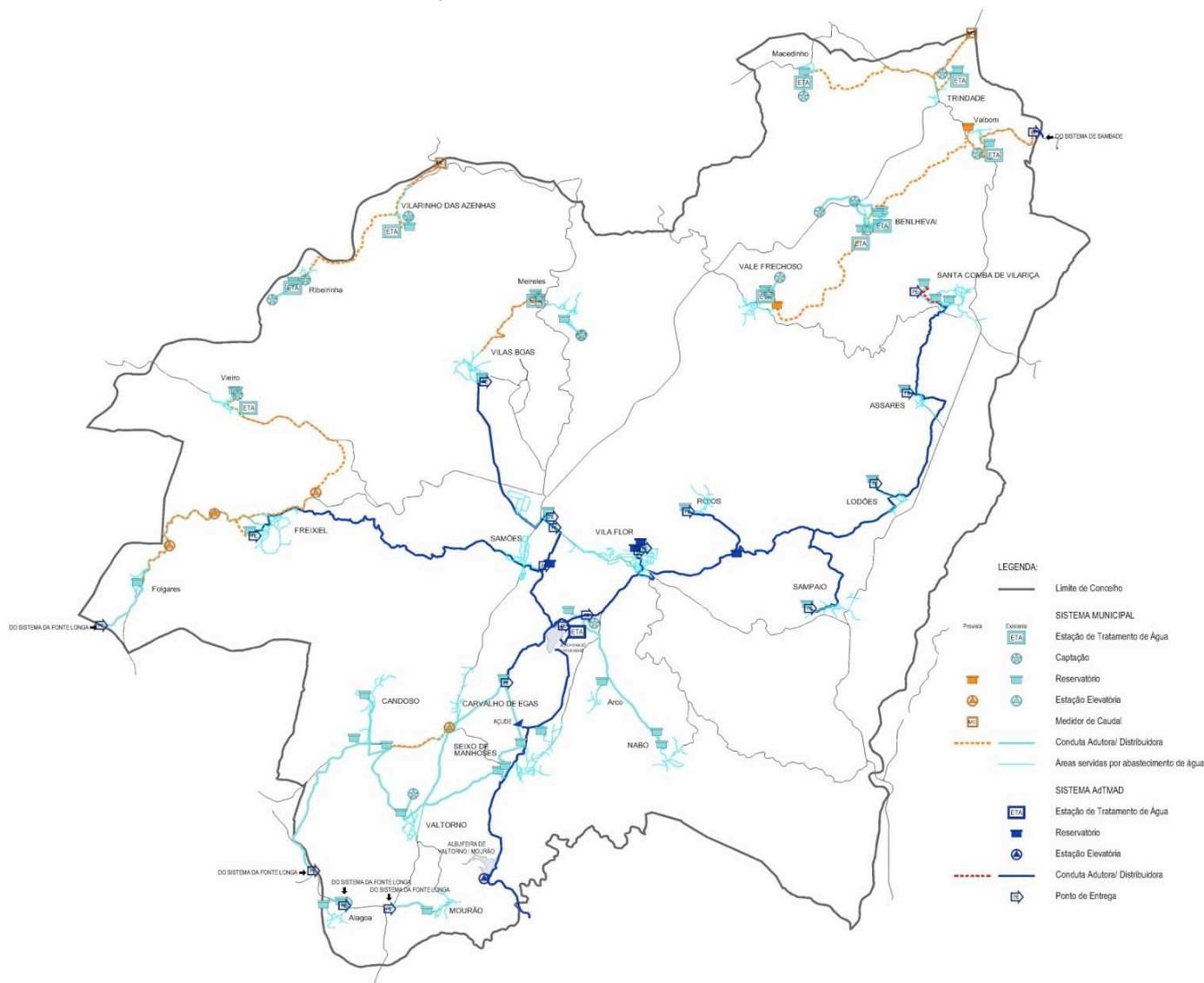
A qualidade da água apresenta alguns problemas com os níveis de arsénio e ferro, nomeadamente nos aglomerados de Macedinho, Valbom, Trindade, Vilarinho, Santa Comba de Vilarça e Benlhevai, devido à proximidade das minas de arsénio às captações de água, o que levou à sua contaminação. Atualmente a população é servida com água imprópria para consumo, sendo que os Bombeiros abastecem, regularmente, um reservatório de plástico com água potável para consumo, à exceção de Santa Comba da Vilarça servida pelo Sistema de Valtorno-Mourão.

Alguns destes sistemas necessitam de ser reformulados, sobretudo devido a insuficiências quantitativas e qualitativas das respetivas origens, mas também porque alguns órgãos necessitam, naturalmente, de revisão ou substituição.

Relativamente às características das redes de distribuição, é de notar que as condutas são, na generalidade, em polietileno de alta densidade DN 63, existindo também tubagens de PVC com diâmetros de 90 e 110mm. As condutas mais antigas poderão necessitar de remodelação devido ao tipo de material e diâmetros que aplicam, bem como ao seu estado de conservação. Este facto realça a necessidade de proceder à instalação de contadores e à substituição das redes mais antigas, onde normalmente se verifica um volume mais significativo de fugas e perdas.



Figura 58: Sistema de Abastecimento de Água



Fonte: AdTMAD e CMVF

Em termos de intervenções previstas, prevê-se que venham a ser abastecidos, a partir do Sistema de Valtorno-Mourão, os aglomerados de Folgares e Vieiro, a Oeste, Meireles, a Norte e Candoso, a Sul. Relativamente aos restantes aglomerados, segundo o “Estudo Preliminar dos Sistemas em “Baixa” de Distribuição de Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais da Terra Quente Transmontana”, serão criados 3 Subsistemas que integram: (1) Vilarinho das Azenhas e Ribeirinha; (2) Vale Frechoso, Benlhevai e Valbom; e (3) Macedinho e Trindade. Os subsistemas referidos serão ligados a sistemas dos concelhos vizinhos.



Há ainda que ter em conta o facto da implementação de um novo sistema *em alta* implicar um reajustamento do sistema existente, através da desativação de algumas condutas, reservatórios e, certamente, pontos de captação que integram o sistema atual.

14.2 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem e o tratamento de águas residuais são um grave problema a nível nacional. Situações de contaminação das águas (usualmente por falta de tratamento ou tratamento deficiente) e de solos (por saturação) são ainda comuns.

Nos últimos anos, conforme já enunciado, foram introduzidas melhorias muito significativas no domínio do saneamento no concelho de Vila Flor, nomeadamente através da extensão das redes de drenagem, do aperfeiçoamento das existentes e da construção de equipamentos de tratamento de efluentes. À semelhança do que acontece com o abastecimento de água, também neste domínio se pode considerar que a quase totalidade da população concelhia dispõe de ligação à rede de drenagem. A construção da ETAR de Vila Flor trouxe melhorias significativas no que respeita à qualidade do tratamento dos esgotos na sede de concelho.

Neste subcapítulo proceder-se-á a uma breve caracterização dos sistemas de saneamento, não só no que se refere à sua composição, funcionamento e taxa de cobertura, mas também dos equipamentos e métodos aplicados no seu tratamento.

Tal como no abastecimento de água, a AdTMAD e a Câmara Municipal de Vila Flor dividem entre si a responsabilidade da recolha e tratamento das águas residuais do concelho – a primeira é responsável pelo Sistema de Vila Flor e a Autarquia pelos restantes Sistemas Individuais.

A população servida corresponde a cerca de 98% uma vez que todos os aglomerados (27) têm sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. O sistema principal é o da ETAR de Vila Flor que serve os aglomerados de Vila Flor e Samões (34% da população), e ainda a zona industrial e o parque de campismo. Os restantes aglomerados são servidos por ETAR compactas, ficando então a faltar apenas alguns lugares isolados, que recorrem a fossas sépticas individuais.

Importa pois distinguir o Sistema de Vila Flor, uma vez que se trata de um sistema de tratamento mais completo e por isso o mais eficiente. O tratamento efetuado pela ETAR de Vila Flor é composto por leitos percoladores, decantador primário e secundário e, ainda, prensa de lamas. Esta ETAR situa-se na zona Sudeste da Vila, nas proximidades da Capela de São Sebastião.



No que diz respeito aos Sistemas Individuais, existem atualmente 25 sistemas de saneamento autónomos no concelho, sendo cada um deles servido por uma estação de tratamento de águas residuais compacta ou por uma fossa séptica coletiva.

Outras situações em que não exista qualquer tipo de tratamento, sendo os seus efluentes descarregados nas linhas de água, devem ser devidamente providas de sistemas adequados, sob pena de graves impactes nos recursos hídricos próximos dos locais de descarga.

A atividade industrial potencialmente poluidora no concelho de Vila Flor, encontra-se associada a lagares de azeite e de produção de vinho e de produtos vinícolas e ainda a pequenas agropecuárias (normalmente de gado bovino). Esta deve ser tida em conta, uma vez que estas atividades constituem uma forte fonte de poluição, caso os efluentes sejam descarregados nos solos e /ou em linhas de água, sem tratamento prévio, pondo em risco a saúde pública.

14.3 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão dos sistemas de recolha e de tratamento dos resíduos sólidos é muito complexa, uma vez que se tratam de resíduos com características muito diversas que necessitam de tratamentos e formas de recolha diferenciadas. A Autoridade Nacional de Resíduos considera as seguintes tipologias de resíduos:

- Principais - Resíduos Sólidos Urbanos; Resíduos Industriais; Resíduos Hospitalares.
- Outros - Resíduos Agrícolas; Embalagens e Resíduos de Embalagens; Pneus Usados; Pilhas e Acumuladores; Óleos Usados; Veículos em Fim de Vida; Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos; Resíduos de Construção e Demolição; Óleos Alimentares Usados; Lamas; PCB; Resíduos Biodegradáveis.

O léxico dos resíduos é extenso com conceitos que a prática, independentemente de uma consagração legal, vai acrescentando como, por exemplo: resíduos industriais perigosos (RIP), resíduos industriais banais (RIB), resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), resíduos verdes, resíduos de limpeza pública, resíduos orgânicos, resíduos comerciais, resíduos volumosos (monstros), etc..

O Plano Estratégico para os Resíduos Sólido Urbanos (PERSU II) “*define as prioridades e estabelece as metas que se pretendem atingir para o período 2007-2016 em matéria de resíduos sólidos urbanos*”, e pretende, no essencial a “*aplicação de medidas que permitam aumentar a eficiência e a eficácia das práticas de gestão de RSU, na prossecução de uma otimização global e integrada, e de um cada vez menor recurso à deposição em aterro através da maximização da reciclagem e, subsidiariamente, de outras formas de valorização*”.



O Plano Prevenção de Resíduos Urbanos no Nordeste Transmontano, por sua vez, assenta na concretização de uma estratégia eficaz de gestão de resíduos, que está necessariamente associada ao cumprimento das metas nacionais e comunitárias, e à operacionalização dos mecanismos, metas e ações definidas no PERSU II, com destaque para as seguintes duas linhas orientadoras: Reduzir a quantidade dos resíduos urbanos produzidos (Medida 1— Eixo I); Reduzir a sua perigosidade, devido a pequenas quantidades de resíduos perigosos (Medida 2 — Eixo I). Esta tem sido a linha de atuação da empresa responsável pela gestão dos resíduos do município de Vila Flor, a Resíduos do Nordeste, EIM, conforme se pode constatar da análise que se desenvolve em seguida.

Seguindo a lógica dos **três R's**: Reduzir (minimizar a quantidade de resíduos produzidos, através da prevenção da sua produção), Reutilizar (dar um novo uso a materiais já usados) e Reciclar (recuperar os materiais constituintes dos resíduos para os integrar de novo no seu próprio ciclo de produção), a Resíduos do Nordeste, propõe-se, por um lado, promover a recuperação ambiental e o encerramento das lixeiras e, por outro lado, construir infraestruturas adequadas à remoção, ao tratamento e à reciclagem de resíduos (valorização) desde o consumidor até ao tratamento e destino final.

É de destacar que o presente capítulo se concentra essencialmente na caracterização do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, uma vez que é muito reduzida a expressão de resíduos de outra natureza no concelho, nomeadamente por ausência de atividades geradoras de resíduos de natureza específica.

O sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) atinge já há longos anos a totalidade da população concelha, tendo-se verificado mais recentemente um incremento da aposta na recolha diferenciada de resíduos, não só com a instalação de ecopontos mas também com a promoção de diversas campanhas de sensibilização das populações para a temática dos RSU.

No que diz respeito ao concelho de Vila Flor, a recolha indiferenciada dos RSU é efetuada a partir de equipamentos de deposição normalizados, nomeadamente contentores, apresentando uma capacidade de 1100, 1000 e 800 litros, onde são colocados os resíduos domésticos ou outros semelhantes. Naturalmente destaca-se a freguesia de Vila Flor, por apresentar o maior número de contentores (127). Atualmente encontram-se distribuídos pelo município 400 contentores (232 com uma capacidade de 1100 litros, 104 de 1000 litros e 64 de 800 litros).



Quadro 80: N.º de contentores por localidade e freguesia

Freguesia	Localidade/ Local	N.º de Contentores			
		800 l	1000 l	1100 l	Total
Assares	Assares	4	1	4	9
Benlhevai	Benlhevai	2	1	10	13
Candoso	Candoso	2		9	11
Carvalho de Egas	Carvalho de Egas	3	3	6	12
Freixiel	Folgares		1	3	4
	Freixiel	9	4	11	24
	Pedreira		2		2
	Vieiro		6		6
Lodões	Lodões		4	6	10
Mourão	Mourão		1	6	7
Nabo	Nabo	2	2	5	9
Raios	Raios		2	6	8
Samões	Samões	4		17	21
Sampaio	Águas Bem Saúde		3		3
	Sampaio	2	3	6	11
Santa Comba de Vilarça	Santa Comba de Vilarça	4	2	16	22
Seixo de Manhoses	Seixo de Manhoses	8	9	6	23
Trindade	Macedinho	1		1	2
	Trindade	2	2	3	7
	Valbom	1	1	2	4
Valtomo	Alagoa		2	1	3
	Valtomo	1	7	4	12
Vale Frechoso	Vale Frechoso	1	4	7	12
Vila Flor	Arco	1	3	1	5
	Barragem de Vila Flor	1	3	14	18
	Cooperativa de azeite	1			1
	Feira Terra Flor			6	6
	Restaurante o Galo		2		2
	Vila Flor	11	28	56	95
Vilarinho das Azenhas	Vilarinho das Azenhas	2	2	4	8
Vilas boas	Meireles	1	2	5	8
	Quinta da Peça		1		1
	Ribeirinha			3	3
	Sr. Assunção		2	1	3
	Vilas boas	1	1	12	14
Canil Intermunicipal				1	1
Total		64	104	232	400

Fonte: Resíduos do Nordeste, abril de 2011

Esta recolha indiferenciada, da responsabilidade da Resíduos do Nordeste, abrange a totalidade do concelho e processa-se de acordo com circuitos de recolha pré-definidos. A periodicidade da recolha varia, efetuando-se



diariamente (exceto domingos) na sede de freguesia, e no restante concelho, no inverno, uma vez por semana, e no verão, duas. A recolha é efetuada através de dois veículos com 16 e 21m³ de capacidade.

Uma vez recolhidos, os RSU são encaminhados para o Aterro Sanitário de Urjais (destinado à deposição de resíduos não perigosos – resíduos urbanos), situado nos concelhos de Mirandela e de Vila Flor, respetivamente nas freguesias de Freixas e Vilas Boas. O Aterro Sanitário é o local onde são depositados os resíduos que já não podem ser alvo de valorização e os que resultam da recolha indiferenciada. Este encontra-se preparado para assegurar medidas de proteção e controlo que possibilitam a monitorização ambiental do aterro, que inclui a vigilância de assentamentos e enchimentos, lixiviados, águas subterrâneas, superficiais e gases. Os lixiviados provenientes do Aterro Sanitário de Urjais encontram-se a ser tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixivantes no aterro. O Aterro Sanitário entrou em funcionamento em setembro de 1997 e a sua vida útil está prevista até 2017. Além de receber os RSU dos concelhos que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, alargou a sua área de influência para os municípios que integram o Douro Superior e, ainda, a Terra Fria do Nordeste Transmontano.

Assinala-se ainda a existência de uma Central de Valorização Energética de Biogás que tem como objetivo a recuperação da energia produzida a partir dos RSU depositados no Aterro evitando, ao mesmo tempo, a libertação dos gases para a atmosfera. Em 2010, esta Central produziu um total de 2.507.056 kWh de energia, tendo sido evitada a emissão de 1.103,1 toneladas de dióxido de carbono. Uma última referência para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, que se encontra em construção e que irá tratar a totalidade dos resíduos recolhidos no Nordeste Transmontano (Terra Quente Transmontana, Terra Fria do Nordeste Transmontano e Douro Superior). Esta unidade irá separar mecanicamente a fração orgânica dos RSU para submetê-los a processos de biometanização e compostagem, sendo também assegurada de forma automática e manual a separação de materiais recicláveis.

Relativamente à recolha seletiva, esta é também da responsabilidade da Resíduos do Nordeste, sendo os resíduos, posteriormente transportados para a Estação de Triagem dos Resíduos do Nordeste, em Mirandela. É nesta estação que são recebidos os materiais provenientes da recolha seletiva (ecopontos), para se proceder à sua separação final e acondicionamento para posterior envio para as respetivas Unidades de Reciclagem.

Fotografia 74: Contentor e Ecoponto em Valtorno



Fotografia 75: Ecocentro em Vila Flor





Encontram-se distribuídos pelo concelho um total de 38 EcoPontos, 18 dos quais se encontram na sede de freguesia. O concelho de Vila Flor conta ainda com a existência de um ecocentro, localizado na zona industrial de Vila Flor, onde os resíduos para reciclagem, com um volume superior aos ecopontos, podem ser depositados e armazenados em contentores por tipo de material para posterior tratamento e reciclagem.

A inexistência de um parque de sucata da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Flor, leva a que existam algumas áreas onde surge depósitos de sucata clandestinos.

Finalmente, importa referir que a autarquia, no que diz respeito à recolha de monstros (resíduos como eletrodomésticos, mobiliário, baterias, pneus, etc., que pela sua natureza, peso e dimensão não podem ser objeto de remoção normal), tem um serviço de recolha, em que o munícipe através da linha verde, pode solicitar a respetiva recolha. A deposição deste tipo de materiais também pode ser feita no Ecocentro (desde 2003).

A Resíduos do Nordeste tem desenvolvido algumas iniciativas no campo da sensibilização e da educação ambiental junto da população em geral, alertando para o problema dos RSU e para a importância da implementação da política dos *três R's*.

Encontram-se em fase de implementação vários projetos, nomeadamente o “Roadshow de Sensibilização Ambiental”, que pretende sensibilizar toda a população da área de intervenção da Resíduos do Nordeste para a problemática ambiental atual, focando 5 áreas temáticas (água, resíduos, ruído, poluição atmosférica e energia), com vista à adoção de comportamentos pró-ambientais. Consiste num veículo itinerante que se desloca a todos os municípios, permitindo às áreas mais remotas aceder à informação (população envelhecida e sem meios de transporte).

14.4 OUTRAS INFRAESTRUTURAS

O processo de avaliação das infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas a efetuar no âmbito da 1ª revisão do PDM de Vila Flor deve atender à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade definidos pelos órgãos autárquicos e restantes agentes de desenvolvimento local.

Nesta perspetiva estas infraestruturas não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, antes constituindo num fator tantas vezes impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a dotação de um território destas infraestruturas com qualidade, fiabilidade e com preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atratividade do espaço para a instalação de atividades económicas.



No âmbito da 1ª revisão do PDM será apenas efetuado um breve enquadramento do serviço prestado pelas diversas entidades, já que, estas infraestruturas devem, sim, ser consideradas no Plano para efeitos de condicionante à ocupação do território.

14.4.1 Infraestruturas Elétricas

No concelho de Vila Flor pode afirmar-se que o abastecimento de energia elétrica se encontra assegurado à totalidade da população, sendo praticamente inexistentes situações de residentes sem acesso à rede de distribuição elétrica. À semelhança do que acontece no resto do país é a EDP Distribuição que possui a concessão de operação da rede nacional de distribuição, sendo responsável pela exploração das infraestruturas ao nível da alta e média tensão.

A partir da informação estatística disponível (INE) é possível proceder a uma análise do que tem vindo a ser a evolução recente dos consumos e do número de consumidores por tipo de consumo.

Quadro 81: Evolução do consumo de eletricidade e do número de consumidores no concelho de Vila Flor

Setor	Consumo (1000 kwh)					Variação	Consumidores					Variação
	2005	2006	2007	2008	2009		2005	2006	2007	2008	2009	
Doméstico	6.699	6.976	7.073	7.027	7.085	5,8%	4.505	4.552	4.533	4.543	4.556	1,1%
Industrial	3.027	3.387	3.176	3.512	3.938	30,1%	168	155	167	155	168	0,0%
Agrícola	3.485	4.061	4.063	4.569	3.991	14,5%	321	316	318	312	300	-6,5%
Outros	5.834	5.949	6.166	6.586	6.675	14,4%	594	613	657	669	670	12,8%
TOTAL	19.045	20.372	20.478	21.695	21.689	13,9%	5.588	5.636	5.675	5.679	5.694	1,9%

Nota: Por "Outros" entende-se os consumos associados a utilizações não domésticas (equipamentos coletivos, comércio e serviços, por exemplo), iluminação pública, e iluminação interior de edifícios do estado.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos

No total do consumo de eletricidade no município de Vila Flor, em 2009, era o consumo para uso doméstico o que assumia um maior peso relativo (cerca de 33% do total dos consumos), embora numa proporção muito próxima das "Outras utilizações". Para este setor doméstico, a análise do quadro permite verificar que nos últimos anos houve um aumento ligeiro ao nível da quantidade de energia consumida que, no entanto, não foi acompanhado proporcionalmente pelo crescimento do número de consumidores, denotando um ligeiro aumento no padrão de consumos – o consumo de energia elétrica por consumidor doméstico foi, em 2005 e em 2009, de respetivamente 1.487kwh e 1.555 kwh. Estes rácios não se mantiveram no que concerne aos setores industrial e agrícola, verificando-se em ambos um aumento mais significativo do consumo de energia por consumidor, respetivamente 30% e 22,5%.



Assinala-se ainda a variação registada no número de consumidores associados às atividades económicas que denota uma recuperação no setor da indústria, sinal positivo na dinâmica económica do concelho, e um decréscimo na agricultura, como seria de esperar.

Relativamente à **Rede Nacional de Transporte**, tutelada pela REN, o concelho é atravessado a Sul pela linha de Muito Alta Tensão, com tensão de 220kV.

14.4.2 Infraestruturas de Comunicação

Tal como no caso anterior, pode-se considerar que o município de Vila Flor apresenta uma situação muito favorável ao nível da cobertura do concelho no domínio das infraestruturas de comunicação.

Foram efetuados pedidos de informação às três operadoras móveis no sentido de conhecer o grau de cobertura de cada uma no concelho de Vila Flor e de localizar as respetivas antenas. Desta forma, o concelho de Vila Flor encontra-se dotado de cinco estações base de radiocomunicações, 5 da ZON, 2 da MEO e 2 da Vodafone. Os dados em falta serão integrados numa fase posterior, caso venham a ser fornecidos.

Quadro 82: Estações base de radiocomunicações, no concelho de Vila Flor

Identificação	ZON		
	Freguesia	Lat.	Long.
Sta Comba da Vilarça	St C. Vilarça	-7° 06m 36s	41° 36m 68s
Sampaio	Sampaio	-7° 5m 30s	41° 17m 39s
Vila Flor	Vila Flor	-7° 9m 27s	41° 16m 47s
Candoso	Candoso	-7° 2m 11s	41° 27m 5s
Freixiel	Freixiel	-7° 2m 61s	41° 32m 9s
MEO			
N S Remédios	Vila Flor	-7° 1m 50s	41° 31m 2s
Sampaio	Sampaio	-7° 0m 94s	41° 29m 29s
Vodafone			
Vila Flor Metro	Vila Flor	-7° 17m 36s	41° 31m 47s
Samões	Samões	-7° 17m 72s	41° 31m 06s

Fonte: ZON, MEO e Vodafone

O setor das comunicações sofreu nas últimas duas décadas alterações profundas, não só ao nível do serviço prestado, mas sobretudo ao nível da operação, com várias empresas e entidades a fornecerem estes serviços o coloca alguns entraves em termos de análise estatística de dados. Contudo, este não é decerto um domínio que inspire preocupação uma vez que não foram identificadas fragilidades na prestação do serviço, embora se verifiquem ainda insuficiências ao nível da cobertura por rede móvel de comunicações em algumas áreas do concelho.



14.4.3 Infraestruturas Gasistas

O abastecimento de gás no concelho de Vila Flor é, em regra, feito com recurso ao gás de botija e nos casos de espaços e estabelecimentos que registam maiores volumes de consumo, nomeadamente urbanizações recentes, instituições públicas ou privadas e atividades económicas de maior dimensão, recorre-se ao abastecimento através de gás a granel, por intermédio de depósitos próprios.



15. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

A temática dos riscos e da proteção civil tem vindo a adquirir ao longo dos anos mais recentes uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, encontra-se intrinsecamente associada à questão da ocupação do espaço e dos danos inerentes à ocorrência desses fenómenos, tendo por isso toda a pertinência que esta temática seja abordada no âmbito da disciplina das intervenções no território.

Conforme refere o *Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de SIG de base municipal “a identificação, a caracterização e a avaliação metódica dos riscos naturais, tecnológicos e mistos que condicionam a segurança das comunidades são passos fundamentais no adequado desenvolvimento dos procedimentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território”*.

A reforçar esta ideia a Lei de Bases do Ordenamento do Território considera que “*acautelar a proteção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana*”, constitui uma das finalidades da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Consequentemente, os IGT são conduzidos no sentido de respeitar todo este enquadramento, traduzindo as disposições e orientações emanadas da legislação.

O PNPOT estabelece como medida prioritária definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de PMOT, e atendendo aos objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.

Também os PROT, em respeito às disposições do RJGT e em consonância com as orientações do PNPOT, nos seus modelos de organização do território regional, identificam e estabelecem diretrizes relativamente às zonas de risco.

Regista-se ainda a figura de planos de proteção civil que podem ser planos de emergência de nível nacional, regional, supra distrital, distrital, supra municipal ou municipal, gerais ou especiais, e que necessitam de cartografia de riscos para a sua elaboração.

No presente contexto assume particular importância a articulação do PDM com o Plano Municipal de Emergência de Vila Flor (PME), documento fundamental para a identificação e gestão dos riscos a nível municipal.

Este Plano encontra-se ainda em elaboração, pelo que a sua informação será analisada numa fase seguinte.



Em sede de Proposta de Plano serão identificadas as possíveis situações de conflito entre os riscos presentes e as propostas de ordenamento, a eventual introdução ou agravamento de riscos e a conformidade do PDM com os normativos do PROT-N nesta temática. Serão também, se necessário, definidas medidas restritivas e/ou mitigadoras de riscos e conflitos, bem como identificadas restrições e condicionantes ao uso do solo para cada tipo de risco.



16. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PDM EM VIGOR

O Plano Diretor Municipal de Vila Flor, agora na sua primeira revisão, foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/94, publicada no Diário da República n.º 260, I Série-B, de 10 de outubro de 1994. Embora tenha entrado em vigor já no final de 1994, quer os Elementos Fundamentais, quer os Elementos Complementares (que integram as opções de desenvolvimento subjacentes à proposta de ordenamento) datam de dezembro de 1993. É de referir que o PDM foi alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 206/97, publicada no Diário da República n.º 283, I Série-B, de 9 de dezembro de 1997.

A presente análise, para além de fundamental para informar a definição de um modelo de desenvolvimento e uma proposta de ordenamento adequados e consentâneos com a realidade presente, permite ir ao encontro de algumas exigências legislativas, nomeadamente na Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro, que refere que, a deliberação camarária que determina a revisão do PDM, deve ser acompanhada, na ausência de REOT, de *“um relatório fundamentado de avaliação da execução do plano diretor municipal e de identificação dos principais fatores de evolução do município”*, designadamente ao nível de *“ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturção, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município”*.

Esta avaliação permitirá ainda sustentar eventuais propostas de reclassificação do solo rural como urbano que, conforme sustenta o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, deverão ser sustentadas na *“avaliação da dinâmica urbanística e da execução do PDM em vigor”*.

O presente capítulo pretende avaliar a execução das medidas consagradas nesse Instrumento de Gestão Territorial, entendendo-se esta avaliação da sua execução como uma etapa chave do processo de revisão que deverá preceder a definição das propostas do Plano.

É a partir desta avaliação que se podem sistematizar as principais incoerências e dificuldades que se colocaram à gestão urbanística durante a vigência do Plano, bem como os casos de sucesso e as orientações e medidas que se pretendem manter ou fomentar. Permite, também identificar as propostas concretas que não foram cumpridas e é a ocasião ideal para avaliar a dinâmica urbanística do concelho e o grau de ocupação dos seus aglomerados.

16.1 ENQUADRAMENTO NO PDM EM VIGOR

Decorridos que estão mais de 20 anos desde a entrada em vigor do PDM, importa agora perceber o que foram as premissas base, opções e objetivos estabelecidos para o ordenamento do território concelhio, de forma a



poder avaliar-se a sua adequabilidade à realidade concelhia e de que modo este instrumento contribuiu para a prossecução do desenvolvimento de Vila Flor.

16.1.1 Objetivos Gerais e Opções de Desenvolvimento

O Plano Diretor Municipal de Vila Flor (PDMVF), no Artigo n.º 6 do Regulamento, tem enunciados os seguintes objetivos:

1. Definir e estabelecer princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo;
2. Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural existente;
3. Promover e acautelar o desenvolvimento económico e social;
4. Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades do município;
5. Fornecer orientações para o planeamento municipal;
6. Salvaguardar os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

O relatório, no capítulo relativo aos **objetivos gerais**, norteia as propostas desenvolvidas em duas ideias principais:

1. Definir as ocupações dos solos;
2. Melhorar a qualidade de vida das populações.

Estes dois grandes objetivos são materializados em objetivos sectoriais, indispensáveis para o desenvolvimento do Concelho:

- Melhorar a acessibilidade;
- Melhorar os serviços básicos à população;
- Proteger a qualidade do ambiente;
- Melhorar o nível de vida das populações.

No que diz respeito às **opções de desenvolvimento**, no capítulo relativo à Estratégia de Desenvolvimento Económico, são apresentados como eixos do Modelo de Desenvolvimento Municipal:

- Modernização do setor agrícola;
- Florestação;
- Crescimento das indústrias agroalimentares;



- Fixação de indústrias baseadas em matérias-primas locais (caso das madeiras e dos minerais não-metálicos);
- Atração de atividades industriais não poluentes e desenvolvimento das atividades artesanais;
- Desenvolvimento do turismo.

16.1.2 Propostas sectoriais

Estratégia de Desenvolvimento Económico

Tendo sido já apresentado o Modelo de Desenvolvimento Municipal, este capítulo do Relatório integra ainda três componentes que, sumariamente, dizem respeito à Estratégia de Desenvolvimento Turístico, à Hierarquização da rede viária na perspetiva da estratégia de desenvolvimento turístico e a Propostas de perfis tipo para zonas industriais.

Trata-se sobretudo de orientações gerais a seguir, dando-se aqui especial atenção à Estratégia de Desenvolvimento Turístico, que apresenta como objetivos gerais a alcançar:

- Valorização turística da região com aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas do seu património natural, histórico e cultural;
- Crescimento do setor do turismo maximizando a sua contribuição direta e induzida para o desenvolvimento económica da região.

O Plano define que para alcançar estes objetivos deve atuar-se sobre:

- Valorização do espaço rural com dinamização de todas as formas de turismo nas várias vertentes de alojamento, animação turística, cultural e desportiva, circuitos turísticos e todas as atividades e produtos que promovam a integração dos produtos específicos do espaço rural com os produtos turísticos em geral, desde o “fly & drive” até aos percursos da natureza;
- Qualidade e quantidade da oferta de alojamento, restaurantes e outros similares;
- Equipamentos e atividades de animação turística;
- Integração regional em circuitos;
- Alargamento da gama de produtos turísticos oferecidos;
- Valorização dos produtos regionais: artesanato, gastronomia, etc.;
- Promoção regional e marketing turístico (fora do âmbito do PDM).



Uma vez que muitas destas questões estão fora do âmbito do PDM, é dada a indicação que deverá ser elaborado um “Plano de Desenvolvimento Turístico” à escala regional do Nordeste ou da Terra Quente Transmontana.

Ao nível do PDM é definido um conjunto de figuras base do ordenamento do território:

- Pólo de Desenvolvimento Turístico: Vila Flor;
- Centros de Atração Turística: Alto da Nossa Senhora da Assunção e Alto da Nossa Senhora dos Remédios;
- Turismo no Espaço Rural: Gavião (junto de Seixo de Manhoses) – Turismo de aldeia (se houver investimento);
- Centros de Animação Turística: Parque de Campismo, Barragem do Peneireiro, Parque Zoológico e Piscina Municipal;
- Centro de Desenvolvimento Turístico: Termas de Bem Saúde;
- Paisagem a Valorizar: Vale da Vilarça, Mata da N.S. dos Remédios/ N.S. da Lapa e Mata da Barragem do Peneireiro.

Aproveitamentos hidroagrícolas

Tendo presente o estudo “Identificação de Pequenos Regadios do Nordeste – Terra Quente – DGHEA”, é proposta a construção de 4 barragens, de forma a garantir o aproveitamento máximo dos recursos hídricos destinados à rega do extenso Vale da Vilarça.

Floresta

O capítulo relativo à floresta dá algumas orientações sobre a utilização e ocupação do solo tendo em vista o seu aproveitamento florestal. São também definidas medidas de prevenção de incêndios para povoamentos florestais existentes e futuros.

Equipamentos

Ao nível do PDM são feitas as seguintes propostas:

1. Equipamentos de Saúde:
 - Centros de Saúde – instalações consideradas inadequadas;
 - Extensões dos Centros de Saúde – criação de novas instalações ou recuperação das existentes;
 - Unidade de Internamento – necessita de obras de remodelação e equipamento;



2. Equipamento Escolar:

- Ensino Pré-Primário – apesar de no Concelho, este setor não ser dos mais carenciados, dão abertura para o aparecimento de novos estabelecimentos;
- 1º Ciclo do Ensino Básico – concentração de alunos em escolas modernas e bem equipadas; melhoria da rede de transportes escolares; utilização noturna dos equipamentos para alfabetização de adultos;
- 2º Ciclo do Ensino Básico – construção de um ginásio desportivo na Escola Preparatória de Vila Flor; melhoria da rede de transportes escolares;
- 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário – sem propostas;

3. Equipamentos Culturais, Recreativos e Desportivos:

- 1 pista de atletismo com 400m de comprimento e setores para saltos em altura, em comprimento e lançamentos – em Vila Flor;
- 1 tanque coberto de aprendizagem de natação - em Vila Flor;
- Salões polivalentes com equipamento de apoio – nas aldeias.

Saneamento Básico e Ambiente

Ao nível do PDM são feitas as seguintes propostas:

1. Abastecimento de Água potável

O objetivo principal centrava-se no abastecimento de todas as povoações com água de qualidade.

Em termos de medidas e ações foi considerado prioritário: (1) proteção às captações; (2) tratamento da água; (3) controlo de qualidade da água.

Foram também propostos 4 sistemas de abastecimento de água:

- Sistema da Barragem do Peneireiro – servia a sede de concelho e cinco outras localidades, estando em conclusão as obras para abastecimento de Vilas Boas. Previa-se ainda o abastecimento de Meireles e Róios;
- Sistema da Barragem da Burga – a água desta barragem era apenas utilizada para fins agrícolas. Previa-se, numa primeira fase, o abastecimento do Vale da Vilarça (Santa Comba da Vilarça e Sampaio) e, numa segunda fase, as povoações do setor Norte;



- Sistema da Barragem da Fonte Longa – barragem pertencente ao concelho de Carrazeda de Ansiães servia as povoações de Candoso, Valtorno, Alagoa e Mourão, prevendo-se o alargamento deste sistema aos aglomerados de Folgares e Freixiel.
- Sistema de Abreiro-Frechas – constituído por três localidades: Vieiro, Ribeirinha e Vilarinho das Azenhas. Dada a proximidade a Mirandela previa-se que apenas Vieiro fosse abastecido pelo Sistema Abreiro (captação efetuada nas aluviões do rio Tua), devido ao elevado teor de ferro encontrado nas suas captações. Alternativamente previa-se a hipótese de fazer um tratamento adequado das águas.

No que diz respeito aos Pequenos Sistemas Independentes, embora o critério fosse integrá-los em sistemas mais abrangentes, previa-se um período de transição em que seriam mantidos os sistemas de abastecimento individuais. Os aglomerados que se enquadravam nesta situação eram: Valbom, Trindade, Macedinho, Benlhevai, Vale Frechoso, Róios, Meireles, Freixiel, Ribeirinha e Vilarinho das Azenhas.

2. Drenagem e Tratamento de Efluentes

O objetivo principal era garantir o tratamento adequado dos efluentes de todas as povoações e indústrias do Concelho em função da sua dimensão e características e usos do meio recetor.

Foram feitas recomendações genéricas face à legislação, e definidas as seguintes necessidades:

- Construção de uma ETAR (tratamento biológico) na sede de concelho;
- As povoações com rede e com mais de 200 habitantes devem dispor de tratamento de esgotos adequado. É o caso de Santa Comba da Vilarça, Freixiel, Vilas Boas (todas com mais de 500 habitantes);
- As povoações sem rede devem dispor de fossas sépticas individuais
- Seixo de Manhoses com mais de 500 habitantes e sem rede nem fossas sépticas deve dispor de tratamento de esgotos adequado;
- A Zona Industrial deve dispor de sistema adequado de rede e tratamento de efluentes.

3. Resíduos Sólidos

Os objetivos que se pretendiam atingir com o sistema de resíduos sólidos eram:

- Extensão da remoção dos resíduos sólidos domésticos à totalidade do Concelho e melhoria das condições de recolha;
- Tratamento dos resíduos sólidos em condições técnicas e ambientais corretas e saneamento ou reconversão da lixeira existente;



- Promoção de ações complementares à remoção de resíduos domésticos, nomeadamente remoções seletivas;
- Estabelecimento de normas disciplinadoras.

Foi também definido um conjunto de medidas, assinalando-se:

- A frequência de recolha de resíduos deve passar a ser bissemanal nos aglomerados de acesso difícil e trissemanal nos restantes aglomerados rurais;
- Na sede de concelho a frequência deve ser mantida sendo desejável avançar para a deposição em contentores herméticos;
- Saneamento da lixeira e conversão em Aterro Sanitário, como solução de curto prazo, e criação de um aterro sanitário intermunicipal, como solução de médio/ longo prazo;
- Tratamento adequado dos resíduos hospitalares e industriais (orientações genéricas);
- Considerar a implementação de remoções seletivas (opção a ponderar).

Infraestruturas Viárias e de Transportes

Neste capítulo é feita uma proposta de hierarquização da rede viária municipal assim como algumas recomendações relativamente aos níveis de serviço desejáveis.

São então propostos três grupos distintos de ações de intervenção. O primeiro, fora do âmbito municipal, com ações da responsabilidade da Administração Central: conclusão urgente do IP2 e IP4; inscrição na revisão do PRN do IC5 para a Terra Quente Transmontana; beneficiação da EN213 entre Mirandela e o cruzamento da EN314 e EN215. O segundo prevê a pavimentação de duas vias (CM1145 e VM4) e a construção de diversos troços para melhoria da rede viária e fecho de malhas (pressupondo a procura de financiamento externo). Finalmente, o terceiro grupo aponta para ações municipais de sensibilização da Administração Central, CP e entidades ligadas ao Turismo para manutenção em serviço da linha Tua/ Mirandela.

Ao nível dos transportes é referida uma eventual melhoria da rede de expressos o que poderá justificar a criação de interface na sede de concelho com boas condições para os utentes e operadores. É ainda referido que será desejável ocorrer uma melhoria de cobertura nos transportes de natureza local, em particular na área ocidental do concelho, sugerindo-se a candidatura a financiamento para estudo de alternativas de transporte em meio rural, por exemplo, num esquema de táxis coletivos.



Património

São feitas as seguintes propostas de classificação:

1. **Monumento Nacional**

- Cabeço da Mina (Assares);

2. **Imóveis de Interesse Público**

- Olival do Rei (Vilas Boas);
- Minas Romanas (Benlhevai);
- “Castelo”, Castro de Freixiel (Freixiel);
- Poço da Moura (Assares);
- “Castelo” de Macedinho (Trindade);
- Igreja Matriz de Vila Flor (Vila Flor);
- Fragas da Serra (Freixiel);
- Anta da Chã Grande (Sampaio);
- Penedos gravados de Freixiel (Freixiel);
- Marcos Medievais de Alagoa (Valtorno);
- Necrópole Medieval de Salgueiral (Freixiel);
- Antas da Chã da Senhora da Rosa (Sampaio);
- Marco do Alto da Serra (Benlhevai);

3. **Imóveis de Interesse Concelhio**

- Habitat romano de Santa Comba da Vilarça (Santa Comba da Vilarça);
- Portal de uma casa em Róios (Róios);
- Azenha Nova (Vilas Boas);
- Azenha das Três Rodas (Vilas Boas);
- Cabeço Murado de Valtorno (Valtorno);
- “Castelo”, Castro Velho (Vilas Boas);
- Povoado Romano de Freixiel (Freixiel);
- Cabeço de São Pedro (Lodões);
- Castelo de Godeiros (Nabo);



- Ruínas da Capela de S. Domingos (Freixiel);
- Capela de N.S. do Castanheiro (Valtorno);
- Igreja da Santíssima Trindade (Trindade);
- Capela do Santíssimo (Assares);
- Pala do Conde (Nabo);
- Igreja barroca de Vilarinho das Azenhas (Vilarinho das Azenhas);
- Igreja Matriz de Róios (Róios);
- Barreiro I (Samões);
- Barreiro II (Samões/Candoso);
- Fachada Quinhentista de Mourão (Mourão);
- Fonte do Olmo (Vila Flor);
- Povoado Romano de Salgueiro (Benlhevai);
- Aldeia do Gavião (Seixo de Manhoses);
- Osseira (Valtorno);
- Cabeço de N.S. da Assunção (Vilas Boas).

16.1.3 Proposta de Ordenamento

Além das propostas sectoriais, o relatório do PDM apresenta um último capítulo relativo às propostas de ordenamento e respetiva fundamentação, contemplando ainda a descrição das categorias de espaço.

À luz do quadro legal vigente aquando da elaboração do Plano, foram definidas as seguintes categorias e subcategorias de espaço, discriminadas nas cartas de ordenamento do concelho à escala 1:25 000:

Quadro 83: Classificação e Qualificação do solo do PDM em vigor

Categorias	Subcategorias
Espaços Urbanos	
Espaços Urbanizáveis	
Espaços Industriais	
Espaços para Indústrias Extrativas	
Espaços de Recreio e Lazer	
Espaços Agrícolas	Espaços Agrícolas pertencentes à RAN
	Outros Espaços Agrícolas
Espaços Florestais	Perímetros Florestais
	Núcleos Florestais
	Projetos Florestais



Categorias	Subcategorias
	Espaços Naturais de Utilização Múltipla
	Áreas de Proteção ao Património Histórico-Arqueológico
	Áreas de Importante Valor Paisagístico
	Área Protegida do Peneireiro
	Espaços Canais
	Albufeiras

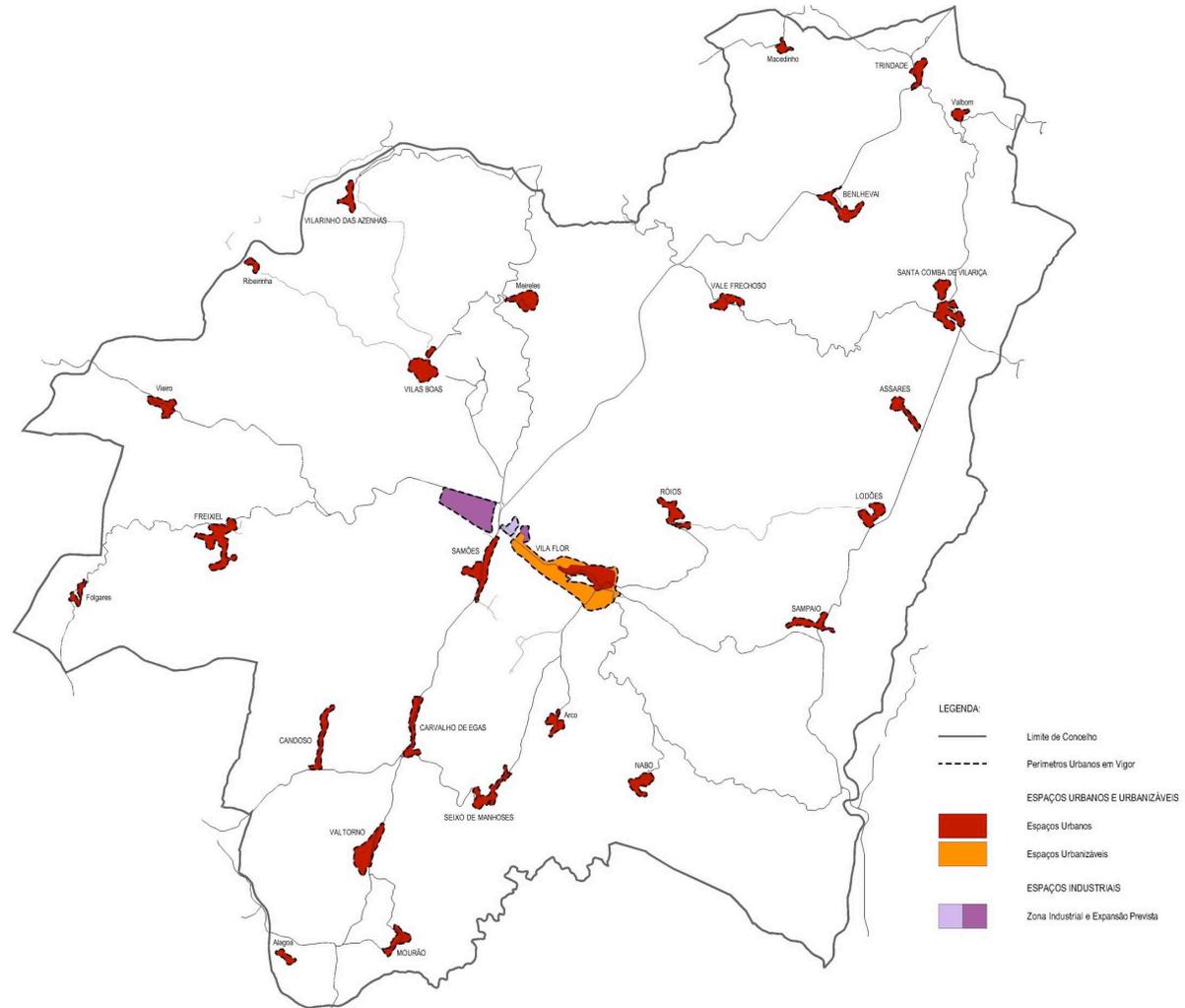
Fonte: PDM de Vila Flor, 1994

No que diz respeito à descrição das propostas feitas no relatório do Plano há a destacar o seguinte:

1. Espaços Urbanos: na vila de Vila Flor foram delimitadas as áreas com uma ocupação edificada razoavelmente consolidada, enquanto nos restantes aglomerados optou-se por incluir nos espaços urbanos alguns vazios e áreas intersticiais, uma vez que não teriam leitura à escala do Plano;
2. Espaços Urbanizáveis: foram apenas delimitados espaços urbanizáveis nas áreas de expansão da vila de Vila Flor, uma vez que eram os únicos com expressão à escala 1:25 000;
3. Espaços Industriais: o Plano define dois espaços industriais – a zona de pequena indústria artesanal localizada a Noroeste de Vila Flor, junto ao cruzamento da EN213 com a EN215, e subsequente área de expansão; e a zona industrial localizada a Sudoeste do cruzamento da EN213 com a EN314, que se encontra em fase de projeto. No primeiro espaço industrial é permitida a implantação de indústrias do tipo C e D, enquanto no segundo espaço é permitida a implantação de indústrias do tipo A, B e C;
4. Espaços para Indústrias Extrativas: foram identificadas as massas minerais, depósitos minerais e águas minerais naturais;
5. Espaços de Recreio e Lazer: foi classificado como Área de Recreio e Lazer o Parque Municipal de Campismo de Vila Flor localizado perto da sede de concelho;
6. Espaços Agrícolas: caracterizam-se pela sua elevada aptidão para as atividades agrícolas e dividem-se em:
 - Espaços Agrícolas pertencentes à RAN;
 - Outros Espaços Agrícolas – correspondem a áreas que tenham sido submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos e a outros solos cujo aproveitamento seja determinante para a viabilidade económica de explorações agrícolas existentes.
7. Espaços Florestais: são identificados na planta de ordenamento com as seguintes designações:
 - Perímetros Florestais – são destinados ao aproveitamento florestal, segundo planos de exploração elaborados pelo Instituto Florestal;



Figura 59: Solo Urbano do PDM em Vigor







- Núcleos Florestais – correspondem a manchas de vegetação arbórea e arbustiva com área igual ou superior a 50ha;
 - Projetos Florestais – foram delimitadas áreas que serão sujeitas a projetos florestais aprovados.
8. Espaços Naturais de Utilização Múltipla: correspondem a áreas com ocupação agrícola, pastagens ou incultos, não apresentando uma vocação específica, reservando-se para os usos tradicionais;
 9. Áreas de Proteção ao Património Histórico-Arqueológico - são áreas de proteção aos sítios histórico-arqueológicos, sendo o objetivo da sua delimitação a salvaguarda e valorização do património existente;
 10. Áreas de Importante Valor Paisagístico – foram consideradas a Serra de N.S. dos Remédios, o Cabeço da N.S. da Assunção, a Serra de Faro, a Serra da Tinta/ Feiteira e o vale do rio Tua;
 11. Área Protegida do Peneireiro - constitui uma área protegida municipal, sendo obrigatória a elaboração do seu plano de ordenamento e respetivo regulamento;
 12. Espaços-canais: integram estes espaços todas as vias nacionais e municipais, bem como a linha de caminho de ferro.
 13. Albufeiras – foram delimitadas a albufeira do Peneireiro e a albufeira da Burga e respetivas áreas reservadas e de proteção.

O Plano pressupunha uma expansão da ocupação urbana de Vila Flor faseada, sustentada em plano de urbanização ou planos de pormenor dando, no entanto, abertura para a edificação através de operações de loteamento ou construção em parcelas isoladas, definindo um conjunto de disposições a respeitar.

Em termos de espaços a destinar a equipamentos foi opção do Plano não proceder à sua delimitação, integrando os usos definidos como complementares à habitação, juntamente com o comércio, serviços e as áreas verdes urbanas.

Como já referido, o Plano procedeu à delimitação de um conjunto de áreas destinadas à localização de atividades industriais, cuja implementação deveria ocorrer mediante a elaboração de operações de loteamento ou de planos de pormenor.

Apesar de se prever em algumas situações a elaboração de planos de urbanização ou planos de pormenor, o Plano não definiu Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

Finalmente, no quadro seguinte é efectuada uma síntese das principais regras e parâmetros urbanísticos definidos para cada uma das categorias de espaço e respetivas alterações introduzidas em 1997.



Quadro 84: Síntese das principais regras e parâmetros urbanísticos do PDM de Vila Flor

Categorias/ Subcategorias	Regras e Parâmetros Urbanísticos	Alterações efetuadas em 1997
Espaços Urbanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. O uso dominante definido é a habitação e os usos supletivos os equipamentos, comércio, serviços e as áreas verdes urbanas, permitindo-se ainda a instalação de indústrias de classe D e C e de armazéns desde que compatíveis. 2. Na ausência de plano de urbanização, plano de pormenor ou operação de loteamento recorre-se às pré-existências para definir o quadro de ocupação do solo: os alinhamentos e as cêrceas das construções envolventes ou planos de alinhamentos ou cêrceas aprovados pela CM. Excetuam-se as edificações referentes a equipamentos, unidades hoteleiras ou outras que conduzam à qualificação do espaço urbano. 3. A edificação fora da sede de concelho deve respeitar os seguintes parâmetros urbanísticos: altura máxima de 3 pisos; habitação isolada unifamiliar, dupla ou em banda descontínua; percentagem máxima construída no lote de 60%. 4. A edificação em parcela isolada, prevê em termos de cedências de estacionamento automóvel público: 1,5 lugares/fogo (público); 1 lugar /fogo (privativo); 1 lugar/ 50 m2 de área comercial, armazéns e serviços. 5. A edificação decorrente de plano de urbanização, plano de pormenor ou operação de loteamento, prevê em termos de cedências de estacionamento automóvel público: 2 lugares/fogo; 2 lugares/ 50 m² de área comercial, armazéns e serviços. 6. A área total de cedência (incluindo áreas necessárias para passeios, arruamentos, estacionamento, equipamentos coletivos, outras infraestruturas e espaços verdes) não será inferior a 25% do total da área a urbanizar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nos usos, além da indústria passou a ser permitida a instalação de oficinas. 2. A edificabilidade fora da sede de concelho passou a prever uma exceção na percentagem máxima construída no lote de 60%, quando se tratar de reconstrução, recuperação ou reabilitação de edificações já existentes. 3. Na sede de concelho, além da integração na área envolvente passou a ser definida uma altura máxima de 5 pisos a partir da cota de serventia. 4. Excetuam-se, em termos de pisos, as edificações referentes a equipamentos e unidades hoteleiras e similares desde que justificado o seu interesse municipal e com projeto de arquitetura. 5. A edificação decorrente de plano de urbanização, plano de pormenor ou operação de loteamento, passou a prever em termos de cedências de estacionamento automóvel público: 1 lugar/fogo; 1 lugar/ 50 m2 de área comercial, armazéns e serviços. 6. A área total de cedência não pode ser inferior a 25% do total da área a urbanizar na sede de concelho e a 15% nas aldeias. 7. A cedência para estacionamento é dispensada nos loteamentos até 5 lotes de habitação unifamiliar ou se as construções dispuserem de áreas de estacionamento de acesso público, não podendo o total da área a urbanizar na sede de concelho ser inferior a 15%. 8. Nas aldeias com loteamentos até 5 lotes é dispensável a cedência de áreas, exceto as necessárias para vias e passeios.



Categorias/ Subcategorias	Regras e Parâmetros Urbanísticos	Alterações efetuadas em 1997
Espaços Urbanizáveis	<ol style="list-style-type: none"> 1. A edificação deve decorrer da elaboração de plano de urbanização ou planos de pormenor. 2. Caso estes não existam é permitida a edificação através de operações de loteamento ou construção em parcelas isoladas, sujeitas às seguintes disposições: número máximo de 3 pisos a partir da cota de serventia em construção isolada e de 4 pisos em operações de loteamento; as ligações às redes de infraestruturas são encargo do requerente; o arranjo de passeios a realizar pela CM é encargo do requerente; a fachada deve respeitar a linha de fachadas dominante ou estabelecida; percentagem máxima construída no lote é de 60%; satisfação de parâmetros de qualidade arquitetónica e urbanística. Excetuam-se, em termos de pisos, as edificações referentes a equipamentos e unidades hoteleiras e similares desde que justificado o seu interesse municipal e com projeto de arquitetura. 3. O regime de cedências é idêntico ao dos espaços urbanos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. As disposições definidas para a edificação através de operações de loteamento ou construção em parcelas isoladas deixam de ter carácter transitório.
Espaços Industriais	<ol style="list-style-type: none"> 1. O uso dominante na zona de pequena indústria artesanal e subsequente área de expansão é industrial sendo permitidas unidades industriais do tipo C e D. 2. O uso dominante na zona industrial localizada a Sudoeste do cruzamento da EN213 com a EN314 é industrial sendo permitidas unidades industriais do tipo A, B e C. 3. São considerados usos complementares armazéns e serviços de apoio às empresas. 4. A implementação destes espaços decorre de operações de loteamento ou de planos de pormenor, sendo definidas orientações a seguir (definição de lotes; estrutura viária e infraestruturas urbanas; espaços verdes; etc.. 5. É definida uma percentagem máxima de lote impermeabilizado de 75%. 6. É ainda permitida a instalação de indústria isolada da classe D ou C ou em novas zonas industriais a criar na categoria de Espaços Naturais de Utilização Múltipla desde que respeitem um conjunto de condicionamentos (confrontar com arruamento público, etc.). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Além de armazéns e serviços de apoio às empresas passam a ser permitidas oficinas. 2. A implementação destes espaços, além de operações de loteamento ou de planos de pormenor, decorre de planos de urbanização. 3. Passa a ser permitida a construção de estabelecimentos industriais ou complementares em parcelas isoladas, quando não existam planos, desde que justificado o seu interesse municipal.



Categorias/ Subcategorias	Regras e Parâmetros Urbanísticos	Alterações efetuadas em 1997
Espaços destinados à Indústria Extrativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. São espaços destinados à exploração de massas e depósitos minerais e de águas minerais naturais de acordo com a legislação em vigor. 2. Foram identificadas as áreas de exploração de massas minerais, depósitos minerais e águas minerais naturais. 3. Nas áreas de exploração de massas minerais: todas as novas pedreiras são obrigadas a ter uma faixa de proteção arbórea de 20m; é proibida a edificabilidade numa zona de defesa de 100m inerente à exploração, exceto para anexos de apoio, não sendo permitidas nestas áreas instalações industriais, exceto para fabricação exclusiva de britas e paralelepípedos de calçada e pavimentos. 4. Nas áreas de depósitos minerais abrangidas por direitos de prospeção e pesquisa e ou concessão de exploração é proibida: a edificação; a implantação de infraestruturas e a construção de barragens. 5. Nas abrangidas por direitos de exploração de águas minerais naturais todas as ações são objeto de parecer técnico da entidade concessionária e todas as ações suscetíveis de alterar as características da água são proibidas. 	-
Áreas de Recreio e Lazer	<ol style="list-style-type: none"> 1. São áreas vocacionadas para uma utilização de recreio e lazer, sendo permitidos usos específicos ou compatíveis definidos pela CM. 2. É permitida a edificação de equipamentos de apoio às atividades de recreio e lazer com projeto elaborado por arquiteto. Em projetos especiais deve participar um arquiteto paisagista. Compete à CM definir os projetos classificados como especiais. 3. É permitida a construção, a título precário, de instalações compatíveis com as atividades permitidas e sujeita a condicionamentos. 	1. É permitida a construção, a título precário, de instalações compatíveis com as atividades permitidas para cada área e sujeita a condicionamentos adequados a cada situação.
Espaços Agrícolas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Espaços Agrícolas pertencentes à RAN regem-se pelo regime jurídico da RAN. 2. Os Outros Espaços Agrícolas regem-se pelo regime jurídico da RAN. 	-
Espaços Florestais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Perímetros Florestais regem-se pelo regime florestal. 2. Os Núcleos Florestais e os Projetos Florestais são regulados pela legislação em vigor e condicionamentos previstos neste regulamento. 3. Nos Espaços Florestais o Plano permite a reconstrução, recuperação ou reabilitação de edificações existentes e a construção de edifícios e anexos de apoio às atividades e usos permitidos. 	1. Nos Espaços Florestais passaram ainda a ser permitidas obras destinadas à prevenção e combate de fogos florestais.



Categorias/ Subcategorias	Regras e Parâmetros Urbanísticos	Alterações efetuadas em 1997
Espaços Naturais de Utilização Múltipla	<ol style="list-style-type: none"> 1. São permitidos os seguintes usos: agricultura, pastorícia, silvicultura, recolha de lenha para utilização própria, caça e pesca, apicultura, atividades de recreio e lazer compatíveis, recolha de plantas aromáticas e outras desde que compatíveis. 2. A silvicultura deve respeitar as seguintes regras: áreas inferiores a 50ha, os povoamentos incluirão preferencialmente espécies folhosas e resinosas indígenas e ou exóticas tradicionais; áreas superiores a 50ha, os povoamentos deverão ser compartimentados e privilegiar as espécies folhosas e resinosas indígenas e ou exóticas tradicionais, nomeadamente castanheiro, cerejeira, sobreiro e pinheiro-bravo. 3. É permitida a reconstrução, recuperação ou reabilitação de edificações existentes; obras necessárias ao aproveitamento turístico no âmbito do turismo rural sob determinadas condições (estabelecidas em regulamento); construção de edifícios e de anexos de apoio às atividades e usos permitidos; construção de habitação, em regime de residência habitual do proprietário ou titular dos direitos de exploração e para trabalhadores permanentes em explorações agrícolas, agropecuárias ou agroflorestais com área igual ou superior a 5ha; empreendimentos turísticos de carácter permanente; indústria isolada das classes C e D e armazéns. 4. A edificabilidade encontra-se ainda condicionada à existência de: acesso direto à rede viária pública; ligação à rede pública de água ou autoabastecimento; ligação à rede de esgotos ou fossa séptica; energia elétrica. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Passa a ser permitida a ampliação de edificações existentes, não podendo ocupar mais de 20% da área de construção existente. 2. Construção de edifícios e de anexos de apoio às atividades e usos permitidos, nomeadamente instalações agropecuárias, agroflorestais e silvo-pastoris. 3. Construção de habitação em regime de residência habitual do proprietário ou titular dos direitos de exploração em explorações agrícolas, agropecuárias ou agroflorestais, com área igual ou superior a 3ha ou economicamente viáveis. 4. Passam a prever conjuntos turísticos, meios complementares de alojamento turístico e estabelecimentos hoteleiros em detrimento de empreendimentos turísticos de carácter permanente. 5. Passam a permitir instalações oficiais e artesanais. 6. Construção de habitação em regime de residência habitual e permanente do proprietário na vizinhança da área urbana, confrontante com via pública existente de acesso à área urbana e dotada de rede pública de abastecimento de água desde que corresponda a uma das seguintes situações: tratar-se de preenchimento com habitação ao longo da via referida até à distância de 200m do perímetro urbano; tratar-se de colmatação com habitação ao longo da via referida até à distância de 500m do perímetro urbano, quando se verifique a existência de habitações ou edifícios de carácter urbano, em mancha descontínua, de ambos os lados da via, com distâncias inferiores a 50m. 7. Obras com finalidade agrícola ou florestal, nomeadamente tanques para rega, pequenas barragens e pontos de água contra incêndios.
Áreas de Proteção ao Património Histórico- Arqueológico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Só são permitidos usos que não coloquem em risco a conservação dos valores patrimoniais e a futura possibilidade de escavações com fins científicos e ou de investigação. 2. São proibidas as seguintes ações: lavra mecânica da terra; a edificação; execução de obras; a arborização e rearborização. Excetuam-se as obras necessárias à conservação e valorização do património. 	-



Categorias/ Subcategorias	Regras e Parâmetros Urbanísticos	Alterações efetuadas em 1997
Áreas de Importante Valor Paisagístico	<ol style="list-style-type: none"> São permitidos os seguintes usos: agricultura, pastorícia, silvicultura, recolha de lenha para utilização própria, caça e pesca, apicultura, recolha de plantas aromáticas e o recreio passivo. A silvicultura deve respeitar as seguintes regras: nas áreas a arborizar ou rearborizar os povoamentos incluirão preferencialmente espécies folhosas e resinosas indígenas e ou exóticas tradicionais; nas áreas a arborizar ou rearborizar com dimensão igual ou superior a 50ha, os povoamentos deverão ser compartimentados. Edificabilidade permitida: a reconstrução, recuperação ou reabilitação de edificações existentes; construção de edifícios e de anexos de apoio às atividades e usos permitidos. A edificabilidade encontra-se ainda condicionada à existência de: acesso direto à rede viária pública; ligação à rede pública de água ou autoabastecimento; ligação à rede de esgotos ou fossa séptica; energia elétrica, desde que sejam preservadas as características essenciais destas áreas e os projetos de construção sejam acompanhados de estudo de enquadramento paisagístico. 	<ol style="list-style-type: none"> Substitui recreio passivo por atividades recreativas e turísticas. Edificabilidade permitida: construções e ou execução de obras e projetos de acordo com o estabelecido nos n.º 1, 2, 6, 8 e 9 do artigo 65º; construção de edifícios e de anexos de apoio às atividades e usos permitidos. A edificabilidade passa a ficar condicionada à satisfação cumulativa dos artigos 64º e 66º e à satisfação de parâmetros de qualidade ao nível da arquitetura, do ambiente e do saneamento básico.
Área Protegida do Peneireiro	<ol style="list-style-type: none"> Constitui uma área protegida municipal, sendo obrigatória a elaboração de plano de ordenamento. Enquanto não existir plano de ordenamento nesta área aplica-se o estabelecido para as áreas de recreio e lazer. 	-
Espaços-canais	<ol style="list-style-type: none"> Identifica as vias que integram cada um dos sistemas da hierarquia da rede viária municipal, a linha do caminho de ferro. Define faixas <i>Non Aedificandi</i>, além das definidas na legislação em vigor: vias municipais que integram a rede principal, nunca a menos de 15m da plataforma da estrada; vias municipais que integram a rede secundária, nunca a menos de 8m da plataforma da estrada. 	-
Albufeiras	<ol style="list-style-type: none"> Nas zonas de proteção às albufeiras não é permitido: destruir coberto vegetal ou alterar o relevo natural; instalar vazadouros, lixeiras, parques de sucata, etc.; proceder à descarga ou infiltração no solo de esgotos de qualquer natureza não tratados; implantar construções que não sejam de apoio à sua utilização. 	-



Categorias/ Subcategorias	Regras e Parâmetros Urbanísticos	Alterações efetuadas em 1997
	<ol style="list-style-type: none"> 1. A <u>edificação isolada</u> quando permitida na respetiva subcategoria de espaço não pode exceder os dois pisos de altura e tem de ser assegurada a auto-suficiência em relação às infraestruturas de abastecimento de água, de águas residuais e de energia elétrica e a ligação à rede viária. 2. A <u>instalação de armazéns isolados</u>, quando permitida, desde que tenha só um piso com 6,5m de altura e disponha de auto-suficiência em relação às infraestruturas de abastecimento de água, de águas residuais e de energia elétrica e de acesso direto à rede viária. 3. São definidos condicionamentos adicionais para <u>operações de loteamento</u> na sede de concelho, até um máximo de 5 lotes, e nos espaços urbanos da aldeia: habitação do tipo unifamiliar e dupla, isolada ou geminada; 1 lugar/ fogo de estacionamento, dentro do lote; áreas de cedência para as vias e passeios podendo a restante cedência ser substituída por uma compensação em numerário ou espécie; nas aldeias, até 5 lotes, são dispensáveis as áreas de cedência para as vias e passeios. 4. São definidos condicionamentos para <u>operações de loteamento</u> na sede de concelho, com mais de 5 lotes: habitação do tipo unifamiliar, dupla ou plurifamiliar, isolada, geminada ou em banda (max. 3); 2 lugares/ fogo de estacionamento, dentro do lote; arruamentos com mínimo de 9,3m de largura (6,5m de faixa de rodagem e 1,4x2 para passeios); arruamentos com estacionamento lateral com um mínimo de 2,25m de largura, sendo adicionada a largura mínima de 9,3m; arruamentos com árvores, com faixa adicional de 1 m de largura. 5. São definidos condicionamentos para as novas <u>instalações pecuárias</u> (afastamentos mínimos e requisitos para projetos de licenciamento. As instalações já existentes têm dois anos para se adaptarem às novas regras. 6. São definidas regras para localização ou ampliação de <u>depósitos de sucata e de ferro-velho</u>. 7. As <u>captações de água por particulares</u> são proibidas num raio de 300m de captações públicas e têm de ser fechadas caso afetem o rendimento das captações públicas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A <u>edificação isolada</u> quando permitida na respetiva subcategoria de espaço não pode exceder os dois pisos de altura a partir da cota de serventia. 2. Além da instalação de <u>armazéns isolados</u>, são permitidas as oficinas fora dos espaços urbanos e urbanizáveis e de zonas industriais, desde que tenha só um piso com 6,5m de altura. 3. Os condicionamentos para <u>operações de loteamento</u> na sede de concelho, até um máximo de 5 lotes, e nos espaços urbanos da aldeia, além dos já estabelecidos passam a ser: 1 lugar/ fogo de estacionamento, dentro do lote; áreas de cedência indispensáveis para as vias e passeios podendo a restante cedência ser substituída por uma compensação em numerário ou espécie, devidamente justificada. 4. Nas <u>operações de loteamento</u> na sede de concelho, com mais de 5 lotes os condicionamentos alterados são: habitação do tipo unifamiliar isolada ou em banda, dupla e plurifamiliar; 1 lugar/ fogo de estacionamento, dentro do lote.

Fonte: PDM de Vila Flor



16.2 CONCRETIZAÇÃO DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS SECTORIAIS

O atual PDM estabeleceu um conjunto de objetivos e opções de desenvolvimento, conforme enunciados no subcapítulo anterior que se pretendia que servissem de referência para o modelo de desenvolvimento do concelho de Vila Flor, e que deveriam constituir os princípios orientadores da intervenção municipal durante o período de vigência do Plano.

A par destes foi estabelecido um conjunto de Propostas sectoriais, para os domínios considerados de intervenção mais premente, cuja implementação se pretendia que, a par da concretização da proposta de ordenamento, contribuíssem para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento concelhio.

16.2.1 Pressupostos e Objetivos de Desenvolvimento

Tal como já foi referido, a proposta de desenvolvimento do PDM em vigor era norteada por dois grandes objetivos gerais: definir as ocupações dos solos e melhorar a qualidade de vida das populações.

A materialização destes grandes objetivos incidia na concretização de um conjunto de objetivos operacionais, que incidiam sobre as áreas mais carenciadas quer a nível espacial, como em termos de atividades económicas, sociais e ambientais.

Tendo presentes os objetivos operacionais estabelecidos pelo Plano importa avaliar, ainda que de forma sucinta, em que medida os 20 anos de vigência do atual PDM contribuíram para a sua concretização:

1. Melhorar a acessibilidade – a intervenção neste domínio não dependia exclusivamente da capacidade de concretização do município de Vila Flor, contudo há que observar no período de vigência do Plano um conjunto de investimentos realizados ao nível das acessibilidades externas, e de obras de beneficiação e construção de caminhos e estradas municipais encetados pelo município, recorrendo a fundos comunitários, que incrementaram a acessibilidade intraconcelhia. Verificou-se a inversão do grau de acessibilidade reduzido relativamente aos principais pólos urbanos e funcionais, sendo a situação atual bastante mais positiva do que a registada em 1994, em consequência do IC5 e IC2.
2. Melhorar os serviços básicos da população – verifica-se que este foi dos principais domínios de atuação durante o período de vigência do PDM. Com efeito, os níveis de atendimento em matéria de infraestruturas urbanas e de equipamentos de utilização coletiva aumentaram substancialmente durante estes últimos 20 anos, pelo que a apreciação à implementação da medida foi globalmente positiva. Ressalve-se que grande parte dos fundos comunitários a que o município de Vila Flor recorreu foram utilizados para este fim: infraestruturação do território e construção de equipamentos públicos.



3. Proteger a qualidade do ambiente – verifica-se uma articulação deste objetivo com o anterior, na medida em que os investimentos efetuados em matéria de infraestruturação básica tiveram repercussões positivas na qualidade física dos sistemas ambientais. Com efeito todas as intervenções encetadas em matéria de saneamento, abastecimento de água e resíduos foram benéficos para aumentar os níveis de eficácia e eficiência dos sistemas ambientais, sendo os indicadores atuais muito mais favoráveis nesta matéria. De salientar que não se verificam problemas ambientais graves no concelho, e os constrangimentos decorrentes das explorações agropecuárias existentes são situações pontuais.
4. Melhorar o nível de vida das populações – este objetivo é dos mais difíceis de avaliar pela subjetividade que encerra, em termos conceptuais. Não obstante, verificam-se alguns ganhos no nível de vida da população residente de Vila Flor, sintetizados através de alguns indicadores nomeadamente: acesso a uma rede de equipamentos mais equilibrada e diversificada; melhor dotação de infraestruturas urbanas; diminuição das condições de habitabilidade precárias ou improvisadas; aumento dos níveis de escolaridade, das taxas de atividade, e da esperança média de vida à nascença, entre outros.

Se em termos dos principais objetivos operacionais se pode afirmar que o PDM em vigor se pautou por relativo sucesso, o mesmo não se poderá dizer dos vetores de desenvolvimento que se pretendia que alicerçassem o crescimento económico como seja o desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais afins, ou do setor turístico. Este insucesso centra-se essencialmente nas suas repercussões na demografia concelhia, já que, globalmente, eles não contribuíram para uma geração de riqueza e oportunidades de emprego em número suficiente para fixar a população residente, encontrando-se o concelho de Vila Flor, numa processo de rarefação demográfica e de envelhecimento estrutural da sua população.

A este nível será fulcral a presente Revisão do PDM intervir, redefinindo estratégias de intervenção, consentâneas não apenas com a realidade do concelho, mas sobretudo com o contexto regional, uma vez que cada vez mais os territórios são permeáveis à envolvente, beneficiando em grande medida com a complementaridade e com a criação de sinergias. Os 20 anos de vigência do PDM, para além de todos os benefícios que, inevitavelmente, trouxeram para a melhoria das condições socioeconómicas da sua população, constituíram um período de aprendizagem fundamental para definição de um novo modelo de desenvolvimento mais realista e sustentado.

16.2.2 Propostas sectoriais do PDM em vigor

No presente subcapítulo pretende-se avaliar a execução das propostas apresentada pelo atual PDM para domínios diversos, o que permitirá concluir relativamente ao grau de concretização da estratégia e objetivos de



desenvolvimento do Plano, uma vez que a sua operacionalização pressupunha, naturalmente, a implementação dos projetos e intervenções previstos no âmbito das propostas sectoriais.

Esta análise será feita definindo para cada projeto/intervenção, o seu **grau de execução**, aferindo se os projetos e intervenções propostos foram concretizados durante o período de vigência do PDM. Adotaram-se os seguintes níveis de execução:

- **E** (Executado) – Sempre que o projeto/intervenção tiver sido totalmente ou maioritariamente executado;
- **PE** (Parcialmente Executado) – Sempre que o projeto/intervenção tiver sido apenas parcialmente executado ou que se encontre ainda em execução;
- **NE** (Não Executado) – Sempre que o projeto/intervenção não tiver sido executado.

Refira-se que a execução de algumas das propostas apresentadas não depende da Autarquia, não sendo correto, nesses casos, fazer depender a avaliação da execução de um plano municipal da execução de medidas relativamente às quais o município não possui influência direta.

Apresenta-se seguidamente a avaliação das principais intervenções que constam das Propostas sectoriais estabelecidas no PDM em vigor, de acordo com os critérios enunciados.

Quadro 85: Projetos e Intervenções definidos no âmbito das Propostas sectoriais do PDM de Vila Flor

Domínio de Intervenção	Propostas/ Projetos	Grau de execução	Observações
Estratégia de Desenvolvimento Turístico	Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico	NE	-
	Pólo de Desenvolvimento Turístico: Vila Flor	NE	-
	Centros de Atração Turística: Alto da Nossa Senhora da Assunção e Alto da Nossa Senhora dos Remédios	PE	Foi implementado projeto no Alto da Nossa Senhora da Assunção.
	Turismo no Espaço Rural: Gavião (junto de Seixo de Manhoses) – Turismo de aldeia (se houver investimento)	NE	-
	Centros de Animação Turística: Parque de Campismo, Barragem do Peneireiro, Parque Zoológico e Piscina Municipal	NE	Não foram feitas obras de melhorias nestas estruturas.
	Centro de Desenvolvimento Turístico: Termas de Bem Saúde	NE	Águas Frize.
	Paisagem a Valorizar: Vale da Vilarça, Mata da N.S. dos Remédios/ N.S. da Lapa e Mata da Barragem do Peneireiro	NE	-
Aproveitamentos hidroagrícolas	Construção de 4 barragens destinadas à rega do Vale da Vilarça	PE	Só foi feita a Barragem da Ribeira Grande do Nabo.
Equipamentos Coletivos	Criação de novas instalações ou recuperação das Extensões dos Centros de Saúde	PE	Reformulação do Centro de Saúde.
	Obras de remodelação da Unidade de Internamento	E	O Hospital da Santa Casa da Misericórdia foi remodelado.
	Aparecimento de novos estabelecimentos do Ensino Pré-Primário	E	-
	Concentração de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico em escolas modernas e bem equipadas	E	Aldeias assinaladas na Carta Educativa.
	Utilização noturna dos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico para alfabetização de adultos	-	-
	Construção de um ginásio desportivo na Escola Preparatória de Vila Flor	E	-



Domínio de Intervenção	Propostas/ Projetos	Grau de execução	Observações
	1 pista de atletismo com 400 m de comprimento e setores para saltos em altura, em comprimento e lançamentos – em Vila Flor;	E	Estádio Municipal.
	1 tanque coberto de aprendizagem de natação - em Vila Flor	E	Piscina Municipal.
	Salões polivalentes com equipamento de apoio – nas aldeias	E	-
Saneamento Básico e Ambiente - Abastecimento de água	Sistema da Barragem do Peneireiro –Abastecimento de Meireles e Róios	E	Abastecimento de Róios.
	Sistema da Barragem da Burga – Abastecimento do Vale da Vilarça (Santa Comba da Vilarça e Sampaio), primeira fase, e abastecimento das povoações do setor Norte, segunda fase	E	Abastecimento do Vale da Vilarça é feito a partir da Barragem do Peneireiro.
	Sistema da Barragem da Fonte Longa (concelho de Carrazeda de Ansiães)- Alargamento deste sistema aos aglomerados de Folgares e Freixiel	E	O Sistema da Barragem da Fonte Longa abastece Folgares, Mourão, Alagoa e Candoso. Freixiel é abastecido pela Barragem do Peneireiro.
	Sistema de Abreiro-Frechas – Abastecimento de Vieiro (captação efetuada nas aluviões do rio Tua) ou alternativamente tratamento adequado das águas	NE	Vai ser abastecido a partir do Sistema da Barragem do Peneireiro.
	Integrar os Pequenos Sistemas Independentes em sistemas mais abrangentes	PE	Vila Flor, Róios, Assares, Freixiel, Seixo, Santa Comba, abastecidos a partir do Sistema da Barragem do Peneireiro.
Saneamento Básico e Ambiente - Drenagem e Tratamento de Efluentes	Construção de uma ETAR (tratamento biológico) na sede de concelho	E	-
	As povoações com rede e com mais de 200 habitantes devem dispor de tratamento de esgotos adequado, nomeadamente Santa Comba da Vilarça, Freixiel, Vilas Boas (todas com mais de 500 habitantes)	E	-
	As povoações sem rede devem dispor de fossas sépticas individuais	E	-
	Seixo de Manhoses com mais de 500 habitantes e sem rede nem fossas sépticas deve dispor de tratamento de esgotos adequado	E	-
	A Zona Industrial deve dispor de sistema adequado de rede e tratamento de efluentes	NE	-
Saneamento Básico e Ambiente - Resíduos Sólidos	Alargar a remoção dos resíduos sólidos domésticos à totalidade do Concelho	E	-
	Frequência de recolha de resíduos bissemanal nos aglomerados de acesso difícil e trissemanal nos restantes aglomerados rurais	-	-
	Deposição em contentores herméticos na sede de concelho	E	-
	Saneamento da lixeira e conversão em Aterro Sanitário, como solução de curto prazo, e criação de um aterro sanitário intermunicipal, como solução de médio/ longo prazo	PE	-
	Tratamento adequado dos resíduos hospitalares e industriais (orientações genéricas)	NE	-
	Considerar a implementação de remoções seletivas (opção a ponderar)	E	-
Infraestruturas Viárias e de Transportes	Conclusão do IP2 e IP4	PE	-
	Inscrição na revisão do PRN do IC5 para a Terra Quente Transmontana	E	-
	Beneficiação da EN213 entre Mirandela e o cruzamento da EN314 e EN215	E	-
	Pavimentação de duas vias: CM1145 e VM4	E	-
	Manutenção em serviço da linha Tua/ Mirandela	NE	-
	Criação de interface na sede de concelho	E	Executado
	Estudo de alternativas de transporte em meio rural	NE	-
Património	Classificação de 1 imóvel como Monumento Nacional	E	Encontra-se mas como Sítio de Interesse Público.
	Classificação de 13 imóveis/sítios como Imóveis de Interesse Público	NE	-
	Classificação de 24 imóveis como Imóveis de Interesse Concelhio	NE	-

Fonte: PDM de Vila Flor



Da sistematização anterior é possível constatar que as propostas sectoriais do PDM têm maior peso nos domínios dos equipamentos e infraestruturas, o que traduz a preocupação dos responsáveis autárquicos de então com a introdução de medidas e concretização de projetos que permitissem suprir carências identificadas e satisfazer algumas necessidades fundamentais para a melhoria das condições de vida das populações.

Pode por isso afirmar-se que, embora de forma mais direta e óbvia nuns casos do que noutros, a grande maioria das intervenções possui relevância manifesta no domínio do ordenamento territorial do concelho, na medida em que a sua concretização contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações, determinando a maior competitividade de uns territórios face a outros, o que naturalmente influenciará a forma como os espaços concelhios tendem a ser ocupados, sendo expectável que a população opte por espaços melhor dotados de infraestruturas, equipamentos e serviços em detrimento de outros que se revelem mais excêntricos.

Embora nem todas as propostas tenham sido implementadas, é possível constatar que aquelas que assumiam um carácter de maior urgência (ao nível da melhoria do nível de serviço das infraestruturas básicas e da dotação de equipamentos) foram em grande parte executadas, o que corresponde a um bom grau de concretização do Plano. Deste modo, ao nível dos equipamentos coletivos destaca-se a construção do ginásio desportivo, na antiga Escola Preparatória de Vila Flor, assim como a piscina e estádio municipal que integra uma pista de atletismo, tendo sido também reformulado o Centro de Saúde. Em termos de infraestruturas urbanas, considera-se que foram alcançados os objetivos, uma vez que foram construídas ETAR e fossas sépticas que asseguram o tratamento adequado dos esgotos, foi alargado o sistema de abastecimento de água a novas aldeias, assim como a recolha dos resíduos sólidos domésticos à totalidade do Concelho. A criação de um interface já foi executada.

Relativamente às intervenções cuja concretização não é da responsabilidade autárquica, é possível constatar que foram em parte concretizadas, destacando-se a o IP2 e IC5, fundamentais para a melhoria da acessibilidade e mobilidade no contexto regional.

Esta informação deverá ser devidamente tida em linha de conta na fase subsequente da revisão do PDM, aferindo-se, de entre as intervenções previstas mas não concretizadas, quais as que se mantêm pertinentes presentemente, devendo-lhes ser dada prioridade de concretização, uma vez que constituíam já necessidades aquando da proposta do PDM em vigor.

16.3 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tendo já sido avaliadas as propostas do PDM nos diferentes domínios de intervenção considerados, e não obstante estas estarem, direta ou indiretamente, relacionadas com Ordenamento do Território e Urbanismo,



pretende-se agora analisar de que forma foi concretizada a Proposta de Ordenamento Territorial estabelecida pelo PDM em vigor, vertida na Planta de Ordenamento e no Regulamento do Plano.

Assim, a análise que se efetua de seguida incide sobre uma abordagem geral ao ordenamento proposto pelo PDM e a avaliação da ocupação dos Perímetros Urbanos. Não se procede à avaliação da ocupação das áreas rurais porque o PDM não define regras ou orientações para a ocupação destas áreas com usos agrícolas e florestais limitando-se a impor restrições ou regras relativamente à edificação, quando possível.

Uma nota de destaque apenas para a questão da reabilitação e renovação urbana dos aglomerados. Apesar da observação *in loco* e a um nível global permitir constatar que os aglomerados não apresentam expressivos sinais de degradação – embora se registre a ocorrência de algumas áreas onde este fenómeno é mais acentuado – é possível verificar que ao longo do período de vigência do PDM houve um favorecimento da criação de novas áreas urbanas em detrimento de uma aposta em intervenções de renovação urbana (aproveitamento de espaços e edifícios degradados ou devolutos) ou mesmo do preenchimento dos vazios existentes na malha urbana dos aglomerados.

Uma vez conhecidos os resultados do recenseamento da população, em 2011, pode afirmar-se com relativa segurança que o aparecimento de novos edifícios e atividades ocorreu, quase em exclusivo, em áreas periféricas aos núcleos antigos, prevendo-se que tenha ocorrido um progressivo esvaziamento destes.

Afigura-se consensual que mesmo em contextos de decréscimo demográfico, poderão justificar-se ampliações da área inserida no perímetro urbano resultantes da necessidade de, por um lado, disponibilizar bolsas que constituam uma margem para o crescimento urbano, evitando que se gerem fenómenos de dispersão da ocupação em solo rural, e por outra corrigir desajustes verificados na atual delimitação das áreas destinadas a expansão dos núcleos populacionais.

Nesta perspetiva, a área definida deve, não só, constituir uma resposta adequada às carências identificadas, mas também permitir dar uma resposta a possíveis cenários de crescimento no horizonte do Plano, não podendo a proposta de ordenamento constituir um estrangulamento ao desenvolvimento concelhio. Importa pois, antes de mais, aferir a adequabilidade da delimitação, classificação e qualificação do solo urbano do PDM em vigor, atendendo à informação de que atualmente se dispõe.

Tal como apresentado anteriormente, desta proposta de ordenamento resultou um zonamento consagrado em 13 categorias de espaços, discriminadas nas cartas de ordenamento do concelho à escala 1:25 000. Seguidamente é feita uma breve análise do PDM em vigor, no que diz respeito ao ordenamento proposto.

Tal como já referido, o PDM em vigor definiu, em termos de categorias de espaço no **solo urbano**, os Espaços Urbanos, os Espaços Urbanizáveis e os Espaços Industriais. A Planta de Ordenamento, por sua vez, distingue,



no que diz respeito aos Espaços Industriais, Zona Industrial e área de Expansão Prevista. Da apreciação da quantificação do Solo Urbano em vigor, verifica-se que os perímetros urbanos totalizam 604,4ha do território concelhio, conforme consta no quadro seguinte.

Quadro 86: Quantificação das Subcategorias de Espaço Urbano do PDM em vigor

Subcategorias de Espaço	Área (ha)	Área %
Espaços Urbanos	441,5	74,3
Espaços Industriais – Zona Industrial	7,3	
Espaços Urbanizáveis	91,6	25,7
Espaços Industriais – Expansão prevista	64,0	
Total de Solo Urbano	604,4	100,0

Fonte: PDM em vigor

A análise urbanística efetuada para o concelho – identificação de áreas edificadas consolidadas (AEC) e dispersas (AED), definidas no subcapítulo 8.2.4 –, permite, tendo em consideração os perímetros urbanos em vigor, efetuar dois tipos de análise: verificar, por um lado, a existência de áreas livres em solo urbano e, por outro, a existência de áreas edificadas que não se encontram enquadradas nos perímetros urbanos em vigor.

Efetivamente, ao observarmos a Figura 60 é possível verificar, por um lado, que existem aglomerados cujo perímetro urbano ainda não se encontra totalmente ocupado (áreas representadas a vermelho) e, por outro, a existência de AEC/ AED não integradas em perímetro urbano (áreas representadas a verde e azul), normalmente adjacentes a este. O quadro seguinte sistematiza a variação das áreas verificadas para cada perímetro urbano em vigor.

Quadro 87: Quantificação dos perímetros urbanos em vigor, das áreas edificadas e das áreas livres dos perímetros urbanos, por aglomerado urbano

Freguesia	Aglomerados	Perímetros Urbanos em Vigor (ha)	Áreas Edificadas (ha)			Áreas livres dentro do Perímetros Urbanos (ha)
			Dentro dos Perímetros Urbanos	Fora dos Perímetros Urbanos	Total	
Assares	Assares	12,4	9,3	1,5	10,8	3,1
Benlhevai	Benlhevai	18,6	12,0	13,2	25,2	6,6
Candoso	Candoso	17,1	12,5	6,2	18,7	4,7
Carvalho de Egas	Carvalho de Egas	18,4	9,9	7,7	17,7	8,5
Freixiel	Folgares	7,0	4,8	3,8	8,7	2,2
	Freixiel	35,2	22,1	7,9	30,0	13,1
	Vieiro	13,8	10,5	3,7	14,1	3,3
Lodões	Lodões	15,2	9,6	2,4	12,0	5,6
Mourão	Mourão	12,8	10,0	2,1	12,1	2,8
Nabo	Nabo	13,7	9,6	5,1	14,7	4,2
Raios	Raios	16,9	9,0	3,3	12,3	7,9



Freguesia	Aglomerados	Perímetros Urbanos em Vigor (ha)	Áreas Edificadas (ha)			Áreas livres dentro do Perímetros Urbanos (ha)
			Dentro dos Perímetros Urbanos	Fora dos Perímetros Urbanos	Total	
Samões	Samões	26,1	21,9	8,2	30,1	4,2
	Z.I. de Vila Flor	66,8	3,5	0,9	4,4	63,2
Sampaio	Sampaio	14,5	7,8	1,8	9,6	6,7
Santa Comba de Vilarça	Santa Comba de Vilarça	31,5	16,1	7,5	23,6	15,4
Seixo de Manhoses	Seixo de Manhoses	18,8	16,0	16,2	32,2	2,8
Trindade	Macedinho	5,2	3,4	2,6	6,1	1,8
	Trindade	11,2	5,1	3,8	8,8	6,1
	Valbom	6,1	2,8	2,6	5,4	3,3
Vale Frechoso	Vale Frechoso	13,2	9,5	8,9	18,4	3,7
Valtorno	Alagoa	5,8	4,1	1,4	5,5	1,7
	Valtorno	28,6	20,0	2,6	22,6	8,6
Vila Flor	Arco	10,7	9,0	1,9	10,9	1,7
	Vila Flor	129,4	59,9	14,9	74,8	69,5
Vilarinho das Azenhas	Vilarinho das Azenhas	10,2	6,6	0,9	7,5	3,6
Vilas Boas	Meireles	17,3	8,7	3,5	12,2	8,6
	Ribeirinha	4,7	3,8	3,1	6,9	0,8
	Vilas Boas	23,1	17,7	8,4	26,1	5,5
Total		604,4	335,1	146,2	481,3	269,3

Desta análise e do reconhecimento do território, verifica-se que a delimitação do solo urbano, constante no PDM em vigor, nem sempre está adequada à ocupação urbana efetiva. Deste modo é possível verificar que a maioria dos aglomerados cresceu de forma espontânea e em função das vias existentes e das características orográficas do terreno, identificando-se a existência de áreas de expansão não planeadas que não se encontram integradas em perímetro urbano. Assinala-se, por outro lado, que algumas áreas dos perímetros não foram edificadas, constituindo vazios urbanos (mais ou menos significativos dependendo do aglomerado), cuja manutenção em solo urbano terá de ser devidamente avaliada aquando do desenvolvimento da nova proposta de perímetros urbanos.

Chama-se a atenção para o facto de, muito provavelmente, as áreas edificadas que não se encontram enquadradas em solo urbano, resultarem das alterações efetuadas ao PDM, em 1997, que passaram a permitir, nos Espaços Naturais de Utilização Múltipla, edificação quando se tratasse de colmatção com habitação até à distância de 200m do perímetro urbano ou até à distância de 500m, quando se verificasse a existência de habitações ou edifícios de carácter urbano, em mancha descontínua, de ambos os lados da via, com distâncias inferiores a 50m.



É ainda de realçar que não existem aglomerados urbanos que não tenham sido enquadrados em solo urbano, o que teria dificultado a sua gestão por parte da Autarquia.

Em termos de adequabilidade dos perímetros urbanos em vigor face às características do terreno, verifica-se, de uma forma geral, que são poucas as áreas que apresentam declives superiores a 30%, como acontece por exemplo no aglomerado de Vieiro. Importa, então, identificar as áreas em perímetro urbano que, por razões biofísicas, orográficas, etc., não possuem características adequadas à ocupação edificada do solo, e, portanto, devem ser retiradas de perímetro e, simultaneamente, determinar quais as que, sendo adjacentes ao perímetro urbano, apresentam melhores características, sendo potenciais áreas de expansão, caso se venha a concluir pela necessidade da sua definição.

É ainda de referir a necessidade de contrariar o desenvolvimento “tentacular” dos aglomerados, isto é, o desenvolvimento ao longo das vias (como acontece, por exemplo, em Carvalho de Egas e Candoso), e a dispersão do povoamento e conseqüente expansão não controlada da ocupação edificada do solo (como acontece, por exemplo, em Seixo de Manhoses e Benlhevai).

Esta análise dos perímetros em vigor face à situação atual não pode descurar a hierarquia dos aglomerados, já que a extensão dos perímetros, a dimensão das áreas de expansão e o grau de dotação de equipamentos (e conseqüentemente a necessidade de reserva de espaço para este uso) são indissociáveis dessa mesma hierarquia. O PDM em vigor não diferencia os aglomerados, em termos de hierarquia urbana, verificando-se apenas uma distinção da sede de concelho em termos de regras e parâmetros de edificabilidade. Esta opção levou a que, na proposta de ordenamento em vigor não haja diferenciação, em termos hierárquicos, entre algumas sedes de freguesia e os restantes aglomerados. Esta situação deve ser tida em conta, no sentido de procurar dinamizar o desenvolvimento urbano nas sedes de freguesia, contrariando o êxodo da população para a sede de concelho e/ ou para concelhos vizinhos.

Contudo, devem ter-se em consideração uma série de fatores, válidos para qualquer aglomerado independentes do papel que assumem no sistema urbano concelhio, mas capazes de a complementar, nomeadamente: a extensão do tecido urbano consolidado, a densidade habitacional e de ocupação global, a existência de áreas livres disponíveis para a expansão do aglomerado em função das suas características, o grau de infraestruturação, a dinâmica na ocupação do solo, a existência de pretensões e compromissos, e ainda a necessidade de inclusão de áreas em perímetro que se pretende salvaguardar, seja para assegurar a sua preservação, ou para garantir a sua ocupação futura com determinado uso.

Apesar da delimitação dos Espaços Urbanos, de uma forma geral, conter ainda áreas que se encontram desocupadas verifica-se, no entanto, que em algumas situações, o ajuste do atual perímetro urbano às áreas efetivamente edificadas (englobando aquelas que se encontram fora do perímetro), não é suficiente, obrigando a



que haja um acréscimo de solo urbano. São exemplos disso os perímetros urbanos de Benlhevai, Seixo de Manhoses, Vale Frechoso, etc.. Noutras situações, os perímetros delimitados foram mais generosos, assinalando-se a existência de áreas livres com alguma dimensão. Assinalam-se os aglomerados de Santa Comba de Vilarça, Valtorno, Freixiel, Meireles e Roios.

Tal como já foi referido, os Espaços Urbanizáveis foram apenas delimitados na sede de concelho, abrangendo as áreas que se consideraram à data como as mais adequadas à expansão urbana, desenvolvendo-se na proximidade dos eixos viários de acessibilidade preferencial. Efetivamente, houve uma aposta clara no crescimento da sede de concelho, afetando a este aglomerado uma área de expansão de 91,6ha, da qual foram ocupados cerca de 28,5 ha.

No que diz respeito a equipamentos coletivos e áreas verdes urbanas, o PDM não os diferencia como subcategorias, considerando-os compatíveis com o solo urbano.

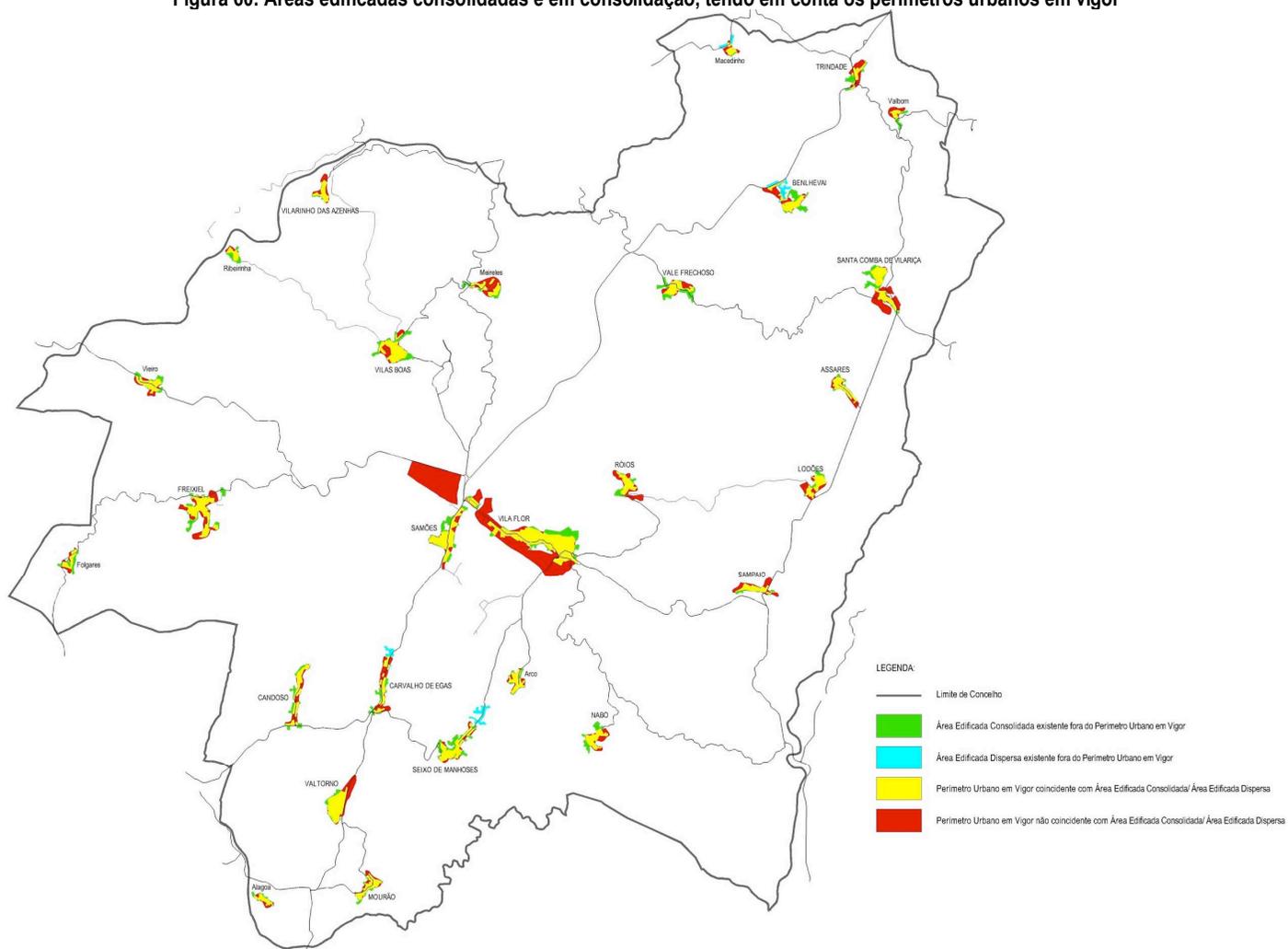
Para a instalação de atividades económicas o PDM delimitou os Espaços Industriais que incluem duas áreas industriais: a zona de pequena indústria artesanal integrada a Noroeste no perímetro de Vila Flor e a zona industrial localizada a Sudoeste do cruzamento da EN213 com a EN314, e uma área de expansão que ainda se encontra desocupada.

Embora não tenham sido delimitadas UOPG no PDM em vigor, o regulamento previa para as áreas de expansão previstas no aglomerado de Vila Flor a elaboração de plano de urbanização ou planos de pormenor, dando abertura, no entanto, para que caso estes não existissem fosse permitida edificação através de operações de loteamento ou construção em parcelas isoladas. Não foi elaborado qualquer plano tendo a ocupação destas áreas decorrido de operações de loteamento e pedidos de licenciamento isolados.

Uma última referência para algumas situações pontuais de aglomerados abrangidos por REN em vigor, situação que terá de ser corrigida, assim como falta de informação cartográfica adequada e problemas de legibilidade das peças desenhadas.



Figura 60: Áreas edificadas consolidadas e em consolidação, tendo em conta os perímetros urbanos em vigor







16.4 CONSTRANGIMENTOS DO PDM EM VIGOR

Atualmente, é possível afirmar que o principal constrangimento associado ao PDM vigor deriva do tempo decorrido desde a sua entrada em vigor. Em mais de 20 anos (as propostas do Plano datam de 1993) o domínio do ordenamento do território assistiu a mudanças profundas, não só em termos de contexto legislativo, mas também ao nível das metodologias e dos próprios paradigmas. Nos anos 90, na grande maioria dos concelhos davam-se os primeiros passos neste domínio; atualmente, já com uma prática de planeamento consolidada e com orientações sólidas e sustentadas, a nível nacional, regional e local, as preocupações são distintas.

Uma das principais fragilidades do atual Plano decorre da insuficiente e incipiente informação de que se dispunha, em termos quantitativos (diversidade de dados disponíveis) e qualitativos (rigor da informação cartográfica) o que nem sempre permitiu uma adequada avaliação da situação existente e uma realista prospeção da realidade futura.

À parte estas questões, comuns à generalidade dos PDM da época, e impossíveis de ultrapassar no contexto de então, não se identificam constrangimentos assinaláveis que possam ser associados diretamente ao Plano em vigor e que se considere terem potencialmente condicionado o desenvolvimento concelhio e constituindo obstáculos à gestão do território por parte dos responsáveis autárquicos.

Naturalmente as regras estabelecidas encontram-se desajustadas face ao contexto atual, sendo natural que decorridos 20 anos desde a sua entrada em vigor, o Regulamento do PDM não seja um instrumento adequado aos anseios e expectativas da Autarquia e dos seus munícipes, podendo mesmo em algumas situações ser um entrave à concretização de determinados projetos considerados fundamentais.

Atendendo ao exposto, pode contudo concluir-se com alguma segurança que os principais entraves ao desenvolvimento de Vila Flor não decorrem da regulamentação do uso e ocupação do solo prevista no PDM em vigor, mas do desfasamento temporal entre o documento que vigora e o momento presente, e sobretudo das dinâmicas territoriais em presença – forte interioridade, reduzida acessibilidade, dependência funcional face ao exterior, etc.



17. SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – ANÁLISE SWOT

Efetuada a caracterização do concelho de Vila Flor nas mais diversas áreas temáticas, procurar-se-á, neste capítulo, iniciar uma abordagem mais prospetiva, enquadrando o concelho, nos diversos domínios relativamente às suas potencialidades e debilidades, identificando ainda os factos que podem condicionar a promoção das potencialidades (ameaças) e aqueles que constituem uma mais-valia a explorar (oportunidades), se criadas sinergias nesse sentido.

São estes aspetos que se encontram sistematizados nas tabelas apresentadas, e que constituem assim uma síntese da análise realizada nos diversos domínios, e, paralelamente, estruturam o quadro de potencialidades e vulnerabilidades com que o concelho de Vila Flor se debate na atualidade.



SÓCIO-ECONOMIA E DEMOGRAFIA

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento muito positivo do emprego e do número de estabelecimentos, nos últimos anos, com especial destaque para as atividades ditas terciárias; • Existência de espaços devidamente infraestruturados e disponíveis de apoio à atividade industrial e oficial; • Existência de produtos agrícolas com qualidade, alguns com certificação; • Concelho com vocação para o turismo, que deriva da existência de múltiplos produtos passíveis de exploração: património natural, valores paisagísticos, património construído, património arqueológico, entre outros (ver tabelas seguintes); • Identidade cultural enraizada e existência de património etnológico; • Variedade gastronómica e existência de atividades artesanais endógenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Localização periférica e interior; • Fraca capacidade de atração e fixação de população; • Crescimento natural negativo; • Elevada percentagem de população envelhecida; • Recursos humanos pouco qualificados e com baixos níveis de instrução; • Alta taxa de analfabetismo; • Ausência de ensino profissional; • Tecido empresarial e económico muito débil e pouco inovador; • Carência de serviços de apoio à atividade produtiva; • Fraca oferta de serviços de apoio à atividade turística; • Estrutura comercial débil, apoiada em pequenos estabelecimentos de cariz familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de mostras, feiras temáticas e promoção de atividades económicas locais, com carácter periódico - TerraFlor; • Aposta em nichos de mercado locais (maior exploração da fileira alimentar, turismo ambiental, patrimonial, gastronómico, ativo, rural, entre outros); • Integração numa região de contrastes paisagísticos e de património diversificado; • Capacidade de iniciativa da edilidade local no acesso a apoios provenientes dos quadros comunitários; • Criação de estratégias de desenvolvimento conjuntas com os municípios vizinhos que permitam potenciar as especificidades e vocações de cada um, sem perder de vista os interesses individuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Persistência de uma estrutura demográfica envelhecida, com tendência para um aumento do peso da população dependente (fruto da transição de ativos para segmentos terminais da pirâmide etária); • Progressiva tendência para o esvaziamento populacional do concelho e conseqüente perda de “massa crítica”, fruto da persistência de um saldo migratório e saldo natural negativos; • Dependência funcional de Vila Flor face a outros centros urbanos de maior dimensão no acesso a determinados serviços e equipamentos, nomeadamente, face ao centro urbano de Mirandela. • Desemprego.



CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de abundantes vistas panorâmicas, miradouros e percursos de interesse paisagístico; ▪ Existência de uma paisagem diversificada e multifuncional; ▪ Existência de locais de interesse paisagístico, nomeadamente espaços com interesse para a criação de praias fluviais (rio Tua); ▪ Existência de diversos planos de água com potencialidades para a pesca (Albufeira da Burga e Albufeira do Peneireiro); ▪ Galerias ripícolas das linhas de água em razoável estado de conservação; ▪ Espaço agrícola dinâmico com diversas valências importantes: perímetro de rega do Vale da Vilarça, Região Demarcada do Douro e vastas áreas de olival; ▪ Inexistência de problemas ambientais graves. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial cinegético e silvopastoril subaproveitado; ▪ Escassas infraestruturas e equipamentos de apoio ao recreio e lazer (parques de merendas, praias fluviais, centros de interpretação pedagógica ambiental, geológica, arqueológico, etc.); ▪ Inexistência de uma rede de percursos; ▪ Existência de depósitos de entulhos em solo rural. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização da frente ribeirinha do rio Tua; ▪ Implementação de rede percursos pedonais, cicláveis, a cavalo, etc.; ▪ Aproveitamento turístico e piscatório do plano de água da Albufeira da Burga; ▪ Implementação de um Centro de Interpretação Ambiental; ▪ Implementação de um Centro de Interpretação Geológica; ▪ Desenvolvimento da atividade silvo-pastoril; ▪ Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incapacidade do concelho de Vila Flor em tirar partido da multifuncionalidade do território de modo a estabelecer uma estratégia de valorização que passe pelo património natural, paisagístico, agrícola e outras potencialidades turísticas; ▪ Existência de depósitos de entulho em solo rural.



VALORES CULTURAIS

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Existência alguns imóveis classificados/ em vias de classificação pelo IPPAR: 6 Imóveis de Interesse Público, 1 Sítio de Interesse Público, e 2 Imóveis de Interesse Municipal; Existência de diversos imóveis com interesse, exemplares da Arquitetura Religiosa, da Arquitetura Civil e de Estruturas de apoio; Interesse arquitetónico e histórico do núcleo antigo de Vila Flor, bem como dos núcleos antigos de diversos aglomerados com valor de conjunto, dos quais se salienta Santa Comba da Vilarça; Existência do Museu Municipal de Vila Flor, do Museu em Assares e de alguns museus privados. Existência de diversos sítios arqueológicos inventariados, destacando-se o Cabeço da Mina. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de vários edifícios de cariz tradicional abandonados e/ou em avançado estado de degradação; Existência de elementos dissonantes em núcleos urbanos antigos, resultantes do processo de renovação urbana; Inexistência de placas com a identificação e localização do património existente; Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos imóveis classificados e com interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização patrimonial e urbanística da vila de Vila Flor; Reabilitação de imóveis classificados ou com interesse; Valorização dos pequenos conjuntos, espalhados um pouco por todo o concelho, de casas de pedra de arquitetura tradicional. 	<ul style="list-style-type: none"> Avanço gradual do mau estado de conservação do património edificado; Destruição do património arqueológico pela construção, pela lavoura, pela abertura de caminhos e outras intervenções; Descaracterização de alguns núcleos antigos de aglomerados face à introdução de linguagens arquitetónicas dissonantes.



REDE URBANA

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Existência de alguma dinâmica urbanística no concelho com particular ênfase no centro urbano de Vila Flor, patente inclusivamente na existência de loteamentos aprovados; Existência de alguns núcleos antigos com interesse, destacando-se o núcleo histórico de Vila Flor e o de Santa Comba da Vilarça; Existência de edificado de arquitetura tradicional ainda presente no núcleo antigo de maior por parte dos aglomerados; Existência de diversos espaços públicos requalificados (por exemplo, a praça do pelourinho de Freixiel); Existência de volumetrias moderadas, onde predomina uma tipologia habitacional unifamiliar, normalmente com dois pisos de cêrcea; Reabilitação de alguns edifícios de arquitetura tradicional, um pouco por todos os aglomerados do concelho; Requalificação do edificado e dos espaços públicos, no centro histórico de Vila Flor; Existência de espaços naturais com valor paisagístico na envolvente de alguns aglomerados. 	<ul style="list-style-type: none"> Rede Urbana constituída por um número significativo de pequenos lugares; Descaracterização de alguns conjuntos urbanos induzida pelo processo de renovação urbana ou pela introdução de linguagens arquitetónicas distintas das locais; Abandono e degradação do parque edificado de alguns núcleos antigos; Inexistência de estrutura urbana coerente nas áreas de expansão e ocupação urbana de áreas pouco adequadas (zonas declivosas, zonas húmidas, etc.); Existência de espaços intersticiais vagos associada à tendência para a dispersão urbana dentro dos aglomerados. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um quadro normativo (com destaque para os parâmetros urbanísticos), na revisão do PDM que controle a ocupação fora das áreas urbanas, que promova a renovação dos edifícios nos núcleos mais antigos dos aglomerados, garantindo um crescimento planeado dos aglomerados; Definição de perímetros urbanos que contribuam para o fecho da malha urbana, contrariem a expansão linear dos aglomerados e protejam as áreas consideradas mais sensíveis; Definição de UOPG que permitam estabelecer regras de ocupação e de renovação específicas, promovendo o desenvolvimento de projetos que contribuam para potenciar o turismo e o desenvolvimento económico do concelho; Elaboração de projetos de requalificação urbana e elaboração de Planos de Pormenor (nos núcleos antigos de Vila Flor e Santa Comba da Vilarça) e de Estudos Urbanísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da construção em áreas exteriores ao perímetro urbano; Aumento do nível de abandono e da degradação dos núcleos antigos em função da construção de novas habitações, tendencialmente localizadas ao longo dos principais eixos viários e de caminhos existentes; Incapacidade em inverter a atual tendência para o despovoamento dos núcleos rurais com maior destaque no sistema urbano e em afirmar a sede de concelho a nível regional e sub-regional.



HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COLETIVOS

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica positiva do parque habitacional, generalizável à maioria das freguesias, com particular ênfase na freguesia de Vila Flor; Parque edificado relativamente jovem - 70% foi construído posteriormente a 1970; Parque habitacional constituído na quase totalidade por alojamentos clássicos; Existência do Centro Cultural de Vila Flor, com capacidade para acolher congressos, jornadas, exposições, etc.; Existência de uma Unidade de Cuidados Continuados Forte presença do espírito associativista. 	<ul style="list-style-type: none"> Algumas carências em termos de condições de habitabilidade (instalações de banho ou duche e saneamento básico); Insuficiente cobertura em termos de equipamentos de saúde (centro de saúde funciona sobrelotado e não existem extensões ativas do mesmo nas varias freguesias concelhias); A oferta de ensino secundário, não abrange a totalidade dos cursos e agrupamentos disponibilizados pelo Ministério da Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de projetos de construção de habitação a custos controlados; Existência de vários programas destinados à habitação nomeadamente do SOLARH; Aposta na reabilitação dos fogos vagos em detrimento da construção de habitações novas, sobretudo fora dos núcleos tradicionais dos aglomerados; Implementação de estruturas museológicas relacionadas com o espólio arqueológico existente; Implementação do ensino profissional; Garantia de acesso a níveis aceitáveis de dotação em equipamentos nas diversas valências como modo de afirmação e aumento da atratividade do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Tendência de reforço do peso dos fogos com uso secundário e dos fogos vagos; Tendência de contínuo despovoamento dos núcleos habitacionais antigos em detrimento de novas construções na periferia; A progressiva tendência de envelhecimento da população vai aumentar a pressão deste grupo populacional no acesso a equipamentos de segurança social, bem como equipamentos de saúde, que já apresentam algumas debilidades.



REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais ligações externas asseguradas por eixos integrados na Rede Nacional, com destaque para o IC5 e IP2; ▪ Acessibilidade favorável a Bragança e Vila Real, bem como às fronteiras de Quintanilha e Miranda do Douro; ▪ Acessibilidades internas à sede de concelho favorecidas pela distância moderada e pela configuração da rede; ▪ Características físicas e geométricas dos troços da Rede Municipal que asseguram funções mais relevantes; ▪ Investimentos recentes e previstos no âmbito das redes Nacional e Municipal; ▪ A existência do IC5, formando uma circular/variante a Vila Flor, como elemento chave no ordenamento local; ▪ Serviço de Transporte Escolar, abrangendo zonas e horários não servidas pelo transporte regular. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura radial da rede e orografia acidentada, condicionando o fecho de malhas e a mobilidade interna entre freguesias; ▪ Características físicas algo limitativas de alguns troços da Rede Municipal ▪ Insuficiências no domínio do ordenamento urbano, da sinalização e da segurança; ▪ Reduzida oferta e cobertura territorial do serviço de Transporte Público; ▪ Classificação administrativa de vias, resultante de legislação antiga e desajustada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A nível regional, implementação ou beneficiação de alguns eixos previstos no âmbito do PRN2000 – p. ex. IP2, IP4 e IC5 – proporcionando uma melhoria sensível das acessibilidades externas concelhias; ▪ No âmbito do PRN2000, integração do IP4 na Rede Nacional de Autoestradas ▪ Definição de um conceito global para a rede viária concelhia, incluindo o estabelecimento da sua adequada hierarquização funcional; ▪ Criação de um quadro normativo no âmbito da revisão do PDM que defina os parâmetros a adotar no que respeita à gestão e ao ordenamento da rede atual, bem como às futuras intervenções a efetuar. 	



INFRAESTRUTURAS URBANAS

POTENCIALIDADES	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Integração no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro que garante o abastecimento de água e a drenagem e tratamento das águas residuais em <i>alta</i> nesta região; Abastecimento pelo sistema de Valtorno-Mourão no concelho de Vila Flor; Existência de ETAR e ETAR compactas que garantem o tratamento das águas residuais em todas as freguesias do concelho; Integração no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, da responsabilidade da Resíduos do Nordeste, que assegura a recolha, triagem, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos nesta região; Existência de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos; Existência de um Aterro Sanitário e de um Ecocentro; Existência de um serviço de recolha de monstros assegurado pela autarquia. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de alguns sistemas individuais de captação e distribuição de água individuais sem garantia de um controle adequado da qualidade da água; Existência de captações de água contaminadas devido à proximidade a minas de arsénio; Existência de pequenos depósitos de entulho. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do sistema de abastecimento de Valtorno-Mourão e ligação a outros sistemas existentes em concelhos vizinhos, promovendo a criação de sistemas multimunicipais integrados, tecnicamente e economicamente eficazes; Reformulação dos sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais existentes nos aglomerados (ETAR compactas), por forma a tornar mais eficiente o tratamento dos efluentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Risco da qualidade da água proveniente de furos, minas e nascentes não ser assegurada; Falta de tratamento, conveniente, das águas residuais, o que poderá constituir uma forte fonte de poluição dos solos e linhas de água, pondo em risco a qualidade da água; Existência de atividades industriais poluidoras sem qualquer tipo de tratamento dos efluentes associado.



Face ao que foi exposto anteriormente, verifica-se que o concelho de Vila Flor apresenta, no seu contexto **sócio-económico**, alguns fatores inibidores do seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, a inserção numa região periférica e interior, afastada dos principais eixos urbanos nacionais, reflete-se numa permanente tendência de decréscimo populacional, que tem como consequência a perda de “massa crítica”, fator comprometedor de qualquer estratégia bem sucedida de desenvolvimento territorial. O envelhecimento populacional, a baixa qualificação dos seus ativos e uma atividade económica, ainda muito assente no setor primário, construção, comércio e terciário administrativo, não pode deixar de constituir uma preocupação quanto ao desenvolvimento futuro do concelho.

Em termos **biofísicos**, Vila Flor apresenta uma paisagem diversificada e multifuncional: uma ocupação agrícola que se divide, essencialmente, entre o olival, a vinha e as culturas cerealíferas; uma ocupação florestal rica que abrange manchas de sobreiros, de carvalhos, de pinheiros bravos; e a ocupação natural, que associadas aos afloramentos rochosos e ao vale escarpado do rio Tua, proporcionam paisagens de rara beleza. É necessário continuar a estimular a vitalidade desta paisagem, tanto ao nível agrícola e silvícola, como ao nível do aproveitamento turístico, minimizando o impacto de elementos desqualificadores e de potenciais disfunções ambientais, por exemplo promovendo o tratamento de efluentes domésticos e industriais, etc..

Mas a riqueza do concelho não se resume ao património biofísico. É de destacar a existência de 6 Imóveis de Interesse Público, 2 Imóveis de Interesse Municipal e 1 Sítio de Interesse Público. O concelho de Vila Flor tem assistido à descaracterização do seu **património**, todavia, o património civil, principalmente as casas senhoriais, que ainda integram os núcleos habitacionais distribuídos pelo território concelhio, apresentam características interessantes que devem ser salvaguardadas e recuperadas. Deverá apostar-se na recuperação, valorização e divulgação do património existente, evitando, a todo o custo, a descaracterização dos imóveis que mantêm o seu interesse.

A **rede urbana** assenta num modelo pulverizado de lugares de pequena dimensão e com quantitativos populacionais muito baixos, o que penaliza a gestão das necessidades em matéria de equipamentos e infraestruturas. Simultaneamente, tem-se assistido à progressiva concentração da população nos lugares de maior dimensão, com implicações no abandono e na degradação dos núcleos mais antigos. Paralelamente verifica-se que as zonas de expansão (onde o edificado perde o seu cariz tradicional), têm graves lacunas ao nível da estruturação urbana. Todavia, têm vindo a ser executadas, pontualmente, obras de requalificação urbana em diversos aglomerados do concelho. No entanto estas obras ainda não são reflexo de uma estratégia coordenada e contínua de requalificação urbana.



Acresce-se ainda, carências ao nível das condições de **habitabilidade** de algumas famílias residentes, bem como ao nível da dotação e funcionamento de alguns **equipamentos** coletivos, pressupostos comprometedores de um dos fatores essenciais de desenvolvimento – a qualidade de vida dos residentes de Vila Flor.

Outra componente essencial para o desenvolvimento de um concelho diz respeito à acessibilidade - **rede viária e transportes**. A localização geográfica do concelho de Vila Flor, os condicionalismos de ordem geo-morfológica existentes e, apesar da evolução verificada ao longo da última década, os atrasos na implementação das principais infraestruturas rodoviárias planeadas no âmbito dos sucessivos Planos Rodoviários Nacionais (PRN85 e PRN2000) – de entre as quais se salientam o IP2 e o IC5, executados finalmente –, contribuíram de forma determinante para as debilidades existentes no âmbito das suas acessibilidades externas, com reflexos diretos em termos de desenvolvimento económico e da sua inserção territorial.

A nível local, os investimentos efetuados nalguns troços da Rede Nacional que servem o concelho (caso da EN213), bem como o conjunto de intervenções concretizadas, num passado recente, por parte da autarquia, constituem um fator positivo que importa realçar, contribuindo para a melhoria qualitativa da mobilidade e das acessibilidades intraconcelhias e, desta forma, para uma maior coesão e harmonização do seu desenvolvimento a nível espacial, procurando inverter a tendência de despovoamento que se vem verificando em inúmeras áreas rurais.

Finalmente, em termos de **infraestruturas**, o concelho possui ainda alguns aglomerados (9, de 27) que são servidos por sistemas de abastecimento de água individuais, sendo que cerca de 75% da população é, atualmente, servida por água proveniente de albufeiras. No que diz respeito à drenagem e tratamento dos resíduos sólidos, existe apenas uma ETAR no Concelho (que serve a sede de concelho, o aglomerado de Samões, a zona industrial e o parque de campismo), sendo que os restantes aglomerados têm ETAR compactas. O concelho está relativamente bem servido no que respeita à recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos. Quanto à recolha seletiva nem todas as sedes de freguesia têm ecopontos, no entanto, verifica-se uma grande evolução desde a publicação do PDM em vigor. Há ainda que referir a existência de alguns depósitos de entulho.

Não obstante, e apesar da dificuldade em contrariar alguns aspetos estruturais, há que apostar em alguns vetores capazes de inverter a atual situação concelhia, e que vão no sentido da exploração das reais potencialidades do concelho de Vila Flor. No conjunto das mais valias concelhias, o destaque vai para as condições de aproveitamento dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais na ótica de uma valorização e exploração turísticas e de lazer. Como as potencialidades de Vila Flor não se esgotam aqui, há que apostar, igualmente, num maior aproveitamento das atividades agrícolas, enquanto atividade económica rentável, no sentido da produção de produtos certificados e na aposta da agricultura biológica em paralelo com o



desenvolvimento de atividades industriais associadas a esta atividade. A prossecução destes objetivos poderá ser mais fácil e melhor sucedida se se procurarem sinergias e complementaridades na região.

Será em torno destas questões que reflectirá a próxima fase da presente revisão do PDM, em que se procurará desenhar um modelo de desenvolvimento futuro para o concelho de Vila Flor, onde se encontrarão definidas as opções estratégicas que permitam corrigir as fraquezas identificadas, assim como enfatizar os aspetos que se apresentam como potencialidades e mais-valias para o território.